

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**Luiza Araujo Damboriarena**

**MOVIMENTOS DE OCUPAÇÃO: A RELAÇÃO ENTRE O VIVIDO E O VIVER**

**Porto Alegre**

**2019**

**Luiza Araujo Damboriarena**

**MOVIMENTOS DE OCUPAÇÃO: A RELAÇÃO ENTRE O VIVIDO E O VIVER**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Doutora em Administração.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Maria Ceci Misoczky

**Porto Alegre**

**2019**

### CIP - Catalogação na Publicação

Damboriarena, Luiza Araujo  
Movimentos de ocupação: a relação entre o vivido e  
o viver / Luiza Araujo Damboriarena. -- 2019.  
176 f.  
Orientador: Maria Ceci Araujo Misoczky.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de  
Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, BR-RS,  
2019.

1. Organização. 2. Ocupação. 3. Vida Cotidiana. 4.  
Vivido e Viver. I. Misoczky, Maria Ceci Araujo,  
orient. II. Título.

A todos e todas que ocupam na luta por uma vida digna

## AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento desta Tese fez parte de uma caminhada transformadora, sendo muitas as pessoas que participaram e colaboraram com esse processo de alguma maneira e merecem o meu agradecimento.

Agradeço à professora Maria Ceci, pelo acolhimento, orientação, contribuição intelectual e por ter acreditado e não desistido de mim.

Agradeço a minha família pelo apoio incansável. Ao meu querido pai, por me ensinar a ser forte, ter coragem e nunca desistir. À minha mãe Helena, meu irmão Pedro e meu padastro Nelson por estarem sempre ao meu lado, sempre em frente. Aos demais familiares, avós, tios e primos por todo estímulo, carinho e amor. Em especial a Ledinha, a Clarissa, a Gabi e a Vick.

Agradeço aos amigos por todo apoio e torcida. Aos antigos que sempre estiveram junto, em especial a Camila, por tanto. Aos amigos que ganhei nessa trajetória, em especial o Marcelo, meu parceiro de aventuras em todas as ocupações. Sem ti eu não teria ido tão longe. Ao Henrique, por dividir a luta e os sonhos. À Camila e o Igor, pela parceria e incentivo constante. Ao Léo, pelas discussões do materialismo histórico e as do espírito. Aos demais colegas do Mestrado e Doutorado por toda troca e aprendizado. Em especial a Fernanda, a Ana Carolina e a Laís.

Aos amigos e companheiros do Grupo Organização e Práxis Libertadora. Ao Carlos, Fabiano e Paulo, pela irmandade. Ao Fernando e Rodrigo, pela amizade. Ao Paulo e Rafael, que compuseram a banca, assim como o Guilherme, por todos ensinamentos.

Por fim, e não menos importante, a todas as pessoas que contribuíram para realização desta pesquisa. Aos amigos da Ocupa EA, aos lutadores do MLB, do Olga Benário e do MTST, em especial a Ari, a Nana e todas companheiras da Mulheres Mirabal pela acolhida.

Agradeço à Unipampa por me conceder afastamento com ônus para essa qualificação, e à UFRGS por essa oportunidade.

## RESUMO

Esta Tese trata da organização de movimentos de ocupação na dialética vivido e viver, a partir de uma análise crítica da vida cotidiana. Os três objetos de análise foram: a ocupação dos estudantes na Escola de Administração da UFRGS contra a PEC do Teto dos Gastos; a Ocupação Mulheres Mirabal de luta pelo fim da violência contra mulher; e a Ocupação Lanceiros Negros de luta por moradia digna. O conceito guia para analisar a organização foi o do Grupo de Pesquisa Organização e Práxis Libertadora (2014, p. 312), segundo o qual “organização é a expressão de processos e práticas orientadas pela razão estratégico-crítica para realizar a ação transformadora”. Essa definição é inspirada na Filosofia da Libertação de Enrique Dussel (2000), que tem como princípio ético-material a produção e reprodução da vida humana em comunidade. A organização, nesse sentido, é uma necessidade para viabilizar o que o autor define como práxis da libertação. Além desse conceito, *A Crítica da Vida Cotidiana* de Henri Lefebvre (2014) foi a fundamentação teórica que possibilitou reconhecer e apreender empiricamente esses processos e práticas organizacionais em suas coerências e, mesmo, contradições. A partir desse aporte, as categorias utilizadas para análise foram: ambiguidade, vivido e viver, organização e razão estratégico crítica. A ambiguidade é a característica do cotidiano pela qual as aparências e o real se confundem, as contradições e as possibilidades não são perceptíveis. O vivido é o conjunto de experiências sociais, enquanto o viver é contexto e o horizonte do vivido, suas expectativas e possibilidades. Indissociáveis, entre os dois se estabelece uma relação dialética que implica a consciência e a práxis. No cotidiano ambíguo, o vivido se torna confuso e opaco e se afasta de viver. A razão estratégico crítica, por sua vez, é a razão de mediações no nível prático, tendo como fim a mediação da vida humana. Para analisar esses movimentos, primeiramente, buscou-se reconstituir, a partir de observações e vivências, a história das ocupações, realizando uma análise crítica da vida cotidiana nesses espaços, identificando, nas práticas e processos organizacionais, elementos que dão significado às vivências individuais e coletivas (vivido) e orientação aos grupos (viver). Nesses três processos organizacionais foi constatada a ruptura da ambiguidade: os estudantes que se conscientizaram da importância do investimento em educação pública para a soberania de um povo; as mulheres da violência patriarcal; os sem teto da lógica urbana subordinada ao capital. Na sua ruptura, o cotidiano se aproxima do vivido, e o vivido se aproxima do viver, abrindo o campo das possibilidades de práxis criativa e ações transformadoras. A experiência da Ocupação EA proporcionou aos estudantes viver práticas pedagógicas horizontais e dialógicas que evidenciaram as possibilidades de uma educação problematizadora e libertadora. A experiência na Mulheres Mirabal permitiu às acolhidas viver em um ambiente seguro e protegido, possibilitando vislumbrar uma vida diferente, longe do ciclo de violência ao qual estavam submetidas. Na Lanceiros Negros, a experiência de morar na área central urbana e de modo coletivo possibilitou novos modos de ser e estar na cidade, com mais acessos e oportunidades. Assim, o argumento aqui defendido é que a práxis da libertação, mediada pela organização estratégica-crítica, passa pela dialética vivido e viver, sendo a vida cotidiana a esfera em que esse movimento acontece.

**Palavras-chave:** Organização, Ocupação, Vida Cotidiana, Vivido e Viver.

## ABSTRACT

This Thesis is about the organization of occupy movements in the dialectic of lived and living, from a critical analysis of everyday life. The three objects of analysis were: student occupy at Administration School in UFRGS against PEC do Teto dos Gastos; the Mulheres Mirabal Occupy struggle for the end of violence against women; and the Lanceiros Negros occupy struggle for decent housing. The guiding concept for analyzing the organization was that of the Research Group Organização e Práxis Libertadora (2014, p. 312), according to which “organization is the expression of processes and practices guided by strategic-critical reason to carry out transformative action”. This definition is inspired by Enrique Dussel's Philosophy of Liberation (2000), which has as its ethical-material principle the production and reproduction of human life in community. The organization, in this sense, is a necessity to make possible what the author defines as libertarian praxis. In addition to this concept, Henri Lefebvre's *The Critique of Everyday Life* (2014) was the theory that made possible to recognize and empirically apprehend these organizational processes and practices in their coherence and even contradictions. From this theoretical contribution, the categories used for analysis were: Ambiguity, Lived and Living, Organization and Critical Strategic Reason. Ambiguity is the characteristic of daily life in which appearances and the real are confused, contradictions and possibilities are not noticeable. The lived is the set of social experiences, while the living is context and the horizon of the lived, its expectations and possibilities. Inseparable, between both is established a dialectical relationship that implies the consciousness and praxis. In the ambiguous daily life, the lived becomes confused and opaque and moves away from living. The critical strategic reason, in turn, is the reason for mediations at the practical (technical) level with the aim of mediating human life. To analyze these movements, first sought to reconstruct, from observations and experiences, the history of occupations, performing a critical analysis of daily life in these spaces, identifying, in organizational practices and processes, elements that give meaning to individual and collective experiences (lived) and groups orientation (living). In these three organizational processes the ambiguity was broken: students who became aware of the importance of investing in public education for the sovereignty of a people; the women of patriarchal violence; the homeless of the urban logic subordinated to capital. In its rupture, daily life get closer to the lived, and the lived close to the living, opening the field of possibilities of creative praxis and transformative actions. The experience of Ocupa EA enable the students live horizontal and dialogic pedagogical practices that highlighted the possibilities of a problematizing and libertarian education. The experience at Mulheres Mirabal allowed the women live in a safe and protected environment, allowing them to see a different life away from the cycle of violence to which they were subjected. At Lanceiros Negros, the experience of living in the central urban area and in community enabled new ways of being in the city, with more access and opportunities. In this sense, the argument defended here is that the libertarian praxis, mediated by the strategic-critical organization, passes through the dialectic lived and living, and the everyday life is the sphere in which this movement takes place.

**Key words: Organization, Occupy, Everyday Life, Lived and Living.**

## SUMÁRIO

|   |            |
|---|------------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>10</b>  |
| <b>1. A CRÍTICA DA VIDA COTIDIANA .....</b>   | <b>17</b>  |
| 1.1 PRÁXIS.....   | 17         |
| 1.2 VIVIDO E VIVER .....  | 21         |
| 1.3 CRÍTICA DA VIDA COTIDIANA .....   | 24         |
| 1.4 SISTEMATIZAÇÃO DAS CATEGORIAS E CONCEITOS PARA ANÁLISE DAS<br>OCUPAÇÕES .....             | 45         |
| <b>2. PERCURSO METODOLÓGICO.....</b>  | <b>47</b>  |
| 2.1 OCUPA EA .....  | 47         |
| <b>2.1.1 Observação participante .....</b>  | <b>49</b>  |
| <b>2.1.2 Documentos .....</b>   | <b>51</b>  |
| 2.2 OCUPAÇÃO MULHERES MIRABAL .....   | 52         |
| <b>2.2.1 Observação participante .....</b>  | <b>53</b>  |
| <b>2.2.2 Documentos .....</b>   | <b>55</b>  |
| 2.3 OCUPAÇÃO LANCEIROS NEGROS .....   | 55         |
| <b>2.3.1 Observação não-participante .....</b>  | <b>56</b>  |
| <b>2.3.2 Documentos .....</b>   | <b>57</b>  |
| <b>3. DE ONDE BROTA O RESTO DOS RESTOS? .....</b>   | <b>59</b>  |
| 3.1 A AMBIGUIDADE E SEU DESMANTELAR .....   | 59         |
| 3.2 ORGANIZAÇÃO E RAZÃO ESTRATÉGICO CRÍTICA .....   | 67         |
| 3.3 A DIALÉTICA VIVIDO E VIVER .....  | 75         |
| 3.4 SÍNTESE ANALÍTICA .....   | 79         |
| <b>4. PARA ONDE VÃO AS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA?.....</b>                                | <b>82</b>  |
| 4.1 A AMBIGUIDADE E SEU DESMANTELAR .....   | 82         |
| 4.2 ORGANIZAÇÃO E RAZÃO ESTRATÉGICO CRÍTICA .....   | 87         |
| 4.3 A DIALÉTICA VIVIDO E VIVER .....  | 96         |
| 4.4 SÍNTESE ANALÍTICA .....   | 97         |
| <b>5. ENQUANTO MORAR FOR UM PRIVILÉGIO, OCUPAR É UM DIREITO .....</b>                         | <b>99</b>  |
| 5.1 A AMBIGUIDADE E SEU DESMANTELAR .....   | 99         |
| 5.2 ORGANIZAÇÃO E RAZÃO ESTRATÉGICO CRÍTICA .....   | 104        |
| 5.3 A DIALÉTICA VIVIDO E VIVER .....  | 116        |
| 5.4 SÍNTESE ANALÍTICA .....   | 118        |
| <b>CONCLUSÕES .....</b>   | <b>120</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>  | <b>125</b> |
| <b>APÊNDICE A – SUSPENSÃO DA REINTEGRAÇÃO DE POSSE DA OCUPAÇÃO<br/>LANCEIROS NEGROS .....</b> | <b>133</b> |
| <b>APÊNDICE B – REINTEGRAÇÃO DE POSSE DA OCUPAÇÃO LANCEIROS<br/>NEGROS .....</b>              | <b>135</b> |
| <b>ANEXO A – MOÇÃO APOIO CONSELHO UNIVERSITÁRIO .....</b>                                     | <b>141</b> |
| <b>ANEXO B – O QUE SOBROU PARA O POPULISMO? .....</b>   | <b>142</b> |
| <b>ANEXO C – RÉPLICAS AO TEXTO “O QUE SOBROU PARA O POPULISMO?” .....</b>                     | <b>143</b> |
| <b>ANEXO D – MOÇÃO APOIO PROFESSORES ESCOLA DA ADMINISTRAÇÃO<br/>.....</b>                    | <b>145</b> |
| <b>ANEXO E – COMUNICADO PROFESSORES DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO<br/>.....</b>                  | <b>147</b> |
| <b>ANEXO F – COMUNICADO DA DIREÇÃO DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO<br/>.....</b>                   | <b>148</b> |



|   |            |
|---|------------|
| <b>ANEXO G – CARTA DA PS JÚNIOR À OCUPA EA .....</b>  | <b>150</b> |
| <b>ANEXO H – OCUPAR A LEGITIMIDADE DAS REGRAS .....</b>   | <b>152</b> |
| <b>ANEXO I – COMUNICADO DA DIREÇÃO DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO .....</b>                                     | <b>155</b> |
| <b>ANEXO J – UNIVERSIDADE PARA QUE(M)? .....</b>  | <b>157</b> |
| <b>ANEXO L – CARTA ABERTA DA OCUPA EA À DIREÇÃO .....</b>   | <b>161</b> |
| <b>ANEXO M – CARTA ABERTA AO REITOR .....</b>   | <b>167</b> |
| <b>ANEXO N – CARTA ABERTA À COMUNIDADE – COMUNICADO DE<br/>DESOCUPAÇÃO DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO .....</b> | <b>170</b> |
| <b>ANEXO O – OS LANCEIROS NEGROS: HISTÓRIA DE VIDA E LUTA PELA<br/>MORADIA.....</b>                         | <b>172</b> |

## LISTA DE FIGURAS

|   |     |
|---|-----|
| Figura 1 – Assembleias Ocupações UFRGS.....                       | 61  |
| Figura 2 – Ocupa EA .....   | 63  |
| Figura 3 – Manifestação Desocupa EA 1.....                        | 64  |
| Figura 4 – Manifestação Desocupa EA 2.....                        | 65  |
| Figura 5 – Jimmy Neutro.....                                      | 67  |
| Figura 6 – Assembleia Ocupa EA.....                               | 69  |
| Figura 7 – Atividades culturais e educativas da Ocupa EA.....     | 70  |
| Figura 8 – Eis que do chão brotam os restos.....                  | 71  |
| Figura 9 – Ato contra PEC da morte em Porto Alegre.....           | 73  |
| Figura 10 – Terceirização na UFRGS.....                           | 78  |
| Figura 11 – Para onde vão as mulheres vítimas de violência? ..... | 82  |
| Figura 12 – Fachada do prédio da Ocupação Mulheres Mirabal.....   | 88  |
| Figura 13 – Portão da Ocupação Mulheres Mirabal .....             | 91  |
| Figura 14 – Tabela escala de atividades .....                     | 94  |
| Figura 15 – Atividades lúdico culturais na Mulheres Mirabal.....  | 95  |
| Figura 16 – Prédio da Ocupação Lanceiros Negros .....             | 105 |
| Figura 17 – Creche e Berçário Valdete Guerra .....                | 106 |
| Figura 18 – Atividades culturais na Lanceiros Negros .....        | 107 |
| Figura 19 – Assembleia da Lanceiros Negros .....                  | 108 |
| Figura 20 – Capa do Jornal A Verdade fev. 2018 .....              | 108 |
| Figura 21 – Atos políticos com a participação do MLB e OLN .....  | 109 |
| Figura 22 – Ocupação DEMHAB .....                                 | 110 |
| Figura 23 – Ocupação Lanceiros Negros Vivem .....                 | 115 |
| Figura 24 – Noite de vigília pré-reintegração de posse .....      | 134 |
| Figura 25 – Reintegração de posse Lanceiros Negros 1 .....        | 136 |
| Figura 26 – Reintegração de posse Lanceiros Negros 2 .....        | 136 |
| Figura 27 – Reintegração de posse Lanceiros Negros 3 .....        | 138 |

## INTRODUÇÃO

No ano de 2016, no Brasil, uma onda de ocupações, movida por estudantes, se alastrou por mais de 1000 escolas e 200 universidades do país em protesto às medidas do Governo Temer (2016-2018) de: congelar os gastos em saúde e educação por 20 anos (Proposta de Emenda Constitucional 241/2016 – Câmara de Deputados; 55/2016 – Senado), que se tornou a Emenda Constitucional 95, conhecida como PEC do Teto dos Gastos ou PEC da Morte; reformar o Ensino Médio (Medida Provisória 746/2016), dirimindo a oferta de disciplinas de Filosofia e Sociologia, excluindo o Espanhol e autorizando professores sem formação docente nos cursos técnicos, sancionada em fevereiro de 2017 (Lei Ordinária 13415/2017); e restringir os conteúdos de ensino a partir de uma pretensa ideia de neutralidade do conhecimento, no chamado Programa Escola Sem Partido (Projeto de Lei do Senado nº 193 de 2016, com a tramitação encerrada). Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foram ocupadas 38 unidades, sendo a última delas a Escola de Administração; ocupação esta que durou trinta dias e da qual fui uma das participantes.

A Ocupa EA, como denominamos, ao interromper o fluxo cotidiano com a paralisação das atividades administrativas e de ensino, desvelou as contradições de uma unidade de ensino que concebe a educação por uma lógica bancária<sup>1</sup>. Isso porque boa parte da sua comunidade não reconheceu e/ou valorizou o debate e reflexão desenvolvido ao longo da ocupação como um processo educativo, denunciando o movimento como uma invasão. Apesar do embate gerado, foi nessa interrupção que conseguimos estabelecer uma organização pensada e construída por todos e para todos, de modo independente, sem adesão a formas e regras pré-existentes, por um processo de tomada de decisões baseado em consenso através de relações horizontais e transparentes.

Uma semana após a ocupação da EA, no dia 25 de novembro de 2016, Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher, nasceu a ocupação Mulheres Mirabal, organizada pelo movimento feminista Mulheres Olga Benário, com o objetivo de se tornar um centro de referência para mulheres vítimas de violência, dando visibilidade ao tema e denunciando a ineficiência do poder público em suprir essa demanda. Formada por estudantes que também ocupavam a UFRGS, uma delas a EA, me aproximei do movimento, sendo, desde então,

---

<sup>1</sup> A educação bancária consiste no ato de depositar, transferir, transmitir valores e conhecimentos, numa compreensão dos homens como seres “vazios” a serem preenchidos com conteúdos impostos, de falso saber. Essa educação domestica os homens e inibe sua criatividade, negando sua vocação ontológica e histórica de humanizar-se (FREIRE, 2009).

apoiadora. Outra ocupação com a qual também formei laços, naquele período, foi a Lanceiros Negros de luta por moradia digna, fundada pelo Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas (MLB). Nela, havia dois moradores que eram estudantes do Curso de Graduação em Administração Pública da UFRGS e, também, participantes da Ocupa EA.

Motivada pela Ocupação da EA, que foi minha primeira experiência de militância; e pelo conhecimento sobre outras lutas sociais, como a Mulheres Mirabal e Lanceiros Negros, surgiu o anseio de pesquisar a organização desses movimentos. O passo seguinte foi adotar um conceito de organização que propiciasse entendê-las em suas múltiplas dimensões e determinações.

Assim, o ponto de partida foi o conceito do Grupo de Pesquisa Organização e Práxis Libertadora<sup>2</sup> (2014, p. 312), segundo o qual “organização é a expressão de processos e práticas orientadas pela razão estratégico-crítica para realizar a ação transformadora”. Essa definição é inspirada na Filosofia da Libertação de Enrique Dussel (2000), que tem como princípio ético-material a produção e reprodução da vida humana em comunidade. Ou seja, o imperativo básico material que deve guiar a ação humana organizada é a defesa da vida. A plena reprodução significa que o faminto come, o sem-teto habita, o nu se veste, o analfabeto escreve, o sofrendor se alegra, que o oprimido tem necessidades e direitos iguais aos de todos. Para Dussel (2000, p. 528), “a afirmação da vida não é um fim, mas um projeto: o projeto de se conservar como sujeito, que pode ter fins”.

A Filosofia da Libertação é uma filosofia em ação a serviço das lutas sociais do bloco dos oprimidos; uma ética da vida, na qual é afirmada a dignidade negada da vida das vítimas do sistema. Por vítima, o autor se refere ao pobre, ao explorado, ao oprimido, ao excluído do sistema. Segundo Dussel (2000, p. 563), “a existência das vítimas mostra a necessidade de fazer novas (transformadas) normas, atos, microestruturas, instituições, sistemas de eticidade por meio dos quais seja ‘possível’ o desenvolvimento da vida humana (na reprodução da vida das vítimas)”. A organização, nesse sentido, é uma necessidade para construir a factibilidade do que o autor define como práxis da libertação. “A práxis de libertação é a ação possível que transforma a realidade (subjéctiva e social) tendo como última referência sempre alguma vítima ou comunidade de vítimas”. A possibilidade de efetivamente libertar as vítimas é também um princípio sobre o qual a ética da libertação se funda – da factibilidade. O sujeito da práxis da libertação são as vítimas e os interpelados por elas que se elevam a uma consciência crítica com factibilidade ética para negar as causas da sua da negação (DUSSEL, 2000, p. 558).

---

<sup>22</sup> Ver em ORGANIZAÇÃO E PRAXIS LIBERTADORA (2014) – Revista Farol, v. 1, n. 1, Belo Horizonte, 2014 – a trajetória da construção dessa concepção alinhada a trajetória de pesquisa e militância do grupo.

Para Dussel (2000), a comunidade das vítimas dificilmente é capaz de fazer frente ao sistema dominador, mas pode desafiá-lo se organizando mediante táticas próprias de uma estratégia de longo alcance, por circunstâncias que podem ser aceleradas ou acumuladas pela organização. Segundo ele, é pelas lacunas do “poder dominante que a ‘força’ da comunidade libertadora deve ‘calcular’ instrumental e estrategicamente suas possibilidades de movimento”. Isto é, formular diagnósticos de sua negatividade e elaborar programas alternativos para promover transformações construtivas, possíveis e exigidas. A organização, dessa forma, faz uma mediação e viabiliza ações que precisam ser factíveis, através de processos e práticas orientados por uma razão estratégico-crítica, dentro do princípio ético do pleno desenvolvimento da vida de todos (DUSSEL, 2000, p. 562).

A razão estratégico-crítica, que não é a razão instrumental, mas a razão de mediações a nível prático (técnico). A razão estratégica visa, certamente, o “êxito” como “fim”; mas, em último termo e porque agora é razão crítica, trata-se de um fim que é “mediação” da vida humana, especialmente neste caso das vítimas, quando há participação simétrica dos afetados. O “êxito” da razão estratégico-crítica já não é o do “meio-fim” formal do sistema vigente (por exemplo, a “valorização do valor” no capitalismo), mas o pleno desenvolvimento da própria vida de todos (DUSSEL, 2000, p. 506).

Tendo um conceito guia para o objeto central nos Estudos Organizacionais – organização – faltava complementar com uma fundamentação teórica que possibilitasse reconhecer e apreender empiricamente esses processos e práticas orientados pela razão estratégico crítica que viabilizam a práxis da libertação. A organização como meio para libertação inclui momentos específicos para a construção de decisões e políticas que podem se expressar na elaboração das normas e regras, estratégias, táticas e planos de ação; e também inclui momentos aparentemente triviais de convívio, como as refeições, a manutenção do espaço, as conversas informais, os cuidados, as brigas, as brincadeiras, os momentos de dor, tristeza e medo. Assim, para compreender os processos e práticas organizacionais é também indispensável incluir a análise da vida cotidiana.

De acordo com Lefebvre (2014, p. 135), a passagem da análise dos fatos ‘significativos’ para a soma total dos eventos diários corresponde à passagem da aparência para a realidade, do singular para o todo. Somente a passagem de “[...] aparências glamourosas à essência nos salva de perspectivas ilusórias com que os indivíduos e grupos leram-se ao longo da sua história [...]”. Ele adverte que essa soma não pode ser reduzida a uma soma aritmética, pois os fatos cotidianos só têm sentido na totalidade.

Ainda que, no senso comum, o cotidiano seja relegado ao trivial, ao rotineiro e, até mesmo, ao banal, como se não fosse digno de investigação, Lefebvre (2014) defende que essa é uma dimensão capaz de penetrar mais profundamente no conteúdo da vida e, por isso,

fundamental para entender a sociedade. Nessa direção, destaco um trecho que permite refletir como decisões, inclusive complexas, são concretamente realizadas na vida cotidiana, e não somente as objetivações individuais mais triviais.

Suponha que você tenha diante de você a coleção dos calendários impressos de 1900. Dessa pilha você tira um ao acaso, que vem a ser de um ano do início do século. Em seguida você fecha os olhos e marca um dia às cegas, com a ponta de um lápis. É o dia 16 de junho. Agora você procura saber o que se passou nesse dia semelhante a tantos outros, num ano relativamente tranquilo e próspero [...]. Você vai então a biblioteca nacional e consulta a imprensa. Ali você encontra as banalidades, os acidentes, as resoluções das pessoas importantes, uma grande quantidade de informações empoeiradas e de notícias deterioradas, indicações suspeitas sobre as possíveis guerras e revoluções do momento. Você não encontra quase nada que permita prever [...] o que acontecia, o que se preparava, escondido nas profundezas do tempo. Por outro lado, você não encontra muita coisa sobre a maneira como as pessoas sem importância viveram esse dia: suas ocupações e preocupações, seus trabalhos e divertimentos. Apenas a publicidade (ainda ingênua), as banalidades, as pequenas informações marginais lhe dão ideia do que emergiu no centro da vida cotidiana durante essas horas. [...] Nesse dia não teria acontecido nada de essencial que não figura no noticiário? Você pode imaginar que nesse dia, em Zurique, um certo Einstein, completamente desconhecido, no local onde examinava as patentes de invenção, e, solitário, oscilava entre delírio e a razão, vislumbrou a relatividade (LEFEBVRE, 1991a, p. 5-6).

O que Lefebvre (2014) propõe é que mesmo os acontecimentos mais simples, que em um primeiro momento parecem irrelevantes, estão concatenados com os acontecimentos sociais que formam a totalidade. Assim, o cotidiano não se reduz à soma de atos isolados como trabalhar, comer, dormir, vestir-se, ele é o encadeamento de acontecimentos interligados que se desdobram em um espaço e tempo social relacionado à produção.

A obra de Lefebvre (2014) retoma o marxismo a partir de uma esfera até então subestimada: o cotidiano. O cotidiano, como centro real da práxis, o solo onde o conjunto das atividades e relações humanas forma um todo, contém o que Lefebvre (2014) chama de matéria-prima. Lefebvre (2014) atribui ao cotidiano um significado mais profundo. Ele o vê como um solo fértil que, mesmo sem flores ou árvores, comporta raízes abaixo com riquezas e segredos não revelados.

Segundo Lefebvre (2014), o cotidiano é marcado pelo que ele chama de ambiguidade. Na ambiguidade, as aparências e o real se confundem, as contradições e as possibilidades não são perceptíveis. Ao se tornar funcional ao ritmo do capital, ele se empobrece. A práxis que se torna repetitiva e mecânica, inibe a espontaneidade e a criatividade. Assim, o cotidiano ganha um caráter desértico. Entretanto, o terreno fecundo, que Lefebvre (2014) se esforça em destacar, contém o que ele chama de resíduos, isto é, sementes das quais podem germinar descontinuidades. Segundo ele, “é na vida cotidiana e começando pela vida cotidiana que as criações genuínas são alcançadas, aquelas criações que produzem o ser humano e que os seres humanos produzem como parte do processo de tornar-se: obras de criatividade”. Essas

atividades superiores ou trabalhos criativos brotam das sementes contidas na vida cotidiana (LEFEBVRE, 2014, p. 338). Assim, o cotidiano não pode ser visto apenas como um campo passivo e empobrecido no qual a prática humana se restringe à regularidade e à alienação, mas como um plano rico de possibilidades.

A renovação do marxismo a partir da valorização do cotidiano é uma das grandes contribuições da obra de Lefebvre (2014). Segundo o autor, o materialismo histórico dialético revela a complexidade da realidade humana. O centro de suas preocupações é o homem em seu devir: o homem ativo que cria o mundo humano e, por meio do ato de produção, se produz; o homem que produz, além de coisas e bens, a história. Entretanto, na maneira atual de produzir, a vida está limitada ao que é possível e limitada porque alienada.

O homem se realiza em certas condições favoráveis, ora como indivíduo, ora como grupo na escala da história. Perde-se em certas condições que o capitalismo exacerba, simplesmente porque neste regime o econômico se torna determinante e os fetiches socioeconômicos (a mercadoria, o mercado, o dinheiro, o capital) tendem nele a um funcionamento autônomo e automático, constitutivo e autorregulador (até certo ponto) da sociedade. No capitalismo, por consequência, o desenvolvimento da produtividade material assenta as bases de uma realização mais alta do humano; comporta, ao mesmo tempo, a perda que ameaça solapar suas condições, do humano. A realização do humano é acompanhada, desigual, mas profundamente, por uma alienação. Há unidade dialética e conflito essencial entre esses dois aspectos da historicidade (LEFEBVRE, 1967, p. 97).

Os homens compreendem a vida por uma noção concebida fora de si e de maneira fragmentada e, por isso, não a compreendem na sua essência. Partem, na maior parte das vezes, de representações concebidas fora de si e não das suas vivências. Porém, se a consciência depende da vida real, o significado de uma vida só pode ser alcançado na própria vida a partir da experiência vivida. A questão, portanto, é como superar a fenda entre a consciência e a práxis. A consciência não surge em um vazio, ela é processo e depende das relações e experiências concretas. Para Lefebvre (2014, p. 171, grifo nosso), “a consciência deve ser adquirida repetidamente através da ação e da luta, bem como através de **organizações** cujo papel é penetrar a vida cotidiana e introduzir um novo e mais elevado elemento”. É assim que o presente trabalho se volta para o tema da organização e de processos e práticas produzidos como expressões de uma práxis consciente, criativa e libertadora.

A práxis, como atividade social humana atrelada ao processo histórico e ao possível, integra um movimento entre o repetitivo e o criativo, o vivido e o viver. Segundo Lefebvre (2014), o vivido corresponde ao conjunto de experiências sociais, ao realizado ou ao que está em processo de ser realizado, enquanto o viver é o seu o horizonte, expectativas e possibilidades. Ambos se encontram em uma relação dialética. É esta relação entre as

experiências desenvolvidas nas ocupações e as novas possibilidades que elas proporcionam, enriquecendo as vivências, que tomo como objeto de estudo.

Em nome de um programa de transformação do vivido é possível mostrar a riqueza e as exigências ocultas sob a trivialidade. Pode-se também mostrar, no seio da história, a alienação humana. Pode-se tender para a história total que não narra os acontecimentos conforme sua grandeza aparente nem os homens de acordo com o que disseram de si mesmos, mas reconsidera os acontecimentos e os homens em uma perspectiva diferente do suportado. Pode-se formular novamente, como reivindicação fundamental, a redução do afastamento entre o cotidiano e o estatal, isto é, entre o vivido e o histórico. Com outras palavras, podemos reclamar que o vivido perca sua trivialidade separado do histórico e que o histórico deixe de separar-se praticamente do vivido porque dominado por forças cegas, por poderes estatais ou políticos (LEFEBVRE, 1967, p. 160).

A crítica da vida cotidiana resgata e valoriza o vivido. É assim que Lefebvre (2014) propõe a realização de uma vasta pesquisa chamada: ‘como vivemos’. Segundo ele, o objetivo é declarar de forma crítica como as pessoas vivem ou quão mal vivem e, ainda, como não vivem. De acordo com o autor, não se trata de explorar o repetitivo, nem tornar os problemas da vida mais simples. Trata-se de explorar a natureza humana em sua concretude, no e pelo cotidiano, retendo e ordenando, entre os fatos aparentemente insignificantes, alguma coisa de essencial. O estudo da vida cotidiana busca compreender como a sociedade reitera e repete tendências e como se transforma, visto que não há repetição do velho sem uma certa criação do novo, não há produto sem obra.

Para tanto, é necessário compreender o conteúdo da práxis em sua totalidade histórica e social, através de um conhecimento que explique os fundamentos materiais da ordem existente como mediação para intervir e transformá-la, articulando teoria e prática. “Teoria que não somente se relaciona com a práxis – revela seu fundamento, condições e objetivos – como também um guia de ação” (VÁZQUEZ, 1977, p. 189).

É nesse sentido que o conhecimento crítico da vida cotidiana é uma parte fundamental para analisar processos e práticas organizacionais orientados pela razão estratégico-crítica para realizar a ação transformadora. Feitos estes esclarecimentos iniciais, apresento a tese que orienta este trabalho: **a práxis da libertação, mediada pela organização estratégica-crítico, passa pela dialética vivido e viver, sendo a vida cotidiana a esfera em que esse movimento acontece.**

Em decorrência, o objetivo desta Tese é analisar a organização dos movimentos de ocupação na dialética do vivido e do viver que só pode ser apreendida através do conhecimento crítico da vida cotidiana. Os objetivos específicos são: (1) reconstituir, a partir das observações e vivências, a história das ocupações; (2) realizar a análise crítica da vida cotidiana em suas múltiplas expressões; (3) identificar, nas práticas e processos organizacionais, elementos que



dão significado às vivências individuais e coletivas (vivido) e orientação aos grupos (viver). As três ocupações estudadas são as que foram mencionadas no início desta Introdução: a ocupação dos estudantes na Escola de Administração contra a PEC do Teto dos Gastos; a Ocupação Mulheres Mirabal de luta pelo fim da violência contra mulher; e a Ocupação Lanceiros Negros de luta por moradia digna.

O texto que segue está dividido em cinco capítulos. O primeiro apresenta a fundamentação teórica que embasa essa Tese a partir da *Crítica da Vida Cotidiana* de Henri Lefebvre (2014). Nesse capítulo, abordo como o capitalismo organiza a vida cotidiana de acordo com a sua lógica, defendendo que ela é, ao mesmo tempo, seu produto e resíduo. Produto na medida em que o reflete e reitera; resíduo porque integra o possível, capaz de abrir caminho para o novo e o impensado. O segundo capítulo descreve o percurso metodológico seguido durante o período de elaboração da Tese. Nos três capítulos seguintes, descrevo os movimentos de ocupações supracitados, iniciando pelo movimento estudantil, posteriormente o de mulheres feministas contra violência doméstica e, por fim, o de luta por moradia. Por fim, as conclusões que sintetizam as três ocupações em articulação com as categorias do referencial teórico e os conceitos operacionais que desenvolvo.

## 1 A CRÍTICA DA VIDA COTIDIANA

A maneira como os homens produzem para satisfazer suas necessidades, a lógica de trabalho e as relações constituintes, implica na maneira como se organizam socialmente, seu modo de existência. A vida cotidiana, por sua vez, ao congrega o conjunto das atividades humanas, é uma expressão desse modo de produzir. A produção, em sentido amplo, implica a produção e reprodução da vida humana.

Nessa perspectiva, toda concepção de organização que pretenda alcançar a realidade, nas suas múltiplas dimensões e determinações, deve, necessariamente, partir da organização da produção, do trabalho e da vida cotidiana. O texto que segue busca demonstrar como a produção, no capitalismo, organiza a vida, sendo o cotidiano seu produto e resíduo. Produto porque incorpora suas normas e regras a partir de atos repetidos que mantêm a estabilidade e a ordem do sistema; resíduo porque contém elementos que escapam e desviam da sua lógica com possibilidade de abrir caminho para o novo e o impensado. É por esse movimento duplo que a vida cotidiana é o solo para compreender e transformar a realidade. A vida cotidiana concentra o conjunto das atividades humanas, ela é o que Lefebvre (2014) chama de centro real da práxis. É nela que ocorre o movimento entre o vivido e o viver.

Na sequência, apresento os principais temas que fundamentam o desenvolvimento desta Tese: Práxis – através do diálogo entre as proposições de Henri Lefebvre e as de Adolfo Sánchez Vásquez; Vivido e Viver; e Crítica da Vida Cotidiana. Este capítulo conclui com a apresentação dos conceitos operacionais que decorrem desta fundamentação teórica.

### 1.1 PRÁXIS

A práxis é a atividade material consciente humana em que os homens transformam a natureza, o mundo e a si. Segundo Lefebvre (1968, p. 32), “a práxis é, antes de tudo, ato; relação dialética entre a natureza e o homem, as coisas e a consciência”. É a atividade propriamente social. Ela é o real humano acompanhado da história, das tendências históricas e do possível, por isso, inesgotável, aberta ao acaso e ao possível. “Toda práxis se situa em uma história; é criadora de história. A história total é, portanto, uma história da práxis que tenderia para o conhecimento completo (em suas últimas consequências) do desenvolvimento humano” (LEFEBVRE, 1967, p. 63).

Os produtos, as obras, os grupos humanos desempenham uns em relação aos outros o papel de ‘realidades’ análogas às da natureza, às coisas. Introduzem uns pelos outros,

determinismo, necessidade, acaso, destino. É a história. O conjunto das ações e das interações é a práxis” (LEFEBVRE, 1967, p. 98).

A práxis, como atividade material transformadora voltada para fins, é consciente e teleológica, simultaneamente subjetiva e objetiva, ideal e material. Segundo Vázquez (1977), não há práxis como atividade puramente material sem intervenção da consciência, sem conhecimento e atividade teórica.

Toda ação verdadeiramente humana requer certa consciência de uma finalidade, finalidade que se sujeita ao curso da própria atividade. A finalidade, por sua vez, é a expressão de certa atividade do sujeito em face da realidade. [...] Se o homem vivesse em plena harmonia com a realidade, ou absolutamente conciliado com seu presente, não sentiria necessidade de negá-los idealmente nem de configurar em sua consciência uma realidade ainda inexistente”. Pelo fato de propor-se objetivos, o homem nega uma realidade efetiva, e afirma outra que ainda não existe. Mas os fins são produtos da consciência e, por isso, a atividade que eles governam é consciente (VÁZQUEZ, 1977, p. 189)

O dinamismo e a imprevisibilidade do processo implicam em uma certa inadequação entre o idealizado e o realizado, pois o que se projeta na consciência nunca é exatamente igual ao que se configura no resultado. Assim, a consciência não pode se limitar a traçar um objetivo ou modelo ideal imutável. Ela deve se manter ativa no decorrer do processo, não só tratando de impor o objetivo original, mas também adaptando-o em prol de sua realização. “A consciência estabelece uma finalidade aberta ou um projeto dinâmico e, justamente por essa abertura ou dinamismo, há de permanecer também ela aberta e ativa ao longo de todo processo prático” (VÁZQUEZ, 1977, p. 249). Ou seja, consciência que nunca cessa.

Vázquez (1977) estabelece uma diferenciação entre a consciência prática ordinária, que atua do começo ao fim do processo prático como atividade ideal que se materializa; da consciência da práxis, consciência que volta a si mesma, permitindo refletir e enriquecer a atividade real material e com isso elevar a consciência (prática) que se configura nela. A consciência ordinária não faz da práxis, como atividade social transformadora, seu objeto. Somente a consciência da práxis, como autoconsciência reflexiva, pode nutrir uma verdadeira práxis capaz de transformar criativamente a realidade.

De acordo com Vázquez (1977, p. 245), “o grau de consciência do sujeito ativo no processo prático e o grau de criação ou humanização da matéria produto resultante da sua atividade prática implica em diferentes níveis da práxis”. Segundo ele, a práxis fundamental para a sobrevivência humana é a práxis produtiva: a práxis em que os seres humanos, para satisfazer suas necessidades, transformam a natureza e a si. Tal práxis se caracteriza por um ritmo alternante entre criação e repetição, inovação e reiteração. As distinções não excluem os

vínculos que operam dentro de uma práxis total, decorrente das relações sociais de determinado modo de produção.

Para o autor, a criação é atividade vital humana, pois é criando que o homem busca soluções para satisfazer suas necessidades transformando o mundo e a si. Porém, entre uma criação e outra, ele reitera sua práxis enquanto as necessidades e soluções encontradas têm validade no tempo. Ou seja, “a repetição se justifica enquanto a própria vida não reclama uma nova criação” (VÁZQUEZ, 1977, p. 247).

Do ponto de vista da práxis humana total que se traduz na produção ou autocriação do próprio homem, a práxis criadora é determinante, já que é exatamente ela que lhe permite enfrentar novas necessidades e novas situações. O homem é um ser que tem de estar inventando ou criando constantemente novas soluções. Uma vez encontrada uma solução, não lhe basta repetir ou imitar o que ficou resolvido; em primeiro lugar, porque ele mesmo cria novas necessidades que invalidam as soluções encontradas e, em segundo lugar, porque a própria vida, com suas novas exigências, se encarrega de invalidá-las. Mas as soluções alcançadas têm sempre, no tempo, certa esfera de validade, daí a possibilidade e a necessidade de generalizá-las e estendê-las, isto é, de repeti-las enquanto essa validade se mantenha. A repetição se justifica enquanto a própria vida não reclama uma nova criação. O homem não vive em um constante estado criador. Ele só cria por necessidade; cria para adaptar-se a novas situações ou para satisfazer novas necessidades. Repete, portanto, enquanto não se vê obrigado a criar. Contudo, criar é, para ele, a primeira e mais vital necessidade humana, porque só criando, transformando o mundo, o homem faz um mundo humano e se faz a si mesmo. Assim, a atividade prática fundamental do homem tem um caráter criador; junto a ela, porém, temos também – como atividade relativa, transitória, sempre aberta a possibilidade e necessidade de ser substituída – a repetição. A práxis é, por isso, essencialmente criadora. Entre uma e outra criação, como uma tregua em seu debate ativo com o mundo, o homem reitera uma práxis já estabelecida (VÁZQUEZ, 1977, p. 247-8).

Lefebvre (2012), por sua vez, define a práxis repetitiva como os atos e gestos reiterados de determinados ciclos necessários à produção humana, o que, todavia, não a faz alienante.

As relações sociais mantêm uma estabilidade (relativa) enquanto os membros de uma sociedade estão mudando constantemente; eles nascem e morrem e passam de um grupo para outro (através do casamento, notavelmente), mantendo suas relações. A ‘práxis’ descrita desta forma, no nível econômico, não é a repetição no sentido da atividade industrial. Ele se repete em ciclos (LEFEBVRE, 2014, p. 408).

Segundo Vázquez (1977), na repetição, planejamento e realização convergem, sobrando pouca margem para o improvável e o imprevisível. O ideal tende a permanecer imutável no resultado acabado. Também não oscila o modo de fazer. A práxis repetitiva tem por base uma práxis criadora já existente e, por isso, é considerada uma práxis inferior que não produz mudanças qualitativas na realidade, ainda que amplie o que já foi criado quantitativamente. O problema é quando essa práxis se formaliza e se burocratiza, isto é, quando a lei que rege o processo se converte em lei a priori ou, ainda, quando a forma se sobrepõe ao conteúdo. De acordo com Vázquez (1997), essa práxis, que ele define como degradada e inautêntica, é uma práxis mecânica em que a repetição infinita se alcança mediante sua extrema formalização.

Na práxis criativa, por outro lado, não somente o projeto se ajusta ao fim proposto, como também o ideal tem que se ajustar às circunstâncias surgidas no processo prático. Por ela se cria também o processo de criar e, por isso, há uma elevada atividade da consciência. Segundo Vázquez (1977), a práxis criativa tem algo de aventura, risco e imprevisibilidade, sendo incompatível, portanto, com uma práxis burocratizada. Essa mesma práxis, que Lefebvre (2014) define como *poiesis*, é criadora de obras<sup>3</sup> e novas práticas que modificam as relações humanas, incluindo sua dimensão ética.

A práxis social de grupos ou classes sociais na luta para manter o *status quo* ou transformar as leis que regem a sociedade é o que Vázquez (1977) define como atividade política. Essa atividade está vinculada a maneira como esses grupos se organizam na disputa pelo poder. Assim, não se trata de uma atividade espontânea, ela exige métodos reais e efetivos de luta, estratégias e táticas.

A política é uma atividade prática na medida em que a luta que os grupos ou classes travam está vinculada a certo tipo de organização real de seus membros, (instituições e organizações políticas como são, por exemplo, os partidos). [...] o caráter prático da atividade política exige formas, meios e métodos reais, efetivos de luta. [...] Persegue determinados objetivos que correspondem aos interesses radicais das classes sociais, e em cada situação concreta a realização desses objetivos está condicionada pelas possibilidades objetivas inscritas na própria realidade. [...] Os métodos para transformar o ideal em real, isto é, para realizar na prática a linha política traçada pelo movimento constituem a estratégia e a tática. A estratégia assinala as tarefas correspondentes a uma etapa histórica geral, e a tática determina o modo de cumprir a linha política de um período relativamente breve (VÁZQUEZ, 1977, p 200-201).

A práxis política alcança seu nível mais elevado, como etapa superior da transformação prática da sociedade, na práxis revolucionária: a práxis que introduz inteligibilidade concreta nas relações e descontinuidades no processo histórico. A práxis revolucionária carrega a ideia fundamental de superação. Ela busca suprimir e suplantar as representações ilusórias por relações transparentes e diretas entre os seres humanos. Ela é a atividade prática no seu mais

---

<sup>3</sup> A obra constitui uma totalidade de elementos e momentos: técnica, conhecimento, desejo, trabalho, lazer, seriedade, tanto social como extra social etc. Ela não é a soma desses elementos, nem se fixa em algum deles, sob pena de ficar presa às representações. Ela é a “inerência do todo a cada parte e de cada parte ao todo” (LEFEBVRE, 1983, p. 237). Tem um conteúdo multiforme. Representa algo que não é subordinado a nenhuma forma, nenhuma representação e, ao mesmo tempo, nasce e se desenvolve na zona das representações, sem tomá-las como verdades. Atravessa-as, integra e supera. Submete-as à prova da ação prática (ação poietica). Ela se dirige à vivência para intensificá-la sem submetê-la. Cria um saber por uma vivência e uma vivência por um saber, que nunca é um saber puro. Ela é a pedra angular, a forma superior da prática. Ela luta contra o tempo, cristaliza o devir, imortaliza um instante, um ato, alguém, algo. É um trabalho criativo, que restaura o valor de uso, livre dos condicionamentos, dos limites, das divisões e separações. Em vez de refletir o real, o supera, “propõe e sobrepõe uma realidade diferente”. Ela contém uma utopia. Ela invoca uma presença na ausência. A presença é algo, um ser, uma coisa, um acontecimento que se evoca e convoca, intensifica a vivência e proporciona um gozo. Não se reduz a algo material, sensível, imediato, não provém do “sujeito”, nem do “objeto”, provém da memória ou do imaginário. A ausência é o distanciamento do criador dos elementos da obra e de si mesmo, expresso em uma técnica, experiência, recordação, projeto. Presença e ausência supõem uma relação dialética, são unidade e contradição (LEFEBVRE, 1983, p. 229).

alto grau político, criador e revolucionário e, por isso, exige uma elevada consciência da práxis, a consciência que permite esclarecer as ações dos homens como sujeito histórico e reconhecer as possibilidades. Ela é a exploração dos possíveis por decisões que compreendem teoria e ação, tática e estratégia. “É a partir da práxis revolucionária consciente que o pensamento e ação se articulam dialeticamente, e que o conhecimento ‘reflete’ a práxis, isto é, se constitui como reflexão sobre a práxis” (LEFEBVRE, 1968, p. 62). Ela é atividade criadora por excelência (VÁZQUEZ, 1977).

## 1.2 VIVIDO E VIVER

A práxis também compreende o vivido e o viver, ou, ainda, o vivido e o histórico. O vivido corresponde ao conjunto de experiências sociais, ao realizado ou ao que está em processo de ser realizado, não como resultado inerte da vida, nem como consciência vaga. Ele é obra, viva ou morta, da práxis humana. “É o que eu faço, seja lá o que eu saiba, na minha própria luz e dentro dos meus próprios horizontes”. Ele é o foco da consciência na prática, sempre em movimento, na trama das relações vividas. “É um foco da consciência prática, um centro de densidade e de calor, se não de luz. Esse foco ou localização se move. Ele muda de nível, com as lacunas e desequilíbrios que essas mudanças acarretam” (LEFEBVRE, 2014, p. 510).

O vivido, contudo, não pode ser definido plenamente sem o viver. O viver é o contexto e o horizonte do vivido, suas expectativas e possibilidades. É ele quem provoca e convoca o vivido. Entre os dois se desenvolve um movimento que envolve a consciência e a práxis. O vivido é da ordem do real, presente, enquanto o viver é da ordem do virtual, presença. Essa relação “é infinitamente complexa e, a todo momento, há uma certa iluminação, um ponto focal, uma determinação criativa” (LEFEBVRE, 2014, p. 511).

O "viver" não tem fronteiras precisas. Sempre mais vasto, sempre virtual, convoca o "vivido" e o provoca. No centro desta paisagem instável, vulcânica e tempestuosa, o "vivido" é como a tenda de um nômade. É sempre o que foi realizado, ou o que "está" no processo de ser realizado, e assim substituído, porque é sempre decepcionante e em declínio, mesmo enquanto está sendo realizado (LEFEBVRE, 2014, p. 512).

O vivido é a expressão da práxis em articulação com o percebido (a materialidade) e o concebido (as representações). O concebido é o campo das representações, vinculado a um saber e poder que definem uma ordem. Ele “[...] inclui não apenas os conceitos teóricos, mas também as ideologias ‘trabalhadas’ de acordo com um objetivo estratégico”. Entre o concebido e o vivido há uma relação conflituosa, sem corte e intervalos. O vivido, que tende a ser reduzido, depreciado ou silenciado pelo concebido, se defende pela revolta, pela espontaneidade. “O

grande momento? O da unidade momentânea e/ou a contradição descoberta. Quão grande foi o momento em que a Liberdade foi ao mesmo tempo concebida pelos filósofos e vivida pelos revolucionários!” (LEFEBVRE, 1983, p. 70).

Desse movimento que marca a vida cotidiana, uma constante tentativa de realização do viver é empreendida, fruto das expectativas de um futuro desejado dentre aquilo que o vivido diz ser possível. O resultado é sempre um novo vivido, ora mais e ora menos próximo àquilo que se buscou, mas nunca igual. É por essa busca de ‘outra coisa’ (viver) que a consciência evita sucumbir à alienação (LEFEBVRE, 2014).

Da relação entre ambos, a representação atua como mediadora. Intermediários entre o vivido incerto e o concebido elaborado, os conteúdos inerentes às diferentes formas de relações sociais (natureza e sexo, vida e morte, corpo e espírito, espaço e tempo, fraqueza e poder, etc) dão origem a múltiplas representações, tanto fixas como flutuantes, ilusórias e estereotipadas. Elas são parte do conteúdo das relações sociais. Como mediação, as representações ocupam os intervalos e as fendas entre o sujeito e o objeto, a presença e a ausência, o vivido e o concebido. A representação é o substituto da presença na ausência, no seu esquecimento, desaparecimento, cobrando formas diversas (reflexão, imagem, símbolos etc.). Elas interpretam a vivência e a prática; intervêm nelas sem por isso conhecê-las ou dominá-las. Formam parte delas. “A vivência não coincide com o singular, com o individual, com o subjetivo, porque as relações sociais também são vividas antes de serem concebidas; existe a vivência social vinculada ao individual, mas diferente da sua singularidade” (LEFEBVRE, 1983, p. 223).

A questão é que quando o concebido prevalece sobre o vivido, quando as representações se descolam da prática, elas se autonomizam e se fetichizam. “As representações empobrecidas e sistematizadas em ideologias fazem parte dos serviços e processos de conservação, de proteção contra o devir, a estabilização, a luta contra as transformações; dos procedimentos mais humildes para os mais sutis há somente uma diferença de grau!” (LEFEBVRE, 1983, p. 174).

Segundo Lefebvre (1991b), é no espaço<sup>4</sup> vivido cotidianamente que se guardam as representações da vida e se inscrevem as trajetórias individuais e coletivas. O autor analisa o

---

<sup>4</sup> Para Lefebvre (1991), o espaço é um produto social. Essa noção envolve o mental e o cultural, o social e o histórico, por um processo complexo de descoberta (de espaços novos, desconhecidos, continentes ou o cosmos); de produção (da organização espacial própria a cada sociedade); e de criação (de obras: a paisagem, a cidade). Nesse sentido, o espaço não pode ser concebido como passivo, vazio, ou, ainda, como um produto a ser trocado e consumido. Ele é sim produto, mas por interação ou retroação, visto que intervém nas forças produtivas através da organização do trabalho produtivo. Assim, ele é produto e produtor, ele faz parte das relações sociais de produção, da divisão do trabalho e, tem, obviamente, relação com a propriedade. Ele se vende, se compra; tem valor de troca e valor de uso. O espaço (social) intervém no modo de produção, ao mesmo tempo que é construído e transformado

espaço por meio de uma dialética<sup>5</sup> entre as dimensões do percebido, concebido e vivido (prática do espaço – representação do espaço<sup>6</sup> – espaços de representação<sup>7</sup>), que incidem uma sobre a outra.

O espaço vivido é o espaço do habitar: gestos e percursos, corpo e memória, símbolos e sentido, contradições e conflitos, desejos e necessidades, na maioria dos casos, desconhecido ou distante da consciência. Nesse sentido, ele é frequentemente subordinado às representações do espaço (espaço concebido). O arquiteto que desenha e o urbanista que planeja o veem de cima e de longe. Após essa redução quase total do cotidiano, retornam à escala do vivido na crença de reencontrá-lo. “Eles passaram do vivido ao abstrato para projetar essa abstração no nível do vivido. Dupla substituição, dupla negação que estabelece uma afirmação ilusória: o retorno à vida real” no campo que parece iluminado, mas que não passa de um campo cego. Para o autor, não há como superar essa “ideo-lógica” sem uma rebelião do vivido (LEFEBVRE, 1999, p. 166).

### 1.3 CRÍTICA DA VIDA COTIDIANA

Considerando a vida cotidiana como uma expressão das relações sociais de produção, é necessário compreender os fundamentos que a constituem, o que, hoje, significa compreender os fundamentos da produção capitalista. Assim, não há como iniciar sem partir de Marx (2013) e sua obra *O Capital*, como fez o próprio Lefebvre (2014) ao desenvolver sua crítica da vida cotidiana. O marxismo, como afirma o autor, é um conhecimento crítico da vida cotidiana que permite compreender a realidade como devir social ou o que ele chama de “fenômeno humano total” (LEFEBVRE, 2014, p. 390).

---

por ele. A produção do espaço, nesse sentido, não seria dominante no modo de produção, mas religaria os aspectos da prática coordenando-os, reunindo-os, precisamente, numa prática.

<sup>5</sup> Uma relação à dois termos reduz-se a uma oposição, a um contraste, a uma contrariedade; ela se define por um efeito signifiante: efeito de eco, de repercussão, de espelho (LEFEBVRE, 2014).

<sup>6</sup> As representações do espaço (espaço concebido) correspondem ao espaço dominante numa sociedade ou num modo de produção, dedicado aos cientistas, planejadores, urbanistas, tecnocratas etc., que conduzem a ordem através do saber e poder. Elas têm um alcance prático, a partir de ideologias eficazes, pelas quais se inserem nos espaços de representação (espaço vivido) e modificam as texturas espaciais. A representação do espaço domina e subordina o espaço de representação (LEFEBVRE, 1991b).

<sup>7</sup> Os espaços de representação (espaço vivido), através das imagens e símbolos que o acompanham, corresponde ao espaço dos ‘habitantes’, dos ‘usuários’, o espaço dominado e suportado que a imaginação tenta modificar e apropriar. Envolve simbolismos complexos, ligados ao lado clandestino e subterrâneo da vida social. O espaço de representação se vê, se fala; ele tem um núcleo ou centro afetivo, o Ego, a cama, o quarto, a moradia ou a casa; - a praça, a igreja, o cemitério. Ele contém os lugares da paixão e da ação, os das situações vividas, portanto, implica imediatamente o tempo. De sorte que ele pode receber diversas qualificações: o direcional, o situacional, o relacional, porque ele é essencialmente qualitativo, fluido, dinamizado (LEFEBVRE, 1991b, p. 42).



Além disso, não há como compreender a sociedade e o humano sem compreender a maneira como os homens produzem e organizam o trabalho. As relações fundamentais de toda sociedade são as relações de produção. Lefebvre (2009, p. 64) defende que para alcançar a estrutura essencial de uma sociedade, “a análise deve descartar as aparências ideológicas, os revestimentos coloridos, as fórmulas oficiais, tudo que se agita sobre a superfície da sociedade, toda a decoração”. Ela deve alcançar, fundamentalmente, os relacionamentos de produção, ou seja, os relacionamentos dos homens com a natureza e entre si, no e pelo trabalho, na esfera onde se expressam em toda sua extensão: na vida cotidiana.

Os seres humanos, como seres de necessidades, pressupõem uma organização corporal em relação à natureza, ao ambiente em que vivem, para sobreviver. Eles retiram da natureza aquilo que necessitam para manter sua própria vida e fazem através do trabalho, por uma organização consciente e racional de suas atividades, o que, inevitavelmente, implica o estabelecimento de relações entre si<sup>8</sup>. A produção é a vida ativa dos homens como espécie, na forma como se relacionam com a natureza, consigo e com os outros. O trabalho<sup>9</sup> é ato definidor, seu meio direto de interação com o mundo. Ele constitui a essência dos seres humanos como criadores: seres de necessidades que se relacionam para satisfazê-las. É através dele que os homens e a sociedade se desenvolvem. A natureza, então modificada pelos homens, pelos atos do seu trabalho, é vista como sua obra e realidade.

Sendo assim, a maneira como os homens produzem influi diretamente na maneira como os homens se exteriorizam, organizam-se, relacionam-se, vivem e pensam. As relações sociais de produção<sup>10</sup> fornecem a base sobre a qual se estabelecem as relações fundamentais da

---

<sup>8</sup> De acordo com Marx e Engels (2007), os homens, na medida em que existem, tem necessidades que, na fase atual do desenvolvimento, só podem ser satisfeitas no interior da sociedade, pelo estabelecimento de relações. É nesse sentido que Marx (2011) afirma que o homem é um animal social que somente pode isolar-se em sociedade. Quanto mais fundo voltamos na história, mais o indivíduo, e por isso também o indivíduo que produz, aparece como dependente, como membro de um todo maior: de início, e de maneira totalmente natural, na família e na família ampliada em tribo [Stamm]; mais tarde, nas diversas formas de comunidade resultantes do conflito e da fusão das tribos. Somente no século XVIII, com a “sociedade burguesa”, as diversas formas de conexão social confrontam o indivíduo como simples meio para seus fins privados, como necessidade exterior. Mas a época que produz esse ponto de vista, o ponto de vista do indivíduo isolado, é justamente a época das relações sociais (universais desde esse ponto de vista) mais desenvolvidas até o presente. O ser humano é, no sentido mais literal, um *zVon politikón*, não apenas um animal social, mas também um animal que somente pode isolar-se em sociedade. A produção do singular isolado fora da sociedade – um caso excepcional que decerto pode muito bem ocorrer a um civilizado, já potencialmente dotado das capacidades da sociedade, por acaso perdido na selva – é tão absurda quanto o desenvolvimento da linguagem sem indivíduos vivendo juntos e falando uns com os outros (MARX, 2011, p. 55).

<sup>9</sup> Segundo Marx (2013, p. 326), o trabalho humano, independente do modo de produção social, é o processo pelo qual o homem “medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza”.

<sup>10</sup> A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia, na procriação, aparece desde já como uma relação dupla – de um lado, como relação natural, de outro como relação social –, social no sentido de que por ela se entende a cooperação de vários indivíduos, sejam quais forem as condições, o modo e a finalidade. Segue-se daí que um determinado modo de produção ou uma determinada fase industrial estão sempre ligados a um

sociedade, isto é, as relações de produção<sup>11</sup>. A produção é tanto material: produção de coisas, bens (produtos), as quais podem ser enumeradas, trocadas; e espiritual: produção de obras, incluindo o tempo e espaço social, ideias, representações e a própria consciência<sup>12</sup>. “Produzir, em sentido amplo, é produzir ciência, arte, relações entre os seres humanos, tempo e espaço, acontecimentos, história, instituições, a própria sociedade, a cidade, o Estado, em uma palavra: tudo”. A produção, por fim, envolve a reprodução das relações sociais que a constituem (LEFEBVRE, 2001, p. 80).

A produção não se reduz à fabricação de produtos. O termo designa, de uma parte, a criação de obras (incluindo o tempo e o espaço sociais), em resumo, a produção "espiritual", e, de outra parte, a produção material, a fabricação de coisas. Ela designa também a produção do "ser humano" por si mesmo, no decorrer do seu desenvolvimento histórico. Isso implica a produção de relações sociais. Enfim, tomado em toda a sua amplitude, o termo envolve a reprodução. Não há apenas reprodução biológica (e consequente aumento demográfico), mas também reprodução material dos utensílios necessários à produção, instrumentos técnicos e, ainda, reprodução das relações sociais (LEFEBVRE, 1991, p. 37).

O que determina as relações sociais de produção, ao longo do desenvolvimento histórico, não é o que é produzido, mas como é produzido, sob que condições e meios operam as forças de trabalho. As relações contemporâneas de produção, baseadas na acumulação de capital em escala ampliada, implicam uma organização contraditória da sociedade. No capitalismo, os produtos sociais assumem a forma genérica de mercadoria<sup>13</sup>. O caráter comum

---

determinado modo de cooperação ou a uma determinada fase social – modo de cooperação que é, ele próprio, uma “força produtiva” –, que a soma das forças produtivas acessíveis ao homem condiciona o estado social [...] O que diferencia as formas econômicas não é ‘o que’ é produzido, mas ‘como’ se produz, sob que condições e meios operam as forças de trabalho (MARX; ENGELS, 2007, p. 34).

<sup>11</sup> Em cada momento histórico, os homens desenvolvem as forças produtivas que dispõem e organizam formas de associação e intercâmbio derivadas. A conjugação da produção material com a forma correspondente de intercâmbio constitui o modo de produção. Ele corresponde as relações econômicas ou, ainda, a um determinado modo de cooperação e uma determinada fase de desenvolvimento social (MARX; ENGELS, 2007).

<sup>12</sup> Da produção também emanam as ideias e representações dos homens e da sociedade tal como se apresentam na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica, o que envolve elaborações jurídicas (códigos) e políticas, as instituições (o Estado, entre outras), as ideologias e os fetiches. Na produção material, os homens também produzem sua consciência. De acordo com Marx e Engels (2007), “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência”. O pensar, segundo ele, emana do comportamento material dos homens, da sua produção e das relações que ela envolve. A consciência, portanto, é um produto social. O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado modo de vida desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção (MARX; ENGELS, 2007, p. 87).

<sup>13</sup> A mercadoria, segundo Marx (2013, p. 157), “como forma elementar”, carrega consigo a chave de entendimento dos fundamentos que regem esse sistema produtivo. Como um objeto externo aos homens, a mercadoria possui atributos capazes de satisfazer as necessidades humanas mais diversas. A satisfação das necessidades se dá pela utilidade da mercadoria e essa utilidade faz dela um valor de uso. O valor de uso diz respeito ao conteúdo e a qualidade da mercadoria, e se realiza através da sua utilização ou consumo. As mercadorias, além de seu valor de uso, também servem de suporte para a troca. Elas são não-valores de uso para seus possuidores e valores de uso

das mercadorias é o fato de serem todas produto do trabalho humano. É o trabalho humano objetivado na mercadoria que determina os parâmetros do seu valor<sup>14</sup>. Entretanto, o movimento da mercadoria, como algo autônomo e independente da mão humana que a produziu, encobre as relações sociais<sup>15</sup> fruto das atividades do trabalho (MARX, 2013).

O trabalho, atividade vital do desenvolvimento humano, na forma assalariada<sup>16</sup>, característica do modo de produção capitalista, também se torna uma mercadoria: a principal delas, a única com capacidade de criar valor. Sendo o trabalho fonte de valor e o capital processo de valorização do valor<sup>17</sup>, esse sistema opera pela exploração da força de trabalho através da extração do trabalho excedente<sup>18</sup> dos assalariados pela classe capitalista, detentora dos meios de produção<sup>19</sup>. É esse excedente que se converte em capital e retorna ao processo de produção

---

para seus não-possuidores. Os valores de uso são, ao mesmo tempo, os suportes materiais do valor de troca. O valor de troca está na relação quantitativa entre valores de uso de espécies diferentes, na medida em que se trocam. Como valores de uso, as mercadorias são, antes de tudo, de diferentes qualidades; como valores de troca, elas podem ser apenas de quantidades diferentes. Tanto o valor de uso como valor de troca são sua forma aparente, seu aspecto material. O caráter comum das mercadorias é o fato de serem todas produto do trabalho humano. Nela está “objetivado ou materializado trabalho humano abstrato”. É essa grandeza, o trabalho objetivado, que determina os parâmetros do valor de uma mercadoria (MARX, 2013, p. 161). A mercadoria possui, então, essa terceira forma não visível: o valor, correspondente ao tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la, ou, ainda, trabalho humano abstrato objetivado ou materializado na mercadoria, historicamente específico ao modo de produção capitalista. O valor pressupõe uma relação social que não podemos ver, tocar ou sentir, mas que tem uma presença objetiva. Ele é socialmente determinado, pois é determinado pelo trabalho. A mercadoria, portanto, envolve essas três grandezas que se relacionam dialeticamente (MARX, 2013). Como não se pode ver o trabalho objetivado na mercadoria, ou seja, não se pode saber quem a produziu, como, onde, em que condições etc., o valor se torna uma grandeza oculta.

<sup>14</sup> Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho. [...] É apenas a quantidade de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso que determina a grandeza de seu valor (MARX, 2013, p. 162).

<sup>15</sup> “O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas” (MARX, 2013, p. 206). Essa inversão, provocada pelo fetichismo da mercadoria, “que se cola aos produtos do trabalho tão logo são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias”, faz com que “uma relação social determinada entre os próprios homens assuma, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (MARX, 2013, p. 206).

<sup>16</sup> De acordo com Marx (2013), o ponto de partida da exploração capitalista foi a subjugação do trabalhador através do trabalho assalariado, quando o trabalhador vende sua força de trabalho como mercadoria. “É apenas quando o trabalho assalariado constitui sua base que a produção de mercadorias se impõe a toda a sociedade; mas é também somente então que ela desdobra todas as suas potências ocultas” (MARX, 2013, p. 807).

<sup>17</sup> Ao transformar o dinheiro em mercadorias, que servem de matérias para a criação de novos produtos ou como fatores do processo de trabalho, ao incorporar força viva de trabalho à sua objetividade morta, o capitalista transforma o valor – o trabalho passado, objetivado, morto – em capital, em valor que se autovaloriza, um monstro vivo que se põe a “trabalhar” como se seu corpo estivesse possuído de amor (MARX, 2013, p. 349).

<sup>18</sup> O desenvolvimento da força produtiva do trabalho no interior da produção capitalista visa encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador tem de trabalhar para si mesmo (tempo de trabalho necessário, em que o trabalhador produz o valor de reposição de sua força de trabalho) precisamente para prolongar a parte da jornada de trabalho durante a qual ele pode trabalhar gratuitamente para o capitalista (trabalho excedente, mais trabalho) (MARX, 2013, p. 492).

<sup>19</sup> Essa relação começa com a compra da força de trabalho por um tempo determinado. O trabalhador adianta ao capitalista o valor de uso da sua força de trabalho, sendo pago, em forma de salário, depois de ter realizado tanto seu próprio valor como um mais-valor. Esse trabalho vivo é objetivado em produtos a serem vendidos no mercado, de forma a realizar seu valor em dinheiro. Uma parte desse dinheiro é consumida pelo capitalista como renda,

incorporando mais valor. Nesse momento, a partir da circulação intermediada pelo dinheiro<sup>20</sup>, a produção deixa de se pautar pela satisfação das necessidades humanas, produção de valores de uso, e se volta para a produção de mais valor<sup>21</sup>. É por esse movimento que o valor se torna, na aparência, o sujeito autônomo desse processo, sendo a produção de mais valor o que move o capital e possibilita a sua reprodução.

Ocorre que a produção de mais valor degrada o trabalho, o sujeito real da produção social. Na forma de trabalho assalariado<sup>22</sup>, os trabalhadores perdem o controle e o poder sobre aquilo que produzem, não se reconhecem nos seus produtos<sup>23</sup>. O trabalho como mercadoria se torna apenas um meio para satisfação de uma necessidade: a de manter-se vivo. Ele se torna o que Marx (2004) chama de trabalho estranhado ou trabalho alienado<sup>24</sup>, em que o homem é estranhado de si, dos outros<sup>25</sup>, da natureza, da sua própria natureza, da sua consciência, pelos próprios produtos sociais.

---

outra é aplicada em capital, em meios de produção e força de trabalho para a fabricação de novas mercadorias. Estas entram novamente em circulação, realizando seu valor em dinheiro e consecutivamente em capital, em um ciclo incessante de acumulação que converte todo capital em capital acumulado ou mais-valor capitalizado, de uma reprodução simples a uma reprodução ampliada, perpetuando-se como resultado próprio da produção capitalista (MARX, 2013, p. 777). Ao transformar o dinheiro em mercadorias, que servem de matérias para a criação de novos produtos ou como fatores do processo de trabalho, ao incorporar força viva de trabalho à sua objetividade morta, o capitalista transforma o valor – o trabalho passado, objetivado, morto – em capital, em valor que se autovaloriza, um monstro vivo que se põe a “trabalhar” como se seu corpo estivesse possuído de amor (MARX, 2013, p. 349).

<sup>20</sup> A circulação simples de mercadorias – a venda para a compra – serve de meio para um objetivo final que está fora da circulação, a apropriação de valores de uso, a satisfação de necessidades. A circulação de dinheiro como capital é, pelo contrário, uma finalidade em si mesma, pois a valorização do valor só existe dentro desse movimento sempre renovado. Por isso o movimento do capital é insaciável (MARX, 1983, p. 129).

<sup>21</sup> [...] por meio da ação da força de trabalho, não apenas seu próprio valor se reproduz, mas também se produz um valor excedente. Esse mais-valor constitui o excedente do valor do produto sobre o valor dos elementos formadores do produto, isto é, dos meios de produção e da força de trabalho. [...] a parte do capital constituída de força de trabalho modifica seu valor no processo de produção. Ela não só reproduz o equivalente de seu próprio valor, como produz um excedente, um mais-valor, que pode variar, sendo maior ou menor de acordo com as circunstâncias (MARX, 2013, p. 264-5).

<sup>22</sup> Para Marx (2004, p. 88), o “salário é uma consequência imediata do trabalho estranhado, e o trabalho estranhado é a causa imediata da propriedade privada”. A propriedade privada, segundo ele, é o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho exteriorizado, da relação externa do trabalhador com a natureza e consigo mesmo.

<sup>23</sup> De acordo com Marx (2004, p. 85), “o objeto do trabalho é a objetificação da *vida genérica do homem*”, quando ele se reproduz efetivamente e vê seu próprio reflexo no mundo que construiu.

<sup>24</sup> No capitalismo, o produto do trabalho é propriedade do capitalista, não do produtor direto, o trabalhador. O trabalhador vende a sua força de trabalho como mercadoria para o capitalista. O seu valor de uso pertence a ele. O processo de trabalho consiste então no consumo de tal mercadoria comprada (a força de trabalho) acrescida dos meios de produção, e o produto desse trabalho é incorporado em um objeto convertido em mercadoria. Esse produto é uma objetificação do trabalho e a sua execução é simultaneamente sua objetificação. O objeto produzido pelo trabalho, o seu produto, se torna algo estranho, uma força independente do produtor. O trabalhador, nas palavras de Marx (2004, p. 81), se torna “um servo do seu objeto”. A *exteriorização* do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência *externa*, mas, bem além disso, [que se torna uma existência] que existe *fora dele*, independente dele e estranho a ele, tornando-se uma potência autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha (MARX, 2004, p. 85).

<sup>25</sup> O trabalho alienado também faz com que o homem fique alienado dos outros homens, ele implica, segundo Marx (2004, p. 85), no “estranhamento do homem pelo próprio homem”, pois, “o produto da relação do homem

Como resultado, os homens não reconhecem o desenvolvimento da sociedade como fruto do seu trabalho, não reconhecem seu papel no emaranhado da produção social. O trabalho assume a aparência de uma “tarefa individual”. O ser humano crê trabalhar para quem o paga e para quem ele proporciona lucro. As únicas relações diretas que o trabalhador tem são com quem o emprega, inconsciente do processo total do qual participa. O trabalho alienado perde sua essência social e (porque) assume a forma mercadoria (LEFEBVRE, 2014).

“Para o trabalhador, a participação na atividade criativa do conjunto social assume a forma de uma necessidade externa: a necessidade de ‘ganhar a vida’.” (LEFEBVRE, 2014, p. 185). É assim que o trabalho social assume a aparência de “uma penalidade, um castigo misterioso” e se torna um “poder desumanizado, brutalmente objetivo” que domina toda a vida social (LEFEBVRE, 2014, p. 186). Nesse sentido, “a realidade humana – o que os próprios homens fazem – ilude não só sua vontade, mas também a sua consciência” (LEFEBVRE, 2014, p. 187). Entretanto, apesar de alienado, o homem ainda trabalha para o todo social; “sua atividade faz parte do trabalho social e contribui para o patrimônio histórico da sociedade a que pertence, só que ele não sabe” (LEFEBVRE, 2014, p. 184).

No senso comum, a alienação é tratada como sendo um estágio de não consciência, muito embora Iasi (1999) explique que ela seja uma manifestação inicial da consciência ou,

---

com seu trabalho [...] vale como relação do homem com outro homem”, o que significa dizer que o homem está estranhado do outro, da espécie e da essência humana (MARX, p. 86).

Se o produto do trabalho me é estranho, [se ele] defronta-se comigo como poder estranho, a quem pertence então?

Se minha própria atividade não me pertence, é uma atividade estranha, forçada, a quem ela pertence então?

Quem é este ser?

Os Deuses? [...]

O ser estranho a quem pertencem o trabalho e o produto do trabalho, para o qual o trabalho está a serviço e para cuja fruição do qual [está] o produto do trabalho, só pode ser o homem mesmo.

Se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, um poder estranho [que] está diante dele, então isso só é possível pelo fato de [o produto do trabalho] pertencer a um outro homem fora o trabalhador (MARX, 2004, p. 86).

para Lefebvre (2014), consciência privada<sup>26</sup>. Segundo Iasi (1999), a consciência<sup>27</sup> é gerada a partir das relações concretas que os seres humanos estabelecem entre si e a natureza. “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX e ENGELS, 2007, p. 94). A consciência, segundo Lefebvre (2014), é um produto social.

Ela nasce ao nível do sensível. [...] é nessa relação prática, constituída inicialmente e fundamentalmente pelo trabalho, ampliada em seguida pela práxis inteira de uma sociedade onde os trabalhos se dividem e se tornam desiguais e parciais que aparecem os sentidos (significações) dos objetos, das situações, dos atos. E isto no sentido geral da vida social e de seu vir-a-ser (orientação) (LEFEBVRE, 1968, p. 58).

Iasi (1999) explica a consciência como o processo (individual) de interiorização das relações, no qual se forma uma representação mental (subjéctiva) de uma realidade concreta e externa (objéctiva), em determinado momento, através de sua vivência imediata (percepção). Logo, todo ser humano tem uma representação mental de sua vida. O indivíduo inserido no conjunto das relações sociais faz parte de uma história que o antecede e que vai além da sua existência. A representação que ele constrói é um momento abstraído desse devir, em que ele busca compreender o todo pela parte.

Sendo a consciência a interiorização das relações vividas, a instituição primária que coloca o indivíduo em relações sociais é a família. Assim, o primeiro estágio de consciência é subjéctivo e profundamente arraigado de carga afetiva, a partir de exemplos e identificações de fundo psicológico<sup>28</sup>. As relações familiares são complementadas, reforçadas ou, até mesmo,

---

<sup>26</sup> No capitalismo, a classe dominante (classe burguesa) concebe a sociedade como uma coleção de átomos justapostos: indivíduos no sentido puro. Por essa concepção, o indivíduo é representado para si e para os outros de forma contraditória. Ele vê o outro externo a ele, em oposição, e se vê como auto-suficiente, sem compreender que, para satisfazer suas necessidades, ele precisa relacionar-se com os demais. Essa individualidade, pela qual os indivíduos se compreendem, é o que Lefebvre (2014) entende por ‘consciência privada’. A vida privada é, literalmente, uma vida de privação: privada da realidade, de laços com o mundo, uma vida na qual tudo o que é humano é estranho. É, também, uma vida dividida em polos contraditórios ou separados: trabalho e descanso, vida pública e vida pessoal, sorte e destino, ideal e realidade, o maravilhoso e o cotidiano. Além disso, o indivíduo privado da realidade humana também está privado da verdade, separado de sua realidade humana e social concreta, privado da consciência do todo histórico e social. A consciência privada do indivíduo é complementada por uma consciência pública. A vida individual oscila entre uma e outra. A consciência pública contém os elementos sociais mais básicos nos quais os indivíduos encontram justificativas, explicações, compensações, eliminando a necessidade de se questionar. O ser individual encontra sua generalidade no Estado, quando se torna um membro imaginário de uma comunidade fictícia. O indivíduo se vê como uma partícula que compõe uma grande massa na qual o vínculo entre as partículas isoladas é o Estado. Nesse nível, em que indivíduo se vê como cidadão e homem público, ele se aliena de sua vida individual real (LEFEBVRE, 2014).

<sup>27</sup> Segundo Iasi (1999) a consciência sempre deve ser tratada como processo, fenômeno em movimento, ao invés de consciência em si, pois, não sendo algo passível ser adquirido, não há um estado de ‘não consciência’.

<sup>28</sup> Os valores iniciais que o indivíduo interioriza não partem do contato perceptivo com as relações sociais determinantes (relações de produção) na sociedade da qual pertence. Eles são inicialmente transmitidos e incorporados como verdadeiros e naturais a partir de seus laços afetivos. Não há, portanto, nesse primeiro estágio, uma identificação com a sociedade e as relações de produção. É através das relações de identidade com os outros seres humanos, seus modelos, que o indivíduo em formação incorpora valores de terceiros como sendo os seus. Ou seja, o ser humano é modelo do ser humano. A concepção de si e de mundo são formadas a partir do outro. Tudo o que desconhece, traz para esse referencial, construindo uma visão de mundo que julga como sendo própria. Apesar do nexó aparente, essa visão se caracteriza, de acordo com Gramsci, como ocasional e fragmentada. Ou

reconfiguradas pela demais relações sociais que o indivíduo se insere no decorrer de sua vida: escola, trabalho, amizade, política, militância etc. Além disso, outras representações previamente elaboradas se incorporam à consciência do indivíduo na forma de conhecimento, na sua busca por compreender ou justificar a natureza das relações determinantes de cada época. Ocorre que a representação que o indivíduo formula de si e da sociedade, desde uma compreensão generalizada da vivência, “deforma a realidade pela transposição de juízos presos à particularidade” (IASI, 1999, p. 27). É assim que, na concepção do autor, essa primeira forma da consciência, que une desordenada e contraditoriamente elementos do senso comum, é alienada. “Ela se apresenta como alienação não porque se desvincula da realidade, mas pelo fato de naturalizá-la, por desvincular os elementos componentes da visão de mundo de seu contexto e de sua história” (IASI, 1999, p. 29).

Assim, para Marx, a consciência (social) que nasce de uma práxis só reflete fielmente essa práxis em situações bastante definidas: quando a própria práxis não está envolvida em véus nebulosos e as relações entre os seres humanos permanecem diretas sem intermediários opacos. Em estruturas sociais e modos de produção determinados, as práxis sociais produzem representações. Essas representações aumentam ou diminuem a falta de transparência de uma sociedade. Elas esclarecem ou obscurecem essa sociedade. Essas aparências são os modos de aparecer das atividades humanas no seu conjunto, em um momento dado: as modalidades da consciência (LEFEBVRE, 1968, p. 44).

Segundo Lefebvre (1983, p. 29), “o mundo sensível e perceptível se compõe de representações, e essa palavra não designa somente os ‘objetos’ mentais como também o que percebe os sentidos” (LEFEBVRE, 1983, p. 29). As representações<sup>29</sup> são formas de elaborar o mundo e se comunicar. São componentes de uma sociedade, fruto das relações de forças. Toda representação tem uma origem, uma história, a partir da vida dos povos, grupos ou classes que as produzem. São a imagem que têm tanto para si como para os outros. Elas oscilam na maneira como a sociedade se organiza, se enxerga, se projeta e a maneira como sonha e luta contra as pressões e forças conservadoras. Em outros termos, “elas oscilam entre as ideologias e a

---

seja, não forma um todo coerente e coeso, dado que soma seus aspectos de forma arbitrária, a partir de pré-conceitos. Tal visão acrítica e desistoricizada é o que Gramsci entende por senso comum (IASI, 1999).

<sup>29</sup> As representações têm uma existência social, mas não possuem algo como uma substância que lhes confira consistência ao ponto de serem tratadas como “coisas” ou “formas”. Elas não podem ser concebidas como fatos sociais ou resultados compreensíveis por suas causas e efeitos; nem como fatos psíquicos, mesmo que motivem atos; e nem como fatos linguísticos, mesmo que relacionadas a palavras e significados (se se prefere discurso). Seu suporte é o discurso, complementado pela vivência. Inevitáveis e talvez necessárias, mas não suficientes, as representações não são nem falsas nem verdadeiras. “Ao mesmo tempo falsas e verdadeiras. Verdadeiras como resposta a problemas reais. Falsas na medida em que dissimulam objetivos reais. Simulam a vida e dissimulam relações concretas” (LEFEBVRE, 1983, p. 62). As representações possuem uma objetividade, sem reduzir-se a objetos sensíveis ou sociais, muito menos a ‘coisas’. Elas não são internas ao sujeito, sem se reduzir a uma subjetividade. Elas surgem nas relações e contribuem para constituir o indivíduo social. Elas o atravessam. “As representações são produtos que não derivam diretamente de nenhum dos componentes da prática, mas de suas interferências”. Ela não consiste em uma imagem, reflexão ou qualquer abstração, mas uma mediação. (LEFEBVRE, 1983, p. 199).

imaginação, entre sistemas subjacentes formulados abstratamente e imagens sensíveis, entre o estético e o ético” (LEFEBVRE, 1983, p. 29). As representações, na compreensão do autor, englobam as ideologias<sup>30</sup>.

Segundo o autor, as representações mais gerais da sociedade, decorrentes do processo produtivo (a filosofia, o direito, a religião, a arte, a ciência etc.), se sobrepõem ao processo vital. As relações de produção formam a estrutura econômica da sociedade, a base real concreta sobre a qual se erigem tais representações que formam a superestrutura. A superestrutura comporta as instituições jurídicas e políticas, as representações, as ideias<sup>31</sup>, as ideologias. Ela é expressão do modo de produção nas interações complexas entre os indivíduos. “Ela elabora, codifica e/ou transpõe (ideologicamente) os relacionamentos humanos para um modo de produção determinado” (LEFEBVRE, 2009, p. 75).

Para Lefebvre (1968, p. 58), toda sociedade constituída com uma estrutura político-jurídica própria implica o consentimento da grande maioria de seus membros. Segundo ele, é a ideologia, pois, que garante essa adesão e aceitação. Parte elementar das forças produtivas, ela é uma espécie de conjunto das representações características de uma época e de uma sociedade. Mediação entre a consciência e a práxis, ela fornece a língua da vida real, confere sentido, significação e orientação à existência. Ela “possibilita um modo de ver o mundo e uma maneira de viver, isto é, até certo ponto uma práxis, ao mesmo tempo ilusória, eficaz, fictícia e real”.

---

<sup>30</sup> Lefebvre (1983, p. 30) faz uma crítica à ideia vulgar de ideologia, que tende a designar uma “mentira de classe” por uma “passividade de classe”. Para o autor, não há como compreender esse conceito sem passar pelo de representação. A representação, segundo ele, envolve e inclui a ideologia. Ele alega que a noção de representação desaparece do vocabulário marxista frente a de ideologia. Ele critica, inclusive, Marx e Engels, no livro *Ideologia Alemã*, por não terem desenvolvido teoricamente a diferença entre ideia (*Vorstellung*) e ideologia, contentando-se em atacar essa última. “Impreciso em Marx, reduzido ao “reflexo” da coisa por Engels, abusivo em Lenin, o conceito de ideologia se difunde depois da segunda Guerra Mundial mas perde todo seu contorno. Uns alegam que só a ideologia proletária vive porque a ideologia burguesa se desmorona. Para outros, não há nada além da ideologia burguesa, erguida contra a teoria marxista, socialista, revolucionária. Na tradição “marxista” o conceito de ideologia coexiste com um pesado realismo da coisa e do objeto material. O que engendra um dualismo do abstrato e do concreto (prática). Por definição, a ideologia dissimula o “real” que se encontra sob a ideologia. Tem essa finalidade intencionalmente política. Mas de onde vem essa capacidade? Situada em outro plano fora do “real”, a ideologia a cobre. Como? O realismo que se desdobra no realismo do objeto e realismo da ideia se relaciona com o materialismo sumário segundo o qual o abstrato, o reflexo do real, não pode mais que refleti-lo. Segundo essa teoria, sucede que a aparência se realiza em um movimento que atravessa a sociedade. A realidade é disfarçada, logo se transluz e se modifica representando-se. Assim, para esse autor, a eficácia ou efeito da ideologia provém das representações que persistem nelas, mais ou menos reconhecíveis. Lefebvre (1983) não se propõe a substituir o conceito de ideologia pelo de representação, mas utilizar ambos, reconstruindo o conceito de ideologia a partir da teoria (crítica) das representações.

<sup>31</sup> As ideias que regem a sociedade, em cada período histórico, são as ideias da classe que domina os meios da produção material e, por conseguinte, da produção espiritual. São tais ideias que possibilitam sua dominação. Elas expressam as relações de produção de forma aparente e harmoniosa e, assim, geram consentimento e aceitação, tornando-se a visão que predomina na sociedade. “As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (MARX e ENGELS, 2007, p. 47).



Iasi (1999, p. 30), por sua vez, entende como uma “representação mental de certo estágio das forças produtivas historicamente determinadas”.

Embora Lefebvre (1968) teorize sobre ideologia, sua compreensão do termo se restringe em seu aspecto de instrumento de luta de classes, o que faz com que muitas vezes passe a impressão de falsa consciência. Assim, a concepção de ideologia adotada nesta Tese é a de Lukács (2013) desenvolvida na obra *Ontologia do Ser Social*, ainda que não componha o referencial básico.

A noção Lukácsiana de ideologia se fundamenta em uma concepção ontológica, que se contrapõe tanto a gnosiológica, como a marxista de falsa consciência. Segundo o autor, o homem é um ser ativo no mundo que responde, que reage às alternativas que lhe são colocadas pela realidade objetiva, pelo seu ambiente. Em todas as atividades humanas, seja no trabalho, na relação orgânica com a natureza, quanto nas demais esferas da vida social, das mais simples às mais complexas, há sempre tomada de decisão entre alternativas, o que implica a existência de um momento ideal, uma ideação prévia, a colocação de fins a serem seguidos ou o que o autor chama de pôr teleológico. Isto é, toda ação social deriva de uma decisão entre alternativas acerca de posições teleológicas futuras (LUKÁCS, 2013).

Conquanto esse processo implique conhecimento e teleologia, ele nunca ocorre com a plena dominação do complexo das determinações e circunstâncias que marcam o campo de ação, restando sempre um espaço desconhecido. O trabalho, como mediador do metabolismo entre homem e natureza, que transforma os objetos naturais em objetos úteis, envolve um processo deliberadamente pensado, um pôr teleológico primário com certa precisão. No entanto, com a complexificação e divisão social do trabalho, para que os fins teleológicos da esfera produtiva possam realmente se efetivar, surgem posições teleológicas secundárias em que o objeto é o comportamento de outros homens e, por isso, o sentido da intenção tem um maior grau de incerteza. Ou seja, o círculo do incognoscível é amplamente maior (LUKÁCS, 2013).

As posições secundárias induzem os homens a assumir as posições requeridas ao processo de produção e, com isso, definem os limites mais gerais do campo que a ideologia surge e opera. Ela funciona como ideação prévia que antecede o desencadeamento da ação nas posições teleológicas secundárias, estando, assim, presente em todas as ações humanas enquanto orientação ideal (VAISMAN, 2010). A ideologia, nas palavras de Lukács (2013, p. 465), “é sobretudo a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir.”

Esse espaço, em que os seres humanos reagem às alternativas que lhe são colocadas na resolução de problemas diversos de sua existência, é sempre mediado por algum tipo de produção espiritual ou, nos termos de Lefebvre (1983), de representações, que influi no conjunto das posições teológicas secundárias em que a ideologia desempenha o papel de ideação prévia. Ademais, as formas ideológicas são instrumentos pelos quais são conscientizados e enfrentados os problemas que preenchem a cotidianidade. Assim, do ponto de vista ontológico, ideologia e existência social (em qualquer nível de desenvolvimento) são realidades inseparáveis (LUKÁCS, 2013).

No entanto, quando um conflito social se incorpora a problemática vital da realidade dos homens, a ideologia se volta à resolução dos problemas colocados. Ela se torna um instrumento de conscientização e luta dos grupos (castas, classes) com interesses antagônicos, cuja base última são as relações de produção. Em uma sociedade de classe como a capitalista, esse tipo de posição teleológica se torna a base estruturante do que o marxismo chama de ideologia. Para o autor, só se pode designar algo como ideologia quando desempenha uma função social. Logo, não se trata de verdadeira ou falsa. Existem diversas formulações de falsa consciência que não são ideologia, assim como formulações reais científicas que se tornaram ideologia<sup>32</sup>, ao passo em que servem para dirimir conflitos sociais. É assim que Lukács (2013) põe fim a toda concepção errônea de ideologia como falsa consciência.

De acordo com Lefebvre (1968, p. 54), a ideologia se tornou a arma conscientemente operada na luta de classes<sup>33</sup>. “Uma ideologia não pertence, pois, ao social como totalidade, ela

---

<sup>32</sup> A astronomia heliocêntrica ou a teoria do desenvolvimento no âmbito da vida orgânica são teorias científicas, podem ser verdadeiras ou falsas, mas nem elas próprias nem a sua afirmação ou negação constituem uma ideologia. Só quando, depois da atuação de Galileu ou Darwin, os posicionamentos relativos às suas concepções se converteram em meios para travar os combates em torno dos antagonismos sociais, elas se tornaram operantes – nesse contexto – como ideologias (LUKÁCS, 2013, p. 467).

<sup>33</sup> Segundo Lefebvre (2014, p. 116), as ideologias “são máscaras que blindam os homens da sua vida real”, isto é, mistificações capazes de fazer os homens aceitarem determinadas ilusões e aparências, que se tornam efetivas na medida em que passam a ser reproduzidas por eles mesmos. Dessa forma, a ideologia é uma ilusão eficiente, que não se reduz a falsa consciência, ela é concreta e serve como meio de ação. Elas resolvem problemas cotidianos dos homens e, portanto, são eficientes porque permitem solucionar individualmente as contradições impostas pelas condições concretas da vida. Lefebvre (2014, p. 82) chama a atenção para o fato de que: [a] consciência é, portanto, determinada por condições objetivas (econômicas, sociais, mas também fisiológicas etc.); no entanto, [o indivíduo] não tem consciência destas condições; e é, precisamente, na medida em que não é consciente que elas o determinam. Tal situação complexa e contraditória dá origem a uma multiplicidade de problemas. O indivíduo (neste caso, o indivíduo burguês) deve resolvê-los; ele procura uma solução, conscientemente. Ele procura as ideologias e doutrinas morais para uma imagem de si mesmo. As soluções e possibilidades assim reveladas e representadas - através de uma mistura de ficções ideológicas e momentos de consciência - são verdadeiras ou falsas, ilusórias ou válidas; elas levam a falhas mais ou menos bem sucedidas, e também para combinações de sucesso e fracasso.

provém de invenções individuais no quadro social onde os grupos (castas, classes) lutam por se afirmar e dominar.” Segundo ele, ela contém três imagens da classe que luta pela dominação:

uma imagem por e para ela mesma, que a exalta; uma imagem dela mesma para os outros grupos e classes, que a engrandece; uma imagem das outras classes e grupos, que os deprecia diante de todos, os desvaloriza a seus próprios olhos, abate-os e faz deles vencidos antes do combate ou sem combate (LEFEBVRE, 1968, p. 55).

Para o autor, as ideologias, como instrumento da luta de classes com ambição e pretensão de coerência e totalidade, só intervêm eficazmente na medida em que disfarçam os interesses e os fins dos grupos dominantes. Segundo ele, elas retratam a realidade mediante representações já existentes, admitidas e selecionadas por esses grupos. É nesse sentido que o autor defende que a ideologia consiste em uma representação errônea e deformada da história ou, ainda, uma abstração que desconsidera essa história. “Uma representação mistificadora da realidade social, de seu vir-a-ser, de suas tendências escondidas, de seu futuro” (LEFEBVRE, 1968, p. 63).

A questão principal é, por conseguinte, que o surgimento de tais ideologias pressupõe estruturas sociais, nas quais distintos grupos e interesses antagônicos atuam e almejam impor esses interesses à sociedade como um todo como seu interesse geral. Em síntese: o surgimento e a disseminação de ideologias se manifestam como a marca registrada geral das sociedades de classes (LUKÁCS, 2013, p. 472).

Para Iasi (1999), a ideologia encontra na primeira forma da consciência (alienada) uma base favorável para sua aceitação. Ela é o terreno fértil onde a ideologia se instaura como dominação. Contudo, uma vez interiorizada determinada concepção de mundo, ela não se torna uma inevitabilidade. O processo de consciência não segue um fluxo linear<sup>34</sup>. Embora as

---

<sup>34</sup> Quando as relações presentes de um indivíduo não mais correspondem aos antigos valores interiorizados, provocando contradições, ele entra em um conflito subjetivo. A primeira forma de manifestação dessa contradição é a revolta. Somente em determinadas condições a revolta se configura como caminho para uma nova etapa do processo de consciência. A pré-condição é o coletivo. A identidade com o outro gera um salto qualitativo capaz de gerar ação contra aquilo que lhe causa revolta, que considera injusto. A ação coletiva coloca as relações vividas num novo patamar. As pessoas passam a questionar o caráter natural e inevitável de determinadas relações e, ao mesmo tempo, vislumbram a possibilidade de ir além da revolta e transformá-las. A ação empreendida é a chamada consciência em si ou consciência da reivindicação. Ela é grupal, podendo evoluir para a consciência de classe. Ela é parte fundamental da superação da consciência alienada. Ela passa da submissão para o inconformismo. No entanto, como ela ainda reproduz o mecanismo de reivindicação perante o outro, ou seja, o motor básico da reivindicação é a satisfação de algo para si por outrem, a consciência em si, incapaz de ultrapassar a simples negação de uma parte, acaba buscando, novamente, mecanismos de adaptação à ordem estabelecida. Isso porque, limitada aos efeitos e sintomas, não analisa as causas. Somente quando busca desvelar as aparências compreendendo a essência do funcionamento da sociedade e suas relações, para transformá-la. É na constatação de que a sociedade precisa ser transformada que se supera a consciência da reivindicação pela da transformação” (IASI, 1999, p. 41). O sujeito que transcende o grupo imediato e o vínculo precário com a realidade dada passa a conceber um sujeito coletivo e histórico como agente da transformação necessária: a classe. Momento que acontece a passagem da consciência em si para a consciência para si, a consciência revolucionária. E, aqui, se abre uma contradição importante. “Apesar das alterações da consciência só poderem serem vivenciadas em nível individual, o processo de transformação que irá realizá-la é necessariamente social, envolvendo mais que a ação individual, a de classe” (IASI, 1999, p. 42). Embora, na consciência de classe os indivíduos alcancem a consciência social, ela está atrelada ao processo material que envolve a transição de um modo de produção para outro. O problema é que a tarefa em questão se apresenta como uma barreira intransponível a curto prazo, na concepção da temporalidade

condições materiais da produção moderna tendam a formar uma consciência de classe, ela não é espontânea. “Cada indivíduo vive sua própria superação particular, transita de certas concepções de mundo até outras, vive subjetivamente a trama de relações que compõe a base material de sua concepção de mundo” (IASI, 1999, p. 14). Para Lefebvre (1968), as relações humanas se mesclam entre alteridade e alienação, e é somente no curso de lutas concretas que os homens se libertam dos véus que cobrem sua vida cotidiana.

No capitalismo, o antagonismo entre capital e trabalho, com a exploração de uma classe pela outra, requer representações ideológicas para que essa relação seja harmoniosa, para que os trabalhadores incorporem essa forma de escravização assalariada de maneira irrefletida e consentida. “A reprodução bem-sucedida das condições de dominação não poderia ocorrer sem a participação ativa de poderosos fatores ideológicos para a manutenção da ordem existente” (MÉSZAROS, 2004, p. 327).

É assim que o capital se expande para as mais diversas esferas da vida. Ele organiza não apenas o trabalho como toda a vida em sociedade. Forma-se, então, um modo específico de organização da vida humana, um tipo específico de metabolismo social que ordena o mundo. A vida cotidiana, como não poderia deixar de ser, é organizada, programada e sistematizada de modo a possibilitar a reprodução das relações sociais fundamentais para a acumulação de capital.

O cotidiano [no capitalismo] torna-se objeto de todos os cuidados: domínio da organização, espaço-tempo da auto-regulação voluntária e planejada. Bem cuidado, ele tende a constituir um sistema com um bloqueio próprio (produção-consumo-produção). Ao se delinear as necessidades, procura-se prevê-las; encurrala-se o desejo. Isso substituiria as autoregulações espontâneas e cegas do período da concorrência. A cotidianidade se tornaria assim, a curto prazo, o sistema único, o sistema perfeito, dissimulado sob os outros que o pensamento sistemático e a ação estruturante visam. Nesse sentido, a cotidianidade seria o principal produto da sociedade dita organizada, ou de consumo dirigido, assim como a sua moldura, a Modernidade (LEFEBVRE, 1991, p. 82).

Embora cada época histórica tenha sido marcada por um cotidiano específico, no capitalismo, ele se consolida e se cristaliza como um “sistema perfeito”, ou seja, ele se fetichiza (LEFEBVRE, 1991, p. 304). “Evidentemente sempre foi preciso se alimentar, vestir-se, habitar, produzir objetos, reproduzir o que o consumo devora. No entanto, [...], até o desdobramento desse ‘mundo da mercadoria’, não tinha chegado o reino da cotidianidade<sup>35</sup>” (LEFEBVRE, 1991, p. 45).

---

de muitos indivíduos, com o risco da consciência retroceder a patamares anteriores, seja como revolta, ceticismo ou, até mesmo, alienação, mas nunca ao que era antes. “A passagem pela consciência de classe deixa marcas, como por exemplo, a justificativa mais elaborada, o discurso e talvez algumas posturas” (IASI, 1999, p. 44).

<sup>35</sup> De acordo com Lefebvre (1991, 82), “a cotidianidade seria o principal produto da sociedade dita organizada, ou de consumo dirigido, assim como a sua moldura, a Modernidade”. A formação e a consolidação da cotidianidade,

Sem dúvida, havia outrora uma “vida cotidiana”: a repetição dos gestos costumeiros, comer, beber, dormir, trabalhar. Para a maior parte das pessoas era preciso ganhar duramente essa vida que, a rigor, não passava de uma sobrevivência. Mas essa vida de cada dia estava envolvida por grandes ciclos e grandes sistemas: os meses, as estações, os anos, a vida e a morte. Religião, sentimento do sagrado, mais tarde ético, a penetrava, a metamorfoseava. As “culturas”, como se diz na sociologia e na etnografia contemporâneas (aplicando a outras sociedades um termo que assumiu na modernidade sentido preciso, o que não ocorre sem mal-entendidos e sem anacronismos), as “culturas” transfiguravam a vida; seus “sistemas” concretos estendiam-se até o cotidiano. Mais exatamente, não eram sistemas as culturas no sentido atual (em que a “cultura” se torna uma informação e, aliás, se dispersa ao disseminar-se). Foram estilos de vida, de obras, de civilizações (LEFEBVRE, 1967, p. 169-70).

Na sociedade capitalista, as atividades humanas, o trabalho, a família, o lazer, a vida privada, a vida pública, tornam-se fragmentadas e desconexas, isoladas em seu próprio terreno. O autor, então, questiona: “Onde ela se encontra? No trabalho ou no lazer? Na vida familiar ou na vida privada?” E a resposta é em nenhum lugar ou em todos eles. Ela é a unidade do conjunto das atividades e relações humanas (LEFEBVRE, 2014, p. 53).

Atualmente a cotidianidade comporta a cisão da vida real em setores separados, funcionais, organizados e estruturados como tais: o trabalho (na empresa ou no escritório), a vida privada (na família, no lugar da residência), os lazeres. A separação desses três domínios observa-se in loco nas aglomerações humanas tais quais se tornaram e tais quais se constroem. Na cidade e na vila, outrora (não sem alguns graves inconvenientes) esses aspectos da vida humana estavam unidos. Hoje em dia, em sua separação, caracteres comuns os ligam constituindo assim a unidade do cotidiano. Quais são esses caracteres comuns aos setores separados por uma práxis implacavelmente analítica. No trabalho, a passividade e aceitação inevitável de decisões tomadas alhures e vindas de cima; na vida privada, os diversos condicionamentos, a fabricação do consumidor pelo fabricante de objetos; nos lazeres, a colocação em imagens e em espetáculo do “mundo” em imagens e em espetáculo. Em suma, em toda parte a passividade, a não participação. Assim, a cotidianidade se reduz cada vez mais ao repetitivo. [...] em razão de seu caráter desarticulado, a cotidianidade se estabelece, se consolida. É sistematizada. É submetida ou controlada [...] (LEFEBVRE, 1967, p. 169).

Também, no capitalismo, a esfera econômica se tornou predominante e determinante no desenvolvimento humano. Os novos mecanismos de autorregulação introduziram novas contradições fundamentais referentes ao caráter social do trabalho produtivo e à propriedade privada dos meios de produção, derivando em um antagonismo de classe entre capital (classe burguesa) e trabalho (classe proletária). O processo de acumulação trouxe um novo significado, sentido e direção à existência. A sociedade perdeu seu caráter cíclico (ritmos da natureza) e assumiu um caráter linear (ritmos da racionalidade), com um tempo homogêneo, fragmentado e hierarquicamente organizado, passível de ser quantificado. Nele, o tempo da vida é dominado

---

segundo ele, mostram como o cotidiano se cristaliza há mais de um século com o fracasso de cada tentativa revolucionária.

pela ditadura da administração e contabilidade do tempo do capital, modelado no tempo dos relógios. Classificam-se as horas (de comer, de dormir), os dias (de trabalhar, de lazer), os anos, as fases etc. Este tempo homogêneo e dessacralizado emergiu vitorioso na medida em que o tempo de trabalho, o tempo cronometrado, passou a organizar as demais dimensões da vida social: as horas de sono, as refeições, as horas da vida privada, as horas de lazer e entretenimento, as horas de atividades domésticas (LEFEBVRE, 2014).

Esse cotidiano, moldado pelo ritmo do capital, é marcado pela prevalência da troca sobre o uso, do quantitativo sobre o qualitativo; pela degradação do trabalho e a desvalorização da sua capacidade criadora; pela supressão do papel ativo da classe trabalhadora; pelo surgimento da classe média, que torna os limites de classe complexos e fluídos; pela urbanização massiva; pela publicidade e pelo consumo generalizado; pela cientificidade e pela técnica; pelo mito da transparência, pela ideologia do fim das ideologias etc. (LEFEBVRE, 2014).

Lefebvre (1991, p. 64) designou esse momento como “sociedade burocrática de consumo dirigido”. Uma das suas principais características é a substituição do homem ativo pelo consumidor “como razão de felicidade, como racionalidade suprema”, somado à penetração das práticas de gestão no cotidiano, fazendo com que a vida seja organizada como uma empresa. A empresa, segundo ele, na forma de organização racional burocrática, torna-se a figura dominante da sociedade.

No capitalismo, a sequência dos atos cotidianos, inevitavelmente, desdobra-se em um espaço e tempo social relacionado com a produção de mais valor. Como expressão desse modo de produzir alienante, a vida cotidiana se torna empobrecida, passiva e mecânica. Relegada ao costumeiro, trivial e repetitivo ou, ainda, como um conjunto de atividades, em aparência modestas, simples e inferiores, ela é vista como o irrelevante, o estável, o previsível. As ações humanas, na maior parte, ao serem ditadas pelo ritmo linear subjacente à quantificação do mundo do mercado, limitam-se à repetição. A espontaneidade tende a ser sufocada, os conflitos tendem a ser harmonizados, os comportamentos normalizados e as possibilidades obscurecidas. As necessidades, aquilo que coloca os homens em relação, seu vínculo real<sup>36</sup>, tornam-se cegas,

---

<sup>36</sup> O homem é um ser de necessidades, com base na sua vida biológica e nos seus instintos. Ela é genérica, pertence a espécie humana. As necessidades estão relacionadas às forças produtivas e ao seu nível de desenvolvimento. São satisfeitas pelo trabalho, através de determinadas formas de associação e cooperação entre os homens. Assim, elas se tornam sociais e são modificadas com o desenvolvimento histórico. A necessidade coloca os homens em relação entre si. Ela forma o elo entre os membros de uma sociedade. Elas são uma força coesa na vida social, o seu vínculo real. No entanto, na medida que o trabalho, “a atividade da vida, a própria vida produtiva, parece ao homem apenas como um meio para a satisfação de uma necessidade”, as necessidades se resume a uma única necessidade, “preservar a existência física”. Assim, de um lado, ela se torna cega e opressiva, por outro, toda necessidade humana, concebida como a relação entre um ser humano e o “mundo”, pode se tornar um poder, ou seja, uma liberdade. As necessidades humanas tornaram-se degradadas. Elas representavam “as tristes necessidades da vida cotidiana”. As pessoas tinham que comer, beber, encontrar roupas... e então eles tiveram que trabalhar. Mas as

apenas uma se impõe: a necessidade de ‘ganhar a vida’, isto é, a necessidade de dinheiro. Nesse contexto, as pessoas não questionam a forma como vivem, consideram essa vida como única possível. É nesse sentido que o cotidiano é marcado pelo que Lefebvre (2014) chama de ambiguidade.

A ambiguidade é uma característica do cotidiano em que as aparências e o real se fundem, as contradições são desconhecidas, sufocadas ou não reconhecidas, não se tem consciência dos problemas e dos caminhos possíveis. “A ambiguidade pressupõe e produz aparências que a disfarçam” e, assim, “nunca parece ser o que é”. Embora não seja permanente, a ambiguidade confere uma aparência de estabilidade ao cotidiano que desdramatiza o vivido. “Os dramas desaparecem, a tragédia do todo é obscurecida por uma comédia de pequenos detalhes” (LEFEBVRE, 2014, p. 518). Ela obscurece o vivido que tende a ser “vivido da maneira ‘não vivida’” (LEFEBVRE, 2014, p. 379).

Quando a realidade é revelada, contestada e negada, a ambiguidade é desmantelada por uma decisão que irrompe o tempo contínuo em um antes e depois. Ela, geralmente, é suplantada em períodos de agitação social, quando há consciência dos problemas, contradições e possibilidades, quando há um momento de bifurcação decisivo que rompe a ordem estabelecida. Ou, ainda, quando há uma desregulação nos ritmos e a repetição produz uma diferença, ocasionando uma lacuna, um buraco no tempo, que pode vir a ser preenchido com elementos novos (LEFEBVRE, 2014, p. 513).

Isso porque, para Lefebvre (2014, p. 489), o real vem sempre acompanhado do virtual, do possível. “O possível não é mais do que a tendência profunda do real” (LEFEBVRE, 2009, p. 103). O possível faz parte do real como um vir-a-ser, um futuro vivo e ativo no presente como virtualidade e projeto. O próprio real existente é um possível realizado. Assim, toda realidade comporta possibilidades. “Sem possibilidades não há atividade humana, nem realidade, a menos que seja a realidade morta das coisas isoladas, que tem uma única possibilidade: manter-se como estão”. O real e o possível têm uma relação dialética. O possível invoca sua presença na medida que começa a destruir e negar o real. Ele implica uma escolha e um ato, que torna o que era inicialmente impossível em possibilidade, modificando, assim, os limites no processo de tornar-se (LEFEBVRE, 2014, p. 489).

Entretanto, essas possibilidades só se tornam aparentes quando ocorre uma ruptura com a ambiguidade e as aparências, e isso demanda consciência (individual e coletiva). É por meio

---

peças cuja única razão para trabalhar é manter o corpo e a alma unidos, nem o tempo nem a inclinação para qualquer outra coisa. Então elas continuam trabalhando, e suas vidas são gastas apenas ficando vivas (LEFEBVRE, 2014).

da consciência que o possível anuncia e invoca sua presença. Segundo o autor, a consciência nasce de um problema, de contradições e de conflitos, ou, ainda, quando o que foi realizado, o real concreto, torna-se inadequado e insuportável. Ela questiona e nega o real e, junto, faz nascer uma possibilidade que se transforma em ação e, conseqüentemente, em uma nova realidade. Assim, “toda consciência é consciência de uma possibilidade”. Uma de suas condições é o enfraquecimento da realidade estabilizada e estruturada, pois, na solidez de um real suficiente e satisfeito, a consciência adormece, deixa de ser consciência. Ela tem algo de transicional, ilumina-se ou se apaga, transforma-se ou permanece a mesma, mas nunca por muito tempo. Ela é sempre crítica (LEFEBVRE, 2014, p. 329).

Logo, é a partir da consciência (individual e social) que os problemas são postos, que as contradições são reveladas, escolhas são feitas e decisões são tomadas. É assim que, para Lefebvre (2014, p. 489), “as ações humanas sempre se definem como escolhas, como meio de acesso ao que é possível”. São essas escolhas que possibilitam romper a ambigüidade da vida cotidiana por uma diferença que brota no processo contínuo da repetição, geralmente, fruto da contestação e do agir espontâneo (não condicionado).

De acordo com Lefebvre (2014, p. 512), o espontâneo opera quando “algo fundamental está faltando”, quando há uma lacuna, como um “pequeno vácuo estéril do tecido social”. A espontaneidade é desencadeada quando defasagens, distorções e disparidades se acumulam; ela não é apenas uma reação a essas defasagens, ela é também um sintoma de novas contradições. Ela é o irredutível frente aos modelos, comportamentos, atitudes. Ela envolve lucidez e ação. “Para todos os poderes, a espontaneidade é o inimigo. Sem que, por isso, ela se constitua em um poder”. Ela não reage de forma espontânea frente a “algo” específico, mas frente ao conjunto. Ela envolve o “atraso do real em relação às possibilidades, da consciência em relação a si mesma”. A espontaneidade nunca é um absoluto, ela sempre surge de condições prévias (LEFEBVRE, 1968, p. 114). Por isso, para Lefebvre (2014, p. 202), “a espontaneidade das massas é apenas uma ilusão, um mito criado por pessoas que esperam que a ‘história’ alcance seus fins e que desempenhe sua tarefa, auxiliada apenas pela providência”.

Já a contestação surge da espontaneidade. Ela se volta para a negatividade, contra o real estabilizado. “Ela é a recusa global inteira das alienações pressentidas ou ressentidas”. Ela nasce no e de um vazio ideológico e político, de uma “crise institucional latente” que coloca em questão as hierarquias, os poderes e a burocratização, ocupando esse buraco. “Ela é radical por excelência” (LEFEBVRE, 1968, p. 111).

Da relação entre ambos, a representação atua como mediadora. Intermediários entre o vivido incerto e o concebido elaborado, os conteúdos inerentes às diferentes formas de relações



sociais (natureza e sexo, vida e morte, corpo e espírito, espaço e tempo, fraqueza e poder, etc) dão origem a múltiplas representações, tanto fixas como flutuantes, ilusórias e estereotipadas. Elas são parte do conteúdo das relações sociais. Como mediação, as representações ocupam os intervalos e as fendas entre o sujeito e o objeto, a presença e a ausência, o vivido e o concebido. A representação é o substituto da presença na ausência, no seu esquecimento, desaparecimento, cobrando formas diversas (reflexão, imagem, símbolos etc.). Elas interpretam a vivência e a prática; intervêm nelas sem por isso conhecê-las nem dominá-las. Formam parte delas. “A vivência não coincide com o singular, com o individual, com o subjetivo, porque as relações sociais também são vividas antes de serem concebidas; existe a vivência social vinculada ao individual, mas diferente da sua singularidade” (LEFEBVRE, 1983, p. 223).

A questão é que quando o concebido prevalece sobre o vivido, quando as representações se descolam da prática, elas se autonomizam e se fetichizam. “As representações empobrecidas e sistematizadas em ideologias fazem parte dos serviços e processos de conservação, de proteção contra o devir, a estabilização, a luta contra as transformações; dos procedimentos mais humildes para os mais sutis há somente uma diferença de grau!” (LEFEBVRE, 1983, p. 174).

No capitalismo, a cotidianidade instaurada para que ele opere é acompanhada por representações ideológicas provenientes de outra parte, com remissão a outra coisa, que não coincide com a vivência, seja pela técnica, pela ciência, pela publicidade, pelas necessidades inventadas, por aquilo que é concebido e não vivido. É assim que “a organização da vida cotidiana representa uma organização e uma disciplina da ausência”, preenchida de representações. Sendo assim, “o sentido da vida é a vida desprovida de sentido, sem história, a cotidianidade perfeita”, restando como alternativa negá-la ou fugir assim que for possível (LEFEBVRE, 1991, p. 133).

Para Lefebvre (1983, p. 203), o cotidiano se tornou o “império das representações” fetichizadas, vazias, ausentes, sem referência às vivências. O vivido, então sufocado pelo concebido, torna-se confuso e opaco e se afasta do viver. Dessa forma, as pessoas impedem-se de perceber e crer na própria experiência, não reconhecem suas necessidades e desejos. Compreendem a vida por uma noção concebida fora de si e, por isso, não a compreendem na essência. Partem de tais representações e não das suas vivências. Porém, se a consciência depende da vida real, o significado de uma vida só pode ser alcançado na própria vida, a partir da experiência vivida e não apenas concebida.

Ainda assim, a vida cotidiana resulta de muitas conjunções que não a limitam a tais representações ideológicas. Ela encontra-se no nível indefinido onde o acumulativo e o não

acumulativo se cruzam, entre o uso (valor de uso) e a troca (valor de troca). Ela se compõe de repetições e ritmos que se interseccionam, que pertencem tanto à natureza como à organização social: cíclicos e lineares (tempo da natureza e tempo da racionalidade respectivamente), internos e externos. Os ritmos sociais se mesclam com os naturais, uma interação perpétua do processo de tornar-se: repetição e diferença, repetição e criação, mecânico e orgânico, quantitativo e qualitativo, continuidade e descontinuidade. Assim, embora o capitalismo insista em instaurar uma linearidade, as possibilidades que brotam da ação poética / criativa (inerente à práxis) não se extinguem.

Dessa interação, um penetra no outro em uma luta interminável, algumas vezes comprometida, outras disruptiva. Quando da repetição surge algo novo, não previsto, uma diferença, há uma desregulação nos ritmos capaz de gerar distúrbios. O rompimento da ordem pode produzir uma lacuna, um buraco no tempo, que pode vir a ser preenchido com elementos novos. A repetição não exclui a diferença, ela permite seu surgimento, ela a produz. A diferença, nesse caso, é a subordinação da repetição à alteridade, que cedo ou tarde aparece.

Quando brota essa diferença ou, então, uma forma mais elevada de repetição, que pressupõe a percepção (confusa ou clara) de uma analogia e uma diferença no tempo de vida, uma renovação, um reaparecimento, fruto do reconhecimento de certas relações com a alteridade (o outro) e com o eu, há uma irrupção no tear da continuidade, no tecido do vivido, pela intervenção fundamental do negativo que leva à conscientização. Essa “repetição relativamente privilegiada” é o que o autor entende como ‘momento’.

O momento, segundo ele, faz uma crítica à vida cotidiana através da contestação e da ação. Sua existência pressupõe a conscientização do vivido e seu caráter contestatório é orientado pelo viver, pela projeção que os caminhos possíveis revelam (LEFEBVRE, 2014, p. 638). O momento é constituído por uma escolha que o destaca e separa da ambiguidade. Desalienado em relação à trivialidade da vida cotidiana e as suas atividades fragmentadas, o momento é a tentativa de alcançar a realização total de uma possibilidade. Se a ambiguidade é a regra, o momento é a exceção (LEFEBVRE, 2014).

A vida cotidiana é o solo nativo em que o momento germina e cria raízes. Ele nasce no cotidiano e do cotidiano. É nele que se funda seu conteúdo. É ele que o momento nega e abre para as possibilidades. É igualmente nele que se toma a decisão inaugural pela qual o momento começa. Essa decisão, que carrega o seu conteúdo, transforma o que era impossível em possível. O momento consiste, então, em uma possibilidade impossível, é por ele que começa o movimento dialético ‘possível/impossível’ (LEFEBVRE, 2014).

A originalidade do momento vem em parte de seu conteúdo circunstancial que se tece no cotidiano para transformá-lo, ainda que parcialmente e ‘momentaneamente’. O momento não aparece simplesmente em qualquer lugar, a qualquer momento. Ele tem antecedentes e motivos que se formam antes mesmo da sua irrupção e, quando devidamente orientados, operam uma descontinuidade em relação à passividade de onde emergem. Ele também tem história e memória. Sua história é fruto da empreitada criativa dos indivíduos que se reconhecem nela.

O momento tem uma duração específica até a inevitabilidade de sua própria morte. Ele se exaure no ato de ser vivido. Assim, o momento em que se totaliza é também o momento em que seu fracasso imanente é revelado. Ele amplia a consciência e permite novos estágios no processo de tornar-se, mas, por ser um absoluto e estar destinado a falhar, ele volta para uma nova alienação. Assim, nas palavras de Lefebvre (2014, p. 427), “o momento é paixão e a inexorável destruição dessa paixão”.

A maneira de sua duração significa que ele não convive em harmonia com a evolução contínua ou com a descontinuidade pura (uma mutação repentina ou revolução). Ele só pode ser definido como involução. Essencialmente presente (uma modalidade essencial de presença), o momento tem um começo, um desenvolvimento e um fim, relativamente bem definidos. Tem uma história: a própria (LEFEBVRE, 2014, p. 428).

O momento não deve ser confundido com uma situação. Ele cria situações como resultado das suas decisões e escolhas. Através dele, tais situações deixam de ser vivenciadas na trivialidade do vivido e passam para o comando do viver. O autor faz uma analogia da situação como conjuntura e do momento como estrutura, destacando que, a conjuntura é menos do que a situação, e momento é mais que uma estrutura. De qualquer forma, nenhuma determinação sociológica ou histórica pode definir adequadamente essa temporalidade, o momento só pode ser entendido na articulação com todos os elementos que envolve.

O ser consciente na ‘situação’ é preso a uma conjuntura externa na qual ele deve se inserir. Tão logo ele atenta ao momento, ele está deliberadamente transformando sua situação em um risco: uma série que, desde o início, envolve necessariamente articulações no tempo e no espaço, uma ordem e uma forma impostas aos elementos que foram tirados da conjuntura (LEFEBVRE, 2014, p. 428).

A análise implica em caracterizá-lo como percebido, situado e distanciado em relação a outro momento no cotidiano, pois é nele que a possibilidade se torna aparente e que o cotidiano pode, então, ser negado. É no momento, quando ele se politiza, que ocorre a radical descontinuidade, a pura e absoluta contestação. O momento, como ruptura e fuga da batida empobrecida e nivelada da ordem imposta sobre o cotidiano, assume um ritmo que privilegia os aspectos qualitativos da vida, que resiste ao cálculo, à mensuração ou às generalizações

abstratas; ele é em grande parte tempo vivido, tempo sensorial, tempo da vida em toda sua essência (LEFEBVRE, 2014).

Entretanto, apesar dos momentos perturbarem as estruturas que permitiram seu acontecimento, eles só são possíveis em determinadas circunstâncias e por um tempo limitado, dado que a força ordenadora do cotidiano se impõe novamente. No seu acontecimento, a vida cotidiana fica suspensa ou modificada, e a alienação cede espaço para uma relativa desalienação, que se converte em realiação pela ação das forças sociais conservadoras, que buscam solidificar mais uma vez a recorrência da vida diária. Ou, ainda, até que a vida cotidiana se torne o trabalho essencial de uma práxis que finalmente se tornou consciente, cada esforço levará a uma nova alienação (LEFEBVRE, 2014).

Esses momentos e essas diferenças que brotam da repetição só ocorrem porque existem elementos na vida cotidiana que “escapa[m] dos sistemas elaborados”, o que o autor considera como um resíduo (LEFEBVRE, 1991, p. 23). Para o autor, “se o círculo não consegue se fechar, não é por falta de vontade nem de inteligência estratégica: é porque ‘alguma coisa’ de irreduzível se opõe”. Ou seja, se os processos cumulativos são vítimas de descontinuidades, obstáculos, interrupções, lacunas e desequilíbrios, é porque algo escapa desse “sistema perfeito” (LEFEBVRE, 1991, p. 82).

Algo, diremos, o que não é fácil de definir, precisamente porque este "algo" não é uma coisa, nem uma atividade precisa com contornos determinados. Então o que é? Uma mistura de natureza e cultura, o histórico e o vivido, o individual e o social, o real e o irreal, um lugar de transições, de reuniões, interações e conflitos, em um curto nível de realidade (LEFEBVRE, 2014, p. 204).

De acordo com Lefebvre (1967, p. 374), toda atividade que se quer e se torna autônoma tende a se constituir em um sistema, e cada sistema deixa um resíduo, algo que lhe escapa, resiste e pode dar origem a uma resistência efetiva. “Não era, para Marx, o proletariado um elemento residual da sociedade capitalista, ao mesmo tempo além e fora dela”. Dentre os vários sistemas que integram a vida social, da religião escapa a vida carnal; da filosofia o lúdico, assim como o cotidiano; da estrutura e o do estruturalismo, o tempo, a história, as particularidades; do Estado, a liberdade e a singularidade; do político, a vida privada; da burocracia e da organização, o individual, o singular, a vida espontânea e o desejo. Dentre todos, a consciência é o resíduo primeiro, o “resíduo dos resíduos”.

Os resíduos, segundo Lefebvre (1967), “roem, destroem por dentro, fazem explodir os sistemas que querem absorvê-los”. Assim, questiona, “não seria o resíduo o que há de mais precioso?”. O resíduo, segundo ele, contém a ‘matéria-prima’ da complexidade e riqueza do humano. A ‘matéria-prima humana’ é um dado, um fato da vida cotidiana. É, ainda, uma

mistura da irracionalidade gerada pela alienação (que está longe de ser completamente elucidada e categorizada) e a racionalidade potencial de instintos, necessidades e atividades de todos os tipos (LEFEBVRE, 1967, p. 169).

Para Lefebvre (1967, p. 378), é preciso “detectá-los, mostrar sua essência, reuni-los, organizar suas revoltas e totalizá-los”. Ou seja, para que tais sementes possam germinar, o que envolve a passagem do possível ao real, do impulso ao ato, do residual ao essencial, os resíduos devem se encontrar, reconhecer, convergir e, por fim, lutar contra os sistemas que os limitam e rejeitam, para que, assim, possam alcançar e ou recuperar a força de uma essência manifestada e, por isso mesmo, expulsa e marginalizada. Esse movimento, que se concretiza na práxis, não ocorre sem um elemento principal, o resíduo primeiro, “resíduo dos resíduos”: a consciência.

A consciência, resíduo de tudo que foi, resíduo dos resíduos, seria, pois, em grande parte, reminiscências, reconhecimento, e isso mesmo na esperança do recrudescimento e do novo. Hesita entre a repetição, a redundância, o discurso, a memorização, a reflexão de um lado e, de outro, a aventura surpreendente, a descoberta, a poiesis, procuradas intensamente se não encontradas. [...] “É”, pois, essencialmente transição, passagem de um “estado” a outro “estado”. Junto de cada estado, desaparece. É projeto de reencontrar e ser perdido ou de criar outro ser. É, pois, projeto de totalidade, projeto do mundo (LEFEBVRE, 1967, p. 394).

#### 1.4 SISTEMATIZAÇÃO DAS CATEGORIAS E CONCEITOS PARA ANÁLISE DAS OCUPAÇÕES

Como foi mencionado acima, a consciência não se produz no vazio, ela é processo na vida real. Ocorre que as pessoas, no fluxo continuado da alienação, se conscientizam quando reconhecem o vivido e o problematizam. Ainda assim, a consciência isolada resulta em mero inconformismo e revolta. É na relação com o outro que ela se desdobra em ação. “A consciência une forças com a necessidade de outras pessoas que é determinada pela situação em que o indivíduo está; juntos transformam necessidades em desejos, decisões em ações” (LEFEBVRE, 2014, 115).

Para analisar os processos e práticas organizacionais movimentos de ocupação estudados neste trabalho desde a dialética vivido e viver faço a síntese que segue.

- Ambiguidade – característica do cotidiano na qual as aparências e o real se fundem com uma aparência de estabilidade e, portanto, se reproduz a alienação. Nos processos de conscientização e organização, a ambiguidade é desmantelada, as contradições são desveladas e se abrem possibilidades para a produção de novos elementos (LEFEBVRE, 2014).

- Práxis – é a atividade material consciente humana em que os homens transformam a natureza, o mundo e a si mesmos (LEFEBVRE, 1967. Como atividade material transformadora voltada para fins, a práxis é consciente e teleológica, simultaneamente subjetiva e objetiva, ideal e material; somente desde uma autoconsciência reflexiva, se produz uma práxis capaz de transformar criativamente a realidade. (VÁZQUEZ, 1977).
- Vivido – conjunto de experiências sociais, o realizado ou o que está em processo de ser realizado. É o que se faz, seja lá o que se saiba, dentro dos horizontes dos sujeitos da práxis (LEFEBVRE, 2014). Esta categoria pode ser analisada através das experiências individuais e coletivas. Não pode ser definido plenamente sem o viver.
- Viver – contexto e o horizonte do vivido, suas expectativas e possibilidades; provoca e convoca o vivido (LEFEBVRE, 2014). Esta categoria pode ser analisada através da identificação das possibilidades que abre em cada contexto específico de práxis consciente e de organização estratégico-crítica.
- Dialética vivido e viver – o vivido é da ordem do real, presente, enquanto o viver é da ordem do virtual, presença. Indissociáveis, entre os dois se estabelece uma relação dialética que envolve a consciência e a práxis, bem como sua expressão em processos e práticas organizacionais.
- Organização – processos e práticas “orientados pela razão estratégico-crítica, que não é razão instrumental, seu êxito não é o do meio-fim formal, mas o do pleno desenvolvimento da vida de todos: seu exercício realiza a ação transformadora” (MISOCZKY, 2010, p. 39).
- Razão estratégico-crítica – razão de mediações no nível prático (técnico); visa, certamente, o “êxito” como “fim”; mas, já não é o do “meio-fim” formal do sistema vigente (DUSSEL, 2000).

## 2 PERCURSO METODOLÓGICO

Esse capítulo visa esclarecer o leitor sobre a maneira como essa pesquisa foi conduzida, a trajetória percorrida na realização do estudo. Os procedimentos metodológicos, aqui relatados, se submetem a matriz epistemológica que guia esse estudo: o materialismo histórico dialético.

O objetivo desta Tese, como já mencionado anteriormente, é analisar a organização dos movimentos de ocupação na dialética do vivido e do viver, através do conhecimento crítico da vida cotidiana; tendo como objetivos específicos: (1) reconstituir, a partir das observações e vivências, a história das ocupações; (2) realizar a análise crítica da vida cotidiana em suas múltiplas expressões; (3) identificar, nas práticas e processos organizacionais, elementos que dão significado às vivências individuais e coletivas (vivido) e orientação ao grupo (viver).

O campo empírico, ou o que Lefebvre (2014) entende como matéria-prima, é o cotidiano desses movimentos, a sua construção e organização. Pela concepção da crítica da vida cotidiana, a pesquisa não se pauta nos grandes eventos, ela se nutre dos pequenos acontecimentos cotidianos, aparentemente insignificantes, que, nos seus encadeamentos, ilustram a trama que conduz ao todo. A partir do aporte teórico desenvolvido no capítulo anterior, as categorias utilizadas para análise são: **ambiguidade, vivido e viver, organização e razão estratégico crítica.**

As três ocupações escolhidas como objeto de estudo são: a ocupação dos estudantes – Ocupa EA, a Ocupação Mulheres Mirabal e a Ocupação Lanceiros Negros. Embora cada uma delas tenha uma pauta específica, suas lutas convergem dentro de uma história interligada que será contada nos capítulos seguintes. O período de coleta de dados vai de novembro de 2016 a março de 2018, no acontecimento *in loco* dessas experiências, quando acompanhei diversos momentos que serão listados abaixo, através de **observação participante e não-participante e análise de documentos.**

O trabalho de campo, muito mais do que uma investigação, se configura como uma vivência, no que chamarei aqui de pesquisa participante, pela maneira como me relaciono, intervenho e atuo no campo empírico, o que implica um caráter intenso de subjetividade, que, segundo Brandão (2007), não significa que seja espontaneísta. Para o autor, só se conhece em profundidade as questões da vida e da sociedade quando há envolvimento, isto é, o estabelecimento de uma relação entre o investigador e “o que” ou “quem” se investiga. Ademais, é uma investigação acima de tudo política, que não se pretende neutra.

A própria relação interpessoal e o próprio dado da subjetividade são partes de um método de trabalho, por isso que a gente vai falar em observação participante; que vai falar, numa outra dimensão, em pesquisa participante; vai falar em envolvimento pessoal do pesquisador com as pessoas, com o contexto da pesquisa e assim por diante, como dados do próprio trabalho científico. Ou seja, como dados que, em vez de serem tomados como alguma coisa que se põe contra e precisa ser controlada, são tomados como alguma coisa que faz parte da própria prática do trabalho de campo (BRANDÃO, 2007, p. 12).

Diferentes conceitos são utilizados para designar esse campo convergente, tal como pesquisa-ação, pesquisa militante, investigação-ação, investigação participativa etc. Essa concepção de pesquisa surgiu na América Latina, na década de 1970, na busca por modos alternativos de produção de conhecimento em contraposição ao tecnicismo da investigação tradicional, a partir de importantes e profícuas experiências de articulação entre teoria e prática, tais como as experiências de investigação-ação-participativa, com Orlando Fals-Borda, na Colômbia; e de educação popular desenvolvidas por Paulo Freire, no Brasil. Partindo de um conhecimento popular, com inspiração marxista, tal método de investigação opera do concreto a totalidade abstrata para voltar ao concreto, com a geração de ação, de cunho coletivo, voltada para a transformação da realidade (MALO, 2004). Ou seja, sua proposta é fornecer ferramentas e instrumentos, não para fazer uma descrição objetiva da realidade, mas para colaborar com seu processo transformador.

[...] o objetivo é produzir conhecimento que tenha relevância para a prática social e política: nada é estudado porque sim. Como a ação concreta é realizada no nível de base, é necessário entender as maneiras pelas quais ela é alimentada pela pesquisa e os mecanismos pelos quais o estudo, por sua vez, refina e aprofunda o contato com a base. Na pesquisa-ação é fundamental conhecer e valorizar o papel da sabedoria popular, do senso comum e da cultura do povo, para obter e criar conhecimento científico, por um lado; e reconhecer o papel das partes e de outras organizações políticas ou sindicais, como controladores e receptores do trabalho investigativo e como protagonistas históricos, para outros (FALS BORDA, 1979, p. 279).

Para dar prosseguimento, busco expor, inspirada na sistemática proposta por Oliveira (2013), como se deu a investigação desse estudo, dividindo em tópicos por cada Ocupação, visto que em cada uma delas tive uma vivência e interação específica.

## 2.1 OCUPA EA

Essa ocupação é o ponto de partida, é a experiência que dá os primeiros contornos desse estudo. O campo empírico, nesse caso, são os relatos da minha vivência como militante do movimento, dado que a proposta de realizar esta Tese é posterior à sua ocorrência.

A Ocupação da Escola de Administração surgiu dentro do contexto do movimento nacional de ocupações estudantis, em contraposição às medidas do governo Temer (PEC do



teto dos gastos, Reforma do Ensino Médio e o projeto de Lei Escola Sem Partido). Ela teve início no dia 17 de novembro de 2016, quando estudantes da graduação e da pós-graduação da EA, como eu, ocupamos o prédio onde ela está situada, durante 30 dias, sendo a última unidade a ser ocupada nessa Universidade.

Assim, o que detalho a seguir são os dias que estive presente e os eventos e/ou atividades que acompanhei como ocupante, considerando, como procedimento metodológico, observação participante, registrada em diário de campo, um mês após o encerramento da ocupação.

### 2.1.1 Observação participante

- **Dia 03/11/2016 – Assembleia dos estudantes da pós-graduação**, convocada pelos representantes discentes do PPGA para debater a conjuntura política do país em relação à PEC do Teto dos Gastos e a possibilidade de ocupar nossa unidade. Nessa ocasião éramos 26 alunos e votamos, em unanimidade, pela decisão de realizar a ocupação caso a graduação também tivesse o mesmo posicionamento, visto sermos um contingente pequeno frente ao somatório de estudantes da graduação. A posição da assembleia foi relatada em ata e encaminhada à Associação de Pós-graduação (APG) da UFRGS e ao conselho da unidade da EA.
- **Dia 07/11/2016 – Debate sobre a PEC do teto dos gastos** no saguão da EA, promovida pelo Centro Acadêmico da Escola de Administração (CAEA) com a participação de dois professores favoráveis e dois contrários à PEC em contestação. Participei apenas como ouvinte.
- **Dia 08/11/2016 – Assembleia dos estudantes da graduação** convocada pelo CAEA. Participei apenas como ouvinte. Na ocasião, um dos representantes discentes da pós-graduação pediu a fala no microfone e informou aos presentes que a nossa categoria já tinha deliberado a favor da ocupação, não compactuando com a proposta em curso de uma votação online<sup>37</sup>.
- **Dia 17/11/2016 – Assembleia dos estudantes da graduação do curso de Administração Pública e Social** para discutir a legitimidade e o resultado da votação online organizada pelo CAEA. Nesse dia reunimos alunos da graduação e da pós-graduação e, após um intenso debate, deliberamos a ocupação da unidade a partir daquele momento.

---

<sup>37</sup> O CAEA organizou uma votação online, via portal do aluno, para deliberar sobre a ocupação da EA. O resultado apurado foi pela não ocupação da EA.

- **Dia 18/11/2016 – 1º dia de ocupação e 2ª assembleia da Ocupa EA.** As principais pautas foram: os acontecimentos do dia, capacidade de avanço do movimento (contingente de alunos, necessidade de utensílios, alimentação etc.) definição de comissões e demais questões de organização interna.
- **Dia 19/11/2016 – 2ª assembleia.** Principal pauta: deliberação sobre a continuidade da ocupação sem liberação de acesso ao prédio para qualquer atividade da unidade, tanto de ensino como administrativa.
- **Dia 20/11/2016 – 3ª assembleia.** Principal pauta: deliberação sobre a manutenção do calendário de seleção do processo seletivo do PPGA e definição das regras de organização e funcionamento.
- **Dia 21/11/2016 – 1ª aula pública sobre a PEC do teto dos gastos,** ministrada pelo Movimento Economia PróGente<sup>38</sup>, na calçada da Escola, aberta a toda comunidade; e **4ª assembleia.** Principais pautas: discussão sobre a prova de togas dos alunos formandos da graduação; deliberação sobre solicitação da PS junior<sup>39</sup> de liberação da sala onde trabalham.
- **Dia 23/11/2016 – 2ª aula pública Legitimidade dos Movimentos Sociais e evento de confraternização** com representantes de outras ocupações dessa Universidade no pátio da EA.
- **Dia 24/11/2016 – 3ª aula pública Ética e Democracia e 5ª assembleia.** Principais pautas: confecção de uma carta à Direção da EA sobre as negociações do uso do espaço; deliberação sobre um plantão da Comissão de Graduação (COMGRAD) para atender questões de estágios e demais pautas urgentes.
- **Dia 25/11/2016 – Reunião com professores apoiadores** no pátio da Escola, para debater questões políticas internas e elaboração de uma agenda de atividades colaborativa; **Ato na esquina democrática contra a PEC do Teto dos Gastos** com demais estudantes de outras ocupações.
- **Dia 27/11/2016 – Reunião geral das Ocupas na EA** para debater os rumos do movimento e questões internas da UFRGS.
- **Dia 28/11/2016 – 4ª aula pública Universidade Para Que(m)? e 6ª assembleia** sobre questões de ordem interna.
- **Dia 29/11/2016 – Reunião com o comando de greve da Seção Sindical dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES) e representantes das ocupas. Visita em outras**

---

<sup>38</sup> Movimento organizado pelos estudantes da pós-graduação em Economia da UFRGS, durante as ocupações, para ensinar as questões técnicas e econômicas presentes na PEC do teto dos gastos.

<sup>39</sup> Empresa júnior de consultoria desenvolvida pelos alunos da graduação em Administração.

**Ocupas** do campus centro (Direito, Arquitetura, Educação) para conhecer e dialogar. **Transmissão ao vivo da votação da PEC na Câmara**, no saguão da EA, e acompanhamento da movimentação dos estudantes que viajaram para o ato em Brasília, pela mídia Ninja e grupos de whatsapp.

- **Dia 01/12/2016 – 7ª assembleia.** Principais pautas: agenda de atividades culturais e questões de ordem interna.
- **Dia 02/12/2016 – Ocupinha**, dia de atividades para crianças, e **Roda de conversa sobre diversidade.**
- **Dia 04/12/2016 – 8ª assembleia.** Principal pauta: deliberação sobre o concurso para professor efetivo de Estudos Organizacionais da EA e definição regras de organização e funcionamento.
- **Dia 05/12/2016 – Reunião geral das Ocupas** no campus saúde. Principais pautas: ato em Brasília, rumos do movimento e diálogo com a Reitoria.
- **Dia 06/12/2016 – Roda de conversa sobre movimento estudantil.**
- **Dia 12/12/2016 – 9ª assembleia.** Principal pauta: rumos da ocupação após a votação da PEC do Teto dos Gastos no Senado.
- **Dia 13/12/2016 – Dia da votação da PEC do Teto dos Gastos no Senado.** Concentração de todas as Ocupas da UFRGS na EA, juntamente com professores e técnicos administrativos, para o ato unificado na esquina democrática.
- **Dia 14/12/2016 – 10ª assembleia.** Principal pauta: processo de desocupação.
- **Dia 15/12/2016 – Sarau das Ocupas e vigília** no Campus Centro em preparação para a reunião do Conselho Universitário (CONSUN), do dia 16/12, com pauta sobre as ocupações da Universidade.
- **Dia 16/12/2016 – Reunião do CONSUN.** Acompanhamento externo com os estudantes.
- **Dia 17/12/2016 – Mutirão de organização e limpeza** da EA para desocupação e entrega do prédio nas condições de início.

### 2.1.2 Documentos

Foram consultadas fontes de documentos diversas, tanto para entender o contexto nacional político do movimento, como para realizar a relatoria da ocupação.

- a) Jornais diversos para acompanhar o surgimento e o desenrolar do movimento no país, bem como mídias alternativas (blogs, sites, páginas do *facebook*) para buscar o contraponto da grande mídia.

- b) Página do *facebook* das Ocupas da UFRGS. Cada ocupa desenvolveu uma página própria, na qual eram postadas notícias, informes, cartas, fotos, chamada para eventos etc.
- c) Email da Ocupa. A ocupa criou um email específico para dialogar com a comunidade acadêmica e demais envolvidos.
- d) Conversas dos grupos de *WhatsApp* das Ocupas.
- e) Documentos institucionais da Escola de Administração e da Reitoria sobre o movimento.

## 2.2 OCUPAÇÃO MULHERES MIRABAL

A ocupação de Mulheres Mirabal surgiu no dia 25 de novembro de 2016, uma semana após a Ocupação da EA, no Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher. Organizada pelo movimento feminista Mulheres Olga Benário, vinculadas ao Partido Comunista Revolucionário, esse grupo de mulheres ocupou um antigo orfanato, de propriedade dos Irmãos Salesianos, no centro de Porto Alegre, que há dois anos estava com suas atividades interrompidas, sem utilizar o respectivo prédio. O objetivo de ocupar esse espaço era construir um centro de referência para atender mulheres vítimas de violência que caíam nas lacunas do município e, assim, dar visibilidade a esse tema e reivindicar, com o poder público, uma estrutura capaz de prestar esse serviço à sociedade, que hoje é deficiente. A ocupação no prédio do centro foi encerrada e atualmente o movimento está em um espaço na Escola Estadual Benjamin Constant, na zona norte de Porto Alegre, “cedido”<sup>40</sup> pelo governo do estado do Rio Grande do Sul.

Meu envolvimento inicial se deu como apoiadora, participando de algumas atividades públicas, contribuindo com doações, fazendo pequenos auxílios; e depois se expandiu para a composição do quadro de pessoas que prestavam escalas e plantão, sendo responsável por tudo que ocorria nas horas dispendidas lá dentro, o que envolveu, entre uma infinidade de atividades: fazer a fiscalização do cumprimento das tarefas rotineiras, cuidar das crianças, controlar e liberar os estoques de materiais e alimentos, receber doações, recepcionar entidades, apoiadores, visitantes, apresentar o movimento e a casa para quem apitasse a campanha, recepcionar representantes de órgãos do poder público, Conselho Tutelar, Oficial de Justiça,

---

<sup>40</sup> Com a dificuldade de tratativa com o estado do Rio Grande do Sul, que determinava a desocupação do prédio dos irmãos Salesianos mas não efetivava a promessa de ceder um espaço para a continuidade do trabalho do movimento, as mulheres ocuparam o prédio supostamente designado a elas.

AICAS etc., “receptionar”, inclusive, pessoas não autorizadas ou não bem vindas na ocupação, apaziguar brigas, algumas vezes acompanhar as acolhidas em algum tratamento de saúde em hospitais ou postos de saúde e, por fim, o mais difícil e complexo, acolher as mulheres que lá chegavam no meu turno, vítimas de algum tipo de violência, pedindo proteção e asilo. Das escalas, passei a ser convidada para integrar a coordenação, participando ativamente de todos processos: reuniões, assembleias, eventos internos e externos, passando a discutir e deliberar sobre a gestão e os rumos da ocupação.

A seguir, listo os dias e as atividades que estive presente. O diário de campo inclui anotações e gravações em áudio com minhas percepções.

### 2.2.1 Observação participante

- **Dia 29/11/2016 – Vigília contra reintegração de posse.** Participação como apoiadora, no lado externo da casa, para formar um grande contingente de pessoas a fim de dificultar um possível despejo sem necessidade de mandado judicial.
- **Dia 07/04/2017 – Festival Mirabal.** Evento aberto ao público, no pátio da casa, com apresentação de shows e venda de produtos fabricados pelas mulheres acolhidas para atrair apoiadores e arrecadar fundos.
- **Dia 16/06/2017 – Visita para entrega de donativos e conversa com alguns dos moradores recém despejados da Ocupação Lanceiros Negros (o despejo ocorreu no dia anterior) acolhidos temporariamente na Mirabal.**
- **Dia 14/08/2017 – Visita acompanhada de conversa** com uma das coordenadoras do movimento para conhecer o espaço interno, as moradoras e o esquema de operação da casa.
- **Dia 18/08/2017 – Reunião de balanço do movimento.** Reunião da coordenação, aberta ao público externo, de balanço e discussão dos rumos do movimento.
- **Dia 30/09/2017 – Plenária aberta do Movimento de Mulheres Olga Benário.** Plenária para apresentar o movimento e o trabalho desenvolvido na casa para possíveis apoiadores interessados em contribuir e auxiliar nas atividades da Ocupação.
- **Dia 11/11/2017 – Plenária do Movimento de Mulheres Olga Benário.** Plenária para apresentar o movimento e construir agenda de atos para o dia 25 de novembro: aniversário de 1 ano da Ocupação e dia de combate à violência contra mulher.
- **Dia 22/11/2017 – 1ª escala** de um turno no período da tarde.

- **Dia 25/11/2017 – Festival Mirabal em comemoração ao aniversário de 1 ano da Ocupação.** Evento aberto ao público, no pátio da casa, com apresentação de shows e venda de produtos fabricado pelas mulheres acolhidas para atrair apoiadores e arrecadar fundos.
- **Dia 13/12/2017 – 2ª escala** de um turno no período da tarde.
- **Dia 19/12/2017 – 3ª escala** de um turno no período da manhã.
- **Dia 27/12/2017 – 4ª escala** de um turno no período da tarde.
- **Dia 11/01/2018 – 5ª escala** de um turno no período da manhã.
- **Dia 16/01/2018 – 6ª escala** de um turno no período da tarde.
- **Dia 25/01/2018 – Reunião da coordenação.** Principais pautas: definição da escala de fevereiro e discussão sobre a situação das acolhidas.
- **Dia 31/01/2018 – 7ª escala** de um turno no período da tarde.
- **Dia 01/02/2018 – Reunião da coordenação.** Principais pautas: discussão sobre a organização e formalização dos processos internos; transição para o local concedido pelo governo do estado e regularização como centro de referência para mulheres; situação das acolhidas.
- **Dia 06/02/2018 – Reunião com a equipe de saúde.** Reunião da coordenação com o médico e a psicóloga que fazem o acompanhamento da saúde e bem-estar das acolhidas.
- **Dia 07/02/2018 – 8ª escala** no turno da tarde com pernoite.
- **Dia 17/02/2018 – 9ª escala** de um turno no período da manhã.
- **Dia 20/02/2018 – Reunião da coordenação** para discutir a situação da negociação da nova sede com o poder público.
- **Dia 21/02/2018 – 10ª escala** no turno da tarde com pernoite.
- **Dia 26/02/2018 – Assembleia geral com a coordenação e acolhidas.** Principais pautas: organização da rotina da casa, definição da escala de tarefas de organização da casa.
- **Dia 01/03/2018 – Plenária do Movimento de Mulheres Olga Benário** para discutir e definir a agenda de atividades do 8 de março.
- **Dia 05/03/2018 - Assembleia geral com a coordenação e acolhidas.** Principais pautas: organização da rotina da casa, definição da escala de tarefas.
- **Dia 07/03/2018 – 11ª escala** de um turno no período da tarde
- **Dia 08/03/2018 – Marcha e ato pelo dia internacional da mulher.**
- **Dia 12/03/2018 – Assembleia geral com a coordenação e acolhidas.** Principais pautas: organização da rotina da casa, definição da escala de tarefas.
- **Dia 14/03/2018 – 12ª escala** no turno da tarde com pernoite.
- **Dia 17/03/2018 – Reunião da coordenação.** Principais pautas: situação das acolhidas.

### 2.2.2 Documentos

- a) Jornais diversos com notícias referentes à ocupação.
- b) Página do *facebook* da Ocupação Mulheres Mirabal, na qual são postadas notícias, informes, chamada para eventos, reuniões e assembleias e, também, canal de comunicação com a comunidade externa que deseja conhecer, colaborar ou solicitar o serviço de acolhimento.
- c) Email da Ocupação.
- d) Conversas do grupo de *WhatsApp* da coordenação.
- e) Documentos institucionais do movimento: cartilhas, panfletos, manuais, planilhas, atas, formulários, fichas das acolhidas, documentos recebidos de órgãos públicos etc.

### 2.3 OCUPAÇÃO LANCEIROS NEGROS

A Ocupação Lanceiros Negros surgiu no dia 14 de novembro de 2015, depois de um longo processo, que durou cerca de 9 meses, de mobilização e sensibilização de famílias carentes moradoras da periferia de Porto Alegre, por uma série de reuniões e debates, coordenada pelo Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas (MLB), também vinculado ao Partido Comunista Revolucionário. Nessa data cerca de 100 famílias ocuparam um imóvel de propriedade do Estado que serviu ao Ministério Público até 2006 e estava em desuso. Despejados no dia 14 de junho de 2016, em uma ação violenta comanda pela Brigada Militar, os ocupantes retornaram, um mês depois, ao centro da capital, para formar uma nova ocupação em um outro prédio, um hotel abandonado, dessa vez privado, sob o nome de Lanceiros Negros Vivem, como medida de não silenciamento e enfrentamento diante da postura do poder público. A última ocupação durou menos de dois meses, até o momento em que foram despejados novamente.

Na primeira ocupação, Lanceiros Negros, participo de maneira mais indireta, contribuindo com doações, participando de algumas atividades públicas, como atos, eventos culturais e festivos etc. Na segunda, Lanceiros Negros Vivem, ao estar mais familiarizada com o movimento, passo a frequentar o local além dos eventos públicos, participando de algumas atividades internas, todas elas listadas abaixo na sequência de datas. As observações também são registradas em anotações e gravações em áudio com minhas percepções.

#### 2.3.1 Observação não-participante

- **Dia 14/10/2016 – Show musical com a cantora Valéria Houston.**
- **Dia 18/12/2016 – Apresentação da Orquestra Villa Lobos.**
- **Dia 14/06/2017 – Reintegração de posse.** Acompanhei pelo lado de fora, como apoiadora, todo processo de despejo comandado pelo Batalhão de Operações Especiais da Polícia, que iniciou por volta das 19 horas e terminou por volta da meia noite do dia seguinte.
- **Dia 15/06/2017 – Assembleia popular com apoiadores da Ocupação Lanceiros Negros** para discutir o episódio violento do despejo na sede do Sindicato dos Municípios de Porto Alegre (SIMPA). Na ocasião, um grupo de mais de 100 pessoas, entre moradores da ocupação e apoiadores de diversos movimentos, entidades, agentes públicos etc., reuniu-se para debater o episódio e propor encaminhamentos. Participei como ouvinte.
- **Dia 21/06/2017 – Reunião ampliada da Comissão de Direito Humanos da Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul** para debater a violência do processo de reintegração de posse da Ocupação Lanceiros Negros. Participei como ouvinte.
- **Dia 26/06/2017 – Jantar e roda de conversa com os moradores da Ocupação Lanceiros Negros,** no restaurante Germina, para arrecadar fundos. Participei como ouvinte.
- **Dia 04/07/2017 – Primeiro dia da Ocupação Lanceiros Negros Vivem e primeira assembleia geral da Ocupação.** Estive no local, pela manhã, visitando, e a noite participei como ouvinte da primeira assembleia geral do movimento.
- **Dia 06/07/2017 – Visita na ocupação** para observar o desenrolar da organização do espaço e conversar com alguns moradores.
- **Dia 09/07/2017 – Atividade cultural e feira de rua** com shows e venda de produtos fabricados pelos moradores para atrair apoiadores e arrecadar fundos.
- **Dia 28/07/2017 – Cumbia na rua** com a colocação de som e venda de bebidas na calçada para atrair apoiadores e arrecadar fundos.
- **Dia 15/08/2017 – Visita na ocupação** e conversa com alguns moradores.
- **Dia 22/08/2017 – Ato contra a reintegração de posse.** Reunião de moradores e apoiadores na calçada do prédio, com microfone aberto para denunciar o descaso do poder público com o tema da habitação.
- **Dia 23/08/2017 – Cine debate do filme Central.**
- **Dia 24/08/2017 – Segundo processo de reintegração de posse.** Novamente acompanhei pelo lado de fora, como apoiadora, o processo de despejo, que iniciou por volta da meia noite e encerrou as 17 horas do dia seguinte.



- **Dia 09/11/2017 – Lançamento do Livro *Os Lanceiros Negros, histórias de vida de luta pela moradia***, na feira do livro, com discussão dos moradores sobre a situação naquele momento.

### 2.3.2 Documentos

- a) Jornais diversos com notícias referentes à ocupação.
- b) Trabalhos acadêmicos sobre a Ocupação.
- c) Página do *facebook* da Ocupação Lanceiros Negros.
- d) Documentos institucionais do movimento: cartilhas, panfletos, manuais, planilhas, atas, formulários etc.
- e) Livro *Os Lanceiros Negros, histórias de vida de luta pela moradia digna*.

A investigação, em seu desenrolar, ocorreu no e com os movimentos sociais, desde e não sobre eles. Muito além de observar e coletar informações, meu envolvimento nessas ocupações se deu através de apoio e participação na luta, por convicção, por compartilhar, em grande medida, com as questões éticas e políticas desses grupos, sempre respeitando os princípios, valores, regras e pessoas que compõem esses movimentos, o que me ajudou a ganhar espaço e confiança para transitar nesses espaços. As observações seguiram o formato livre, sem definição *a priori* de procedimentos específicos e o estabelecimento de um cronograma fechado de atividades, seguindo o entendimento de Lefebvre (2009, p. 34) de que “a forma (lógica) do método deve subordinar-se ao conteúdo, ao objeto, à matéria estudada”.

Vale destacar que nessa lógica de estudo, na concepção de pesquisa participante, a investigação é, como Malo (2004) argumenta, uma viagem aberta, um itinerário compartilhado, com lugar de partida, mas não de chegada. Enquanto a investigação tradicional tem uma duração específica, um começo e fim, a pesquisa participante é um processo aberto, que acompanha o desenrolar da realidade. Os resultados têm o propósito de servir como reflexão e análise crítica do processo, assim como estimular novas formas de ativismo, novas formas de agir e pensar, novos modos de ver a si mesmos e se relacionar. Ela também serve para denunciar e trazer a público a situação vivida, além de compartilhar outras experiências de ativismo que podem servir como aprendizado. Ela comporta fatos únicos e irrepetíveis. É sempre crítica, não repousa em certezas. O critério principal desse conhecimento é a práxis, não reduzida ao empírico. A práxis é ao mesmo tempo objeto de estudo e resultado da pesquisa. A chave está nas operações reais que os procedimentos ajudam a gerar. O importante não é a escolha por

esse ou aquele instrumento, mas o que eles produzem, que modificações geram, aonde levam. Um instrumental que tenha, portanto, valor de uso para os movimentos sociais (MALO, 2004).

Nos capítulos seguintes, reconstruo, a partir dos documentos examinados, das observações e apontamentos, dos relatos coletados, por entrevistas e ou conversas informais, a história de cada ocupação e, assim, analisar a organização da vida cotidiana desses espaços, desde as categorias propostas por Lefebvre (2014): ambiguidade, vivido e viver, além de organização e razão estratégico crítica. O texto que segue é dividido em três capítulos com a análise de cada uma dessas ocupações.

### 3 DE ONDE BROTA O RESTO DOS RESTOS?

Com essa pergunta, inicio o relato da ocupação da qual participei, por 30 dias, da Escola de Administração (EA) da UFRGS, com e no movimento de ocupações estudantis ocorrido no segundo semestre de 2016. Antes de começar, explico o contexto no qual essa Ocupação surge e a ambiguidade que ela rompe, desvelando as contradições em uma unidade de ensino na qual grande parte da comunidade considera que organização e o movimento estudantil são um desvio do processo de ensino e aprendizagem.

#### 3.1 A AMBIGUIDADE E SEU DESMANTELAR

No segundo semestre de 2016, mais de 1.000 escolas e 200 Instituições de Ensino Superior foram ocupadas por estudantes em contraposição às propostas do Governo Michel Temer (2016-2018) de: congelar os gastos em saúde e educação por 20 anos (Proposta de Emenda Constitucional 241/2016 – Câmara de Deputados; 55/2016 – Senado) que se tornou a Emenda Constitucional 95<sup>41</sup>, conhecida como PEC do Teto dos Gastos ou PEC da Morte; reformar o Ensino Médio (Medida Provisória 746/2016), dirimindo a oferta de disciplinas de Filosofia e Sociologia, excluindo o Espanhol e autorizando professores sem formação docente nos cursos técnicos, sancionada em fevereiro de 2017 (Lei Ordinária 13415/2017)<sup>42</sup>; e restringir os conteúdos de ensino a partir de uma pretensa ideia de neutralidade do conhecimento, no chamado Programa Escola Sem Partido<sup>43</sup> (Projeto de Lei do Senado n° 193 de 2016, com a tramitação encerrada).

---

<sup>41</sup> Institui o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por 20 exercícios financeiros, existindo limites individualizados para as despesas primárias de cada um dos três Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União; sendo que cada um dos limites equivalerá: I - para o exercício de 2017, à despesa primária paga no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar pagos e demais operações que afetam o resultado primário, corrigida em 7,2% e II - para os exercícios posteriores, ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. Determina que não se incluem na base de cálculo e nos limites estabelecidos: I - transferências constitucionais; II - créditos extraordinários III - despesas não recorrentes da Justiça Eleitoral com a realização de eleições; e IV - despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes (BRASIL, 2016).

<sup>42</sup> Altera as Leis n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, e o Decreto-Lei n° 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei n° 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (BRASIL, 2017).

<sup>43</sup> Projeto de Lei n. 867/2015 - Inclui entre as diretrizes e bases da educação o "Programa Escola sem Partido".

As ocupações nas universidades foram influenciadas pelo movimento secundarista de ocupação ocorrido em São Paulo, em 2015, na tentativa de barrar a proposta de reestruturação das escolas estaduais, chamada de “Reorganização Escolar”, proposta pelo governador do estado, Geraldo Alckimin. O projeto consistia, basicamente, em fazer com que as escolas funcionassem com apenas um ciclo, ou seja, Fundamental I (1º ao 5º ano), Fundamental II (6º ao 8º ano) e Ensino Médio (antigo segundo grau). Além disso, só se poderia estudar em um colégio até dois quilômetros de distância de sua casa, fazendo com que o direito de ‘passe livre’ nos transportes públicos fosse extinguido. Isso, na prática, significava o fechamento de diversas escolas e agrupamento dos alunos em turmas maiores. Essa mudança também forçaria diversos jovens a mudar seus locais de estudo, desconsiderando seus vínculos com a escola. Inspirados pelos movimentos estudantis chileno e argentino, que ocorreram em 2006 e 2010, conhecidos como “Revolta dos Pinguins”<sup>44</sup> e “Estudiantazo”<sup>45</sup>, respectivamente, juntamente com o apoio do coletivo O Mal Educado<sup>46</sup>, que traduziu a cartilha intitulada *Como ocupar um colégio* desenvolvida pelos secundaristas argentinos, os estudantes paulistas se articularam e decidiram ocupar as escolas ameaçadas de fechamento (CORTI, CORROCHANO e SILVA, 2016; UBES, 2015). Com a massificação do movimento, chegando a centenas de escolas ocupadas por cerca de 30 dias, o governador, para evitar maior desgaste político, suspendeu o processo de reorganização escolar e destituiu o então Secretário de Educação, Herman Voorwald.

No ano seguinte, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foram ocupadas 38 unidades, sendo a última delas a EA, que congrega dois cursos de graduação – Administração e Administração Pública e Social –, e o Programa de Pós-graduação em Administração (PPGA). O primeiro prédio da UFRGS ocupado foi o do Instituto de Letras, no dia 26 de outubro de 2016, depois de uma assembleia com cerca de 300 estudantes. Nos dias que se sucederam, foram ocupadas os prédios da Faculdade de Educação (FACED), da

---

<sup>44</sup> O movimento estudantil chileno, conhecido como “Revolução dos Pinguins” foi a grande inspiração para os levantes dos estudantes brasileiros. Em 2006, mais de 600 mil secundaristas chilenos foram às ruas para exigir reformas no sistema educacional, com a posterior ocupação de mais de 600 escolas, inicialmente reivindicando a gratuidade do exame de seleção para ingresso na universidade e passe escolar gratuito, além de outras reformas profundas num sistema educacional herdado do regime militar, sendo uma das maiores manifestações do país desde o fim da ditadura do general Augusto Pinochet (1973-1990). A revolta ganhou esse nome em função do apelido dado aos estudantes pelo seu uniforme preto e branco, composto de terno e gravata (CORTI, CORROCHANO e SILVA, 2016).

<sup>45</sup> Em 2010, na Argentina, mais de trinta escolas da capital Buenos Aires foram ocupadas pelos secundaristas, pela reivindicação de melhores condições de infraestrutura e uma reforma no ensino do país, no movimento conhecido como “*Estudiantazo*”, também inspirado na Revolta do Pinguins. Na ocasião, os estudantes escreveram um diário de bordo no qual descreviam suas experiências na ocupação, que derivou na cartilha “*como tomar um colegio*” (CORTI, CORROCHANO e SILVA, 2016).

<sup>46</sup> Coletivo de alunos que se dedica a registrar e divulgar algumas experiências de luta e organização vividas por alunos de diferentes escolas (O MAL EDUCADO, 2017).

Faculdade de Psicologia, do Serviço Social e Fonoaudiologia, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO), da Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Design, da Faculdade de Direito, da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), do Instituto de Artes (IA), do Geociências, da Matemática e Estatística, da Física, da Química, da Biologia e, finalmente, o da Escola de Administração, no dia 17 de novembro.

Todas as ocupações iniciaram a partir de debates e deliberações em assembleias, com exceção da unidade aqui relatada, na qual foi realizada uma consulta eletrônica<sup>47</sup> organizada pelo Centro Acadêmico da Escola de Administração (CAEA) sem convidar, para construir e compor o processo, o Centro Acadêmico da Administração Pública e Social (CAAPS), ainda em fase de constituição, e tampouco a pós-graduação.

Figura 1 – Assembleias Ocupações UFRGS



Fonte: arquivo pessoal.

A estratégia de promover uma votação online para decidir se a EA deveria ser ocupada, além de ser um instrumento de participação atomizada, servia para tentar barrar a iniciativa de um conjunto de estudantes que se articulava para se somar ao movimento com os demais estudantes da Universidade e do País. Amparados por um discurso de suposta neutralidade, os

<sup>47</sup> <https://www.facebook.com/events/271278919940505/>

colegas que defendiam o uso dessa ferramenta acreditavam ser possível deliberar sobre um tema importante se eximindo do debate político. Nós, alunos da pós-graduação, cientes dessa estratégia, realizamos uma assembleia prévia na qual decidimos, por unanimidade, ocupar o prédio se assim também fosse a intenção dos discentes da graduação. Ainda assim, a votação eletrônica foi promovida e foram desconsiderados os votos da pós-graduação. De um contingente de 2200 alunos que compõem essa unidade, 660 participaram da votação eletrônica<sup>48</sup>. Desses, 401 votaram contra as propostas do Governo e 484 contra a ocupação da EA. Logo, embora a maioria tenha votado contra as medidas, estes não desejavam ter sua rotina, com sua aparência de estabilidade, afetada.

Em um contrafluxo, um conjunto de alunos da graduação e da pós-graduação, no qual me incluo, se articulou para evitar que o processo se encerrasse naquela votação. Nos dias que se sucederam, reunimo-nos algumas vezes para pensar alternativas e chegamos ao consenso de ocupar a EA, entendendo que essa era a decisão mais consequente no momento, especialmente pela apatia que se apresentava em um espaço marcado pela ambiguidade.

Foi assim que, na noite do dia 17 de novembro, após uma assembleia em sala fechada, aguardamos o fim das aulas e a saída do último aluno para comunicar o vigilante que estávamos ocupando a partir daquele momento. Dali em diante, nos dividimos por tarefas. Alguns saíram para conseguir cadeados, mantimentos e utensílios (colchão, roupas de cama, fogareiro, botijão, panelas, alimentos); outros para organizar a plataforma de comunicação (criação de e-mail, página no *Facebook*, confecção de cartazes e elaboração dos primeiros informes à comunidade); uns se dedicaram à organização do espaço (listagem do patrimônio, controle das aberturas, organização da equipe de ronda etc). A primeira ação foi colocar um cartaz na entrada principal com a frase “Escola de Administração Ocupada”, seguido do primeiro informe do Ocupa EA à comunidade acadêmica:

O Movimento Ocupa EA é um movimento independente, desvinculado de centros acadêmicos, composto por estudantes da Administração, Administração Pública e Social e da Pós-Graduação, no intuito de se mobilizar contra a PEC 241/55, em defesa da educação pública e contra a retirada de direitos sociais do povo brasileiro.

Diante da iminência da votação da PEC no Senado Federal, buscamos fortalecer a luta que vem ocorrendo na Universidade e no país como um todo.

Ocupação é mobilização. Queremos criar um ambiente vivo, propício para discussão das medidas propostas pelo governo federal, com atividades pertinentes à situação atual e contamos com a presença de colegas para somarem nessa luta (OCUPA EA UFRGS, 2016).

---

<sup>48</sup> De acordo com o CAEA (2016), o resultado da consulta online foi: 218 pessoas a favor e 401 contrárias à PEC 241/55; 173 pessoas a favor e 484 contrárias à ocupação da Escola de Administração com o impedimento de suas atividades; 296 pessoas a favor e 335 contrárias à ocupação da Escola de Administração sem o impedimento de suas atividades.

Na manhã do dia seguinte, quando alunos e professores chegaram para ministrar e assistir aulas, alguns surpresos ao se depararem com o prédio trancado, outros já cientes e informados dos novos acontecimentos, uma grande tensão se instalou. Os cartazes no portão foram rasgados, insultos foram proferidas, pedras arremessadas; um grupo, munido de grilhão e martelo, tentou arrebentar os cadeados, porém sem sucesso.

A Ocupa EA, mesmo sendo a última deflagrada na UFRGS, foi uma das mais combatidas, acusada de ilegítima e desvinculada das demais, especialmente por não ter validado o resultado da consulta eletrônica promovida pelo Centro Acadêmico. Porém, esse discurso de democracia e legalidade escondia uma postura de descaso e indiferença com uma das maiores manifestações da história das universidades brasileiras.

Figura 2 – Ocupa EA



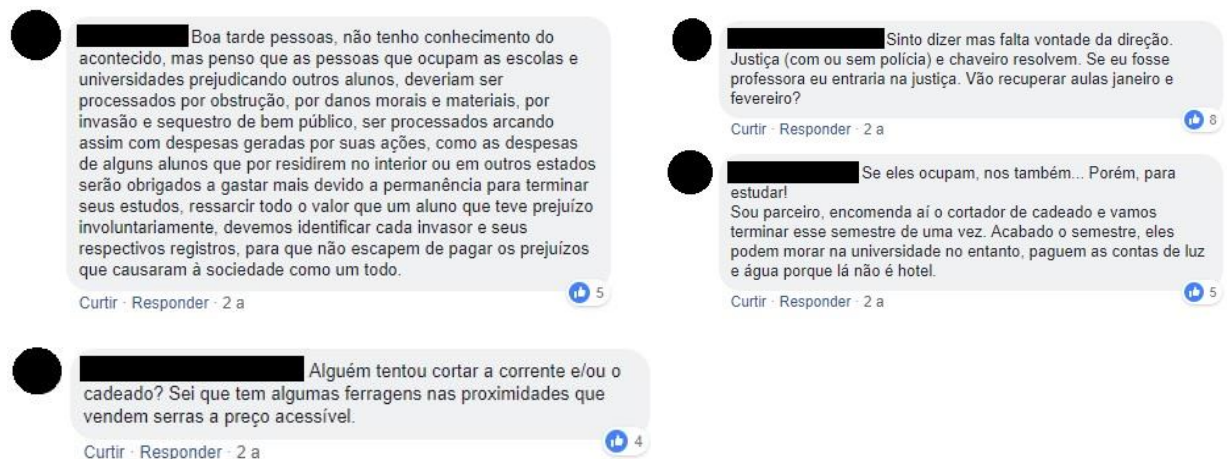
Fonte: arquivo pessoal.

Embora o movimento tenha surgido para defender o futuro da educação, sendo a universidade uma das mais afetadas; e o Conselho Universitário (CONSUN), órgão máximo da Instituição, tenha emitido uma moção de solidariedade (vide ANEXO A); ainda assim houve

um embate incessante, provocado pela Reitoria e pela maioria das direções das unidades, para que os estudantes liberassem os acessos aos prédios ocupados para garantir a continuidade da rotina, sem propor alternativas para um debate sério e comprometido a fim de enfrentar a gravidade dos fatos que as ocupações propunham discutir.

A repressão aconteceu do início ao fim da Ocupação e de diferentes maneiras. Foi formado, inclusive, um contra movimento denominado Desocupa UFRGS e Desocupa EA. O grupo, sem uma pauta além da retomada das aulas, envolvia alunos, ex-alunos, políticos vinculados principalmente ao Partido Novo<sup>49</sup>, e pessoas ligadas ao Movimento Brasil Livre (MBL)<sup>50</sup>, chegando a realizar um ato no Campus Centro da Universidade, carregando cartazes com textos como “queremos estudar” e “ocupar é crime”. As justificativas sempre giraram em torno das ocupações ferirem a liberdade individual de ir e vir. Sua articulação, principalmente como ativistas virtuais, ocorria através de página no *Facebook*<sup>51</sup> com esse mesmo nome.

Figura 3 – Manifestação Desocupa EA 1



<sup>49</sup> O NOVO é um partido político fundado em fevereiro de 2011, com registro autorizado pela TSE em 2015, que tem como princípios a autonomia e liberdade do indivíduo, a redução das áreas de atuação do Estado, a diminuição da carga tributária e a melhoria na qualidade dos serviços essenciais, como saúde, segurança e educação (NOVO, 2019).

<sup>50</sup> O Movimento Brasil Livre (MBL) é uma entidade sem fins lucrativos que visa mobilizar cidadãos em favor de uma sociedade mais livre, justa e próspera. Em seus princípios defendem a democracia, a república, a liberdade de expressão e de imprensa, o livre mercado, a redução do Estado, redução da burocracia (MBL, 2019).

<sup>51</sup> <https://www.facebook.com/desocupaufrgs/>; <https://www.facebook.com/desocupaeufrgs/>



**EA** **Desocupa EA UFRGS** [Redacted] Dia 18/11, havia 150 alunos que chegaram para suas aulas e foram surpreendidos com a ocupação da EA. Houve sim um grupo que tentou abrir o cadeado, pois assim como alguém autoritariamente e não democraticamente fechou com cadeados (que não pertencem a EA) os portões de acesso, os alunos que estavam na rua querendo entrar estavam seguindo vontade da maioria ao tentar abrir. Tentativa que até então não condenávamos, pois representaria um ato de liberação. Contudo cabe ressaltar não somente a ti, mas a todos, que o movimento Desocupa EA UFRGS não apoia atos de violência, não articula e nem indica aos estudantes interessados em promover a desocupação que usem de violência ou do confronto físico com os demais alunos que ocupam a unidade. Antes de tudo está se tratando de um embate, vamos todos lembrar, entre colegas.

Curtir · Responder · 2 a · Editado

[Redacted] Tri fácil resolver esse problema: [https://www.youtube.com/watch?v=O\\_OTBZJcNQs](https://www.youtube.com/watch?v=O_OTBZJcNQs)

**YOUTUBE.COM**  
fabio corte de tezolra cortando vergalhao 5/8

Curtir · Responder · 2 a

[Redacted] Você quer falar de violência [Redacted] Então vamos lá. Sabe qual a maior violência que existe? E privar as pessoas da LIBERDADE. E foi isso que você fez quando invadiu a escola de administração e invadiu a liberdade da grande maioria dos alunos que votou pela NÃO ocupação da EA. A segunda violência que você cometeu foi tentando acertar um colega com uma corrente. Então pense bem antes de falar bobagem.

Curtir · Responder · 2 a

[Redacted] Pouco mais de 60 pila um desses. <http://www.lojadomecanico.com.br/produto.asp?cod=8618...>

Curtir · Responder · 2 a

[Redacted] esse é o espirito! 1

Fonte: Desocupa EA UFRGS (2016).

Era comum que esses, em um uma noção estreita e fragmentada da realidade, pela qual entendem educação e política como pautas dissociadas, não concebessem sentido no ato de ocupar. Professores e alunos contrários se baseavam no resultado da votação online para reprimir e desqualificar a manifestação, tratada como ilegítima e antidemocrática. Sob esse argumento, nós, ocupantes, fomos chamados de “resto dos restos”, uma minoria manipulada que “não aceita as regras e os resultados do jogo democrático e invade de forma truculenta os espaços públicos escolares”. Essa frase veio do professor Antônio Domingos Padula, dessa unidade, no texto *O que sobrou para o populismo* (vide ANEXO B ou no link<sup>52</sup>), publicado em uma coluna no jornal de maior circulação do estado do Rio Grande do Sul, no qual manifestou sua posição favorável à PEC e o descontentamento com a ocupação.

O texto teve grande repercussão na comunidade acadêmica, incitando um debate sobre temas como democracia, política e ética. O debate envolveu réplicas escritas por alguns docentes (vide ANEXO C) e postadas na página da Ocupa EA, e uma aula pública sobre Ética e Democracia. A discussão gerada possibilitou romper com a ambiguidade expressa no senso comum de que a democracia é ancorada na dicotomia minoria-maioria, de ética como bem e mal, e a política como uma esfera dissociada da vida cotidiana.

<sup>52</sup> <https://gauchazh.clicrbs.com.br/opiniao/noticia/2016/11/antonio-domingos-padula-o-que-sobrou-para-o-populismo-8441811.html>

Figura 4 – Manifestação Desocupa EA 2



Fonte: Desocupa EA UFRGS (2016).

Assim, naquele momento, de descontinuidade ou 'desordem', a suposta neutralidade em que muitos se apoiavam desmoronou. De um lado, professores e técnicos da Universidade articulavam uma greve<sup>53</sup> para reforçar a luta dos estudantes; de outro, havia aqueles que reivindicavam o direito individual de ir e vir, exaltando o prejuízo de interromper e atrasar o calendário acadêmico para seus projetos individuais. A ocupação, nesse sentido, dividiu posicionamentos e evidenciou as contradições entre diferentes valores e visões de mundo. Como exemplo, alguns professores fizeram uma moção de apoio (vide ANEXO D) aos estudantes que ocupavam, enquanto outros emitiram um comunicado se posicionando contra a ocupação (vide ANEXO E).

A ocupação da EA rompeu com a ambiguidade expondo a contradição de uma unidade de ensino que só legitima a educação por uma lógica bancária<sup>54</sup> “em que os educandos são os depositários e o educador o depositante” e “a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los” (FREIRE, 2019, p. 80). Para o autor, nesta visão distorcida de educação, em que educador e educandos se arquivam, não há saber, criatividade e transformação. Os que chamavam a ocupação de invasão, alegando que ela inviabilizava aqueles que queriam estudar e trabalhar, não reconheciam ou valorizavam a educação problematizadora que os estudantes estavam desenvolvendo naquele momento rico, ao romper com os esquemas verticais anteriores. Segundo Freire (2009, p. 81), “o educador,

<sup>53</sup> Em apoio ao movimento, os técnicos administrativos em educação entraram em greve no dia 8 de novembro e os docentes no dia 22 do mesmo mês, em Assembleia Geral chamada pela ASSUFRGS (Sindicato dos técnicos da UFRGS, UFCSPA e IFRS) e Seção Sindical do Andes, respectivamente. Uma análise desse movimento grevista, também com base no referencial de Henri Lefebvre sobre a vida cotidiana se encontra na dissertação, concluída em 2017, de André Mortari (<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/178339>) e sistematizada em um artigo publicado em 2019 (<http://www.scielo.br/pdf/read/v25n3/1413-2311-read-25-3-278.pdf>).

<sup>54</sup> Segundo Freire (2019), a educação bancária concebe a educação como ato de depositar, transferir, transmitir conhecimento fixos, invariáveis, recortes da realidade desconectados da totalidade em que se engendram, impostos verticalmente, sem diálogo. A educação como ato de depositar, além de inibir a criatividade, a reflexão, o senso crítico, o pensar autêntico, serve a dominação de classe, mantendo ocultas certas razões que explicam a maneira como estão sendo os homens no mundo e, para isto, mistifica a realidade. Ao abordar a realidade como algo parado, estático, compartimentado e bem comportado, impõe passividade, ajustamento e adaptação ao mundo.

que aliena a ignorância, se mantém em posições fixas, invariáveis. Será sempre o que sabe, enquanto os educandos serão sempre os que não sabem. A rigidez destas posições nega a educação e o conhecimento como processos de busca”.

Quanto mais se exercitem os educandos no arquivamento dos depósitos que lhes são feitos, tanto menos desenvolverão em si a consciência crítica de que resultaria a sua inserção no mundo, como transformadores dele. Como sujeitos. Quanto mais se lhes imponha passividade, tanto mais ingenuamente, em lugar de transformar, tendem a adaptar-se ao mundo, à realidade parcializada nos depósitos recebidos. Na medida em que esta visão “bancária” anula o poder criador dos educandos ou o minimiza, estimulando sua ingenuidade e não sua criticidade (FREIRE, 2019, p. 83).

No desenrolar dessa trama, a suposta ingenuidade e imparcialidade de alguns atores envolvidos foi sendo desvelada. Passamos a ter uma visão clara de quem defendia uma educação transformadora e de quem, ao defender os interesses individuais, corroborava com uma educação dominadora mantenedora do *status quo*. Tal neutralidade, que se mostrou insustentável, derivou na criação de um personagem dentro da ocupação, o Jimmy Neutro<sup>55</sup>, inspirado no desenho animado Jimmy Neutron.

---

#### <sup>55</sup> VOCÊS CONHECEM O JIMMY NEUTRO?

Se pensarmos bem, todos conhecemos um (ou vários) Jimmy. Ele está em nosso círculo de amigos, família, conhecidos. Jimmy gosta de bancar o “isentão” mas, na verdade, de Neutro ele só tem o nome. Quer alguns exemplos?

- Jimmy Neutro acredita que todo conhecimento que lhe interessa é isento de ideologias, mas está certo que seus opositores são doutrinados;
- Jimmy Neutro não gosta de política, mas está certo de uma invasão comunista no Brasil;
- Jimmy Neutro não gosta de participar nas assembleias de alunos, mas é favorável a votações eletrônicas;
- Jimmy Neutro é contra a violência, mas propaga discurso de ódio nas redes sociais;
- Jimmy Neutro não acredita nos métodos do Movimento Estudantil, mas não propõe alternativas;
- Jimmy Neutro não é contra nem a favor, mas está certo que movimento social é coisa de vagabundos;
- Jimmy Neutro não lê os informativos, não participa das reuniões, mas sempre julga precipitados os colegas que agem em prol de causas coletivas;
- Jimmy Neutro se apresenta como imparcial, mas curte a página do Desocupa UFRGS no Facebook;
- Jimmy Neutro defende movimentos partidários, mas acredita no MBL;
- Jimmy Neutro se diz chocado com a pobreza e a miséria, mas é contra Bolsa Família pois é preciso “ensinar a pescar”;
- Jimmy Neutro estudou em escolas particulares, tem carro para ir à faculdade, fez intercâmbio no exterior, mas apoia a meritocracia;
- Jimmy Neutro estuda em Universidade Federal, tem bolsa estudantil e utiliza o Restaurante Universitário, mas é favorável a PEC55;
- Jimmy Neutro não quer ocupação pois quer ter aula e estudar, mas não lê os textos e nem participa dos debates em sala.

Enfim, tem muito Jimmy por aí! O que faz o Jimmy que você conhece? (OCUPA EA, 2016).

Figura 5 – Jimmy Neutro



Fonte: arquivo pessoal.

### 3.2 ORGANIZAÇÃO E RAZÃO ESTRATÉGICO-CRÍTICA

Cada unidade universitária se organizou de modo singular e independente em função das peculiaridades locais, como o contingente de alunos adeptos, condições físicas do prédio (alguns locais não possuíam cozinha, chuveiro, além da localização geográfica e segurança), apoio dos professores e servidores, da colaboração de mantimentos etc., que definiram, em grande medida, a capacidade de permanência das ocupações.

Nossa ocupação era formada por um grupo bastante heterogêneo. Alunos de diferentes idades, lugares, etnias, grupos e classes sociais. Conquanto a diversidade e muitos serem desconhecidos antes dessa experiência, isso não interferiu nos fortes laços firmados no decorrer do processo. Para alguns, como eu, era a primeira experiência concreta de militância. Outros, já militavam no movimento estudantil, tendo participado, em setembro do mesmo ano, da ocupação da Reitoria em defesa da política de cotas<sup>56</sup>, além de outros movimentos sociais, como o feminista e o de luta por moradia. A experiência desses alunos contribuiu, em grande parte, para nossa organização. Dois companheiros, inclusive, eram moradores de uma ocupação no

<sup>56</sup> O saguão da Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foi ocupado, em setembro de 2016, por dezenas de estudantes e militantes do movimento negro Balanta (Nenhum cotista a menos) contrários ao Parecer 239/2016, que modificava o regime de concorrência para cotistas, determinando que o estudante precisava escolher entre se inscrever como cotista ou acesso universal. Depois de uma semana, quando o Conselho Universitário aprovou o parecer com nova redação, alterando o ponto que causou polêmica e motivou a ocupação, a ocupação foi encerrada com a vitória dos estudantes (GOMES, 2016).

centro de Porto Alegre, a Ocupação Lanceiros Negros (abordada no capítulo 5). Ademais, cabe acrescentar que, durante a ocupação, um grupo de mulheres, membros do movimento feminista Mulheres Olga Benário, no qual muitas estudantes que ocupavam a UFRGS, deram início à ocupação Mulheres Mirabal, também no Centro de Porto Alegre, com intuito de acolher mulheres vítimas de violência e reivindicar-se frente ao poder público como um centro de referência (abordada no capítulo 4).

O processo organizacional se baseava em decisões horizontais, mediante debates e assembleias nas quais todos tinham voz ativa e a decisão final era sempre por consenso. Nesse sentido, a tentativa, por parte da Direção da unidade, de buscar e apontar líderes para o movimento foi, desde o início, frustrada em razão da maneira como o mesmo se organizou. Toda comunicação formal era feita pelo e-mail ou *facebook* da ocupação, e assinada coletivamente como movimento.

A tomada de decisão, feita no momento da deflagração da ocupação, era repetida todos os dias com fins de manter ou não. Quando ocupamos, não tínhamos ideia se duraríamos um dia, dois, uma semana ou um mês. O movimento era colocado à prova constantemente e a continuidade dependia da nossa capacidade de resistência, acúmulo de força e avanço nas negociações políticas. Assim, a cada dia a organização ia sendo metamorfoseada dentro do campo possibilidades e desafios que se apresentavam. As assembleias eram o momento em que avaliávamos nossas ações, as táticas e estratégias, e definíamos as novas.

Figura 6 – Assembleia Ocupa EA



Fonte: arquivo pessoal.

O prolongamento do processo de ocupação criou rotinas nas quais o cotidiano, a vivência e a habitabilidade iam sendo pensadas, discutidas e organizadas progressivamente.

Várias frentes foram formadas, como segurança, limpeza, alimentação, comunicação etc. A diversidade de equipes variava conforme a extensão temporal, o volume de membros e as atividades do movimento, mas, de maneira geral, seguiu a lógica das necessidades surgidas no dia-a-dia. Por mais que as tarefas fossem divididas, todos representavam o movimento em alguma frente. Cada dia um poderia ser porta-voz, atuar na vigilância e ronda do prédio, na cozinha, em negociações com autoridades etc. A organização e a manutenção do espaço físico também ficaram sob nossa responsabilidade.

Esse processo expressa a validade do princípio ético da factibilidade, nos termos propostos por Dussel (2000). Foi indispensável construir rotinas que se constituíam como meios para viabilizar a continuidade do processo, a segurança dos ocupantes e, mesmo, consequências criminalizadoras, já que o prédio e o patrimônio estavam sob nossa responsabilidade. No entanto, essa organização com lógica meio-fim é muito diferente dos conjuntos de regras burocráticas que estruturam o cotidiano da Unidade e que foram tornadas inválidas nesse período.

Durante a ocupação foi construída uma agenda de atividades políticas e culturais, tanto para o público interno quanto externo, com aulas públicas na calçada; cine debates; rodas de discussão; saraus; “ocupinhas” (atividade para crianças); atos na rua, entre outras. Os temas eram escolhidos em função da conjuntura política e de temas surgidas no contexto interno. A primeira aula pública foi ministrada pelo Movimento Economia Pró-Gente<sup>57</sup> sobre o impacto da PEC do Teto dos Gastos. Ainda não sabíamos como as aulas aconteceriam, o intuito era que fossem realizadas no saguão, com livre acesso ao prédio, mas, como não tínhamos apoio da Direção e de muitos professores para garantir nossa segurança, a decisão foi promovê-las na calçada, o que criou um caráter ainda mais público, atraindo a atenção de vizinhos e de quem passava.

---

<sup>57</sup> Movimento Economia Pró-Gente é um movimento de estudantes de pós-graduação em Economia da UFRGS formado durante as ocupações estudantis para debater a PEC 241 55, com o objetivo de esclarecer o seu conteúdo para o público leigo. No período, eles ministraram aula pública em todas unidades ocupadas da Universidade e também nas escolas municipais e estaduais de Porto Alegre.

Figura 7 – Atividades culturais e educativas da Ocupa EA



Fonte: arquivo pessoal.

Em função de atos de violência por parte de opositores da ocupação e manifesta, principalmente, por meio de ameaças proferidas tanto no portão da Escola como nas redes sociais, foi necessário restringir o acesso ao prédio, com impedimento das atividades da Unidade. O acesso, para quem não era partícipe ou apoiador do movimento, dava-se através de solicitações previamente agendadas e justificadas via e-mail. Ainda assim, mesmo com a suspensão das aulas e da rotina administrativa, parte da agenda da unidade foi mantida. Nessas ocasiões, foram exigidas identificação e assinatura de termo de compromisso de não violação do patrimônio e respeito aos ocupantes. Mais uma vez, se expressa assim a necessidade de uma

racionalidade estratégico-crítica. Como já foi mencionado, não se trata de transformar o meio em fim, mas de pela organização racional dos meios garantir a viabilidade do processo.

Tal atitude gerou grande estranhamento e desconforto. Professores alegaram que se sentiam constrangidos com a situação, segundo consta em um informe da própria Direção (vide ANEXO F). Era inusitado e incompreensível para boa parte dos usuários que um conjunto de estudantes, sem posição de autoridade na hierarquia instituída, pudesse se organizar, somar forças e assumir o controle do lugar, definindo normas e regras de uso do espaço fora do escopo legal instituído. Foi assim que a vice-diretora da unidade, em uma primeira reunião com o grupo de ocupantes, questionou: “*de onde vocês brotaram*”?

Assim, como um resíduo, um resto invisível que brota de forma misteriosa, criamos uma das principais locuções do nosso movimento: “*eis que do chão brotam os restos*”, que também se tornou um dos principais cartazes nas paredes da ocupação.

Figura 8 – Eis que do chão brotam os restos



Fonte: arquivo pessoal.

As justificativas para os ataques eram as mais variadas: aulas, prazos, metas, clientes<sup>58</sup>, prejuízos financeiros etc. Um técnico da Unidade chegou a pular as grades do prédio,

<sup>58</sup> Mensagem da empresa júnior do curso de Administração ((PS Júnior) endereçada ao email da Ocupa EA: “Somos uma instituição sem fins lucrativos que possui um CNPJ a parte da Escola de Administração [...]”.



arriscando-se ao passar pela cerca elétrica, tamanho o desespero em concluir determinada atividade.

Não obstante, como bem salientou o professor Rafael Kruter Flores, dessa mesma Escola, em uma coluna no Jornal Sul 21 e fazendo referência ao cartaz exposto na fachada da Faculdade de Arquitetura que dizia: *Ocupar é legítimo, a PEC 55 não*, “os estudantes, nas ocupações, questionam justamente a legitimidade da ordem estatuída, das regras colocadas” (ver ANEXO H e no link<sup>59</sup>). Essa era a estratégia do movimento, travar o fluxo mecânico do processo educacional para discutir e questionar a legitimidade das políticas que o determinam, impostas de cima, sem diálogo com os quais deveria servir.

Nesse sentido, ocupar sem interromper o fluxo da rotina cotidiana, como tantos sugeriram, tentaram, negociaram e pressionaram os seus representantes (professores, Direção, Reitoria), no que designaram “alternativa ao modelo de ocupação escolhido pelos estudantes” (vide ANEXO I), era uma maneira de silenciar a luta, diminuir sua importância e invalidá-la. Ou seja, em um comunicado da Direção foi encaminhada uma proposta de ocupação com manutenção da agenda acadêmica. Foi justamente nessa descontinuidade, nesse ‘momento’ de rompimento da ambiguidade, que as contradições, problemas e conflitos, antes obscuros ou negados, iluminaram-se, assim como as possibilidades decorrentes.

As ocupações na UFRGS e no País, iniciadas em datas distintas, tinham o objetivo comum de tentar frear a aprovação da PEC do Teto dos Gastos no Senado, marcada para o dia 13 de dezembro daquele ano e, nesse período, interromper o calendário acadêmico da Universidade para debater o tema, tentando conscientizar e sensibilizar a população sobre os seus impactos e denunciar os interesses escusos na aprovação de tal projeto. Chegado o dia “D”, estudantes de todas as ocupas, técnicos e professores da Universidade se concentraram na EA, seguindo em marcha até a Esquina Democrática (principal local onde acontecem os atos políticos na cidade) para se somar ao grande ato, convocado por diferentes movimentos sociais

---

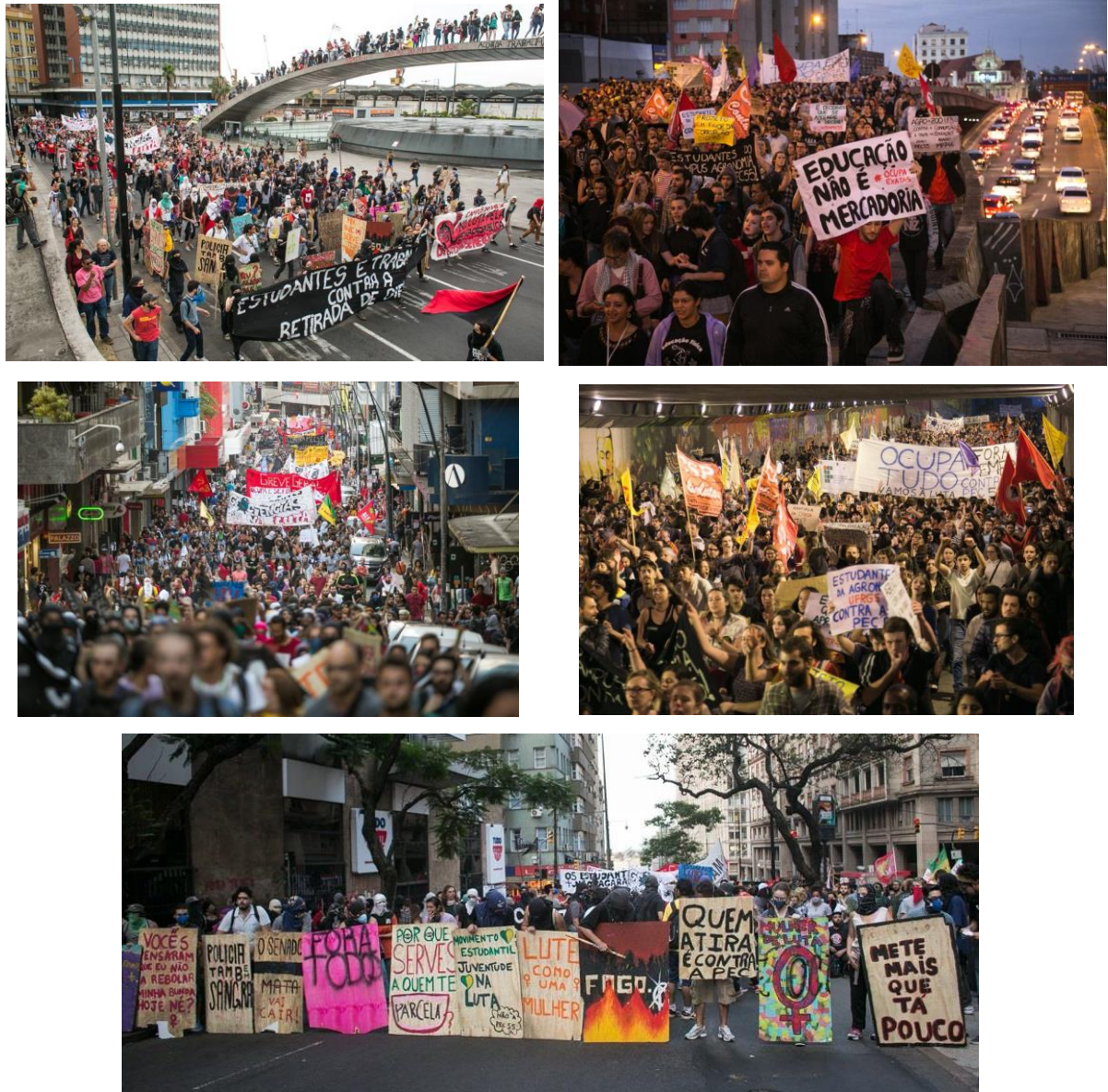
Compreendemos a luta por um país mais justo e, de fato, lutamos todos os dias por um Brasil mais ético, mais competitivo, mais colaborativo e empreendedor [...]. Temos 4 projetos rodando, no momento, para clientes que nos pagam para realizá-los. Todos esses projetos necessitam do CEPA (sala de telemarketing da EA) [...]. Não existe a possibilidade de utilizarmos nossa sala para trabalhar, assim como as demais dependências da EA, sem, de forma alguma, atrapalhar a manifestação de vocês??? Novamente, somos uma empresa sem fins lucrativos, com UM CNPJ completamente diferente da EA e, infelizmente, estamos sendo impedidos de trabalhar em **nossas acomodações**, o que tem atrasado o andamento de nossos projetos e prejudicado nossa sustentabilidade financeira. [...] **Acreditem, queremos o mesmo que vocês, um país melhor, mas de formas diferentes.** [...] A questão discutida aqui não é a PEC, ou aulas ou qualquer outra coisa. Mas, realmente, as atividades da nossa empresa e o quanto isso pode prejudicar os nossos clientes, trazer problemas para as nossas vendas e prejudicar as experiências de nossos membros (que não recebem salário). Apoiamos qualquer tipo de manifestação, mas queremos entrar na nossa sala e permanecer lá o tempo que quisermos.”

Mensagem completa no ANEXO G – Carta da PS Júnior à Ocupa EA.

<sup>59</sup> <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2016/12/ocupar-a-legitimidade-das-regras-por-rafael-kruter-flores/>

e grupos de trabalhadores, em contraposição à PEC do Teto dos Gastos, também chamada de PEC da Morte. Foi um momento histórico.

Figura 9 – Ato contra PEC da morte em Porto Alegre



Fonte: Santos (2016).

Com a aprovação da PEC e a crescente pressão pela retomada do calendário acadêmico, as ocupações e greves de técnicos e docentes terminaram. Enquanto essas duas categorias definiram em suas respectivas assembleias as datas para encerramento das greves, as ocupações persistiram ainda por um tempo. Naquele momento, desarticulados do movimento como um todo, os estudantes da UFRGS seguiram reivindicando pautas locais surgidas no desenrolar da

luta, negociando com a Reitoria e as direções de unidades a desocupação dos prédios e a retomada das atividades acadêmicas.

As últimas ocupações se encerraram em 23 de dezembro. Na EA, a desocupação ocorreu no dia 18 de dezembro, junto ao término da greve dos docentes, somado a outros fatores como a pressão da Direção e de muitos professores que marcavam provas e trabalhos nos dias que se sucediam, o esgotamento e cansaço do grupo, a proximidade com as festas de final de ano e a necessidade de viagem de alunos provindos de outras localidades.

A aproximação do fim gerou sentimentos e comportamentos controversos. Alguns defendiam a permanência da ocupação como simples contestação da ordem vigente sem, no entanto, propor uma agenda de atividades para manter o grupo coeso e motivado. Outros queriam desocupar em um ato grandioso, sentindo-se vitoriosos, mesmo ante a aprovação da PEC. Em um cenário de esvaziamento do apoio externo e diminuição do número de estudantes efetivamente participando da ocupação, era inevitável planejar a desocupação em tudo o que ela implicava, desde a negociação com a Direção da unidade por garantias de não criminalização do movimento, até o processo de desocupar propriamente dito, o qual demandaria uma carga de trabalho intensa para retirar da unidade tudo aquilo que ao longo de 30 dias de ocupação fora levado para um prédio de quatro andares e aproximadamente 3.000 metros quadrados. Foi um momento de desgaste para todos os envolvidos já que o motivo que nos levou a ocupar havia sido superado na votação da PEC pelos senadores.

O momento de desalienação que nos acometeu e fez emergir essa revolta alcançava sua temporalidade e trazia novas alienações. Embora o movimento não tenha alcançado o objetivo proposto: frear a aprovação da PEC no Senado; o processo organizacional que produzimos cumpriu seu propósito, mediou e viabilizou a própria ocupação, além de ações factíveis para problematizar a importância e a necessidade de uma educação pública gratuita de qualidade e acesso universal como elemento fundamental para o pleno desenvolvimento da vida em comunidade, tanto para o público interno quanto externo. O princípio ético do grupo de defender a educação como necessidade humana fundamental era o que guiava a determinação dos fins e dos meios, sendo, portanto, a razão instrumental subsumida à razão estratégico crítica.

### 3.3 A DIALÉTICA VIVIDO E VIVER

A dialética vivido e viver pode ser explicada pelas experiências desenvolvidas na ocupação e as possibilidades por elas proporcionadas que permitiram enriquecer a vivência. O vivido, como presente, era a representação que tínhamos da realidade a partir das nossas

experiências. Naquele momento, éramos estudantes de uma universidade pública com suas atividades comprometidas pelo congelamento de recursos que a PEC propunha. O viver, como presença, eram as possibilidades factíveis de alterar o curso da realidade. Tínhamos consciência da importância de defender a educação pública para o pleno desenvolvimento da vida todos e, unidos, transformamos nossos anseios em ação, o que se desdobrou na ocupação da nossa unidade de ensino para tentar sensibilizar a sociedade e o governo.

A estratégia do coletivo era “criar um ambiente vivo, propício para discussão das medidas propostas pelo governo federal, com atividades pertinentes à situação atual”, como explícito em nosso primeiro informe, um possível realizado que enriqueceu essa experiência. No lugar do antigo cotidiano, colocado em suspenso, construímos uma agenda educativa fora dos esquemas verticais característicos da educação bancária, até então predominante, na qual foi possível discutir temas silenciados e/ou ignorados.

A dialética vivido e viver se expressou na consciência crítica do grupo no processo de desvelamento das contradições, ilustradas, inclusive, em caricaturas como o Jimmy Neutro, ao mesmo tempo, em uma práxis criativa, ao passo em que íamos explorando possibilidades de experimentar práticas libertadoras de educação e organização. Esse processo nos incitou a pensar e debater a universidade, a questionar suas normas, regras, hierarquias, modelos, formatos, objetivos e, inclusive, seu papel na lógica de acumulação capitalista. Uma das aulas públicas, nesse sentido, teve como chamada: Universidade para que(m)? (vide ANEXO J). Dos questionamentos surgidos, fomos incorporando novas pautas de reivindicação, o que resultou em uma carta aberta da Ocupa EA endereçada à Direção (vide ANEXO L) e outra do grande grupo das Ocupas da UFRGS à Reitoria (vide ANEXO M). Temas como paridade nas instâncias decisórias, ações afirmativas nos programas de pós-graduação, programas de permanência, agenda contínua de aulas públicas sobre questões sociopolíticas e situação dos terceirizados foram alguns dos tópicos.

A experiência da ocupação nos proporcionou viver o que Freire (2009, p. 97) define como educação problematizadora, uma educação de “caráter autenticamente reflexivo”. Esse processo não teria sido possível sem o rompimento da ambiguidade e sem a superação da contradição educador e educando. Quando iniciamos a ocupação não sabíamos onde chegaríamos. Nosso viver era um fim aberto de exploração das possibilidades que surgiam em cada contexto específico.

Na escola, as regras são determinadas por outros que não nós, outros que têm o poder de determinar o que pode e o que não pode ser feito e nosso desejo submete-se diante da sobrevivência imediata. As normas internas interiorizam-se: a disciplina converte nos em cidadãos disciplinados (IASI, 1999, p. 22).

Dentro da agenda de atividades da ocupação, também houve um esforço de vincular os temas com as questões individuais dos membros do grupo. Assuntos como raça, sexualidade, machismo etc. foram trazidos para o debate. Esse espaço de diálogo que a ocupação propiciou nos possibilitou acessar realidades diferentes e olhar para o outro com maior sensibilidade e empatia. Um exemplo disso, um ano depois, foi a ocupação da Reitoria pelo movimento negro<sup>60</sup> em reivindicação à política de cotas da universidade, em que mesmo quem não era cotista na Ocupa EA estava junto naquele momento na luta por uma educação igualitária. A dialética vivido e viver também se expressou na interpelação do outro no que Dussel (2000) define como “consciência ética”.

A prática de ocupar também se mostrou como uma alternativa de diálogo efetivo com as instâncias decisórias da Universidade, especialmente com as Direções e Reitoria, quando colocada em suspenso a ordem burocrática e a autoridade por ela legitimada. A ocupação nos possibilitou adquirir consciência da nossa força enquanto movimento, usando nosso poder de barganha para reivindicar pautas internas da Universidade no processo de desocupação.

A experiência de realizar o serviço dos trabalhadores terceirizados, especialmente limpeza e vigilância, nos levou a reconhecer e denunciar as frágeis condições em que operavam, e o que era possível e factível mudar internamente. Foi assim que se formou uma frente com representantes das Ocupas para mediar as pautas de reivindicação dos terceirizados com a Reitoria, no diálogo aberto durante as ocupações e, principalmente, nas negociações de desocupação. Em função das irregularidades no cumprimento desses contratos, especialmente o atraso dos salários por parte da empresa Multiágil<sup>61</sup>, responsável pelos serviços de limpeza e jardinagem, estudantes do Campus do Vale ocuparam a Prefeitura da Universidade, prédio onde ficam os setores administrativos responsáveis pela gestão desses contratos. Assim como os estudantes, os Sindicatos da ASSUFRGS e do ANDES também incluíram a pauta dos terceirizados na agenda de debate e nas negociações de encerramento da greve.

---

<sup>60</sup> Em março de 2018, após o debate em uma aula pública sobre cotas raciais – *Cotas na UFRGS é pra valer?*, promovida pelos estudantes do movimento negro (Balanta), resultou na ocupação do prédio da Reitoria da UFRGS em protesto contra os retrocessos na política de ações afirmativas da instituição. A ocupação durou dez dias até o momento que o movimento conseguiu estabelecer um diálogo com as instâncias decisórias da universidade, conquistando aquilo que reivindicavam.

<sup>61</sup> Enquanto uma parcela dos professores e alunos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) está paralisada em protesto às políticas de governo para a educação, funcionárias de uma das empresas terceirizadas contratada pela instituição para fazer serviços gerais também protestam. As reclamações dos funcionários contratados pela empresa Multiágil (responsável por serviços gerais internos, além de jardinagem e coleta de lixo em todos os campi da universidade) incluem o atraso e parcelamento frequente dos salários, vale-alimentação e férias, além do não-pagamento de vale-transporte. Os funcionários reclamam ainda da coação que estaria sendo feita por superiores – ligados à empresa terceirizada – usando táticas como troca de postos e horários, como forma de intimidar aqueles que reclamam da situação (GOMES e CANOFRE, 2016).

Ainda que o serviço desses trabalhadores tivesse sido incorporado pelos estudantes, os terceirizados não foram dispensados pela empresa contratante da obrigatoriedade de bater o ponto diariamente, sendo que, muitos deles, foram realocados e orientados a evitar contato com os discentes sob ameaça de demissão. O clima de medo e apreensão motivado por um recente corte no quadro de pessoal levou, inclusive, um trabalhador terceirizado da segurança patrimonial a cometer suicídio dentro de uma das unidades ocupadas. No âmbito da EA, os trabalhadores terceirizados não dispunham de espaço próprio para descanso e higiene, nem de refeitório, sendo obrigados a se deslocar quadras distantes até o restaurante universitário do Campus Centro, o que encolhia seu intervalo de almoço. Ademais, era comum a realização de atividades não previstas em seus contratos de trabalho; além de serem demitidos e readmitidos com frequência, em função de problemas nos contratos da universidade com seus empregadores, prejudicando suas férias ou até mesmo as inviabilizando. Isso também acarretava sobrecarga de trabalho resultante da alta rotatividade, precárias condições de vestimenta, equipamentos de proteção individual e ferramentas de trabalho.

Embora a frequente tentativa de desarticular esses trabalhadores, o apoio mútuo das categorias, nesse momento, permitiu que os terceirizados se organizassem, fundando a Associação Terceirizados Unidos<sup>62</sup>, quando paralisaram as atividades de limpeza durante três dias, culminando na supressão do contrato com a empresa no mês seguinte. Apesar de toda essa repercussão, com o encerramento das greves dos técnicos e professores e, posteriormente, as ocupações, os manifestantes terceirizados, como era de se esperar, foram perseguidos e seus líderes demitidos<sup>63</sup>. Além de não terem seus direitos básicos garantidos, esses trabalhadores foram cerceados do direito de greve, sofrendo uma série de retaliações pelos atos de protesto.

---

<sup>62</sup> <https://www.facebook.com/associacaounidos1/>

<sup>63</sup> Nota de repúdio do ANDES-SN contra as retaliações, perseguições e demissões levadas à cabo pela empresa Multiágil contra funcionárias terceirizadas que fizeram greve: As trabalhadoras e os trabalhadores terceirizados da empresa Multiágil estavam sem receber o 13º salário e o vale transporte. A UFRGS informou que tinha pago a Multiágil em dia. O(a)s funcionário(a)s se mobilizaram em defesa de seus direitos, exigindo que a empresa cumprisse seus deveres. Após o encerramento do movimento grevista, três funcionárias, entre elas líderes da Associação Unidos Terceirizadas, foram demitidas. A Seção Sindical ANDES/UFRGS expressa toda sua solidariedade ao(à)s trabalhadore(a)s da empresa Multiágil que trabalham na UFRGS, manifesta seu veemente repúdio às retaliações contra as lideranças do movimento e exige um posicionamento imediato da Reitoria da UFRGS sobre essas demissões e perseguições sindicais. 29 de dezembro de 2016, Diretoria da Seção Sindical (ANDES/UFRGS, 2016).

Figura 10 – Terceirização na UFRGS



Fonte: Ocupa IFCH (2016).

A dialética vivido e viver, nesse movimento da consciência e da práxis que a experiência da ocupação proporcionou, nos tornou capazes de ver o mundo além do nosso contexto e temporalidade individual. Não estávamos lutando somente por nós e pelo agora. A união e a força de processos organizacionais conscientes abriram o campo das possibilidades para viver a relação com a educação como uma práxis libertadora.

### 3.4 SÍNTESE ANALÍTICA

A ocupação da EA, como já abordado, surgiu como resposta do movimento estudantil contra a aprovação da emenda constitucional de congelar os gastos em saúde e educação por 20 anos. A consciência sobre o impacto negativo dessas medidas fez com que os estudantes se articulassem para contestá-la. Unidos, o grupo decidiu agir ocupando sua unidade de ensino durante o período que antecedia a votação da PEC. Naquele momento de decisão, a ambiguidade foi rompida expondo as contradições inerentes a uma unidade de ensino na qual a maioria de seus participantes, imersos na rotina alienante do cotidiano, não refletem sobre a que(m) a universidade serve e o que a ameaça(va), expressando uma visão de que educação e política são pautas dissociadas.

A ambiguidade sustenta as aparências, ofusca as contradições e confere uma aparência de estabilidade ao cotidiano. Somente quando os problemas são trazidos à tona e claramente expressos, a ambiguidade é desmantelada e surgem descontinuidades, como ocorreu na decisão dos estudantes de ocupar as unidades de ensino. Durante a ocupação, com a paralisação das atividades administrativas e acadêmicas, a rotina cotidiana foi colocada em suspenso, e novas rotinas foram instauradas em uma organização necessária para habitação e manutenção do espaço. Organização que, não tendo uma lógica de eficácia meio-fim formal, era construída diariamente, orientada por uma razão estratégica necessária para viabilizar as ações definidas consensualmente no decorrer do processo.

No cotidiano ambíguo, a práxis tende à repetição e “os elementos do vivido e do viver parecem se dividir e seguir caminhos separados”. Isto é, o vivido, sufocado pelo concebido e sem clareza de si, se distancia do viver. Na ruptura da ambiguidade, o cotidiano e o vivido se aproximam do histórico e do viver porque a práxis se torna consciente e a criatividade é estimulada pelas possibilidades identificadas e exploradas (LEFEBVRE, 2014, p. 513).

No processo de ocupar, apesar de sermos acusados de inviabilizar os demais frequentadores da Escola de estudar e trabalhar, foi desenvolvida uma agenda educativa aberta ao público em geral, com aulas realizadas, inclusive, na calçada, em colaboração entre alunos e professores sobre temas que problematizavam o momento político e desafiador que vivíamos. Naqueles momentos de práxis consciente e criativa, ao mesmo tempo que inventávamos e experimentávamos novas possibilidades de exercício da educação, questionávamos as práticas verticais anteriores. Os modos de ser e estar na Universidade, durante a ocupação, nos incitou a refletir e questionar suas normas, regras, hierarquias, modelos, valores, bem como seu papel na lógica de acumulação capitalista. Algo que derivou em uma proposta, articulada pelo



conjunto das Ocupas, de mudanças na estrutura organizacional da Universidade, em diferentes instâncias (vide ANEXOS L e M).

A dialética vivido e viver, mediada pela organização estratégico-crítica, além de nos instigar a refletir sobre a que(m) serve a educação e os interesses políticos por trás da proposta de congelar os gastos, abriu o campo de possibilidades da educação como práxis libertadora. Naquele ‘momento’ de descontinuidade e desalienção, o cotidiano perdeu sua trivialidade e passou ao comando do viver, fruto das possibilidades que o vivido apresentava em cada situação específica, decorrência de decisões e escolhas. O resultado foi um novo vivido, ora mais e ora menos próximo àquilo que se buscou, mas não igual.

Foi assim que, na ocupação, a dialética vivido e viver possibilitou um avanço de consciência, porém, tendo o momento uma duração específica, quando a força ordenadora e ambígua do cotidiano da EA se impôs novamente, o grupo desmobilizado voltou ao estado de alienação, ainda que nunca o mesmo. O momento, mesmo estourando a bolha da apatia e inércia, como um extraordinário, exauriu-se com a reconstituição das relações e rotinas cotidianas. A reflexão que trago é que o movimento, sem uma estratégia de continuar a luta após a aprovação da PEC do Teto do Gastos, sem um plano de ação para efetivar as mudanças propostas na Universidade e sem uma agenda pós-ocupação para mobilizar a luta em outros meios e espaços, isto é, sem um projeto de transformação, ficou estagnado em um viver que se tornou vivido, no possível realizado. A nossa práxis, já não reconhecendo as possibilidades, perdeu o caráter político contestatório, voltando à zona segura da reprodução repetitiva da vida.

#### 4 PARA ONDE VÃO AS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA?

Entre os anos 2016 e 2018, no início da Rua Duque de Caxias, no Centro Histórico de Porto Alegre, em uma casa azul antiga de três andares, viviam e circulavam muitas mulheres, a maioria acompanhada de seus filhos, todas com histórias comuns compartilhadas. A história que as uniu nesse endereço, resultado de algum tipo de violência sofrida pela condição de mulher em uma sociedade patriarcal, é a da Ocupação Mulheres Mirabal. É sobre essa história que se baseia o relato a seguir. Para iniciar, faço uma breve contextualização da violência contra a mulher e o necessário serviço de abrigo e proteção, e como a Ocupação rompe com a ambiguidade ao desvelar a contradição do poder público que se promulga a favor da vida das mulheres, mas não investe recursos suficientes para protegê-las.

Figura 11 – Para onde vão as mulheres vítimas de violência?



Fonte: arquivo pessoal.

##### 4.1 A AMBIGUIDADE E SEU DESMANTELAR

De acordo com Engels (2019, p. 60), a abolição do direito hereditário materno em detrimento da hereditariedade paterna, que culmina na organização familiar monogâmica<sup>64</sup>,

<sup>64</sup> De acordo com Engels (2019), a família monogâmica surge de um par e se funda no domínio do homem com a finalidade expressa de gerar filhos com paternidade inquestionável. Tal paternidade é exigida para que os filhos, assegurados legítimos dada a fidelidade de sua esposa que nada possui, possam herdar o patrimônio paterno. Foi assim que a monogamia se tornou a primeira forma de família baseada em condições econômicas, com a vitória da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva. Segundo Engels (2019, p. 75) a família individual monogâmica foi fundada sobre a escravização doméstica aberta ou dissimulada da mulher. [...] o homem (proprietário) provedor da família, pelo menos nas classes possuidoras, lhe conferiu uma posição de dominação sem necessitar de nenhum privilégio jurídico adicional. A mulher, por outro lado, se tornou submetida incondicionalmente ao poder do homem.

juntamente com a institucionalização da propriedade privada<sup>65</sup>, tornaram a mulher subordinada ao homem e vinculada ao trabalho reprodutivo<sup>66</sup>, o que para o autor, constitui “a derrota do sexo feminino no plano da história mundial”.

Segundo Engels (2019), o surgimento da família patriarcal, cuja principal característica é a organização de um certo número de pessoas livre e não livres sob o poder do pai (chefe da família), funda a autocracia dos homens. A família patriarcal instaura o que o autor chama de escravização doméstica. A consignação do lar como o ambiente da mulher por excelência e sua separação em relação à esfera produtiva relegaram à mulher uma posição de inferioridade perante o homem. A divisão sexual do trabalho, daí decorrente, em que a esfera produtiva é separada da esfera doméstica (reprodutiva), sendo a primeira respectiva ao homem e a segunda à mulher, é a base material que perpetua a supremacia masculina no capitalismo, ainda que seja anterior a esse modo de produção.

Mesmo com o aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho formal, especialmente na década de 1960, impulsionada pela universalização da educação e pela luta do movimento feminista; segundo Vieceli (2015), as mulheres então remuneradas, além dos salários menores, continuaram exercendo o trabalho doméstico não remunerado e invisível, submetendo-se ao que se entende por dupla jornada de trabalho<sup>67</sup>, muito embora não seja exclusivamente feminina.

Assim, as relações de dominação que legitimam a divisão sexual de trabalho, com a feminização das atividades domésticas e subordinação da mulher ao homem, são decorrentes do que se entende como patriarcado. Em sua forma semântica, patriarcado é a combinação das palavras gregas *pater* (pai) e *arkle* (origem e comando), ou seja, a autoridade do pai. Entretanto, para Saffioti (2004), o patriarcado, como estrutura de poder presente em todas as esferas da

---

Segundo Engels (2019, p. 61), na monogamia, que surge para assegurar a paternidade dos filhos como herdeiros naturais, exige-se fidelidade da mulher, que passa a ser submetida incondicionalmente ao poder do homem: “quando ele a mata está apenas exercendo seu direito”.

<sup>65</sup> “[...] a transição para condição de propriedade privada plena se consuma gradativamente e paralelamente à transição do casamento do par para a monogamia. A família individual começa a tornar-se a unidade econômica da sociedade (ENGELS, 2019, p. 151-2).

<sup>66</sup> A divisão do trabalho na família regulou a repartição da propriedade entre homem e mulher; a divisão permaneceu a mesma; não obstante, ela inverteu a relação doméstica até ali vigente, apenas porque a divisão do trabalho fora da família tinha mudado. A mesma razão que assegurara à mulher o predomínio dentro de casa, isto é, sua limitação ao trabalho doméstico, assegurava agora a dominação do homem: o trabalho doméstico da mulher perdeu importância diante do trabalho de subsistência do homem; este passou a ser tudo, aquele um completo insignificante (ENGELS, 2019, p. 150).

<sup>67</sup> A mulher trabalhadora, em geral, realiza sua atividade de trabalho duplamente, dentro e fora de casa, ou se quisermos, dentro e fora da fábrica. E ao fazê-lo, além da duplicidade do ato do trabalho, ela é duplamente explorada pelo capital, desde logo por exercer, no espaço público, seu trabalho produtivo no âmbito fabril. Mas, no universo da vida privada, ela consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita a reprodução do capital, criando assim, condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos/as e de si própria (ANTUNES, 1999, p. 108).

vida social, inclusive o Estado, já não corresponde mais apenas ao suporte material da economia de *oikos* (doméstica). De acordo com a autora, o patriarcado é “o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens” que não se limita à família. Segundo ela, ainda é legítimo afirmar que se vive sob a lei do pai, mas a figura central está no marido visto que o direito sexual ou conjugal é estabelecido antes mesmo do homem se transformar em pai. Assim, “um dos elementos nucleares do patriarcado reside exatamente no controle da sexualidade feminina, a fim de assegurar a fidelidade da esposa a seu marido” (SAFFIOTI, 2004, p. 49). Nesse entendimento, Saffioti (2004) define o patriarcado como dominação-exploração, tanto na dominação do homem sobre os corpos das mulheres, quanto na exploração da sua força de trabalho no sistema reprodutivo. Para a autora, o patriarcado: (1) é uma relação que vai além da esfera privada, é civil; (2) dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres; (3) configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; (4) tem uma base material; (5) corporifica-se; (6) representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência.

Segundo Saffioti (2004), para o feminismo marxista, essa categoria é de extrema relevância visto que sua base material, a propriedade privada, não foi destruída. Ademais, a categoria gênero, exclusivamente, dissociada da ordem patriarcal<sup>68</sup>, tende a separar a dominação masculina da exploração capitalista<sup>69</sup>, além de invisibilizar o trabalho doméstico como elemento determinante na produção e reprodução da vida humana.

O patriarcado, como um sistema de dominação-exploração masculina que se estende por todo o tecido social e se reproduz através da divisão sexual do trabalho e das relações hierarquizadas entre os sexos, além de marginalização das mulheres na esfera produtiva, também se expressa no controle sobre seus corpos, o que em muitos casos deriva em atos de violência rotinizados. O ambiente doméstico, além de esfera destinada ao trabalho feminino, é

---

<sup>68</sup> Não se trata de abolir o uso do conceito de gênero, mas de eliminar sua utilização exclusiva. Gênero é um conceito por demais palatável, porque é excessivamente geral, a-histórico, apolítico e pretensamente neutro. Exatamente em função de sua generalidade excessiva, apresenta grande grau de extensão, mas baixo nível de compreensão. O patriarcado ou ordem patriarcal de gênero, ao contrário, como vem explícito em seu nome, só se aplica a uma fase histórica, não tendo a pretensão da generalidade nem da neutralidade, e deixando proposadamente explícito o vetor da dominação-exploração. Perde-se em extensão, porém se ganha em compreensão. Entra-se, assim, no reino da História. Trata-se, pois, da falocracia, do androcentrismo, da primazia masculina. É, por conseguinte, um conceito de ordem política. E poderia ser de outra ordem se o objetivo das(os) feministas consiste em transformar a sociedade, eliminando as desigualdades, as injustiças, as iniquidades, e instaurando a igualdade? (SAFFIOTI, 2004).

<sup>69</sup> Não há, de um lado, a dominação patriarcal e, de outro, a exploração capitalista. Para começar, não existe um processo de dominação separado de outro de exploração. Por esta razão, usa-se, aqui e em outros textos, a expressão dominação-exploração ou exploração-dominação. Alternam-se os termos, para evitar a má interpretação da precedência de um processo e, por via de consequência, da sucessão do outro. De rigor, não há dois processos, mas duas faces de um mesmo processo (SAFFIOTI, 2004).

palco para o exercício da dominação em que o homem, na pessoa do pai/padrasto ou do marido/companheiro, sente-se no direito de exercer violência sobre a mulher.

A violência contra a mulher, dentro do âmbito familiar, é o que se entende por violência doméstica de gênero. Durante muitos anos, essa agressão era vista como expressão cotidiana comum, encarada pela sociedade como questão de âmbito privado, com o discurso popular de que “em briga de marido e mulher, não se mete a colher”. Somente a partir da década de 1970, mediante reivindicações do movimento feminista, o tema passou a ser problematizado, ganhando espaço no âmbito público. Porém, foi na década de 1980, com o processo de redemocratização do país que o tema foi incluído na agenda governamental, com a criação de órgão especializado como o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (Lei n.º 7.353)<sup>70</sup>, responsável pela elaboração e execução de políticas públicas de proteção e enfrentamento à violência contra as mulheres (BRASIL, 2011).

Uma das primeiras ações para o combate à violência contra a mulher foi a criação e institucionalização<sup>71</sup> de Casas-Abrigo<sup>72</sup> e Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher

---

<sup>70</sup> O CNDM foi criado pela Lei 7.353 de 1985 com o objetivo de promover políticas que visassem eliminar a discriminação contra a mulher e assegurar sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país. Embora vinculado ao Ministério da Justiça, o CNDM foi uma conquista do movimento feminista, integrando militantes engajadas na luta pela democracia e pelos direitos das mulheres. Dispondo de um fundo especial, o CNDM tinha autonomia administrativa e operava com um Conselho Deliberativo, Secretaria Executiva e Assessoria Técnica. De 1985 a 2010, o CNDM teve suas funções e atribuições bastante alteradas. Em 2003, ele passou a integrar a estrutura da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) e a contar, em sua composição, com representantes da sociedade civil e do governo. Isso ampliou significativamente o processo de controle social sobre as políticas públicas para as mulheres. Atualmente, o CNDM integra a estrutura do Ministério dos Direitos Humanos (MDH) e tem como uma de suas importantes atribuições apoiar a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM/MDH) em suas articulações com diversas instituições da Administração Pública Federal e com a sociedade civil. (BRASIL, 2019).

<sup>71</sup> As Diretrizes Nacionais de Abrigamento das Mulheres em situação de violência tem por marcos legais a Lei 11.340/2006; o Decreto no. 6.387 de 5 de março de 2008 – II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; a Resolução nº. 109 de 11 de novembro de 2009, CNAS (tipificação dos serviços sócio-assistenciais); a Convenção de Palermo; e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher/ a Convenção de Belém do Pará (1994).

<sup>72</sup> As Casas Abrigo surgem como fruto do Programa Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Sexual à Mulher que, em 1997, dá prioridade de investimento para a construção destas unidades no Brasil. Essa prioridade materializou-se em 1998, quando o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), com financiamento do Ministério da Justiça, assinou convênio com nove municípios brasileiros para a construção de Casas Abrigo para mulheres em situação de violência. A partir de então, passou-se a utilizar recursos financeiros aprovados no Orçamento da União através desses convênios, que entre si celebraram o Ministério da Justiça/Estados/Municípios e o Governo Federal. Com isto, as Casas Abrigo passaram a ser implantadas em território nacional, perfazendo hoje um total de mais de 70 casas, segundo informações da SPM, um número que, levando-se em conta a extensão territorial do Brasil e a alta incidência do fenômeno da violência contra a mulher, é bastante irrisório. Com o objetivo de delinear parâmetros para o funcionamento e atendimento das casas abrigo, buscando um consenso mínimo em âmbito nacional foi elaborado um “Termo de Referência para Implantação e Implementação de Casas-Abrigo”<sup>34</sup> que vem sendo atualizado e reformulado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. No Brasil, a primeira Casa-Abrigo é implantada em São Paulo, em 1986 – Centro de Convivência para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica (Convida). Em 1990, é criada a Casa-Abrigo de Santo André/SP; em 1991, a Casa Helenira Rezende de Souza Nazareth /SP; em 1992, a Casa Abrigo Viva Maria/RS e a Casa do Caminho/CE; e em 1996, a Casa-Abrigo do Distrito Federal e a Casa-Abrigo Sempre-Viva/MG (Silveira, 2006). Em 2003, segundo dados da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM, 2009), havia um total de 42 casas-

(DEAM). Antes disso, as casas-abrigo eram fundadas com recursos particulares comunitários mediante o trabalho de mulheres que se solidarizam umas com as outras. Essas casas surgiram da necessidade de oferecer proteção àquelas que denunciam a violência sofrida, ficando vulneráveis diante de tal atitude após a denúncia nas delegacias. Trata-se de um abrigo sigiloso e temporário, onde as usuárias poderão permanecer por um período determinado, tendo assegurado o bem-estar físico, psicológico e social, durante o qual deverão reunir condições necessárias para retomar o curso de suas vidas (BRASIL, 2011).

Com a promulgação da Lei 11.340<sup>73</sup>, popularmente conhecida Lei Maria da Penha, a violência doméstica e familiar contra a mulher passou a ser reconhecida como infração aos Direitos Humanos. A partir dela, a demanda das mulheres por abrigo se tornou mais complexa ao abranger novas exigências às medidas de proteção. A Lei Maria da Penha é considerada um grande marco na legislação brasileira para os julgamentos desse tipo, sendo, atualmente, a legislação válida no que se trata de acontecimentos dessa natureza.

Muito embora as casas-abrigo sejam medida fundamental no enfrentamento à violência contra mulher, elas ainda operam em número insuficiente em relação à demanda, exemplo dos altos índices de violência registrados no país<sup>74</sup>, levando em conta que boa parte não é registrada. Em Porto Alegre, existe apenas uma casa abrigo gerida pelo poder público, a Casa Viva Maria<sup>75</sup>,

---

abrigo no país. Atualmente, existem 72 casas-abrigo no território brasileiro. A maior concentração de Casas-Abrigo encontra-se no Sudeste do país (25 equipamentos) e no Sul (13 equipamentos). Trinta e sete por cento das unidades da federação (10 UFs) possuem apenas 1 Casa-Abrigo. A maioria dos equipamentos encontra-se vinculada à gestão da Assistência Social, com algumas exceções em que as Casas-Abrigo estão ligadas à Segurança Pública, à Justiça ou a Saúde. Em sua maioria, os serviços são governamentais (constituem serviços municipais e/ou estaduais) e sigilosos. Em 2009, a Casa-abrigo passa a ser incluída na tipificação dos serviços sócio-assistenciais como um serviço de proteção social especial da alta complexidade, sob a denominação de “serviço de acolhimento institucional para mulheres em situação de violência” (Resolução CNAS nº. 109, de 11 de novembro de 2009). As casas-abrigo, portanto, constituem serviços públicos (municipais, estaduais, regionais e/ou consorciadas) que compõem a Rede de Atendimento à Mulher em situação de violência com propósito de prover, de forma provisória, medidas emergenciais de proteção e locais seguros para acolher mulheres e seus filhos(as). O Termo de Referência para Implementação de Casas-Abrigo (SPM, 2005) define que: As casas-abrigo constituem locais seguros para o atendimento às mulheres em situação de risco de vida iminente, em razão da violência doméstica. Trata-se de um serviço de caráter sigiloso e temporário, no qual as usuárias poderão permanecer por um período determinado, após o qual deverão reunir condições necessárias para retomar o curso de suas vidas.

<sup>73</sup> Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

<sup>74</sup> De acordo com o site Relógios da Violência, vinculado ao Instituto Maria da Penha, no Brasil, a cada 7,2 segundos uma mulher é vítima de violência física, sendo que 67% das vítimas de agressão física no Brasil são mulheres (GÊNERO E NÚMERO, 2019). Mesmo com os dados alarmantes, sabe-se que, em boa parte dos casos, a violência doméstica, que ocorre frequentemente no ambiente familiar, é silenciada e não registrada.

<sup>75</sup> A Casa de Apoio Viva Maria é um abrigo protegido para mulheres em situação de violência doméstica e sexual, em risco de vida e/ou de novo episódio de agressão grave. Localizada em Porto Alegre, pertence ao programa municipal de albergues para mulheres vítimas de violência. Foi inaugurada em setembro de 1992, sob a gerência da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), conforme Lei 6919, de 1991, e Decreto 10172, de 1991 (PORTO ALEGRE, 2019). De acordo com Heurich (2017), a casa recebe uma média de 80 mulheres a cada ano.

com capacidade insuficiente para suprir a demanda da cidade. Assim, foi com objetivo de dar luz a esse problema e denunciar a ineficiência do poder público que, no dia 25 de novembro de 2016, Dia Internacional de Combate a Violência Contra Mulher, o Movimento de Mulheres Olga Benário<sup>76</sup> ocupou um prédio ocioso para transformá-lo em um centro de referência para vítimas de violência. O prédio em desuso, propriedade dos Irmãos Salesianos, era um antigo orfanato que estava com suas atividades paralisadas há mais de dois anos. Além de reivindicar o aumento de número de vagas em casas abrigo, o movimento também incluía nas suas pautas: a ampliação de delegacias especializadas para mulheres; assistência jurídica, psicológica e de saúde; maior humanização no atendimento às vítimas pelos órgãos competentes; discussão das questões de gênero nas escolas; celeridade e efetividade no processo de punição dos agressores, medidas reeducativas, entre outros.

A ocupação Mulheres Mirabal, em data simbólica, com o propósito de denunciar e suprir esse serviço deficiente, rompeu com a ambiguidade ao desvelar a ineficiência do poder público que não investe suficientemente para combater esse problema. Buscando ser uma alternativa, o grupo se propôs a acolher mulheres na ocupação, iniciando o trabalho dias depois da sua fundação, já tendo passado pela casa, até o momento de elaboração desta Tese, nos diferentes endereços, mais de 200 mulheres.

#### 4.2 ORGANIZAÇÃO E RAZÃO ESTRATÉGICO-CRÍTICA

Atualmente, a Mulheres Mirabal se constitui como uma Associação, como pessoa jurídica, condição requerida pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul no processo de regularização para se tornar um centro de referência<sup>77</sup>. Logo nos primeiros dias de ocupação,

---

<sup>76</sup> O MMOB visa organizar mulheres trabalhadoras para lutar pelos seus direitos, enfrentando o sistema patriarcal/capitalista que as oprime e explora. A linha política defendida pelo movimento é a do feminismo classista, vinculado as ideias socialistas. Ao longo da sua existência o MMOB tem desenvolvido diversas lutas específicas através de passeatas nas ruas; atos em memória das mulheres assassinadas durante à ditadura militar; realização de cursos de formação e profissionalização; palestras e rodas de conversa em bairros, escolas, universidades; ocupações em Secretarias Especiais de Mulheres, realização de plenárias e encontros estaduais, sempre denunciado a exploração da população feminina, especialmente, da parcela mais empobrecida (OLGA BENÁRIO, 2017)

<sup>77</sup> Reconhecendo a importância do serviço prestado pela Mulheres Mirabal, em setembro de 2017, foi formado um grupo de trabalho com representantes do poder público, representantes do Olga Benário e entidades técnicas para viabilizar a continuidade do serviço prestado pelo coletivo em outro local cedido pelo governo. O trabalho do grupo resultou em um estudo que apresentava quinze prédios públicos desocupados para nova sede. Após longas tratativas em cima das condições dos imóveis apontados (localização, segurança, funcionalidade), além dos empecilhos burocráticos utilizados como justificativa para dificultar o processo, sem nenhuma definição até a data marcada para o despejo do prédio da Rua Duque de Caxias, as militantes decidiram ocupar um dos prédios que havia sido levantado como possível destino para a Mulheres Mirabal, prédio onde estão até o momento de elaboração desta Tese.

os Irmãos Salesianos, proprietários do imóvel, ajuizaram uma ação de reintegração de posse, exigindo o despejo imediato. Acatado o pedido, foi expedido o primeiro mandato de reintegração, que foi revertido, seguido de várias outras tentativas até a transferência para um novo local. Todos esses episódios foram acompanhados por intensas mobilizações sociais. O trabalho antes realizado do prédio da Rua Duque de Caxias ocorre, hoje, em outro local, também ocupado, no prédio aonde se localizava a Escola Benjamin Constant, no bairro São João. Nesta Tese, abordo o período em que o movimento atuou no endereço da rua Duque de Caxias. Antes de iniciar, faz-se importante contextualizar como se deu meu envolvimento com a Mulheres Mirabal.

Figura 12 – Fachada do prédio da Ocupação Mulher Mirabal



Fonte: Santos (2016).

Além do seu surgimento uma semana após a ocupação da Escola de Administração, localizada a algumas quadras de distância, muitas militantes eram estudantes da UFRGS que se dividiam entre as duas ocupações. Foi através de uma dessas militantes, aluna do curso de graduação em Administração Pública e Social e participante da Ocupa EA, que fui apresentada ao movimento. Contudo, meu envolvimento, de fato, só ocorreu quase um ano depois quando comecei a acompanhar as reuniões do Olga Benário, realizadas aos sábados na Ocupação que, além de casa de acolhimento, tornou-se uma espécie de sede do coletivo. Antes disso, havia participado apenas de atividades isoladas.

Depois de familiarizada com o movimento, entrei para esse coletivo, formado por cerca de 10 militantes que se dividiam em escalas de trabalho por turnos semanais. Durante três meses fiz escala nas quartas-feiras à tarde e noite, pernoitando no local. O trabalho consistia em assistir às acolhidas, algumas vezes acompanhá-las em algum tratamento de saúde em hospitais ou postos; cuidar das crianças; apaziguar brigas; fiscalizar o cumprimento das tarefas rotineiras; receber doações; organizar os estoques de materiais e alimentos; recepcionar entidades,



apoiadores, visitantes ou quem mais aparecesse, apresentando o movimento e a casa; e, por fim, o mais difícil e complexo, acolher as mulheres que lá chegassem em busca de proteção e abrigo. Perfazendo quase um mês dessa atividade, passei a compor o grupo de coordenadoras que discutiam e deliberavam assuntos referentes à gestão e rumos da ocupação, participando ativamente de todos seus processos, como reuniões, assembleias, eventos internos e externos. A coordenação reunia-se semanalmente para tratar da situação das acolhidas; questões administrativas, como finanças, recursos, parcerias, definição da escala; negociações com o poder público; agenda cultural etc. As principais pautas, naquela época, eram a iminência da reintegração de posse do prédio e a transferência do grupo para um novo espaço.

O trabalho de acolhimento não se limitava ao fornecimento de casa e comida. A ocupação também prestava apoio médico, psicólogo e jurídico por meio de profissionais que trabalhavam voluntariamente. Havia um núcleo de advogadas voluntárias atuando nas questões específicas individuais; um médico psiquiatra que fazia o acompanhamento da saúde mental das acolhidas e militantes, encaminhando os casos mais graves para a rede pública especializada; uma psicóloga que fazia atendimento semanal individualizado e coordenava um grupo de conversa quinzenal com as acolhidas com o intuito de promover o que ela chamava de “circulação da palavra” – esse era o único momento de reunião das acolhidas sem as militantes. A proposta do encontro era que essas mulheres falassem abertamente sobre suas histórias, trazendo para a linguagem verbal seus medos, dificuldades, sonhos e expectativas. Esse momento de escuta e desabafo possibilitava que as acolhidas se identificassem e se solidarizassem umas com as outras. Essa prática, de compartilhamento de histórias semelhantes, permitia, aos poucos, o alívio da culpa daquelas que se entendiam merecedoras da violência que sofreram.

Cada uma das militantes ficava responsável por uma acolhida específica, por fazer seus encaminhamentos, ser intermediária com o núcleo jurídico, acompanhar em audiências, consultas médicas e o que mais surgisse de demanda. A escolha era feita, geralmente, por afinidade. O objetivo era estabelecer uma relação de confiança e cuidado mais direta, ser um canal de escuta e uma mediadora na resolução dos problemas. Mesmo com pouca ou quase nula experiência, nós militantes éramos responsáveis por recepcionar e atender as mulheres que chegavam pela primeira vez em busca de abrigo e proteção. Apesar da insegurança, essa atividade era abraçada por todas e aprendida na prática. Cada caso tinha uma especificidade e não havia um protocolo pré-determinado de atuação. As próprias acolhidas antigas se envolviam nesse trabalho. O auxílio às novatas, na adaptação ao novo lar, possibilitava que as antigas saíssem da posição passiva de vítimas para a de protetoras. Assim, o acolhimento consistia em um trabalho conjunto, aprendido e desenvolvido ao longo do processo. O avanço

de consciência, derivado dessas experiências, fez com que algumas acolhidas, inclusive, se tornassem militantes do movimento, passando a integrar o grupo de escala e coordenação.

A maioria das mulheres chegava na ocupação deprimida, desacreditada e sem forças para lutar, relegando ao movimento a solução de seus problemas. Passado esse primeiro momento, as acolhidas eram cobradas a ter uma postura ativa de participação nas rotinas de organização da ocupação e estimuladas a participar das atividades políticas do movimento, reconhecendo que a oportunidade de abrigo na ocupação era fruto da luta de outras mulheres. Sendo um abrigo temporário, em um segundo momento, eram estimuladas pelas militantes a ceder lugar para novas mulheres que necessitassem de proteção, assim que fossem reunindo condições para sair. Não havendo um prazo estipulado, era comum que tentassem estender ao máximo a permanência na Mulheres Mirabal, visto que lá tinham alimentação, moradia e seus filhos assistidos. Porém, a constante ameaça de reintegração de posse demonstrava que não se tratava apenas de uma decisão do coletivo.

Vale destacar que a Mulheres Mirabal não incluía apenas mulheres vítimas de violência doméstica. Naquela época, havia dois casos de mulheres acolhidas por vulnerabilidade social. Moradoras de rua grávidas, essas mulheres tentavam vaga em abrigo de família junto a Associação Inter-Comunitária de Atendimento Social (AICAS) para assegurar a guarda dos filhos. Como a vaga não se concretizou até a proximidade dos partos, a alternativa foi buscar moradia na Mulheres Mirabal. Ao receber essas mulheres, o movimento emitiu atestado de residência para ambas, reconhecido por juiz que, assim, autorizou a guarda provisória dos filhos. O mesmo poder público que não reconhecia a legalidade da ocupação, outorgando posse aos irmãos Salesianos, reconhecia o espaço como moradia para moradoras de rua com filhos recém-nascidos, necessitando de uma estrutura de cuidados.

A Mulheres Mirabal, na Rua Duque de Caixas, situava-se em um prédio de três andares com três entradas: uma porta central e dois portões laterais. Como era um lugar que exigia muita segurança, permitia-se apenas a entrada de mulheres ou homens devidamente autorizados em situações especiais. Entre essas mulheres estavam as militantes e as acolhidas, além de apoiadoras vindas para alguma atividade específica, para entregar doações ou simplesmente uma visita. A entrada usual era pelo portão direito. A militante escalada no turno era a responsável por autorizar o acesso, bem como abrir e fechar o cadeado do portão.

Figura 13 – Portão da Ocupação Mulheres Mirabal



Fonte: arquivo pessoal.

Algumas vezes, na impossibilidade da militante, acolhidas mais antigas, em menor situação de risco, também recepcionavam. Em caso de pessoas desconhecidas, pedia-se para aguardar até a chegada da responsável. O período de acesso era das seis às 23 horas. Trânsito fora desse horário era autorizado somente em casos excepcionais, geralmente, quando do atendimento de alguma nova vítima de violência. A rigidez de horário foi pensada para garantir a segurança das mulheres e crianças. Ainda assim, aquelas que já haviam passado pela casa abrigo Viva Maria (vinculada à Prefeitura Municipal de Porto Alegre) diziam ter maior flexibilidade na ocupação. A possibilidade de levar seus animais domésticos, fazer uso de celular e internet, receber visitas, bem como militar no movimento, eram alguns dos tantos atributos que diferenciavam a Mulheres Mirabal da impessoalidade e rigidez da casa administrada pelo município. Além disso, a Mulheres Mirabal não mantinha seu endereço em sigilo, entendendo que, assim, facilitava a recepção de novas mulheres evitando passar por toda a rede de atendimento institucional que muitas vezes lhes causava constrangimento e mais violência. Ainda assim, era comum que muitas mulheres, após atendimento na Delegacia da Mulher, fossem encaminhadas pelo poder público que, com indisponibilidade de vagas na Viva Maria, recorria à Ocupação como alternativa.

A casa contava com cozinha, biblioteca, sala de brinquedos, sala de televisão e jantar e duas salas de reunião, todas no andar térreo. No segundo andar, ficavam os quartos e banheiros. No terceiro havia um grande auditório, geralmente utilizado para eventos externos. Era comum que fossem realizadas reuniões de diversos coletivos no seu interior. Um exemplo foi a organização para o ato do dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, congregando diferentes

movimentos feministas. Ademais, aproveitava-se tais eventos para arrecadar donativos, vender artigos produzidos pelas acolhidas ou roupas de brechó, entre outros. Todos os espaços, com exceção da sala de coordenação, eram de uso comum das moradoras e coordenadoras. Essa sala, que costumava ser chaveada, funcionava como uma espécie de despensa. Lá eram armazenados suprimentos da ocupação, com exceção de comida, armazenada em outra peça, também chaveada, mas com acesso permitido para as moradoras. Nessa sala também ficavam arquivadas as pastas com documentos das acolhidas que passaram pela ocupação; documentos diversos do movimento; as roupas doadas antes da triagem (a divisão das roupas causava muito conflito, por isso, elas eram distribuídas quando todas estivessem juntas para escolher); materiais de higiene, como xampu, sabonete, escova e pasta de dentes, fraldas (cada acolhida tinha direito a um limite específico de fraldas diárias); latas de leite artificial; remédios; toalha e lençóis limpos, entre outros. Enfim, era uma sala de acesso restrito, assim optado, para evitar conflitos na distribuição dos itens de subsistência. Isso porque, ainda que a organização fosse pensada para desenvolver o senso comunitário, o individualismo que marca a sociedade capitalista também se fazia presente no comportamento de algumas mulheres.

Como o prédio serviu anteriormente de orfanato, sua estrutura era formada por inúmeros cômodos e banheiros. A Ocupação, no uso desse espaço, manteve a lógica de habitação subdividida. Essa característica era vista pelo movimento como facilitadora, sendo, inclusive, um dos motivos de escolha do prédio. O tamanho dos quartos variava. Algumas acolhidas, por questões específicas, ficavam em quartos individuais menores, as demais agrupavam-se entre duas ou três, juntamente com os filhos. Era comum que houvesse trocas e, desde que acordadas entre si, elas tinham permissão para tanto. Os motivos eram os mais variados: falta de afinidade, medo de dormir sozinha, barulho, ronco, luz acesa etc.

As refeições eram feitas coletivamente e os alimentos, em sua maioria, provinham de doações, que era o principal meio de sustento da Ocupação. A comida era de usufruto de todas, havia apenas prioridade no consumo de leite para os menores; frutas, verduras, legumes e demais itens escassos eram reservados para situações de mais necessidade. Não era permitido comer ou beber nos espaços de uso comum algo que não estivesse disponível para todos. Como exemplo, uma mãe não poderia servir doces ou refrigerante aos filhos excluindo as demais crianças. A intenção era estabelecer uma política de solidariedade sendo tudo de todos, muito embora os conflitos fossem frequentes.

A frequência de doações permitia que sempre houvesse comida no almoço e jantar. Assim, qualquer pessoa que chegasse da rua, com fome, em qualquer horário, podia se alimentar com, pelo menos, um prato de arroz e feijão. Os móveis e eletrodomésticos da casa também

foram doados. Os donativos provinham de diversos meios, desde pessoas que chegavam no local ou que se comunicavam pela página da Ocupação no *facebook*<sup>78</sup> combinando a forma de entrega; arrecadação em eventos; venda de artigos elaborados pelas acolhidas; brechó; entidades ou coletivos que destinavam parte da produção de comida e hortifruti para as moradoras da casa. Ocorria, também, colaboração financeira entre militantes e acolhidas, a conhecida “vaquinha”, geralmente para a compra de itens escassos. A página no *facebook* era o principal meio de comunicação do movimento com a comunidade externa.

A ocupação operava em esquema de revezamento de atividades cotidianas. Cada dia da semana uma acolhida era responsável por preparar o café da manhã e o lanche das crianças, outra o almoço, outra o jantar. Também havia as responsáveis pela limpeza da cozinha, banheiros e pátio. A construção dessa escala era definida pelo coletivo em assembleia, de acordo com preferência e disponibilidade, e depois transposta para o papel e colocada em uma parede de fácil visualização. As militantes eram responsáveis por fazer a fiscalização. As regras, normas e processos também eram pensadas e determinadas pelas militantes que, assim como eu, não moravam no local. A organização burocrática se fazia necessária para viabilizar a operação da casa. Entretanto, enquanto as acolhidas não se conscientizavam que, sendo também estratégico crítica, os meios eram voltados ao fim que era suas vidas, a disciplina exigida era vista com desagrado, criando condições de passividade pela qual muitas acolhidas não se sentiam implicadas na luta. Esse era, portanto, o desafio maior do movimento: que as mesmas entendessem que a organização era com e por elas e não para elas, e, nesse reconhecimento, passassem da condição de acolhidas a militantes.

---

<sup>78</sup> <https://www.facebook.com/MulheresMirabal/>

Figura 14 – Tabela escala de atividades

Adaptação da Tabela Escala de Atividades para Liberdade de Organização

| TAREFAS   | Seg                      | Ter                        | Qua                     | Qui                         | Sex                      | Sab                    | Dom                     |
|---|--------------------------|----------------------------|-------------------------|-----------------------------|--------------------------|------------------------|-------------------------|
| FAZER O CAFÉ DAS 8:30 DAS CRIANÇAS  |                          | LILIAN                     | RENATA                  | THAINA                      | LISANDRA                 |                        |                         |
| FAZER ALMOÇO (deve estar pronto às 12:30)                                       | FLAVIA                   | MICHELE                    | ANA                     | JOVALVA                     | THAINA                   | JACQUELINE             | RENATA                  |
| LAVAR A LOÇA (CHÃO E MESA DA COZINHA (depois do almoço))                        | THAINA                   | JOVANA                     | JACQUELINE              | ANA                         | CLAUDIA                  | RENATA                 | DONA NOEMI              |
| RETIRAR O LIXO (de preferência no fim do período) E LIMPAR O CHÃO DO RETRETÓRIO | RENATA                   | THAINA                     | MICHELE                 | FLAVIA                      | SILVANA                  | LISANDRA               | JOVANA                  |
| LIMPAR O PATIO (com água e sabão)   | ANA                      | FLAVIA                     | CLAUDIA                 | JACQUELINE                  | JOVANA                   | DONA NOEMI             | VANESSA                 |
| FAZER A JANTA (deve estar pronta às 17:30)                                      | JACQUELINE               | CLAUDIA                    | ANA                     | SILVANA                     | LILIAN                   | DONA NOEMI             | VANESSA                 |
| LAVAR LOÇA (CHÃO E MESA DA COZINHA (depois da janta))                           | LISANDRA                 | SILVANA                    | FLAVIA                  | MICHELE                     | DONA NOEMI               | VANESSA                | LILIAN                  |
| LIMPAR BANHEIROS E LIMPAR SOPRADO DE (caso necessário)                          | 1. SILVANA<br>2. VANESSA | 1. RENATA<br>2. JACQUELINE | 1. JOVANA<br>2. MICHELE | 1. CLAUDIA<br>2. DONA NOEMI | 1. FLAVIA<br>2. LISANDRA | 1. THAINA<br>2. LILIAN | 1. ANA<br>2. JACQUELINE |
| RETIRAR O LIXO (de preferência no fim do período) E LIMPAR O CHÃO DO RETRETÓRIO | CLAUDIA                  | LILIAN                     | SILVANA                 | LISANDRA                    | ANA                      | MICHELE                | THAINA                  |

Fonte: arquivo pessoal.

Por outro lado, entre as moradoras existiam laços de solidariedade. Cada mãe era responsável por supervisionar seu filho. Aquelas que trabalhavam fora passavam pela saga de conseguir creche e, também, contavam com o cuidado das que permaneciam o dia na casa. Era comum que as acolhidas se ajudassem no cuidado das crianças, inclusive mamando em mães diferentes. Por mais que a definição de escala tenha instaurado uma rotina de responsabilidades e obrigações, a divisão de tarefas possibilitava que as mulheres desempenhassem as atividades domésticas sem sobrecarga, coação e medo, com tempo para descanso e lazer. Ademais, embora todas fossem responsáveis por alguma tarefa em algum dia da semana, aquelas que trabalhavam fora podiam chegar em casa, ao final do dia, e encontrar um ambiente limpo com comida pronta para jantar.

A ocupação também mantinha uma agenda de atividades diversas, tanto para o público interno quanto externo, proposta pelas militantes assim como por pessoas de fora ou coletivos interessados em desenvolver um trabalho junto às acolhidas. Palestras, rodas de conversa, cine debates, discussão de livros, sarau, festival de música, oficina de pintura, *stencil*, teatro, gastronomia, costura, bordado, jogos pedagógicos, *yoga*, *reiki*, eram uma das tantas atividades. Nem sempre havia adesão das moradoras, possivelmente porque aquelas que propunham as atividades nem sempre tinham a preocupação de vinculá-las às necessidades das mulheres, além de combinar as atividades com as crianças para que as mães pudessem se dedicar livres do compromisso de cuidado dos filhos. Ainda assim, eram nesses momentos que as mulheres podiam exercer a criatividade desenhando, pintando, cozinhando, costurando; trabalhar a

espiritualidade; resgatar o autocuidado e a beleza, geralmente abandonado nas vidas que levavam ao lado do seu agressor, através das oficinas maquiagem, penteado, corte de cabelo e saúde; desenvolver mais segurança com as oficinas de defesa de pessoal; aprender novas atividades comumente desenvolvidas por homens, como na oficina de elétrica, se tornando mais independentes; conhecer a história do movimento feminista, nos debates de filmes, livros e rodas de conversa, no qual passavam a entender que algumas das liberdades que dispunham atualmente era fruto da luta de outras mulheres, se conscientizando sobre a importância da união e organização para transformar o seu mundo e o mundo de outras mulheres.

Figura 15 – Atividades lúdico culturais na Mulheres Mirabal



Fonte: arquivo pessoal.

Sem recursos públicos, a Mulheres Mirabal era e ainda é reconhecida por órgãos que combatem a violência contra a mulher por realizar um trabalho sério junto às vítimas, tanto que órgãos da própria rede pública enviam para a ocupação casos que caem nas lacunas da rede de proteção da cidade, além de parte da sociedade que a mantém com doações. Esse reconhecimento resultou na negociação de um espaço próprio (ainda em tratativas de regularização) para se institucionalizar como centro de referência. A busca de apoio público é necessária para viabilizar a continuidade do trabalho desenvolvido na ocupação, dentro de uma ética que afirma a dignidade negada da vida das mulheres. A organização opera em coerência com o que Dussel (2000, p. 270) define como uma exigência ética de realizar “aquilo que não-pode-deixar-de-ser-feito a partir das exigências da vida”. Ciente de que a ocupação não resolveria a demanda do município e nem solucionaria os problemas das mulheres sob sua proteção, ela era uma etapa factível e necessária da luta política do movimento que “compreende que a luta pela vida das mulheres é parte indivisível da luta por uma sociedade sem opressão e exploração” (OLGA BENÁRIO, 2017, p. 18).

### 4.3 A DIALÉTICA VIVIDO E VIVER

As casas abrigo podem ser a diferença entre a vida e a morte para mulheres e crianças que sofrem violência. Uma casa abrigo, que também é uma ocupação de mulheres feministas que lutam contra o patriarcado, pode ser, além disso, uma nova possibilidade de vida.

A experiência de viver em um ambiente seguro e protegido, em que a atividade doméstica é reconhecida e compartilhada, permite que muitas mulheres experienciem uma vida diferente. Ainda que com restrições de circular fora da casa, lá tinham possibilidade de descanso, lazer, de cuidar de si e, principalmente, ser quem quisessem longe do controle do seu antigo agressor. A experiência na ocupação possibilitou que as mulheres reconhecessem sua situação não como algo fatal e intransponível, mas como uma situação desafiadora, que as limitava viver plenamente.

A passagem do eu para o nós, isto é, o reconhecimento dos seus problemas, medos, angústias e dores em outras mulheres, gera o que Iasi (1999) define como um sentimento de identidade, algo que as levava a questionar o caráter natural da relação violenta que viviam, bem como, a sua inevitabilidade.

Uma mulher, por exemplo, submetida a condições de opressão em casa, condenada aos trabalhos domésticos e ao cuidado dos filhos, pode viver isto a vida toda como natural, portanto para ela, inevitável. Mesmo o desmoronar da idealização na família diante das condições reais do cotidiano, pode gerar no máximo a revolta, a constatação de uma terrível "sina". No entanto esta mesma mulher, num grupo onde possa ver em outras companheiras a mesma sina, julgada somente sua, só sua, pode começar a desenvolver uma ação contra o que considera injusto (IASI, 1999, p. 34).

Assim, a experiência na ocupação possibilitava que o padrão das relações vividas anteriormente perdesse seu caráter natural, no entendimento de que “sempre foi assim e sempre será”, para situá-la no contexto histórico, econômico e cultural pelo qual tem sua vida negada. Algo possível, especialmente, por ser uma ocupação feminista que, ao romper com a ambiguidade, desvela as contradições de uma sociedade patriarcal em que a violência não se faz presente somente no ambiente familiar e por atos físicos.

Outrossim, a experiência de fala e escuta, sobretudo nas rodas de conversa mediadas pela psicóloga, bem como nos atendimentos individuais, possibilitava que essas mulheres pronunciassem e problematizassem suas vivências (vivido). Naqueles momentos, sem as militantes, o diálogo ocorria de modo mais horizontal e as mulheres se sentiam mais à vontade para revelar suas histórias.

O diálogo, como necessidade existencial, é o que Freire (2009) define como “encontro em que se solidariza o refletir e o agir de sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e



humanizado” e, por isso, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias no outro. Isso significa dizer que o propósito do movimento de politizar essas mulheres não se viabilizava apenas por conteúdos depositados nas tantas atividades que eram desenvolvidas na casa. A autodesvalorização, característica das mulheres vítimas de violência, enquanto não superada, dificilmente despertava interesse e ânimo para participarem de atividades com as quais não se sentiam vinculadas. Isso exigia um trabalho psicológico que talvez nós militantes não estivéssemos aptas a desenvolver com recursos que também não dispúnhamos.

Mesmo sendo uma etapa de um processo maior, a experiência na ocupação possibilitou um momento de reflexão, desculpabilização e recuperação da autoestima, isto é, o resgate de quem eram ou podem se tornar. Entretanto, por mais que tenham adquirido consciência para vislumbrar uma vida diferente, essa mudança lenta e gradualmente depende de uma base material, geralmente travada por falta políticas públicas, principalmente, nas áreas de habitação, trabalho, geração de renda e equipamentos sociais (creches, escolas).

A dialética vivido e viver, nesse caso, passava por dois momentos. De desconstrução, pelo reconhecimento e problematização do vivido, mediado, principalmente, pelas práticas de diálogo orientado e assistido; e um momento de construção, de vislumbrar a possibilidade de um viver diferente, estimulado, sobretudo, pelas práticas solidárias dos afazeres domésticos e pela luta das mulheres organizadas. Enquanto para nós militantes, principalmente, a experiência de negociar com o poder público reforçou a consciência de que a emancipação das mulheres só se dá unidas e organizadas em processos de proteção e colaboração mútua.

#### 4.4 SÍNTESE ANALÍTICA

A Mulheres Mirabal, fundada no Dia Internacional de Violência Contra Mulher, com intuito de acolher mulheres vítimas de violência doméstica, rompeu com a ambiguidade ao desvelar a contradição do poder público que se declara a favor da vida das mulheres, mas não investe em serviços e equipamentos necessários à sua proteção e libertação.

Segundo Dussel (2000, p. 563), a existência de vítimas do sistema do capital (bloco dos oprimidos) “mostra a necessidade de fazer novas (transformadas) normas, atos, microestruturas, instituições, sistemas de eticidade por meio dos quais seja ‘possível’ o desenvolvimento da vida humana (na reprodução da vida das vítimas)”. Nesse entendimento, a organização é um meio indispensável para a práxis da libertação. As mulheres vítimas de violência, como uma das faces do conjunto das vítimas que tem sua vida negada pelo capital e pelo patriarcado, para saírem dessa condição dependem de sua própria capacidade de organização.

A Mulheres Mirabal, racionalmente organizada e coerente com princípio ético de defesa da vida, operou dentro das condições possíveis para viabilizar o trabalho de acolhimento e a existência da própria ocupação: estrutura do espaço que limitava o abrigamento a um número máximo; o contingente de militantes que trabalhava na casa, e o tempo disponível para desenvolver atividades políticas e pedagógicas; suprimentos, como alimentação, itens de higiene, de dormitório etc., para a subsistência das acolhidas; segurança; suporte da rede de profissionais (médico, advogados, psicólogos, assistente social etc.) etc.; o que também demandou apoio estatal para angariar um espaço regularizado.

Dentro dessa série de fatores limitantes, a ocupação se propunha a ser um espaço de proteção e reflexão para que pudessem ajuizar criticamente sua condição. A dialética vivido e viver passou pela experiência de estar em um ambiente seguro e protegido, em que a atividade doméstica é reconhecida e compartilhada, permitindo que essas mulheres conhecessem uma vida diferente. A vivência na ocupação possibilitou que as mesmas reconhecessem sua situação não como algo fatal e intransponível, mas como uma situação desafiadora, que as limitava viver plenamente.

Somando a isso, a constante ameaça de serem despejadas, também as levava reconhecer que a oportunidade de abrigo na ocupação era fruto da luta de outras mulheres e que somente juntas e organizadas eram capazes de superar sua condição de vítimas. Foi nessa dialética do vivido e viver, mediada por uma organização estratégico-crítica, que a Mulheres Mirabal possibilitou o que Dussel (2000) define como práxis da libertação. Isto é, as acolhidas e as interpelados por elas, as militantes, se elevaram a uma consciência crítica com factibilidade ética para negar as causas da sua da negação quando decidiram enfrentar o patriarcado ocupando um espaço com o intuito de proteger e defender a vida das mulheres.

## 5 ENQUANTO MORAR FOR UM PRIVILÉGIO, OCUPAR É UM DIREITO

Apesar da moradia ser uma necessidade fundamental dos seres humanos e um direito constitucional brasileiro, ter um lugar seguro e confortável para viver ainda é um privilégio de quem pode pagar por habitação. É a partir dessa contradição que o presente capítulo conta a história da ocupação Lanceiros Negros na luta por moradia digna no centro de Porto Alegre. Antes de iniciar, faz-se necessário contextualizar o tema da moradia no Brasil e como a Lanceiros Negros rompe com a ambiguidade ao denunciar a contradição urbana de existir “mais casa sem gente que gente sem casa”.

### 5.1 A AMBIGUIDADE E SEU DESMANTELAR

A produção do espaço urbano, voltada para a acumulação de capital, ao transformar moradia em mercadoria, gera historicamente a segregação dos pobres nas periferias. A cidade, segundo Lefebvre (2001a), é uma obra humana, com uma história e uma racionalidade. Ela “é um espaço, um intermediário, uma mediação” (LEFEBVRE, 2001b, p. 86). Tomando como ponto de partida o processo de industrialização, conquanto sua existência seja anterior<sup>79</sup>, as cidades são a sede da vida econômica e do poder político<sup>80</sup>. Ainda que a cidade e o urbano apareçam como sinônimos, Lefebvre (2001a, p. 54) faz uma distinção entre os termos: a cidade é “realidade presente, imediata, dado prático sensível, o arquitetônico”; o urbano, por sua vez, é “realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas, reconstruídas pelo pensamento”. Não sendo realidade acabada, visto que comporta o possível, o urbano é também horizonte, virtualidade iluminadora. O urbano<sup>81</sup>, contudo, não dispensa uma base prático

---

<sup>79</sup> Antes da cidade capitalista, houve a cidade oriental (ligada ao modo de produção asiático) e a cidade arcaica (grega ou romana, ligada à posse de escravos), ambas essencialmente políticas; e a cidade medieval (comercial, artesanal, bancária) (LEFEBVRE, 2001a). A dissolução do modo de produção feudal e a transição para o capitalismo se imputa e se vincula a um sujeito: a cidade (LEFEBVRE, 2001b, p. 77). Ela resulta da destruição das formações sociais anteriores e da acumulação primitiva do capital (que se completa nela e por ela) (LEFEBVRE, 2001b, p. 140).

<sup>80</sup> Segundo Lefebvre (2001a), o conjunto da sociedade compreende a cidade (urbano), o campo (rural) e as instituições que regulamentam suas relações. Ela tende a se constituir em uma rede de cidades ligadas por estradas, vias fluviais e marítimas, relações comerciais e bancárias, com uma certa divisão do trabalho (tecnicamente, socialmente, politicamente).

<sup>81</sup> O urbano? É um campo de tensões altamente complexo; é uma virtualidade, um possível-impossível que atrai para si o realizado, uma presença-ausência sempre renovada, sempre exigente. A cegueira consiste em não ver a forma do urbano, os vetores e tensões inerentes ao campo, sua lógica e seu movimento dialético, a exigência imanente; no fato de só ver coisas, operações, objetos. [...] seu vazio e sua virtualidade são ocultos pelo preenchimento, que tem o nome de urbanismo (LEFEBVRE, 2002, p. 47).

sensível, uma morfologia; não dispensa, portanto, a cidade. São conceitos indissociáveis (LEFEBVRE, 2002).

As cidades envolvem o habitar. Elas são “forma, envelope, desse local da vida privada” (LEFEBVRE, 2001a, p. 67). Embora fundamentada no valor de uso, com a generalização da mercadoria a cidade passa a ser subordinada ao valor de troca, por uma organização racional do espaço em que o habitat é instaurado pelo alto: “aplicação de um espaço global homogêneo e quantitativo [que obriga] o ‘vivido’ a encerrar-se em caixas, gaiolas ou máquinas de habitar”, implicando a miséria do habitat e do habitante submetido a uma cotidianidade organizada (LEFEBVRE, 2002, p. 81).

Além disso, dado que a concentração da população acompanha a dos meios de produção, “a cidade contém a população exigida pelo aparelho produtivo e o exército de reserva”. Ela se torna não só mercado das mercadorias como também “o mercado de trabalho (da mão-de-obra)” (LEFEBVRE, 2001b, p. 144). Com a ampliação do fenômeno urbano, instala-se ao redor das cidades uma periferia dependente, habitat desse exército de reserva que é empurrado para fora dos grandes centros por não ter como pagar por moradia, que se tornou uma mercadoria cara e rentável. A cidade deixa de ser o espaço dos usuários para se tornar espaço do capital, do consumo, da especulação e da mais valia (LEFEBVRE, 2001b, p. 144). Ao reduzir o habitante à função de consumidor e comprador do espaço, a cidade segrega e expulsa aqueles que não podem pagar pelo seu uso.

A ordem urbana contém e dissimula uma desordem fundamental. A grande cidade não é apenas vícios, poluições, doença (mental, moral, social). A alienação urbana envolve e perpetua todas as alienações. Nela, por ela, a segregação generaliza-se: por classe, bairro, profissão, idade, etnia, sexo. Multidão e solidão. Decerto que a cidade se enriquece. Atrai para si todas as riquezas, monopoliza a cultura, como concentra o poder. Devido a sua riqueza, explode. Quanto mais concentra os meios de produção de vida, mais torna-se insuportável nela viver (LEFEBVRE, 2002, p. 89).

Ao longo do século, o crescimento desordenado das cidades, associado ao crescimento da pobreza, trouxe inúmeros problemas sociais, econômicos e ambientais, como aumento do número de favelas; aumento da violência; congestionamento; escassez do tempo com a família, tempo de descanso e lazer; encarecimento do custo de vida; poluição do solo, do ar e da água, entre outros. Além disso, as cidades foram sendo divididas por muros invisíveis. De um lado uma cidade limpa, funcional, planejada e organizada por arquitetos e urbanistas, onde tudo funciona bem, acessível somente para quem pode pagar. Lá o povo pobre trabalhador só entra pela porta dos fundos e pelo elevador de serviço. Do outro lado a cidade caótica e desorganizada, nas franjas dos grandes centros, onde falta tudo e o governo só atua com força

policial (BOULOS, 2012). Assim, os modos de ser, estar e se apropriar da cidade vem se tornando, cada vez mais, um dos principais pontos da luta de classe contemporânea.

No Brasil, o crescimento das cidades foi acompanhado, desde sempre, pelo problema do déficit habitacional. Segundo a Fundação João Pinheiro (2018), o país possui 7,9 milhões de imóveis vagos, sendo 80,3% em áreas urbanas e 19,7% em áreas rurais. Desses, 6,893 milhões estão em condições de serem ocupados, enquanto 1,012 milhão estão em construção ou reforma. Em contrapartida, o déficit habitacional corresponde a 6,355 milhões de domicílios. É assim que, a partir de uma frase célebre do movimento dos sem teto, “há mais casa sem gente do que gente sem casa”.

A política pública habitacional, hoje ancorada principalmente no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), lançado em 2009 pelo Governo Lula (2003-2011), embora tenha aumentado larga e historicamente o investimento público em moradia popular, perpetua a lógica de urbanização segregacionista. Tal programa, que subsidiou a aquisição da casa própria para famílias de baixa renda, consistiu na construção de grandes conjuntos habitacionais padronizados (apartamentos de 50m<sup>2</sup>) de baixa qualidade, localizados majoritariamente em regiões periféricas, distante do tecido urbano, trazendo dificuldade de acesso, por parte da população carente, à infraestrutura da cidade, especialmente no tempo e gasto envolvido com transporte. Isso porque o Governo, com o intuito de atenuar os efeitos da crise financeira internacional de 2008, dinamizando a economia interna do país através da construção civil, cedeu aos interesses do grande capital ao dar protagonismo às empreiteiras e instituições financeiras nas decisões de um programa de interesse social, tanto no poder de escolha dos terrenos como na condução das obras.

Embora seja inovador na concessão de um volume significativo de subsídios para o atendimento das necessidades habitacionais dos setores de renda mais baixa da população e na ampliação e barateamento do crédito para a compra de imóveis por setores de renda intermediária, o programa não levou em conta a dimensão territorial como um aspecto relevante de uma política habitacional orientada para a universalização do acesso à moradia em condições adequadas, tendo negligenciado o enfrentamento do problema da segregação socioespacial em função da renda nas cidades brasileiras. Pelo contrário, verificou-se que a sistemática do programa, atribuindo um protagonismo na concepção das operações às construtoras privadas, que geralmente se incumbem da elaboração de projetos e da escolha de terrenos, incentivou a proliferação de grandes conjuntos em lugares onde o custo da terra é o mais baixo possível – uma condição fundamental para a rentabilidade das operações –, reiterando um padrão histórico de ocupação do território onde o assentamento da população pobre é feito prioritariamente em periferias precárias e mal equipadas (ROLNIK et al., 2015, p. 128).

Aqui vale a ressalva para o PMCMV Entidades, uma ínfima parcela do programa, que permite que o recurso seja gerido por entidades representativas dos movimentos populares (associações, cooperativas etc.), desde a concepção do projeto até a execução das obras. Mesmo

com resultados superiores, a modalidade Entidades sofre com ritmo lento de negociação, contratação e construção, tendo poucas experiências bem-sucedidas.

Assim, a alternativa para milhares de famílias trabalhadoras ainda é a ocupação de terrenos e prédios vazios que não cumprem a função social da propriedade. A ocupação, muito mais do que um teto, representa um refúgio do tráfico que escraviza o povo da periferia, dos eventos climáticos que todo ano destroem lares, maior proximidade do trabalho, mais segurança, melhor acesso a transporte, cultura, saúde, educação, lazer etc. Porém, essa não é uma prática recente. Há muito que os trabalhadores recorrem à ocupação de terrenos para ter onde morar, o que, hoje, são imensos bairros consolidados nas periferias das cidades.

Combinado com uma estrutura de regulação fundiária excludente, o modelo de urbanização estabeleceu as condições de espraiamento de enormes assentamentos autoconstruídos nas franjas urbanas, em que formas ambíguas de segurança da posse e padrões não planejados de uso do solo prevalecem. Não surpreende que o direito à moradia e, num sentido mais amplo, o direito à cidade tenham se tornado uma das mais importantes demandas dos movimentos sociais e de outros atores progressistas no processo de democratização que seguiu os anos de ditadura militar (ROLNIK, 2015, p. 267).

Os movimentos sociais de luta por moradia se amparam nas inovações legislativas<sup>82</sup> sobre o processo de urbanização, especialmente a Lei 10.257/2001, conhecida como Estatuto da Cidade<sup>83</sup>, para justificar as ocupações de prédios ociosos que não cumprem a função social

---

<sup>82</sup> A luta pela reforma urbana teve início nos anos 1960, quando o povo foi às ruas apoiar as chamadas “reformas de base” do governo João Goulart. No entanto, ainda que o regime militar tenha desenvolvido um programa de habitação, por meio do Banco Nacional de Habitação (BNH), todo movimento de luta popular foi combatido nesse período. Somente no final do regime militar, o tema da reforma urbana volta a ser discutido quando é criado o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU). Na Constituinte de 1988, o MNRU encaminha uma proposta de emenda popular sobre a questão urbana, conquistando pela primeira vez na história do país um capítulo dedicado ao tema. Após a Constituinte, nasce o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), que passa a pressionar o Congresso Nacional para regulamentar o capítulo da política urbana presente na Constituição de 1988, e, em 2001, finalmente é aprovada a Lei Federal nº 10.257/01, denominada Estatuto da Cidade. A década de 1990, com os chamados governos neoliberais (Collor e FHC), os investimentos em habitação são quase nulos, ficando nas mãos de bancos e empresas privadas. O resultado desse processo é o crescimento incontrolável do déficit habitacional, o surgimento de milhares de novas favelas e a expulsão de dezenas de milhões de pessoas para as regiões mais afastadas das cidades. Com os governos do Partido dos Trabalhadores, a partir de 2002, algumas reivindicações dos movimentos de moradia e do FNRU começam a ser atendidas, entre elas: a criação do Ministério das Cidades (2003), a implantação do Conselho das Cidades (2003), a realização das Conferências das Cidades (2003, 2005, 2007, 2010 e 2013), o processo de elaboração dos planos diretores participativos (2005-2006), aprovação da lei que criou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (2005), a criação do Programa Minha Casa, Minha Vida (2009). Dessa forma, uma maior integração da política de habitação com outras políticas, como saneamento, infraestrutura e mobilidade, além do aumento dos recursos investidos na construção de moradias, entram na agenda pública. Porém, os resultados práticos dessas mudanças ainda são pequenos e servem a lógica dos interesses capitalistas (MLB, 2019).

<sup>83</sup> A Lei Federal de nº 10.257 de 2001, mais comumente chamada de Estatuto da Cidade, foi criada para regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal que tratam da política de desenvolvimento urbano e da função social da propriedade. Além disso, “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental”. O Estatuto das Cidades estabelece as diretrizes gerais da política urbana e prevê uma série de instrumentos, como o Plano Diretor aprovado por lei municipal e a cobrança de IPTU progressivo a fim de combater a especulação imobiliária e regularizar a propriedade da terra (BRASIL, 2001).

da propriedade<sup>84</sup> e, aqui se destaca a diferença entre ocupações espontâneas e ocupações organizadas por movimentos sociais. As ocupações espontâneas constituem apenas uma apropriação coletiva do espaço para fins de moradia. Embora partam de uma necessidade comum, a moradia, os movimentos organizados entendem a ocupação como uma tática, um instrumento de acúmulo de força para uma luta política maior que questiona e desafia a lógica capitalista do urbano.

Os movimentos sociais mapeiam prédios ociosos, averiguam sua situação em cumprimento com a função social da propriedade antes de ocupar, valendo-se do direito à moradia, previsto pela Constituição Federal, expresso no seu artigo 6º<sup>85</sup>. Geralmente, são prédios com irregularidades, com dívidas de Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), abandonados há anos, sendo muitas vezes incorporados pelo poder público. Importante enfatizar que o Brasil não dispõe de um censo sobre o setor imobiliário que permita fazer um levantamento dos imóveis ociosos. A principal ferramenta dos movimentos é a leitura da paisagem. Além disso, há um intenso trabalho de planejamento, organização, articulado com uma rede técnica de suporte e, principalmente, sensibilização e conscientização dos possíveis moradores para construção de uma nova ocupação.

---

<sup>84</sup> Art. 2 A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes: (I) garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações; (II) gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; (III) cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social; (IV) planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente; (V) oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais; (VI) ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar: (a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos; (b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes; (c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infra-estrutura urbana; (d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como pólos geradores de tráfego, sem a previsão da infra-estrutura correspondente; (e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização; [...]

Art. 39. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta Lei (BRASIL, 2001).

<sup>85</sup> Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988). A constitucionalização do direito à moradia se deu por força da Emenda Constitucional nº 26/2000 (BRASIL, 2000), com o propósito específico de incorporar à Constituição Federal o compromisso social firmado pelo Brasil perante a comunidade internacional – em especial nas Conferências das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (HABITAT I e II), que culminaram, respectivamente, nas Declarações de Vancouver (ONU, 2016) e de Istambul (Declaração de Istambul sobre Assentamentos Humanos, 1996).

Nesse contexto, o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB)<sup>86</sup>, na luta pelo direito dos trabalhadores pertencerem a cidade como usuários e não como mão-de-obra, rompeu com a ambiguidade de uma cidade que pretere o direito à moradia pelo direito à propriedade privada, fundando a primeira ocupação do Movimento no estado do Rio Grande do Sul, a Ocupação Lanceiros Negros, localizada no centro do Porto Alegre.

## 5.2 ORGANIZAÇÃO E RAZÃO ESTRATÉGICO-CRÍTICA

Durante nove meses, o MLB realizou encontros semanais em bairros periféricos (Nova Chocolatão, Morro da Cruz, Lomba do Pinheiro) reunindo pessoas com um problema comum: a falta de moradia. De acordo com Boulos (2012), nas periferias há uma realidade favorável para o debate político, pois é nesses lugares que o desemprego, a violência e a ausência de políticas sociais se fazem sentir com mais força. Foi assim que o MLB se valeu dessa realidade para estimular um debate político sobre os problemas enfrentados pelos trabalhadores por meio de exemplos concretos, realizando encontros para esclarecer os fatores que os levaram a tal situação. Nesses encontros, formou-se um grupo com cerca de cem famílias que decidiu ocupar um prédio público ocioso no centro de Porto Alegre, antiga sede do Ministério Público Estadual, abandonado há 12 anos, para reivindicar moradia. Foi assim que, no dia 14 novembro de 2015, data que marca os 171 anos do Massacre de Porongos<sup>87</sup>, nasceu a ocupação Lanceiros Negros, fazendo uma homenagem a estes lutadores.

---

<sup>86</sup> O Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) é um movimento nacional que luta pela reforma urbana e pelo direito humano de morar dignamente. Ligado ao Partido Comunista Revolucionário (PCR), o movimento surgiu em 1999 resultado de divergências no direcionamento da ocupação Vila Corumbiara, em Belo Horizonte, ocupada conjuntamente por diferentes coletivos, quando alguns membros se desvincularam fundando o MLB. A primeira ocupação organizada e coordenada pelo movimento foi a ocupação Mércia de Albuquerque no município de Jaboatão dos Guararapes, Região Metropolitana do Recife, em meados de 2002 (MLB, 2019). A seccional do MLB no Rio Grande do Sul surgiu em 2014, a partir do trabalho de sensibilização e captação de famílias de bairros periféricos da capital gaúcha (Lomba do Pinheiro, Morro da Cruz, Nova Chocolatão) interessadas em integrar a primeira ocupação do movimento no estado, a Lanceiros Negros (SANCHES e SOARES, 2018).

<sup>87</sup> Ocorrido em 14 novembro de 1844, o Massacre de Porongos foi um dos últimos confrontos da Revolução Farrroupilha ou Guerra dos Farrapos (1835-1845), guerra que durou de 1835 a 1845 e teve como objetivo conquistar a independência do Rio Grande do Sul frente ao Brasil, com a criação de uma república na qual a escravidão seria abolida. O conflito iniciou com uma revolta dos fazendeiros contra as forças nacionais imperialistas, principalmente como reação a taxaço do gado. Com a proximidade do desfecho do conflito a partir de um acordo, o general David Canabarro enviou uma tropa de Lanceiros Negros (escravos que lutaram com a promessa de serem libertados quando o conflito chegasse a um fim), praticamente desarmada para combater na linha de frente de um conflito letal, conhecido como Massacre dos Porongos. Na batalha de 14 de novembro sobreviveram somente 120 Lanceiros Negros de mais de 1.000, alguns profundamente machucados, e todos eles seguirem como escravos em algum lugar do país. Posteriormente, se soube que havia sido selado um arranjo entre o comandante das forças imperiais e o general Canabarro, já que ambos os lados não tinham interesse na libertação dos escravos, temendo



Figura 16 – Prédio da Ocupação Lanceiros Negros



Fonte: Santos (2015).

As famílias, quando ocuparam, encontraram um prédio sujo e degradado, o que exigiu um longo trabalho coletivo de limpeza e retirada de entulho. Sendo construído como sede de uma repartição pública, sem uma estrutura funcional para moradia, foi também necessário um trabalho de recuperação das instalações para provimento de água e energia elétrica; adequação do espaço, com colocação divisórias, criação de área para banho e cozinha; uma série de atividades realizadas através de mutirões dentro dos escassos recursos que dispunham. O primeiro mês, portanto, foi dedicado à limpeza e adaptação do prédio, bem como ao cadastramento das famílias no Centro de Saúde mais próximo e a entrada de pedido de vaga em creches e escolas do centro para as crianças da Ocupação junto à Secretaria Municipal de Educação.

Situada em um prédio de três andares, no térreo da Lanceiros Negros foram montados os espaços compartilhados: uma cozinha; uma lavanderia; uma biblioteca com mais de quinhentos volumes organizados por tema e idade; uma brinquedoteca; uma creche/berçário batizada de Valdete Guerra, em homenagem a uma falecida liderança do MLB; uma sala de reuniões e um salão grande dedicado a assembleias, apresentações, shows e demais atividades que agrupassem um maior contingente.

---

pela criação de uma milícia negra, armada e insatisfeita, ampliando o risco de revoltas populares e outros conflitos. Na época, os escravos representavam cerca de 21% da população do estado (CARVALHO, 2005).

Figura 17 – Creche e Berçário Valdete Guerra



Fonte: Santos (2016).

Comissões também foram montadas: limpeza; infraestrutura; segurança, alimentação, comunicação, creche, cultura, formação política etc. Na comissão de segurança, o grupo se revezava na função de vigilância e portaria, fazendo o controle de quem entrava e saía. A atividade de portaria se justificava não apenas como medida de segurança no ingresso de pessoas externas, como para verificar as condições dos próprios moradores, para que não chegassem alcoolizados, drogados, portando objetos proibidos e perigosos, entre outros. No início, enquanto não estavam compartimentados em ‘apartamentos’, o grupo realizava as refeições em cozinha comunitária com revezamento das tarefas e divisão dos alimentos.

Além das famílias, o movimento também contava com uma rede de profissionais e apoiadores que contribuíram com serviços, doações e outras formas de solidariedade. Foi formado um comitê de apoio à Ocupação, constituído por estudantes, advogados, sindicatos, movimentos sociais e demais apoiadores da sociedade civil. Esse comitê reunia-se semanalmente com a coordenação da Ocupação para discutir e deliberar questões externas do movimento. O comitê era responsável, principalmente, pela definição, promoção e divulgação das atividades culturais e educacionais que ocorriam nos espaços internos da Lanceiros Negros. Quase sempre abertas ao público, esses eventos serviam para atrair visibilidade, proporcionar cultura popular acessível no centro da cidade e arrecadar doações para o movimento. Com uma agenda ativa, a ocupação promoveu desde rodas de conversa, saraus, cinedebates, shows musicais, peças teatrais, oficinas, aulas de esportes, yoga, brechó, entre outros. A ocupação também sediava seus espaços de convivência para reuniões e atividades de outros coletivos aproximando mais pessoas, funcionando como uma espécie sede do movimento.

Figura 18 – Atividades culturais na Lanceiros Negros



Fonte: Lanceiros Negros (2016).

A convivência com incertezas e ameaças frequentes sobre a permanência no espaço e o destino do grupo exigiram debate e articulação constante, bem como avaliação e redefinição das suas táticas e estratégias. Todos os assuntos relativos à vida comunitária costumavam ser planejados, organizados e definidos coletivamente em assembleias, cabendo aos coordenadores do movimento incitar a participação de todos os ocupantes. A coordenação era formada pelas lideranças do MLB, que também eram residentes, e por demais moradores que, ao longo do tempo, demonstravam interesse, participação e competência. Mesmo que um grupo específico ficasse encarregado de questões mais importantes, o coletivo sempre buscou delegar responsabilidades, incentivando a participação.

As assembleias, que aconteciam semanalmente, eram o momento de encontro, diálogo e discussão dos moradores. De participação obrigatória, com lista de presença, as principais decisões do grupo eram deliberadas por consenso e aprovadas por maioria. As assembleias também eram espaços de formação política e os principais momentos de construção da luta, com o conteúdo reverberado nas pautas e nos gritos de guerra entoados nessas reuniões: “Fé

na luta! Venceremos!"; "Com luta, com garra, a casa sai na marra!"; "MLB, essa luta é pra valer!".

Figura 19 – Assembleia da Lanceiros Negros



Fonte: Lanceiros Negros (2016).

A Lanceiros Negros, como todas as ocupações do MLB, se apoiava no conteúdo do jornal A Verdade<sup>88</sup>, jornal semanal produzido pelo Partido Comunista Revolucionário, do qual o movimento é integrante, para formação política dos seus militantes. A leitura e debate do jornal costumavam ser tarefas obrigatórias nas assembleias e reuniões do coletivo.

Figura 20 – Capa do Jornal A Verdade fev. 2018



Fonte: A VERDADE (2018).

A formação política, como princípio, buscava formar continuamente militantes para lutar pela reforma urbana. Além de grupo de estudos, os ocupantes costumavam participar dos

<sup>88</sup> A Verdade é um jornal mensal produzido pelo Partido Comunista Revolucionário, de orientação marxista, a fim de constituir uma imprensa popular, independente, sem patrocínio de empresas ou entidades governamentais, mantido unicamente por seus leitores assinantes (A VERDADE, 2019).

atos políticos que levavam a bandeira do movimento. Um exemplo foi a ocupação do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), em 2017, junto com outros movimentos de luta por moradia<sup>89</sup>. Durante essa Ocupação os movimentos criaram o *Dia de Expediente Popular: enfim o DEMHAB do lado do povo!* Esses coletivos montaram uma banca em frente ao prédio para atendimento de famílias sem teto. De acordo com relatos de alguns militantes, a ocupação ficou marcada pelo que chamaram de muro das lamentações em virtude da quantidade de reclamações que receberam de uma população insatisfeita com a atuação desse órgão. Essa ocupação foi um marco na cidade. Deu luz para o problema habitacional, denunciou o descaso do departamento de habitação, uniu os movimentos, unificou as pautas, ganhou novos apoiadores e abriu um canal de comunicação. Uma das principais forças dos movimentos vem desse apoio mútuo, nas alianças com outros movimentos populares que organizam os trabalhadores com princípios convergentes. Se o objetivo do movimento era criar poder popular, desenvolver uma luta conjunta era decisivo para o acúmulo de forças.

Figura 21 – Atos políticos com a participação do MLB e OLN



<sup>89</sup> Integrantes dos Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e da População de Rua ocuparam, durante o mês de julho e agosto de 2016, o saguão do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) em Porto Alegre. Embora, cada movimento tivesse uma pauta específica, os movimentos se uniram para denunciar a política de remoções da prefeitura, exigir a efetividade do programa MCMV, a regularização do pagamento de aluguel social, entre outros pontos que competem ao departamento (SILVEIRA, 2016).



Fonte: Sul 21 (2016).

Figura 22 – Ocupação DEMHAB



Fonte: Santos (2016).

Ainda sobre a organização interna, o grupo se orientava por um conjunto de regras e normas definidas em um estatuto, inspirado em um regimento modelo do MLB, adaptado às condições do local e do grupo. Esse quadro podia ser revisto a qualquer momento desde que aprovado por maioria. O não cumprimento resultava em punição, desde advertência, reparação de danos, até a expulsão. Havia uma certa rigidez justificada tanto para garantir a harmonia do grupo, como para minimizar a imagem negativa que carregam e obter aceitabilidade dos vizinhos e da comunidade em geral. Hábitos como beber álcool, por exemplo, eram proibidos.

Essa ordem necessária, garantida por uma razão prática material vinculada à razão estratégico-crítica, era o meio para viabilizar ações para alcançar o fim proposto: angariar um espaço regularizado e com condições para seus membros. Não sendo razão meio-fim formal, a finalidade não era tomar posse do imóvel e se tornarem proprietários, e sim que o direito à moradia se fizesse valer. O imperativo básico que guiava a organização era a defesa da moradia como necessidade fundamental para o pleno desenvolvimento da vida de todos.

A grande maioria dos ocupantes eram trabalhadores incapazes de arcar com aluguel, em muitos casos pela situação de desemprego ou por atuarem em atividades mal remuneradas. A fim de auxiliar essas pessoas, o movimento criou uma central de serviços dos moradores para atuar no centro como alternativa de renda. Entre os serviços oferecidos podem ser listados: reparação, pintura, instalações elétricas e hidráulicas, construção, diaristas, babás, copeira, garçom etc.

O movimento se beneficiava de donativos provindo de apoiadores e também arrecadava uma contribuição mensal dos moradores, estipulada pelo grupo, para custear a manutenção da ocupação e materiais necessários para as ações políticas do movimento, como frete de ônibus para as manifestações, confecção de bandeiras, faixas, cartazes, camisetas etc.; valores muito inferiores ao custo de aluguel e condomínio em moradias privadas. Ainda assim, esse é um dos argumentos utilizados por pessoas contrárias para criminalizar os movimentos de extorsão.

As ocupações de moradia costumam ser veiculadas de modo pejorativo. Com uma conotação negativa, a mídia corporativa só noticia os momentos de “invasão” e despejo, deixando o cotidiano e a luta do movimento invisível à sociedade. Ocorre, também, a tentativa de deslegitimar os movimentos sob alegação de mau uso dos prédios e extorsão dos moradores pela cobrança de taxas, situação intensificada após o desmoronamento do prédio Wilton Paes<sup>90</sup>. O senso comum, sob o discurso meritocrático da conquista da casa própria, desconhecedor do Estatuto da Cidade e da função social da propriedade, incorpora essa visão negativa desqualificando a luta desses movimentos. Vistos como violadores do direito sagrado rege a sociedade capitalista: a propriedade privada; a extensiva criminalização vem do perigo que geram ao servir de exemplo para o povo pobre marginalizado nos subúrbios.

Não sendo uma ilha isolada, na ocupação também existiam as mesmas contradições da vida privada. Embora a organização buscasse estimular o senso coletivo, o individualismo também se expressava no cotidiano, impregnado na prática anterior dos moradores. Aconteciam furtos, brigas e discussões entre familiares e vizinhos, violência doméstica, além do desejo inicial de participar do movimento para conquistar uma propriedade individual. Nesse sentido, o movimento atuava para educar os ocupantes a ter uma conduta coerente com os valores socialistas que defendiam. A organização, não podendo ter a mesma natureza das relações que os oprimem, combatia todo tipo de opressão e discriminação (machismo, racismo, homofobia, etc.).

---

<sup>90</sup> No dia 01 de maio de 2018, o prédio Wilton Paes de Almeida, localizado no Largo Paissandu em São Paulo, ocupado por mais de cem famílias desabou. A ocupação era coordenada pelo Movimento de Luta Social por Moradia.

A ocupação combinava a organização da luta com a organização da sobrevivência, tanto para harmonizar a convivência e a qualidade do espaço, como para garantir sua continuidade e aceitabilidade, em um grande esforço de tornar essa organização pública e relevante. A organização comunitária interna e a articulação permanente com a rede de apoio eram a única garantia que possuíam. A unidade era a principal arma do movimento.

Ao longo de um ano e meio, a Lanceiros Negros viveu uma batalha judicial em que sucessivas ordens de reintegração de posse foram expedidas e suspensas<sup>91</sup>. Em uma dessas ocasiões, quando o movimento conseguiu suspender um mandado de reintegração de posse, momentos antes do horário marcado para execução, com a operação já montada, a mobilização da rede de apoiadores foi o elemento crucial para reverter a decisão do juiz.<sup>92</sup> O episódio, inclusive, resultou no documentário *Lanceiros Negros Estão Vivos – Uma ocupação por moradia e liberdade*. Mais do que garantir a extensão do tempo de moradia no prédio da Andrade Neves com a General Câmara, esse foi um dos principais momentos políticos do movimento, o qual gerou uma ampla publicização da luta, debate e maior conscientização da população. Com sua história retratada na mídia, as pessoas não passavam mais despercebidas pelo prédio. As bandeiras e faixas penduradas nas janelas, os grafites nas paredes e os eventos na calçada atraíram curiosos e viraram motivo de inquietação. Mesmo que de início a Ocupação tenha gerado estranhamento e desconforto, na medida que os vizinhos foram conhecendo e se familiarizando, a mesma passou a conquistar até mesmo simpatia, dado que revitalizou um espaço abandonado, trazendo mais segurança, além de fomentar a cultura pelas atividades que promovia no seu entorno.

Embora fosse uma vitória temporária, o episódio abriu um novo capítulo de negociação entre as partes. Depois disso, a Ocupação conquistou um espaço de diálogo com o poder público ao entrar na agenda das audiências de conciliação mediadas pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), coordenada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio

---

<sup>91</sup> A entrada no pedido de reintegração de posse do prédio ocorreu nos dias seguintes ao início da Ocupação movida pela Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul (PGE). O corpo jurídico do MLB recorreu à medida liminar através de Agravo de Instrumento defendendo que o cumprimento fosse condicionado à prévia apresentação de alternativa de realocação das famílias. Juntamente, a coordenação do movimento passou a se reunir com representantes de diversos segmentos da sociedade: políticos, membros do Conselho Estadual de Direitos Humanos, procuradores do Ministério Público Federal, movimentos sociais e organizações partícipes do Fórum Estadual de Reforma Urbana etc. em busca de apoio, com a realização de uma série de audiências públicas. Entretanto, o Governo do estado do RS contestou os pedidos suspensivos alegando que o direito à moradia e a função social da propriedade não podem ser vistos de maneira absoluta, o que poderia justificar abusos de direito por parte de alguns em detrimento do interesse público e da coletividade.

<sup>92</sup> Ver APÊNDICE A



Grande do Sul<sup>93</sup>. Sendo o primeiro caso levado a tal instância, destinada à resolução de conflitos fundiários coletivos urbanos, foi realizada uma rodada de negociação que reuniu representantes da Ocupação, autoridades dos diferentes poderes, Defensoria e Ministério Público, representantes do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB); bem como a instauração de um grupo de trabalho para resolução conciliada do caso, cumprindo um cronograma de reuniões ao longo de três meses sem, contudo, chegar a uma conclusão acertada.

De acordo com Sanches e Soares (2018), mesmo o caso sendo levado a um espaço teoricamente destinado à resolução dos litígios pela via da conciliação, houve uma abordagem restritiva do processo, buscando apenas a forma mais ágil de se proceder à desocupação. Em uma das audiências de conciliação, a coordenadora do MLB presente relatou que os representantes do governo do estado revelaram existir 6 mil imóveis públicos desocupados, entre estes apartamentos e prédios aptos a se tornarem moradia. Contudo, o plano do governo era leiloá-los a fim de arrecadar recursos para a construção de presídios (SANCHES 2016). O que se conclui por esse relato é a criminalização da pobreza expressa no destino de uma população sem direitos que só tem garantia de moradia em presídio.

De acordo com Sanches (2016), “onde estavam antes?” foi a primeira pergunta que levantaram os governantes, partindo do princípio de que antes de ocupar os sem teto viviam em algum lugar e, por isso, teriam para onde voltar. De acordo com a autora, esse é o argumento padrão de que a anuência à permanência da ocupação geraria uma falta de isonomia perante a população cadastrada em políticas de subsídio à moradia. O discurso que se valem é de que os movimentos de ocupação se configuram como organizações políticas que “furam a fila” para conquistar habitação. Outra estratégia para enfraquecer a luta dos movimentos é estender as negociações por longos anos e deixar que seu próprio instrumento de pressão (as ocupações como denúncia) os mantenha invisibilizados. Mesmo que alguns argumentos aparentem

---

<sup>93</sup> Antecipando-se ao que passaria a prescrever o artigo 565 do novo Código de Processo Civil, que entrou em vigor em março de 2016, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul implantou, no primeiro semestre de 2015, um projeto piloto para a conciliação de conflitos possessórios coletivos judicializados em Porto Alegre. A criação de instrumentos de solução consensual de litígios possessórios coletivos, urbanos e rurais, já havia sido definida como uma diretriz de atuação do Poder Judiciário brasileiro desde a edição da Resolução n. 110 do Conselho Nacional de Justiça, do ano de 2010, em cujo texto registra-se a compreensão das peculiaridades sociais, políticas e jurídicas dessa espécie de litígio judicial, a importância da construção de mecanismos de solução consensual desses conflitos e a necessidade de interlocução do Poder Judiciário com outros segmentos do Poder Público para a busca de soluções eficazes para problemas dessa natureza. O projeto instituído pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul em 2015 foi implantado no âmbito do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, o CEJUSC, que funciona em várias comarcas do Estado, incluindo a capital. A constituição de um núcleo para resolução de conflitos fundiários coletivos urbanos decorreu da sensibilidade do Poder Judiciário local em relação à existência e à gravidade da questão das ocupações de áreas urbanas na cidade e para a necessidade de experimentar métodos alternativos de solução de conflitos judiciais em casos dessa espécie (MELLO, 2017, p. 2074).

razoabilidade, ainda assim é possível estabelecer parâmetros isonômicos e transparentes. A preocupação fundamental é de que a regularização de ocupações, especialmente em áreas centrais, possa servir de estímulo a mais pessoas<sup>94</sup>.

A posição intransigente do governo do estado do RS colocou fim à Ocupação Lanceiros Negros no dia 14 de junho de 2017, em uma ação violenta comandada pela polícia militar, sem viabilizar um novo espaço para abrigar essas famílias, sendo algumas direcionadas para casa de amigos e parentes e outras para a ocupação Mulheres Mirabal (ver APÊNDICE B). O caso teve grande repercussão na imprensa e na sociedade. Desse episódio foi criado, inclusive, um Protocolo interinstitucional para cumprimento dos mandados de reintegração de posse em conflitos urbanos coletivos, determinando que os despejos sejam feitos respeitando princípios de dignidade e direitos humanos<sup>95</sup>.

Infelizmente, são raros os despejos que ocorrem sem violência policial e que prevejam o destino dos ocupantes. Além disso, quanto mais organizada e combativa é a população que ocupa, mais força judicial e policial é empregada para dismantelar aquilo que pode servir de exemplo para milhares de pessoas que não tem acesso ao direito à moradia e à cidade. Se tamanha brutalidade aconteceu em pleno centro da cidade, na presença de inúmeras pessoas, entre elas autoridades e imprensa, o cenário na periferia, em locais isolados sem nenhuma testemunha, é ainda mais trágico.

---

<sup>94</sup> De acordo com Cláudio Ari Mello, Promotor da Promotoria de Ordem Urbanística, do Ministério Público do Rio Grande do Sul, uma das questões mais difíceis de lidar envolvendo esse tipo de conflitos é que o universo jurídico de modo geral e a população de classe média para cima têm uma visão muito preconceituosa em relação às ocupações. Muitas vezes, quando um juiz recebe uma ação destas, por não possuir uma compreensão do todo, ele interpreta a ocupação como sendo um movimento na fronteira com o criminoso. Não deixa de ser um desafio para a ideia de Estado de Direito. Um dos argumentos mais utilizados é que, se eu legitimo uma determinada ocupação, terei que fazer isso em todos os outros casos também. Isso cria um problema para o Estado de Direito. Se você concede em um caso, tem que conceder em todos, a não ser que se adote critérios que não são fáceis de serem selecionados (WEISSHEIMER, 2017).

<sup>95</sup> O protocolo foi gestado no âmbito do Comitê Interinstitucional Sobre Conflitos Fundiários Urbanos Coletivos, em reuniões mensais que ocorreram desde a reintegração da Ocupação Lanceiros Negros em agosto de 2017, com a participação de representantes do judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da PGE e de órgãos dos poderes executivo municipal e estadual. As recomendações do Protocolo são: (1) a realização, pela Brigada Militar, de reunião preparatória para remoção, com ciência ao juiz do processo no qual foi determinada a reintegração de posse, para a qual sejam convidados representantes de moradores, oficial de justiça, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselho Tutelar, representantes do Poder Executivo e das partes envolvidas; (2) que os participantes da reunião preparatória sejam indicados como pessoas de referência a serem acionadas em qualquer circunstância relacionada ao procedimento de remoção; (3) que as pessoas que ocupam a área objeto da remoção sejam comunicadas, na reunião preparatória, do dia e da hora, a partir da qual a ordem será cumprida; (4) que o cumprimento da remoção não seja iniciado no período noturno; (5) que o cumprimento da remoção seja precedido de comunicação para comparecimento ao Conselho Tutelar, aos órgãos de assistência social municipal e aos serviços de saúde pública; (6) que todos os agentes públicos envolvidos na remoção estejam devidamente identificados pela instituição; (7) que estejam presentes policiais militares do sexo feminino no cumprimento da ordem de reintegração de posse para atendimento de ocupantes mulheres; (8) que sejam respeitadas a integridade física, psíquica e patrimonial dos desalojados (MP-RS, 2018).

Antes de completar um mês da reintegração de posse do prédio do governo na esquina das ruas General Câmara e Andrade Neves, ex-moradores junto com novas famílias integrantes do MLB ocuparam, na madrugada do dia 04 de julho de 2017, um prédio na rua Andradas, também no centro de Porto Alegre, desocupado há cerca de dois anos, onde antigamente existia o hotel Açores, dando início a Ocupação Lanceiros Negros Vivem. Além da luta por moradia, a Ocupação foi formada como símbolo de resistência frente ao descaso e à violência do poder público.

Figura 23 – Ocupação Lanceiros Negros Vivem



Fonte: arquivo pessoal.

Embora a Lanceiros Negros tenha criado um importante conflito urbano na cidade, abrindo novos canais de discussão, agitando a opinião pública, politizando o tratamento dado ao tema, sobretudo pelo poder judiciário e o poder público municipal, seu caso não fugiu das estatísticas. Um prédio privado em uma das principais ruas do centro, alvo de especulação imobiliária, era esperado que seria uma batalha difícil para manter a permanência das famílias no local. Ainda assim, apesar do desgaste com limpeza e recuperação do prédio, os ocupantes conseguiram firmar um acordo com o poder público, que até então se isentava da

responsabilidade para/com essas famílias. A mudança de postura já aconteceu na operação de reintegração de posse<sup>96</sup> que ocorreu no dia 23 agosto de 2017.

No episódio, as famílias da Lanceiros Negros Vivem foram temporariamente abrigadas no Centro Humanístico Vida<sup>97</sup>, na expectativa do aluguel social<sup>98</sup> junto ao DEMHAB. No entanto, como o desejo das famílias era receber esse valor unificado (quinhentos reais cada) para alugar um único imóvel, as dificuldades impostas estenderam o processo até o momento em que foram, pela terceira vez, despejadas do local<sup>99</sup> sob alegação de necessidade de reforma.

Apesar da Lanceiros Negros ter sua história encerrada, ela serviu para denunciar o problema social da moradia, pressionando diretamente o poder público, ao interpor mecanismos de constrangimento ao imperativo de configurar o espaço urbano segundo seu caráter especulativo, ao mesmo tempo que desenvolveu um processo de organização horizontal e

---

<sup>96</sup> A corporação da Brigada Militar convocou uma reunião de preparação da reintegração de posse com as partes interessadas, juntamente com advogados, representantes da Defensoria e Ministério Público, representante da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa e a juíza que determinou a reintegração de posse, para informar data, hora e a logística da operação. Uma reunião protocolar, sem negociação, apenas para organizar o que o poder público chamou de despejo “humanizado”. Como de costume, a operação começou a ser montada na noite anterior, com bloqueio das ruas de acesso, com previsão de início às sete horas. Quando completou a hora nos relógios, a movimentação acontecia algumas quadras de distância na praça Brigadeiro Sampaio. Um comitê de negociação, formado por representantes públicos, reuniu-se com a BM para conferir o cumprimento dos protocolos da operação. Cerca de uma hora depois, o grupo passou o cordão de isolamento e se dirigiu ao prédio, juntamente com o oficial de justiça e policiais responsáveis, para dialogar com as famílias e estabelecer um acordo. Após longas horas de negociação, entre idas e vindas, foi firmado um acordo com os ocupantes. O acordo definia o encaminhamento das famílias para o Centro Vida, a liberação imediata de aluguel social por seis meses para 24 famílias e, posteriormente, a destinação definitiva para um conjunto habitacional do programa MCMV. Depois de assinado o acordo, os ocupantes saíram em retirada com seus pertences sem incidentes de violência.

<sup>97</sup> Centro de acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade social gerido pela Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS, 2019), “um espaço de cidadania com ações de saúde, trabalho, lazer, educação, esporte e cultura”.

<sup>98</sup> O Aluguel Social é um recurso assistencial mensal destinado a atender, em caráter de urgência, famílias que se encontram sem moradia. É um subsídio concedido por seis meses. A família beneficiada recebe uma quantia equivalente ao custo de um aluguel popular (PORTO ALEGRE, 2019). O aluguel social é utilizado como paliativo para resolver demandas imediatas de populações em situação de vulnerabilidade (situação de rua ou risco de desabamentos, enchentes, incêndios, despejos, etc.). Além do valor do benefício (quinhentos reais) ser muito abaixo do necessário para alugar um imóvel em condições e localização adequadas, o pagamento é temporário e irregular, não inspirando confiança e segurança tanto ao inquilino quanto ao locatário.

<sup>99</sup> O movimento declarou possuir uma lista de 71 famílias cadastradas, porém, no acordo, somente foi liberado aluguel para 24. Assim, a alternativa do movimento para não excluir nenhum membro foi unificar os valores alugando um único imóvel capaz de abrigar todas as 71 famílias. Acontece que em todas as tratativas foi exigido fiador ou caução, requisitos que as famílias por si só não tinham condições de cumprir.

A maior parte das famílias que deixou o Centro Vida foi para casa de parentes ou amigos. As que não tinham outra alternativa foram encaminhadas para outras ocupações. Na saga pelo aluguel social, apenas cinco famílias conseguiram o benefício. Muitos foram levadas a desistir, ou por não conseguirem cumprir com as exigências dos locatários e arcar com o valor disponibilizado, ou porque os imóveis não tinham escritura, ou ficavam em zonas muito distantes e perigosas. Os bens das famílias que estavam no Centro Vida, bem como os bens que ficaram para trás na ocupação do prédio da Andrade Neves com General Câmara, foram entregues na Ocupação Mulheres Mirabal sob a justificativa da dificuldade de organizar individualmente. No primeiro despejo, as famílias tiveram pouco tempo para retirar seus pertences, especialmente móveis mais pesados, liberados somente seis meses depois. Os moradores alegam que alguns não foram devolvidos e boa parte veio danificada. Além disso, ao serem despejados em um pátio aberto, corriam risco de deteriorar com a ação das chuvas até que as famílias tivessem condições de buscar.

autônoma dos trabalhadores. O trágico fim da Lanceiros Negros mostrou que não são os prédios que estão abandonados, são as pessoas.

### 5.3 A DIALÉTICA VIVIDO E VIVER

A necessidade de moradia é uma das necessidades primordiais dos seres humanos. Todos precisam de um local para descansar, alimentar-se, fazer sua higiene e ter sua privacidade. Contudo, com seu valor de uso suprimido pelo valor de troca, ela se tornou uma mercadoria cara e rentável. Na lógica individualista, as pessoas passam a vida trabalhando para alcançar o sonho da casa própria, acreditando que é um mérito individual, ou, ainda, nas filas de espera dos programas habitacionais que, mesmo viabilizando moradia, trazem uma série de limitações como já abordado anteriormente.

Na experiência da ocupação, as pessoas passaram a reconhecer a moradia como direito e pelo seu valor de uso, além de compreender a sua situação não mais em nível individual e como algo intransponível, mas coletivamente dentro de um problema social maior da qual são vítimas. De acordo com Iasi (1999), a identidade com o outro produz um salto de qualidade capaz de gerar ação contra aquilo que lhes causa revolta, que consideram injusto. Foi nesse novo estágio que essas famílias se uniram, abandonando a antiga passividade, para ocupar e lutar.

Os sem-teto, quando fundaram a Lanceiros Negros buscavam conquistar um espaço para morar, livrando-se do peso de aluguel. Porém, na satisfação dessa necessidade, descobriram novas possibilidades de viver e habitar a cidade (ver ANEXO O, relato da ex-moradora Patrícia). A Lanceiros Negros, no centro de Porto Alegre, não só serviu de teto como trouxe inúmeros benefícios para seus moradores. A economia de aluguel, luz, água e transporte permitiram que essas famílias adquirissem coisas que antes não cabiam em seus orçamentos, como itens de alimentação, vestuário, higiene, material escolar, bens de utilidade doméstica etc.; permitiu que mães e pais pudessem trabalhar tendo onde deixar seus filhos, seja na creche da ocupação ou nas creches municipais, em maior número no centro; permitiu que as crianças brincassem nas calçadas e as famílias caminhassem em segurança por ruas costumeiramente patrulhadas pela polícia militar; permitiu usufruir espaços públicos mais limpos, iluminados e seguros; permitiu novas opções de emprego, com a facilidade de algum tipo de venda pela maior circulação de pessoas no centro; permitiu maior tempo de descanso e lazer habitando um espaço mais próximo de seus empregos; participar das atividades culturais que também acontecem em sua maioria no centro, como festivais, feiras, festas, teatro, cinema; permitiu

melhor cuidado da saúde com a facilidade de acesso a hospitais e postos de saúde; ou seja, uma variedade de possibilidades para uma vida digna no período que viveram na Lanceiros Negros.

Mesmo não conquistando a casa própria, os moradores da Lanceiros Negros adquiriram consciência de que só unidos e organizados podem mudar o rumo das suas vidas. Na experiência da ocupação, quando esses trabalhadores enxergaram a extensa mobilização do poder público para desmantelar sua organização, com sua história sendo contada pelo país afora nas páginas de inúmeros jornais, essas pessoas reconheceram a força que haviam acumulado, passando a crer em si mesmas como sujeitos históricos. Na vivência da ocupação, muitos sem-teto desenvolveram uma nova visão das relações sociais e políticas que estavam inseridos, passando a atuar de modo mais crítico e ativo no conjunto de sua vida.

Assim, foram os modos de ser e estar na cidade, a partir da experiência de morar, principalmente, na área central urbana que expressaram a dialética do vivido e viver. A referência que essas pessoas tinham do centro, até então, era de local de trabalho, dispendendo parte do seu tempo e orçamento em deslocamento até a região. Além disso, na lógica de habitação comunitária, os laços de solidariedade desenvolvidos extrapolaram a relação de cordialidade casual entre condôminos e vizinhos, fazendo da Lanceiros Negros o que seus moradores denominam uma grande família.

#### 5.4 SÍNTESE ANALÍTICA

Contrariando a regra geral de uma população conformada a habitar a periferia geográfica das metrópoles, os moradores da Lanceiros Negros romperam com a ambiguidade ao denunciar o caráter especulativo do espaço urbano, em que o direito à propriedade privada prevalece sobre o direito à moradia.

A ocupação, ao romper com a ambiguidade, derrubou um dos muros invisíveis que segregam as cidades. Ao ocupar um edifício na região central urbana, em um local de grande trânsito de pessoas por razões de consumo e de trabalho, a Lanceiros Negros rompeu o cotidiano alienado do ir e vir e evidenciou a contradição inerente ao direito à moradia que não se aplica de modo igual para todos.

Diferente das ocupações anteriores (Ocupa EA e Mulheres Mirabal), que tinham um respaldo maior da sociedade, a Lanceiros Negros, sofreu uma repressão intensa. O poder público atuou desde o início para desarticular as famílias, individualizando-as, criando e aprofundando cisões, como exemplo dos empecilhos colocados para a viabilização do aluguel social. Porém, na ruptura da ambiguidade, esses interesses ficavam claros, fazendo com que o

grupo, então consciente, não caísse nas armadilhas criadas nas negociações com o poder público<sup>100</sup>, mantendo-se unido e articulado do princípio ao fim. Foi justamente a unidade do movimento durante todo o processo que fez da Lanceiros Negros um marco no ciclo de lutas urbanas da capital gaúcha, que ainda repercute em várias outras esferas e movimentos.

Essa unidade foi possível pela organização estratégico crítica, de caráter libertador, pela qual todos eram sujeitos participantes. Ademais, a organização da luta com a organização da sobrevivência, fez com que a vida privada se aproximasse da vida política. Se no cotidiano ambíguo, as atividades humanas, o trabalho, a família, o lazer, a vida privada, a vida pública, tornam-se fragmentadas e desconexas, na sua ausência elas se tornam integradas e reconhecidas.

A dialética vivido e viver, na experiência de ocupar um prédio no centro, passou pelos novos modos de ser e estar na cidade e todas as possibilidades decorrentes para uma vida digna com mais acessos (saúde, transporte, educação, cultura etc.). Além disso, no processo de construir e viver essa organização, a experiência de uma vida comunitária despertou para novas possibilidades de vida associada entre as famílias. Tanto que, ao final da ocupação, com a conquista do aluguel social, as famílias desejaram seguir a vida juntas em um mesmo imóvel.

Os movimentos quando restritos a reivindicações imediatas e setoriais, desarticuladas de outras mobilizações, pautadas somente pelo atendimento urgente da demanda por novas moradias, que costuma se resumir no pleito pela construção de novas unidades em zonas periféricas, mantendo, muitas vezes, relação paternalista com poder público, correm o risco de se limitar a ações paliativas. Isto é, se os movimentos se limitam à conquista da moradia, geralmente atendida em zonas distantes e sem infraestrutura adequada, as pessoas retornam para suas vidas alienadas e individualizadas, voltando a enfrentar os problemas anteriores. A Lanceiros Negros, por sua vez, não acatou as propostas apresentadas pelo poder público, demonstrando que seus moradores transcenderam os problemas imediatos e engajaram-se na luta como um processo coletivo. Foi assim que a organização, orientada pela razão estratégico crítica, operou como um meio para uma práxis consciente e libertadora.

---

<sup>100</sup> Em esclarecimento sobre desocupação de prédio da Lanceiros Negros, o chefe da Casa Civil, Fábio Branco, aponta que “o governo ofereceu alternativas de habitação que foram recusadas, revelando exclusivo interesse ideológico e político” (ver apêndice B).

## CONCLUSÕES

Este estudo propôs analisar a organização de três movimentos de ocupação (Ocupa EA, Mulheres Mirabal e Lanceiros Negros) na dialética vivido e viver, a partir do conceito do Grupo de Pesquisa Organização e Práxis Libertadora (2014, p. 312), segundo o qual “organização é a expressão de processos e práticas orientadas pela razão estratégico-crítica para realizar a ação transformadora”. Para tanto, foi reconstituída, a partir de observações e vivências, a história dessas ocupações, junto com uma análise crítica da vida cotidiana nesses espaços, retomada a seguir.

A Ocupa EA, como já abordado, surgiu em decorrência da luta do movimento estudantil para tentar barrar as medidas do Governo Temer (PEC 55/2016 – PEC do Teto dos Gastos; Medida Provisória 746/2016 – Reforma do Ensino Médio; e Lei Ordinária 13415/2017 – Programa Escola Sem Partido), quando foram ocupadas mais de mil escolas e duzentas universidades do país. Essa ocupação, que durou 30 dias, foi uma organização temporária durante o período que antecedeu a votação da PEC 55/2016 no Senado. Embora sendo uma organização estratégico-crítica em que os fins e os meios eram conduzidos pelo princípio ético de defender a educação como necessidade humana fundamental, o movimento, como ‘momento’, alcançou sua temporalidade ao se encerrar e, com isso, foram retomadas as atividades administrativas e acadêmicas que haviam sido colocadas em suspenso.

A Mulheres Mirabal, fundada no dia 25 de novembro de 2016, Dia Internacional de Combate a Violência Contra Mulher, pelo movimento feminista Mulheres Olga Benário, com o objetivo de enfrentar esse problema e denunciar a ineficiência do poder público, continua atuante. Embora não exista mais como ocupação no endereço da Rua Duque de Caxias, após a reintegração da posse, mantém o trabalho de acolhimento em outro endereço e se encontra em vias de regularização com o propósito de se tornar um centro de referência.

Lanceiros Negros foi o nome dado ao movimento de famílias sem teto que ocupou, em sequência, dois prédios abandonados localizados no Centro de Porto Alegre. Primeiramente, um público, abandonado há doze anos. Após a reintegração de posse, houve uma segunda ocupação, desta vez de um prédio privado. Iniciada no dia 14 novembro de 2015, data que marcava 171 anos do Massacre de Porongos, a ocupação fez uma homenagem aos escravos negros mortos naquele combate. Ao longo de um ano e meio, a Lanceiros Negros viveu uma constante batalha judicial em que sucessivas ordens de reintegração de posse foram expedidas e suspensas. Finalmente, ao ser despejada da segunda ocupação, conseguiu firmar um acordo com o poder público que, no entanto, não cumprido até o momento de elaboração desta Tese.



Nesses três processos organizacionais houve a ruptura com a ambiguidade: os estudantes que se conscientizaram da importância do investimento em educação pública para a soberania de um povo; as mulheres da violência patriarcal; os sem teto da lógica urbana subordinada ao capital.

Na Ocupa EA, o rompimento da ambiguidade expôs a contradição de uma unidade de ensino na qual grande parte de seus participantes, não refletindo sobre a que(m) a universidade serve e o que a ameaça(va), legitimam uma educação bancária voltada à formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho, sem problematizar os condicionantes sociais, econômicos e políticos. A Mulheres Mirabal rompeu com a ambiguidade ao prestar um serviço que deveria ser realizado pelo poder público e tornou evidente a falta de investimentos em recursos necessários à proteção das mulheres vítimas de violência. A Lanceiros Negros rompeu com a ambiguidade ao evidenciar que o direito à propriedade privada prevalece sobre o direito à moradia, fazendo com que existam casas sem gente e gente sem casa.

A ambiguidade sustenta as aparências, ofusca as contradições, e reproduz uma estabilidade que garante a alienação. Nesse cotidiano ambíguo, a práxis tende à repetição e o vivido e o viver tendem a se distanciar, isto é, o vivido, sufocado pelo concebido e sem clareza de si, se afasta do viver. Na sua ruptura, o cotidiano se aproxima do vivido, e o vivido se aproxima do histórico e do viver, abrindo o campo das possibilidades de práxis criativa e ações transformadoras. São nesses ‘momentos’ de descontinuidade, nas experiências acumuladas no processo de participação e construção de organizações estratégico-críticas que as possibilidades florescem e enriquecem as vivências, que a dialética vivido e viver se expressa.

A experiência da Ocupa EA proporcionou aos estudantes viver práticas pedagógicas horizontais e dialógicas que evidenciaram as possibilidades de uma educação problematizadora e libertadora. A experiência na Mulheres Mirabal permitiu às acolhidas viver em um ambiente seguro e protegido, possibilitando vislumbrar uma vida diferente, longe do ciclo de violência ao qual estavam submetidas. Na Lanceiros Negros, a experiência de morar na área central urbana e de modo coletivo possibilitou novos modos de ser e estar na cidade, com mais acessos e oportunidades.

Essas experiências e possibilidades, desenvolvidas nos processos organizacionais das ocupações, incluem, também, momentos aparentemente triviais de convívio, nos quais as relações de solidariedade geralmente se desenvolvem. É pelo cotidiano compreendido e vivido como totalidade, especialmente com a associação da vida privada com a vida política, que as pessoas se reconhecem no conjunto das relações que estão inseridas. Enquanto no cotidiano ambíguo as atividades humanas, o trabalho, a família, o lazer, a vida privada, a vida pública,

são vividas de maneira fragmentada e desconexa, na vida cotidiana nas ocupações estudadas elas são vividas em um todo interligado.

Ademais, se a organização estratégico-crítica tem uma lógica que é não é a do meio-fim formal em sua referência ao sistema vigente individualizante, a reprodução da vida é fim e não meio. Assim, os elementos que deram significado às vivências individuais e coletivas (vivido) e orientação ao grupo (viver) foram justamente aqueles baseados em princípios éticos com referência à vida associada.

Nesse sentido, as três organizações combatiam todo tipo de opressão e discriminação (machismo, racismo, homofobia etc.). Na Ocupa EA, a discussão e problematização de temas vinculados às questões específicas dos membros do grupo, como raça, sexualidade e machismo, presente tanto na agenda de atividades da ocupação como nas regras de sociabilidade, educaram o grupo a conviver na diferença. Na Mulheres Mirabal e na Lanceiros Negros, esse processo tinha ainda mais peso, visto que a organização da luta se mesclava com a organização da sobrevivência. A experiência de viver coletivamente, com escassos recursos, além de educar a conviver com respeito às diferenças, desenvolveu o senso comunitário e a compreensão da habitação a partir do valor de uso. Nesses processos, os coletivos passaram a reconhecer a força acumulada, a se enxergar como sujeitos históricos, a ter uma percepção melhor contra quem e como agir, em quem se apoiar e a valorizar a unidade na luta. A unidade, como elemento fundamental da organização estratégico-crítica, foi construída, principalmente, pelos processos e práticas de participação horizontal e democrática, em que todos tinham voz ativa e as decisões eram definidas em consenso.

Na Ocupa EA e na Lanceiros Negros, as práticas de assembleia eram os principais instrumentos de participação. Por mais que existissem comissões e as tarefas fossem divididas, todos representavam o movimento em alguma frente. As assembleias, de realização frequente e periódica, eram o principal canal de diálogo e discussão do grupo para definir e redefinir as táticas e estratégias, os rumos do movimento e, sobretudo, ampliar o significado da luta. A Mulheres Mirabal, por sua vez, separava acolhidas e militantes. As assembleias, único momento que reunia o grupo completo, eram voltadas aos processos e rotinas de organização interna do espaço. Ainda assim, as acolhidas eram convidadas a participar das atividades da coordenação quando decidiam se engajar na luta.

Há importantes diferenças entre as ocupações: um movimento estudantil de protesto em um ambiente universitário; um movimento pelo direito à moradia no qual os participantes viviam o que reivindicavam; um movimento feminista que presta um serviço a mulheres que

necessitam proteção. Essas diferenças explicam as especificidades de cada processo organizacional.

A organização estratégico-crítica como meio para uma práxis libertadora envolve um projeto de transformação da realidade. Segundo Dussel (2000, p. 564), o desenvolvimento da vida não é um mero progresso quantitativo dentro do sistema vigente, ele exige o “dever de intervir criativamente no progresso qualitativo da história”.

A Ocupa EA, sem uma estratégia de continuar a luta após a aprovação da PEC do Teto do Gastos, ficou estagnada em um viver que se tornou vivido, no possível realizado, o que justifica seu caráter efêmero como ‘momento’. No entanto, é importante reconhecer que o movimento do qual essa ocupação fez parte, e do qual participaram docentes e técnicos (cada seguimento com suas especificidades), impactou as relações dentro da UFRGS e sua continuidade através de lutas que continuam a se travar, tanto em defesa da universidade pública quanto pela democratização interna dessa instituição. A Mulheres Mirabal e a Lanceiros Negros faziam parte da estratégia de movimentos mais amplos: Mulheres Olga Benário e Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas, respectivamente. Mesmo com o encerramento dessas ocupações, a luta perdura por outros meios e em outros espaços.

É nesse sentido que defendo a Tese de que **a práxis da libertação, mediada pela organização estratégica-crítico, também passa pela dialética vivido e viver, sendo a vida cotidiana a esfera em que esse movimento acontece.** A crítica da vida cotidiana, portanto, é o conhecimento que permite compreender os acontecimentos em seus encadeamentos e conexões. Ela é uma parte fundamental para analisar processos e práticas organizacionais orientados pela razão estratégico-crítica para realizar a ação transformadora.

A análise da vida cotidiana possibilitou reconhecer e apreender os processos e práticas organizacionais. Sendo o cotidiano “o espaço em que o movimento dialético avança ou se detém, em uma mistura imprevisível de opacidade e transparência, de clarividência e cegueira, de determinabilidade e transitoriedade” (LEFEBVRE, 2014, p. 305), a análise crítica da vida cotidiana permite apreender os processos concretos em suas coerências e, mesmo, contradições.

Por fim, o presente trabalho contribui para os Estudos Organizacionais ao evidenciar potencialidade de definições de sua categoria central – organização – que sejam coerentes com o que se busca conhecer. Além disso, ao aproximar o conceito de organização desenvolvido no Grupo de Pesquisa Organização e Práxis Libertadora e as proposições de Henri Lefebvre, se demonstra a importância de analisar processos e práticas organizacionais desde suas expressões concretas na vida cotidiana.

Esse estudo também se propôs a contribuir com a organização dessas lutas, refletindo sobre suas práticas e processos organizacionais. O conteúdo deste trabalho será compartilhado com os ativistas e coletivos através de uma roda de conversa a ser realizada no centro de referência Mulheres Mirabal, que sendo uma organização parceira do MLB, costuma ceder seu espaço para atividades de ambos movimentos e demais coletivos.

## REFERÊNCIAS

A VERDADE. Jornal. **Quem somos**. Disponível em: <<http://averdade.org.br/quem-somos/>> Acesso em: 10 mai. 2019.

ANDES/UFRGS. **InformANDES na UFRGS, nº 112, 29/12/2016**. Nota de repúdio contra as retaliações, perseguições e demissões levadas a cabo pela empresa Multiágil contra funcionárias terceirizadas que fizeram greve. Porto Alegre, 29 dez. 2016. Disponível em: <<https://andesufrgs.wordpress.com/2017/01/01/informandes-na-ufrgs-no-112-29122016/>> Acesso em: 10 mar. 2019.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?** São Paulo: Scortecci, 2012.

BRANDÃO. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 10, n. 1, jan./jun. 2007, p. 11-27.

BRASIL. **Emenda Constitucional 95**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm)> Acesso em: 10 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm)>. Acesso em: 10 mar. 2019.

BRASIL. **Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2016**. Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o "Programa Escola sem Partido". Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125666>> Acesso em: 10 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10257.htm)> Acesso em: 10 mai. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 10 mai. 2019.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. In: Coleção Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para Mulher, 2011.

BRASIL. **Lei nº 7.353, de 29 de agosto de 1985.** Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM. Brasília, DF: Presidência da República, 2019.

CANOFRE, Fernanda. **Ocupação Mirabal:** como funciona uma ocupação de mulheres para mulheres. Sul 21. Porto Alegre, 13 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/areazero/2017/01/ocupacao-mirabal-como-funciona-uma-ocupacao-de-mulheres-para-mulheres/>> Acesso em: 14 abr. 2019.

CARVALHO, A. P. C. O Memorial dos Lanceiros Negros: Disputas Simbólicas, Configurações de Identidades e Relações Interétnicas no Sul do Brasil. **Sociedade e Cultura**, v. 8, n. 2, p. 143-152, 2005.

CAO. Comitê de Apoio às Ocupações. **Sobre.** Disponível em: <[https://www.facebook.com/pg/comitedeapoioasocupas/about/?ref=page\\_internal.](https://www.facebook.com/pg/comitedeapoioasocupas/about/?ref=page_internal.)> Acesso em: 10 mar. 2019.

CORTI, Ana Paula de Oliveira; CORROCHANO, Maria Carla; SILVA, José Alves da. Ocupar e resistir: a insurreição dos estudantes paulistas. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 37, núm. 137, out/dez, 2016, pp. 1159-1176.

DESOCUPA EA UFRGS. **Atual situação da EA/UFRGS.** Disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=1112150865570999>> Acesso em: 10 mar. 2019.

DESOCUPA EA UFRGS. **O que encontramos na EA!** Disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=1113520958767323>> Acesso em: 10 mar. 2019.

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação:** na idade da globalização e da exclusão. Petrópolis: Vozes, 2000.

ECONOMIA PRÓ-GENTE. **Movimento Economia Pró-Gente.** Disponível em: <<https://www.facebook.com/economiaprogente/>> Acesso em: 10 mar. 2019.

ELY, Debora. **Estudantes ocupam Escola de Administração da UFRGS, em Porto Alegre.** Política. Notícia. Gaúcha ZH, Porto Alegre, 18 nov. 2016. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2016/11/estudantes-ocupam-escola-de-administracao-da-ufrgs-em-porto-alegre-8370351.html>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** São Paulo: Boitempo, 2019.

FALS-BORDA, Orlando. **Por la praxis**: El problema de cómo investigar la realidad para transformarla. Bogotá: Tercer Mundo, 1979.

FGTAS. Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social. Programas. **Centro Humanístico Vida**. Disponível em: <<https://www.fgtas.rs.gov.br/inicial>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

FLORES, Rafael. **Ocupar a legitimidade das regras**. Sul 21. Porto Alegre, 19 dez. 2019. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2016/12/ocupar-a-legitimidade-das-regras-por-rafael-kruter-flores/>> Acesso em: 20 dez. 2018.

FOGLIATTO, Debora. **Estudantes e movimento negro ocupam reitoria da UFRGS contra mudanças na política de cotas**. Sul 21. Porto Alegre, 22 set. 2016. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/areazero/2016/09/estudantes-e-movimento-negro-ocupam-reitoria-da-ufrgs-contra-mudancas-na-politica-de-cotas/>> Acesso em: 10 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. **Ocupação Mirabal aceita acordo e deve se mudar para prédio estadual**. Sul 21. Porto Alegre, 25 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2018/06/ocupacao-mirabal-aceita-acordo-e-deve-se-mudar-para-predio-estadual/>> Acesso em: 10 abr. 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Estatística e informações. Demografia e Indicadores Sociais. **Déficit Habitacional no Brasil 2015**. Belo Horizonte, 2018.

Disponível em: <<http://fjp.mg.gov.br/index.php/docman/direi-2018/871-6-serie-estatistica-e-informacoes-deficit-habitacional-no-brasil-2015291118/file>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

GOMES, Luis Eduardo. **Seis meses depois, governo entrega móveis e pertences para famílias da Lanceiros**. Sul 21. Porto Alegre, 21 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2017/12/seis-meses-depois-governo-entrega-moveis-e-pertences-para-familias-da-lanceiros/>> Acesso em: 10 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. **Estudantes celebram decisão de não reduzir vagas para cotistas e desocupam reitoria da UFRGS**. Sul 21. Porto Alegre, 30 set. 2016. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/areazero/2016/09/estudantes-celebram-decisao-de-nao-reduzir-vagas-para-cotistas-e-desocupam-reitoria-da-ufrgs/>> Acesso em: 10 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. **Integrantes da Mirabal ocupam escola cedida em negociação**: Prefeitura nega acordo e pede desocupação. Sul 21. Porto Alegre, 7 set. 2018. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2018/09/integrantes-da-mirabal-ocupam-escola-cedida-em-negociacao-prefeitura-nega-acordo-e-pede-desocupacao/>> Acesso em: 10 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. **Do medo da madrugada à emoção da vitória**: a ocupação Lanceiros Negros celebra permanência. Sul 21, Porto Alegre, 24 mai. 2016. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/em-destaque/2016/05/do-medo-da-madrugada-a-emocao-da-vitoria-a-ocupacao-lanceiros-negros-celebra-permanencia/>> Acesso em: 10 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. **Decisão judicial suspende reintegração de posse da ocupação Lanceiros Negros**. Sul 21, Porto Alegre, 24 mai. 2016. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2016/05/decisao-judicial-suspende-reintegracao-de-posse-da-ocupacao-lanceiros-negros/>> Acesso em: 10 mai. 2019.

noticias/geral/2016/05/decisao-judicial-suspende-reintegracao-de-posse-da-ocupacao-lanceiros-negros/> Acesso em: 10 mai. 2019.

GOMES, Luis Eduardo; CANOFRE, Fernanda. **Com salários parcelados e sem vales, funcionários de terceirizada da UFRGS pedem resposta da reitoria.** Sul 21. Porto Alegre, 22 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/em-destaque/2016/11/com-salarios-parcelados-e-sem-vales-funcionarios-de-terceirizada-da-ufrgs-pedem-resposta-da-reitoria/>> Acesso em: 10 jan. 2019.

GOULART, Cristiano. **Após 3 meses, famílias da Lanceiros Negros são obrigadas a deixar Centro Vida.** Sul 21, Porto Alegre, 6 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/cidades/2017/12/apos-3-meses-familias-da-lanceiros-negros-sao-obrigadas-deixar-centro-vida/>> Acesso em: 10 mai. 2019.

IASI, Mauro. **Processo de consciência.** São Paulo: CPV, 1999.

LANCEIROS NEGROS. **Ocupação.** Facebook. 2019. Disponível em: <<https://www.facebook.com/LanceirosNegrosRSMLEB/>> Acesso em: 10 mai. 2019.

LEFEVBRE, Henri. **Critique of daily life.** London: Verso, 2014.

\_\_\_\_\_. **A vida cotidiana no mundo moderno.** 3. ed. São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. **Marxismo.** Porto Alegre: LP&M, 2009.

\_\_\_\_\_. **Metafilosofia.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1967.

\_\_\_\_\_. **La presencia y la ausencia.** Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

\_\_\_\_\_. **Sociologia de Marx.** Rio de Janeiro – São Paulo: Forense, 1968.

\_\_\_\_\_. **Direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001a.

\_\_\_\_\_. **A cidade do capital.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001b.

\_\_\_\_\_. **Revolução urbana.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

LUKÁCS, György. **Ontologia do ser social II.** Campinas: Boitempo, 2013.

MALO, Marta. **Nociones comunes.** Experiencias y ensayos entre investigación y militancia. Madrid: Traficantes de Sueños. 2004

MACEDO, Carlos. Geral. **Estudantes fazem ato na UFRGS contra ocupações.** Gaúcha ZH. Porto Alegre, 16 nov. 2016. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2016/11/estudantes-fazem-ato-na-ufrgs-contra-ocupacoes-8342242.html>> Acesso em: 10 jan. 2019.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômicos filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2007.



\_\_\_\_\_. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARTINS, Cid. **Integrantes da Mirabal ocupam escola em negociação para atender vítimas de violência doméstica**. Gaúcha ZH, Porto Alegre, 7 set. 2018. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2018/09/integrantes-da-mirabal-ocupam-escola-em-negociacao-para-atender-vitimas-de-violencia-domestica-cjls0y4lv01gx01pxbqzn9crl.html>> Acesso em: 10 abr. 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MELLO, Claudio Ari. Direito à Moradia e Conciliação Judicial de Conflitos Coletivos Possessórios: a Experiência de Porto Alegre. **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, v. 09, n. 4, p. 2072-2098, 2017.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MP/RS. Ministério Público do Rio Grande do Sul. Notícias. **MP e instituições firmam protocolo para cumprimento de mandados de reintegração de posse em conflitos urbanos coletivos**. Disponível em: <<https://www.mprs.mp.br/noticias/urbanistico/48363/>> Acesso em: 10 mai. 2019.

MIDIA NINJA. **Ocupação Lanceiros Negros, em Porto Alegre (RS), resiste à reintegração de posse**. 24 nov. 2016 Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/midianinja/albums/72157676587041606>> Acesso em: 10 mai. 2019.

MISOCZKY, M. C. Das práticas não-gerenciais de organizar à organização como meio e aprendizagem para a práxis da libertação. In: MISOCZKY, M. C.; FLORES, R. K.; MORAES, J. (Org.). **Organização e práxis libertadora**. Porto Alegre: Dacasa, 2010. p. 13-56.

MISOCZKY, M. C.; FLORES, R. K.; BÖHM, S. A práxis da resistência e a hegemonia da organização. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 15, n. especial, p. 181-194, 2008.

MISOCZKY, M. C.; FLORES, R. K.; GOULART, S. Estudos organizacionais e movimentos sociais: o que sabemos? Para onde vamos? **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 1-14, set. 2008.

MOVIMENTO DE LUTA NOS BAIROS, VILAS E FAVELAS. Escola Nacional Eliana Silva. Cadernos de Formação Política. **As propostas do MLB para a reforma urbana**. [S.l.] 2019 Disponível em: <[https://docs.wixstatic.com/ugd/ab3c6b\\_aadf96cd4c2a40b39fc1490b2e81959c.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/ab3c6b_aadf96cd4c2a40b39fc1490b2e81959c.pdf)>. Acesso em: 01 jun. 2019.

MULLER, Barbara. **Levadas para ginásio sem estrutura, famílias da Lanceiros Negros terão de sair ainda hoje**. Gaúcha ZH. Porto Alegre, 15 jun. 2017. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2017/06/levadas-para-ginasio-sem-estrutura-familias-da-lanceiros-negros-terao-de-sair-ainda-hoje-9816957.html>> Acesso em: 10 mai. 2019.

OCUPA EA UFRGS. **Ocupa EA UFRGS.** Disponível em: <<https://www.facebook.com/ocupaea/>> Acesso em: 5 jan. 2019.

OCUPA IFCH UFRGS. **Ocupa IFCH UFRGS.** Disponível em: <<https://www.facebook.com/ocupaifch/>> Acesso em: 5 jan. 2019.

OLGA BENÁRIO (movimento de mulheres). **Cartilha n° 2.** Brasília, 2017.

OLIVEIRA, Clarice Misoczky. Empreendedorismo urbano e práticas de planejamento: a copa do mundo e os grandes projetos urbanos em Porto Alegre. **Dissertação** (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

O MAL EDUCADO – Luta e organização nas escolas. **Quem somos?** Disponível em: <<https://gremiolivre.wordpress.com/2015/10/21/como-ocupar-um-colegio-versao-online/>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

ORGANIZAÇÃO E PRÁXIS LIBERTADORA, G. P. Organização e práxis libertadora. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 286-367, jun. 2014.

PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONÁRIO. **Principal.** [S.l.] 2019. Disponível em: <<http://pcrbrasil.org/>> Acesso em: 10 mai. 2019.

PORTO ALEGRE (Prefeitura). **Casa de Apoio Viva Maria.** Saúde. Porto Alegre, 2019. Disponível em: <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/sms/default.php?p\\_secao=333](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/sms/default.php?p_secao=333)> Acesso em: 10 mai. 2019.

PORTO ALEGRE (Prefeitura). DEMHAB. **Aluguel Social.** Porto Alegre, 2019. Disponível em: <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/demhab/default.php?p\\_secao=116](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/demhab/default.php?p_secao=116)> Acesso em: 10 mai. 2019.

ROLNIK, Raquel et al. O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 17, n. 33, p.127-154, 2015.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares:** a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

RUBIM, Maia. **Seis meses depois, governo entrega móveis e pertences para famílias da Lanceiros.** Sul 21, Porto Alegre, 21 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2017/12/seis-meses-depois-governo-entrega-moveis-e-pertences-para-familias-da-lanceiros/>> Acesso em: 16 mai. 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004

SANCHES, Nanashara; SOARES, Paulo Roberto. Políticas de Habitação Popular no centro de Porto Alegre/RS: entre o Estado e a organização social. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. 2017. São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUR, 2017. v. 1. p. 1-15.

SANCHES, N. D.; SOARES, P. R. Os conflitos territoriais urbanos e a judicialização da política habitacional: reflexões a partir do despejo da ocupação lanceiros negros, em Porto Alegre. In: Seminário latino-americano de teoría y política sobre asentamientos populares. 2018. Buenos Aires, Argentina. **Anais...** Buenos Aires, Universidade Nacional de General Sarmiento, 2018.

SANCHES, N. D. **Qual lei será cumprida?** A ocupação lanceiros negros e o futuro das ocupações pelo direito à moradia. Boletim do Observatório das Metrôpoles, nº 490. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2017. Disponível em: <<http://observatoriodasmetrosoles.net.br/wp/qual-lei-sera-cumprida-ocupacao-lanceiros-negros-e-luta-pelo-direito-moradia/>> Acesso em: 16 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lições da Ocupação Lanceiros Negros:** desafios e superação pela habitação popular no centro de Porto Alegre. Artigos Semanais. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2016. Disponível em: <<http://observatoriodasmetrosoles.net.br/wp/licoes-da-ocupacao-lanceiros-negros-pela-habitacao-popular-em-porto-alegre/>> Acesso em: 16 mai. 2019.

SANTOS, Guilherme. **Mulheres ocupam prédio no centro de Porto Alegre por mais vagas em abrigo e assistência.** Sul 21. Porto Alegre, 25 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/cidades/2016/11/mulheres-ocupam-predio-no-centro-de-porto-alegre-por-mais-vagas-em-abrigo-e-assistencia/>> Acesso em: 14 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. **Brigada Militar dispersa com bombas manifestação que tentou chegar ao Palácio Piratini.** Sul 21. Porto Alegre, 13 dez. 2016. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/areazero/2016/12/brigada-militar-dispersa-com-bombas-manifestacao-que-tentou-chegar-ao-palacio-piratini/>> Acesso em: 16 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. **Com festa para crianças, moradores inauguram creche na Ocupação Lanceiros Negros.** Sul 21, Porto Alegre, 11 jun. 2016. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/areazero/2016/06/com-festa-para-criancas-moradores-inauguram-creche-na-ocupacao-lanceiros-negros/>> Acesso em: 30 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. **Por direito à moradia, 98 famílias ocupam prédio público abandonado no Centro da Capital.** Sul 21, Porto Alegre, 16 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/cidades/2015/11/por-direito-a-moradia-98-familias-ocupam-predio-publico-abandonado-no-centro-da-capital/>> Acesso em: 30 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lanceiros Negros:** Brigada faz operação de guerra para ‘garantir funcionamento habitual da cidade’. Sul 21, Porto Alegre, 15 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/areazero/2017/06/lanceiros-negros-brigada-faz-operacao-de-guerra-para-garantir-funcionamento-habitual-da-cidade/>> Acesso em: 30 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. **Em carta aberta, ocupantes do DEMHAB criticam falta de diálogo da Prefeitura.** Sul 21, Porto Alegre, 25 jul. 2016. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/cidades/2016/07/em-carta-aberta-ocupantes-do-demhab-criticam-falta-de-dialogo-da-prefeitura/>> Acesso em: 10 jul. 2019.

SILVEIRA, Jaqueline. **Movimentos de luta por moradia ocupam o DEMHAB em Porto Alegre.** Sul 21, Porto Alegre, 14 jul. 2016. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/cidades/2016/07/movimentos-de-luta-por-moradia-ocupam-o-demhab-em-porto-alegre/>> Acesso em: 10 jul. 2019.

UBES. **#UBESretrospectiva: 2016 foi Ocupar e Resistir!** São Paulo, 22 dez. 2016a. Disponível em: <http://ubes.org.br/2016/ubesretrospectiva-2016-foi-ocupar-e-resistir/>. Acesso em: 20 jan. 2017

UBES. **Retrospectiva: relembre as grandes vitórias da Primavera Secundarista.** São Paulo, 22 dez. 2016b. Disponível em: <http://ubes.org.br/2016/retrospectiva-relembre-as-grandes-vitorias-da-primavera-secundarista/>. Acesso em: 20 jan. 2017.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Filosofia da práxis.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VIECELI, Cristina. Economia e relações de gênero e raça: uma abordagem sobre o emprego doméstico no Brasil. **Dissertação** (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

VIOLÊNCIA E GÊNERO. **Mapa da violência 2019.** Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://mapadaviolenciadegenero.com.br/>>. Acesso em: dez. 2019.

WEISSHEIMER, Marco. **Não consigo imaginar movimento social mais importante hoje do que o de luta por moradia.** Sul 21, Porto Alegre, 24 jul. 2017. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/areazero/2017/07/nao-consigo-imaginar-movimento-social-mais-importante-hoje-do-que-o-de-luta-por-moradia/>> Acesso em: 25 jul. 2019.

## APÊNDICE A – SUSPENSÃO DA REINTEGRAÇÃO DE POSSE DA OCUPAÇÃO LANCEIROS NEGROS

Agendado para ocorrer no dia 24 de maio de 2017, a operação coordenada pela Brigada Militar começou a ser montada ainda na noite anterior, com bloqueio das duas ruas de acesso ao prédio: Andrade Neves e General Câmara. No entanto, mesmo com o forte aparato, que envolvia dezenas de homens do Batalhão de Choque, nenhuma ação foi tomada durante a madrugada, uma vez que a notificação judicial ainda não tinha sido apresentada aos moradores. A expectativa, porém, era de que bastava algumas horas para o despejo.

A vida cotidiana seguia seu pulso, quando um sindicalista de um dos prédios próximos, apoiador da Lanceiros Negros, ouviu falar em um sebo próximo dali que as forças policiais foram lá ao meio-dia para avisá-los sobre uma operação de reintegração que ocorreria naquela noite, e que o acesso a todas as ruas nas proximidades seria fechado depois do horário útil. Ele correu até a Lanceiros para avisar aos líderes que rapidamente espalharam a notícia através de redes sociais, chamando apoiadores para se juntar em um momento de resistência. Alguns chegaram antes do início da ação policial, mas a partir das oito horas da noite ninguém mais podia entrar no edifício e se alguém saísse não poderia retornar. A força policial bloqueava todo o tráfego na rua, tanto para carros quanto para pessoas, pressionando por meio do megafone. Dois trabalhadores da ocupação não puderam alcançar suas famílias, sendo obrigados a ficar do lado de fora, atrás de uma barricada (MISOCZKY e ABDALA, 2016).

Enquanto não se concretizava, um grupo de apoiadores compostos por vizinhos, estudantes, jornalistas, advogados, políticos, militantes de outros movimentos sociais e demais simpatizantes da causa, barrados de entrar no prédio, fizeram uma vigília nas proximidades. Atrás do cordão de isolamento, o grupo portava faixas, megafone e entoava uma série de cânticos, tais como: *“que vergonha, que vergonha deve ser, ter que bater em trabalhador para ter o que comer”*; *“aqui tem um bando de louco, louco por moradia, quem acha que isso é pouco, nunca teve uma noite fria”*; *“recua polícia, recua, é o poder popular que está na rua; “pisa ligeiro, pisa ligeiro, quem não pode com a formiga não atíça o formigueiro”*; *“o povo unido jamais será vencido”*, *“aqui está o povo sem medo, sem medo de lutar”*; em defesa dos moradores da Lanceiros Negros.

Quando a BM se preparava para entrar no prédio, perto das sete horas da manhã, o plantão do Tribunal de Justiça emitiu uma liminar suspendendo imediatamente a operação, baseado no risco eminente de conflito social. Isso porque advogados do movimento trabalhavam em tempo real para suspender a liminar, construindo a peça com imagens e vídeos atualizados do local. Assim que a notícia se espalhou, na rua e nas sacadas da Ocupação, houve uma catarse coletiva. Moradores e apoiadores que passaram a madrugada ao relento sem dormir, com termômetros marcando menos de dez graus, se abraçavam, cantavam e festejavam

a inesperada vitória, enquanto a BM se retirava do local. No megafone um manifestante grita: “*essa liminar está na lata do lixo da história*”.

Figura 24 – Noite de vigília pré- reintegração de posse



Fonte: Mídia Ninja (2016).

Enquanto comemoravam em estado de euforia, moradores e trabalhadores do centro, que iniciavam mais um dia comum na rotina mecânica e previsível de suas vidas, eram levados a questionar aquele extraordinário: uma comemoração em horário improvável por um motivo que, talvez para si, seja algo dado e, por isso, nunca questionado, o ter onde morar.

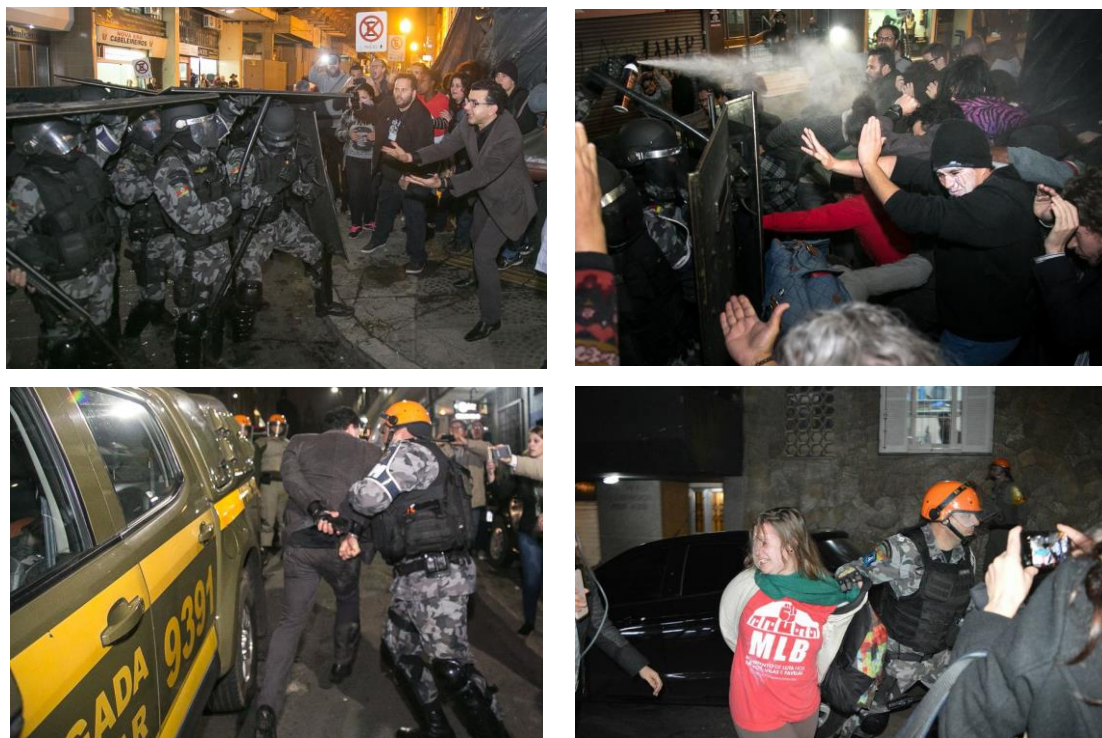
## **APÊNDICE B – REINTEGRAÇÃO DE POSSE DA OCUPAÇÃO LANCEIROS NEGROS**

A posição intransigente do Estado colocou fim à Ocupação Lanceiros Negros no dia 14 de junho de 2017. Dois dias após a decisão que autorizava o cumprimento da reintegração de posse que, por sua vez, aprovava o uso de força policial e recomendava a execução em horário fora de expediente para evitar a perturbação do trânsito do centro, ocorreu o despejo das 70 famílias que moravam no local. No entanto, tal preocupação acabou sendo esbarrada na própria operação da BM que transformou a área em uma trincheira de guerra. Além disso, a rapidez entre a expedição do mandado e a execução da ação, bem como a ocorrência à noite e véspera de feriado, foram articuladas de forma que não houvesse tempo hábil para uma ampla mobilização de apoio.

Às 19 horas de um dia frio, final de outono no sul do Brasil, momento em que acontecia, na Assembleia Legislativa, uma Audiência Pública para discutir a questão habitacional do município, convocada pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos com a presença de representantes da Lanceiros Negros; deu-se início a operação. Eram mais de cem policiais fortemente armados, com o apoio do Grupo de Ações Táticas Especiais (GATE), fazendo o uso de *spray* de pimenta, balas de borracha, bombas de efeito moral, além de um helicóptero sobrevoando a área.

Assim que foram informados, todos os presentes na Audiência prontamente se dirigiram ao local. Ao chegarem no local, o prédio que já estava fechado pelos moradores, era cercado pela tropa de choque da BM. Enquanto os manifestantes tentavam um diálogo, a polícia respondia com exagerada violência, resultando, inclusive, em prisões arbitrárias. Um deputado estadual pelo RS do Partido dos Trabalhadores, na atribuição de presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, foi um dos presos. Este e outros manifestantes foram levados em camburões sem quaisquer informações sobre o local para o qual estavam sendo transportados. Uma das advogadas do movimento aguardava os presos na delegacia. Contudo, como a intenção era causar medo, os presos ficaram circulando pela cidade sem sair do veículo enquanto desenrolava o despejo. Acredita-se que, não fosse a repercussão da prisão de um deputado, a ação poderia ter consequências mais graves.

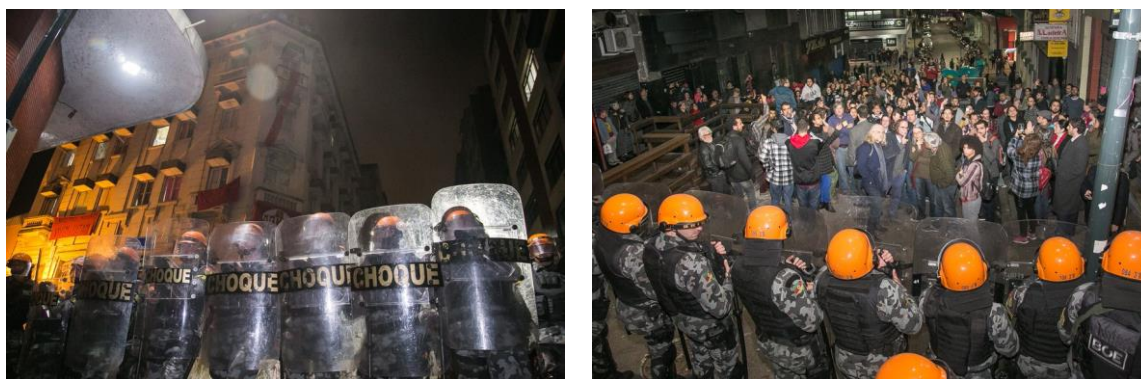
Figura 25 – Reintegração de posse Lanceiros Negros 1



Fonte: Santos (2017).

Após a retirada violenta dos manifestantes que cercavam o prédio, a polícia formou um cordão de isolamento e passou a se organizar para entrar no prédio. Os moradores, desavisados da operação, trancaram as aberturas com barricadas. A polícia, por sua vez, arrombou a porta com uma corrente amarrada a uma caminhonete, lançando bombas de gás lacrimogênio para o interior. Dali em diante, os policiais começaram a ingressar no prédio.

Figura 26 – Reintegração de Posse Lanceiros Negros 2



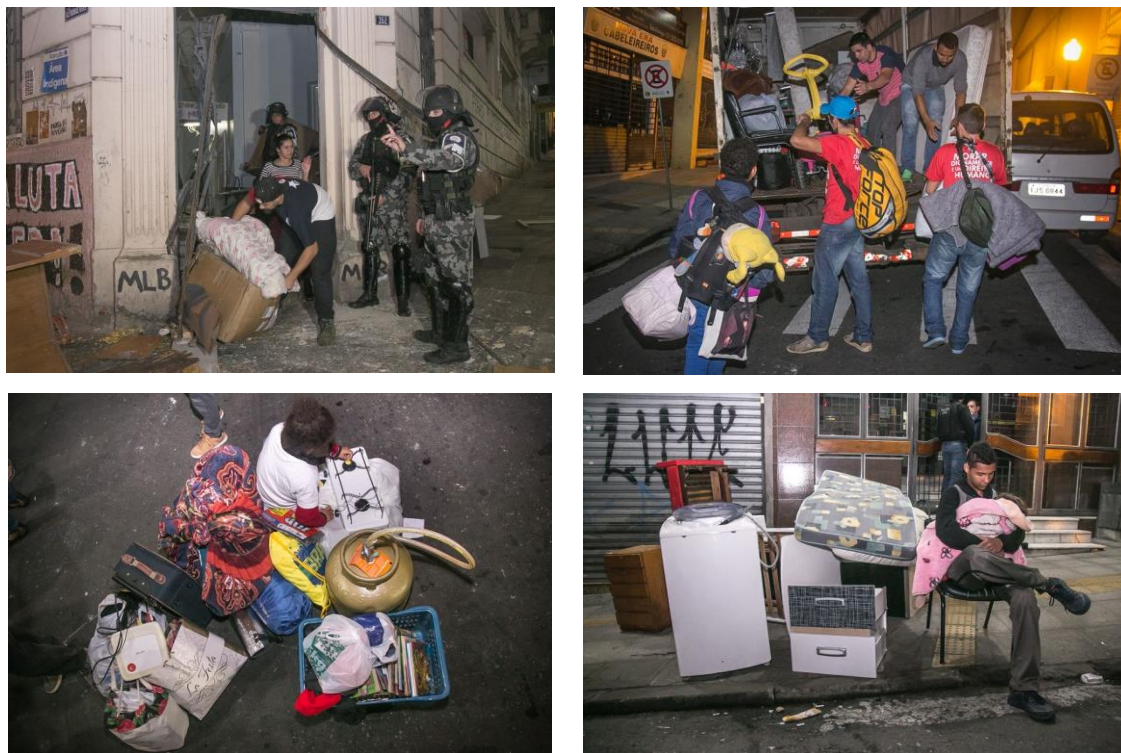




Fonte: Santos (2017).

Toda essa operação assistida, do lado de fora, pelos apoiadores, no qual me incluo, também era transmitida ao vivo do interior do prédio na página do *facebook* da Lanceiros Negros, gravada por um dos moradores. Ao entrar no prédio, o primeiro policial a avistar os moradores avisou: “*acabou*” e, logo em seguida, o oficial de justiça passou as orientações sobre como deveriam proceder a desocupação, questionando se as famílias teriam para onde ir. Sendo negado, as mesmas foram informadas que seriam direcionadas para o Centro Humanístico Vida, um centro de acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade social gerido pelo Governo do estado do RS. De maneira pacífica, os moradores deram início a ordem de organizar seus pertences para retirada. Na ausência do oficial de justiça, os ocupantes relataram abusos praticados pela polícia com manifestações provocadoras e desrespeitosas, especialmente debochando da simplicidade dos bens dos ocupantes. Um dos indígenas relatou, ainda, que os materiais que usava para confeccionar artesanato foram pisoteados pelos oficiais em serviço. Outro morador disse ter seus livros confiscados pelo “conteúdo ideológico”. As crianças ficaram em uma peça isolada para evitar maiores traumas. Entretanto, quem estava supervisionando-as contou que a polícia não se preocupou em esconder suas armas, causando medo e espanto. Caminhões do lado de fora aguardavam para fazer o transporte dos bens das famílias despejadas para o Centro Vida. Na calçada se viam geladeiras, fogões, armários etc. esperando para serem carregados.

Figura 27 – Reintegração de Posse Lanceiros Negros 3



Fonte: Santos (2017).

Ao chegar no local disponibilizado, para surpresa do grupo, os administradores do Centro não haviam sido informados sobre o encaminhamento das famílias. Sem estrutura para abrigá-los, só tinham autorização para permanecer por 24 horas, juntamente com seus pertences. Longe de caracterizar um abrigo ou casa de passagem, o Centro Humanístico Vida consistia em uma espécie de galpão sem cozinha, quartos e banheiros privativos com condição de banho. Com fome e cansados, os moradores não tinham onde se deitar e nem como se alimentar. Apoiadores, então, foram acionados para levar comida ou auxiliar no transporte para outros locais. Foi assim que a maioria dos ocupantes foi transferida para a Ocupação Mulheres Mirabal, onde receberam uma acolhida digna, mesmo que provisória, visto que esse espaço, além de ser destinado a mulheres em situação de vulnerabilidade, também estava sob risco de reintegração de posse.

No despejo da Lanceiros Negros várias violações foram cometidas, tornando público o despreparo da Brigada Militar para lidar com tais situações. A BM, responsável por executar esse tipo de operação, segue o mesmo padrão de conduta para conter rebeliões em presídios. A diferença é que dentre os moradores havia deficientes, idosos, crianças, bebês, mulheres e grávidas, que deveriam ter sido conduzidas com zelo, por policiais do mesmo sexo e representantes do Conselho Tutelar. Algumas das crianças, deslocadas para o Centro Vida sem

o consentimento dos pais ou responsáveis, somente foram identificadas durante a madrugada. Não houve, portanto, o cumprimento mínimo de um protocolo. Não lhes foram garantidos os direitos fundamentais constitucionais tanto antes, quando necessitavam de moradia, como no momento da reintegração. Além disso, o horário e a época do ano, tanto pelo frio como pelo calendário escolar, revelavam a total desconsideração com suas vidas. Somado a isso, a desproporcional força utilizada contra famílias, com policiais sem identificação, com parte dos rostos cobertos, portando capacete, colete a prova de bala e escudo, demonstrava o caráter violento e repressor do Estado, tratando as ocupações como caso de polícia ao invés de política pública. Ao patrimônio público e ao ordenado fluxo do trânsito foi conferida importância e preocupação maiores que às demandas fundamentais de dezenas de pessoas.

Infelizmente são raros os despejos que ocorrem sem violência policial e que prevejam o destino dos ocupantes. Além disso, quanto mais organizada e combativa é a população que ocupa, mais força judicial e policial é empregada para dismantelar aquilo que pode servir de exemplo para milhares de pessoas que não tem acesso ao direito à moradia e à cidade. Se tamanha brutalidade aconteceu em pleno centro da cidade, na presença de inúmeras pessoas, entre elas autoridades e imprensa, o cenário na periferia, em locais isolados sem nenhuma testemunha, é ainda mais trágico.

Apesar de tudo, a reintegração de posse da Lanceiros Negros cravou um significativo marco no ciclo de lutas urbanas da capital gaúcha. Desse episódio foi criado um Protocolo interinstitucional para cumprimento dos mandados de reintegração de posse em conflitos urbanos coletivos, determinando que os despejos sejam feitos respeitando princípios de dignidade e direitos humanos<sup>101</sup>.

O caso teve grande repercussão na imprensa. Jornais diversos noticiaram o episódio por tamanha violência. Mesmo assim o poder público não foi capaz de fazer uma autocrítica em

---

<sup>101</sup> O protocolo foi gestado no âmbito do Comitê Interinstitucional Sobre Conflitos Fundiários Urbanos Coletivos, em reuniões mensais que ocorreram desde a reintegração da Ocupação Lanceiros Negros em agosto de 2017, com a participação de representantes do judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da PGE e de órgãos dos poderes executivo municipal e estadual. As recomendações do Protocolo são: (1) a realização, pela Brigada Militar, de reunião preparatória para remoção, com ciência ao juiz do processo no qual foi determinada a reintegração de posse, para a qual sejam convidados representantes de moradores, oficial de justiça, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselho Tutelar, representantes do Poder Executivo e das partes envolvidas; (2) que os participantes da reunião preparatória sejam indicados como pessoas de referência a serem acionadas em qualquer circunstância relacionada ao procedimento de remoção; (3) que as pessoas que ocupam a área objeto da remoção sejam comunicadas, na reunião preparatória, do dia e da hora, a partir da qual a ordem será cumprida; (4) que o cumprimento da remoção não seja iniciado no período noturno; (5) que o cumprimento da remoção seja precedido de comunicação para comparecimento ao Conselho Tutelar, aos órgãos de assistência social municipal e aos serviços de saúde pública; (6) que todos os agentes públicos envolvidos na remoção estejam devidamente identificados pela instituição; (7) que estejam presentes policiais militares do sexo feminino no cumprimento da ordem de reintegração de posse para atendimento de ocupantes mulheres; (8) que sejam respeitadas a integridade física, psíquica e patrimonial dos desalojados (MP-RS, 2018).

relação à atuação da Brigada Militar. Em nota oficial, assinada pelo chefe da Casa Civil e divulgada mais de 24 horas depois da operação, a BM anunciava ter cumprido “com correção” a decisão judicial de despejo das famílias (ver anexo). Além da repercussão midiática, no dia seguinte, milhares pessoas prestaram algum tipo de solidariedade que resultou em uma enxurrada de doações na Ocupação Mulheres Mirabal, onde se encontravam a maioria dos Lanceiros Negros. Também foi realizada uma grande reunião, na sede do Sindicato dos Municípios de Porto Alegre (SIMPA), que uniu mais de cem pessoas entre: moradores da Lanceiros Negros, advogados, jornalistas, políticos, estudantes, professores, representantes de sindicatos, movimentos sociais e demais apoiadores para discutir o fato e propor encaminhamentos conjuntos. Dentre estes, foram realizadas uma caminhada em protestos até o Palácio Piratini, uma Reunião Ampliada na Assembleia Legislativa, um jantar beneficente com roda de conversa e a elaboração de documentos e cartas denúncia para órgãos internacionais.

*Esclarecimento sobre desocupação de prédio público no Centro de Porto Alegre*

*O chefe da Casa Civil, Fábio Branco, esclarece sobre o episódio de desocupação do prédio do governo do Estado, no Centro de Porto Alegre.*

*1 – Foi feito intenso esforço pelo diálogo, durante dois anos, e nenhum acordo foi aceito.*

*2 – A prática de ocupações e invasões ilegais e a depredação de bens públicos são inaceitáveis.*

*3 – O governo ofereceu alternativas de habitação que foram recusadas, revelando exclusivo interesse ideológico e político.*

*4 – A decisão foi judicial, cumprida com correção pela Brigada Militar e acompanhada por autoridades do Judiciário, inclusive pelo oficial de justiça Iuri da Fontoura Vieira, que a tudo acompanhou.*

*5 – Lastimamos os acontecimentos gerados por quem tem o dever de cumprir e respeitar a lei, de não obstruir o cumprimento de decisões judiciais, e que, a pretexto de defender causas sociais, age para angariar dividendos políticos e midiáticos.*

*6 – Não vivemos mais tempos de ditadura. Ao contrário, vivemos tempos em que a justiça precisa valer para todos, indistintamente. Não cabe mais a um deputado incitar o descumprimento da lei. Os deputados têm na Assembleia Legislativa, e nas ações que lá desenvolvem, o palco para suas defesas e manifestações. Não é papel deles incitar e reagir à ordem judicial com violência.*

*Casa Civil do Estado do Rio Grande do Sul*

**ANEXO A – MOÇÃO APOIO CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

**CONSUN**  
Conselho Universitário

**MOÇÃO**

O Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, reunido em 4 de novembro de 2016, vem manifestar-se em relação a importantes assuntos da pauta política nacional que atingem diretamente a Educação Brasileira, especialmente a educação pública.

O Conselho Universitário entende que são legítimas as iniciativas do movimento estudantil e solidariza-se a sua luta em defesa da educação pública em repúdio à PEC nº 55/2016, à Escola Sem Partido e à reforma do Ensino Médio propostas pelo Governo Federal em medida provisória.

Porto Alegre, 4 de novembro de 2016.

**RUI VICENTE OPPERMANN,**  
Presidente do Conselho Universitário.

## ANEXO B – O QUE SOBROU PARA O POPULISMO ?

23 DE NOVENBRU DE 2016

**ARTIGO**

## O QUE SOBROU PARA O POPULISMO?

ANTONIO DOMINGOS PADULA

Professor titular na Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)



**N**os anos de 2005 e 2006, tive a ilusão de que finalmente o Brasil estava se organizando e caminhando rumo à prosperidade. O Plano Real se consolidava. A Lei de Responsabilidade Fiscal já mostrava seus efeitos. A privatização dos bancos estaduais passou a limitar a capacidade dos Estados de se endividarem. Mas ficou um “resto” sem ser privatizado: Petrobras, Banco do Brasil, Caixa Econômica, Eletrobras e alguns bancos estaduais. O primeiro governo Lula seguia à risca os preceitos da boa administração. O segundo governo Lula já não fez o mesmo. Vem o primeiro governo Dilma Rousseff e práticas populistas substituem o zelo pelas leis mais básicas do funcionamento do sistema econômico: equilíbrio na origem e aplicação dos recursos públicos.

O processo de impeachment revelou para a população o que realmente estava sustentando as iniciativas populistas: uso do “resto” que sobrou da privatização (Petrobras, Banco do Brasil, BNDES...) como meio de burlar os processos legislativos para o financiamento das ações governamentais, tornando totalmente opacas à população as transações entre governo e agentes econômicos por ele controlados. Passado o impeachment, o novo governo toma iniciativas para trazer de volta racionalidade à administração pública e evitar o retorno da inflação. Entre elas, está a PEC 55, que estabelece limites aos gastos públicos e moraliza o Orçamento da União, que tem sido uma peça de ficção. Com a PEC 55, finalmente nossos governantes e congressistas terão de identificar e priorizar os anseios da sociedade (educação, saúde, segurança, infraestrutura...) e explicitar essas prioridades no Orçamento da União. Assim como foi a Lei de Responsabilidade Fiscal, a PEC 55 poderá ser um grande avanço na administração pública.

Como em todas as medidas anteriores de organização da sociedade brasileira (Plano Real e Lei de Responsabilidade Fiscal), a esquerda populista se apresenta como opositora ferrenha aos avanços institucionais. Nas eleições de 2016, a população reagiu e varreu a esquerda populista do poder municipal. O que sobrou então para os populistas? Parece que o “resto do resto” que sobrou para as manobras populistas está nas minorias estudantis manipuladas em colégios e universidades federais. Essa minoria de estudantes não aceita as regras e os resultados do jogo democrático e invade de forma truculenta os espaços públicos escolares. Os jovens serão os maiores beneficiários dos ganhos que a PEC 55 trará para a sociedade brasileira.

## ANEXO C – RÉPLICAS AO TEXTO “O QUE SOBROU PARA O POPULISMO?”

### **Axé à primavera estudantil**

Uma das dificuldades atuais que o analista político enfrenta quando tenta compreender o plano pulsante da vida política nacional, i.e., aquele em que a política é realmente política e não comportamento mumificado, é a necessidade de se debruçar sobre o ativismo do jovem contemporâneo. Esta não é uma tarefa fácil, é verdade, pois mesmo aqueles que diuturnamente lidam com jovens nos ambientes universitários, dão mostras cabais de sua ignorância quando explicam a dinâmica e o processo da participação política e do ativismo juvenil sob uma perspectiva claramente reducionista, em que a dicotomia minoria-maioria é o quadro analítico mais elaborado que conseguem alcançar.

O entendimento da complexa relação entre juventude e política que leve o analista à compreensão do ativismo juvenil de nossos dias, seja este virtual ou não, requer, antes e acima de tudo, um afastamento do julgamento apressado, a adoção de sistematicidade e o abandono de certos conceitos, sob pena de ser atropelado pelos fatos em razão de não poder suplantare a dissonância cognitiva que a realidade lhe causa. Isso exige, em primeiro lugar, que a política deixe de ser vista de maneira exclusivamente formal-institucional (polity), isto é, como ordem jurídica do sistema político e estrutura institucional do sistema político-administrativo. Em segundo lugar, deve ultrapassar a dimensão material da política (policy), atinente aos conteúdos materiais e técnicos das decisões políticas. Por fim, o analista necessita assumir a política (politics) como forma e conteúdo inerentes ao processo da vida pública coletiva, via de regra carregado de conflitos, finalidades e sentidos múltiplos e diversos.

Ter em conta tais distinções ajuda a anemizar, por exemplo, o desconforto agonizante que acomete aquele que, exposto às novas formas de sociabilidade e ações políticas que os jovens brasileiros estão agora a construir, fica preso a asneiras explicativas. O presente está a nos dizer o que outrora foi dito: o próprio educador precisa ser educado, pois é mais fácil menosprezar o que provoca a ignorância do que se submeter a um processo de reeducação política por jovens. Necessitamos de outra qualidade de ignorância: a docta ignorantia ou ignorância consciente. Ela nos permitirá admitir as limitações de nossas ideias e conceitos e nos auxiliará no processo de sua revisão radical. Como diria Gonzaguinha, “eu acredito é na rapaziada”, que se nega a ser resto e “constrói a manhã desejada”.

---

### **Ética: modo de usar...**

Todo mundo sente falta de ética, mas pouca gente saber explicar o que é isto que falta! Quando se pergunta “o que é ética?”, as respostas expressam a posição pessoal sobre “certo” e “errado”, “bom” e “mau”. Isso é intuitivo! Todos temos alguma noção das regras e interdições sociais, ainda que nem todos as pratiquemos. Mas, que tal pensar a ética justamente como o contrário de toda posição pessoal? Aquilo que me faz o mesmo que os outros, não o diferente. E se ética definir a supressão de todas as diferenças a ponto de fazer de todos nós farinha do mesmo saco? Pense: o que você tem a ver com o “grande líder” ou com o “político ladrão”? Com o “terrorista” ou a “Madre Teresa de Calcutá”? Eis, o tipo de questão incômoda que a reflexão ética impõe. Mas, isso é contraintuitivo, afinal eu me penso como “pessoa de bem”! Na filosofia, uma das conclusões mais desconcertantes nesse sentido veio de Hannah Arendt. Ao descrever o carrasco nazista Adolf Eichmann, ela diz que os psiquiatras certificaram que ele era uma pessoa normal, e que seu comportamento familiar era não apenas normal, mas exemplar. Que espanto! Porém, observem como as práticas de Eichmann são similares às daquelas de quem renega seus diferentes. O desejo de eliminar todo o estranho e desconfortável como sendo apenas um “resto”!

O que a ética evidencia é uma ideia simples: eliminar de nossas vidas tudo que parecer estranho é igual a eliminar a nós mesmos! Não é intuitivo? Pensar isso pode ser insuportável porque nos vemos forçados a admitir uma parte de nós que não queremos ver. Mas, negar este mal-estar não o evita. Nos condomínios, estamos tranquilos, os vizinhos são iguais e um muro nos protege. Até que um risco apareça no carro, haja música alta, vizinho sem camisa etc. Quando minha vida é perturbada, ela se torna um inferno: a causa vem sempre dos outros! Daí o impulso é estreitar os condomínios, comprar carros blindados, ter porte de armas, subir os muros... mas, nada disso vai resolver. Desiluda-se! O teu problema é o mesmo de todos os outros e ficar indiferente é aprofundar o problema de todos. Portanto, se algum dia alguém perguntar a você “o que é ética?”, pense naquilo que te torna igual aos outros...



## **ANEXO D – MOÇÃO APOIO PROFESSORES ESCOLA DA ADMINISTRAÇÃO MOÇÃO DE APOIO**

Nós, professoras e professores do Departamento de Ciências Administrativas abaixo assinados, expressamos publicamente nosso integral apoio às mobilizações promovidas pelas(os) estudantes da UFRGS.

Ao lado das alunas e dos alunos, que promovem manifestações legítimas e pacíficas em todo o país, afirmamos a importância histórica deste movimento nacional de resistência que reúne escolas, institutos federais e universidades em defesa da educação e de outros direitos dos cidadãos brasileiros.

Como eles, rechaçamos o autoritarismo de um governo cuja política consiste em suprimir direitos conquistados após duras lutas por redemocratização e que ficaram materializados na Constituição de 1988, mas que, infelizmente, agora estão em vias de serem retirados de maneira rápida, sorrateira e sem qualquer debate direto com a sociedade brasileira que possa lhe consagrar a legitimidade mínima necessária para a implementação de suas medidas. Somos convictos que a supressão de tais conquistas afetará, sobretudo, brasileiros e brasileiras mais vulneráveis, novamente relegando-os à eterna condição de subcidadania. Essas medidas corruptíveis de direitos, e de eficácia questionável, são as seguintes:

- PEC 55 (antiga PEC 241), por congelar por 20 anos investimentos públicos, afetando serviços essenciais à população; por inviabilizar reajustes salariais, criação de novos cargos, reestruturação de carreiras e realização de concursos.
- MP 746, por promover uma reforma do Ensino Médio sem diálogo com a sociedade, restringindo a oferta de disciplinas essenciais, como Artes, Educação Física, Sociologia, Filosofia e Língua Espanhola, e por possibilitar que detentores de “notório saber” lecionem no ensino profissionalizante.
- PL 193, ou "Projeto Escola sem Partido", por coibir a liberdade de expressão, fundamental à construção do pensamento crítico e plural.

Entendemos ainda que as ocupações tem um caráter essencial de resistência às medidas governamentais que atentam contra o futuro da ciência e tecnologia no Brasil, como a extinção do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, o rebaixamento de agências financiadoras de pesquisa, como o CNPq e FINEP, e o desmonte da Capes. Essas medidas foram veementemente repudiadas pela comunidade científica nacional e pelo CONSUN da UFRGS.

Como professores de Administração, não podemos admitir que a Administração Pública e, especificamente, o orçamento público, seja tratado com tamanha superficialidade e leviandade. Assim, reivindicamos:

- que essas iniciativas sejam retiradas das pautas do Congresso Nacional, a fim de que se evitem os graves prejuízos que trazem aos direitos sociais, principalmente à educação pública, gratuita e de qualidade.
- que seja realizada a auditoria cidadã da dívida pública, a fim de encontrar caminhos alternativos aos problemas ora enfrentados.

Nesse momento, que deve ser de intenso diálogo, manifestamos à Reitoria da UFRGS, à Direção da Escola de Administração e toda sua comunidade, nosso repúdio a qualquer tipo de reação contra as manifestações que possam colocar em risco a integridade física de todos envolvidos e em especial dos estudantes.

## **ANEXO E – COMUNICADO PROFESSORES DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO**

Porto Alegre, 21 de novembro de 2016.

### **COMUNICADO**

Os professores abaixo identificados, em número de 35 de um total de 76 professores que constituem o quadro docente da Escola de Administração da UFRGS (EA), afirmam seu respeito àqueles que se manifestam, entretanto expressam sua inconformidade com a ocupação da EA porque:

- A ocupação não representa o que a maioria dos estudantes da EA deseja, conforme mostram as pesquisas eletrônicas realizadas em semanas anteriores.
- O direito de uma grande maioria de alunos e professores está cerceado por esta atitude arbitrária e sem respaldo da vontade da maioria da comunidade da EA.
- Os objetivos da causa da ocupação, quaisquer que sejam, não podem ser usados para cercear a liberdade do ir e vir, a liberdade ao trabalho, a liberdade de acesso, a liberdade do exercício da docência e a liberdade dos alunos ao exercício de suas atividades acadêmicas.
- Os meios de diálogo estão abertos e jamais a radicalização é o melhor caminho para tratar de quaisquer temas.

Diante dos argumentos acima, a comunidade acadêmica representada pelos signatários abaixo ao mesmo tempo que reafirma seu respeito ao contraditório, solicita a imediata desocupação da Escola de Administração, para que fóruns mais adequados para o diálogo sejam estabelecidos e para que a nossa rotina volte à normalidade, sem o prejuízo das atividades letivas e a conclusão do semestre letivo imposta de forma autoritária. A ocupação fere os Direitos e Garantias Fundamentais dos cidadãos, expressos pelos DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS estabelecidos na CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

## **ANEXO F – COMUNICADO DA DIREÇÃO DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO**

Caros colegas professores, técnicos administrativos e alunos da Escola de Administração

Envio este e-mail com o simples propósito de informá-los, de forma resumida, sobre os últimos dos acontecimentos em torno da Ocupação da Escola de Administração

- Conforme informado anteriormente, tomei conhecimento da Ocupação da EA em 18/11 pela manhã. Eu e o professor Guilherme Kirch (representando o DCA) conversamos com dois representantes do movimento com o intuito de negociar para que a unidade pudesse manter suas atividades. Eles disseram que se reuniriam na sexta a noite e dariam um retorno para o nosso apelo;
- Em 18/11 uma comissão representando as unidades e a reitoria, se reuniu com representantes do movimento de ocupação para negociar, considerando a liminar que exigia a desocupação dos prédios da UFRGS;
- Em 20/11, não tendo recebido retorno do grupo de Ocupação da EA, encaminhei e-mail (ver abaixo), pedindo um retorno e propondo um encontro para que pudéssemos avançar nas negociações no sentido de ocupação parcial e posterior desocupação;
- Em 20/11 foi publicado no site da UFRGS o resultado da reunião ocorrida em 18/11, onde consta que as negociações continuariam;
- O movimento de ocupação tem permitido o acesso de servidores e alunos, através de solicitações via e-mail ou presenciais, para casos considerados prementes e pontuais. Tais acessos, entretanto, tem causado certos constrangimentos, a medida que o grupo de ocupação tem solicitado que os professores, servidores e alunos, que acessam o prédio, assinem documentos que os mantenham legalmente protegido;
- Em 22/11, o grupo de Ocupação da EA respondeu, justificando a demora e manifestando interesse em se organizar para conversarmos;
- Em 22/11, conversei com o Magnífico Reitor para relatar sobre a situação em que nossa unidade se encontra, as preocupações que isso acarreta, e saber sobre o posicionamento da reitoria. Relato que contaremos com o apoio da reitoria na negociação, assim como vem ocorrendo em outras unidades.
- Próximos passos:

· 23/11 – haverá uma reunião de diretores com a Administração Central da UFRGS, quando trataremos da ocupação e da resposta a ser dada pela reitoria à Liminar que solicita a reintegração de posse;

Essas são as atualizações.

Espero que todos os integrantes da comunidade da Escola de Administração mantenham a calma e o diálogo nas relações.

## ANEXO G – CARTA DA PS JÚNIOR À OCUPA EA

Olá,

venho aqui representar outros 41 alunos que fazem parte da PS Júnior. Somos uma instituição sem fins lucrativos que possui um CNPJ a parte da Escola de Administração.

Compreendemos a luta por um país mais justo e de fato, lutamos todos os dias por um Brasil mais ético, mais competitivo, mais colaborativo e empreendedor. Com universidades melhores, empresas melhores e pessoas melhores.

Temos 4 projetos rodando no momento para clientes que nos pagam para realizá-los. Todos esses projetos necessitam do CEPA (sala de telemarketing da EA) para a realização de ligações de entrevista de Público-Alvo (um número inviável de ser feito por telefone celular, por exemplo - também tentamos comprar no skype, mas a nossa empresa não possui um cartão de crédito internacional e seria muito perigoso deixar uma conta no skype para ser creditada de um cartão de crédito de um dos nossos membros - Quem vai querer isso? É do direito deles pagarmos as despesas de nossos projetos, ninguém aqui ganha salário). Além disso, estamos realizando todas as atividades que realizamos em grupo (como Reunião Geral, Reunião de Gerentes, Reunião de Projetos, Trainee) em salão de prédios onde nossos membros moram, mas cada semana gastaremos em torno de 50 reais com aluguel de salão por dia no caso de nossas dependências não serem liberadas (trabalhamos de segunda-sexta).

Somos uma empresa sem fins lucrativos, com um orçamento fechado no início do semestre e sem muita margem para mudanças (além disso, estamos passando por um período complicado, com muito menos projetos pagos do que gostaríamos e isso tem tornado ainda mais inviável esse custo!)

Sei que vocês acabaram liberando para a Pós, por exemplo. Não existe a possibilidade de utilizarmos nossa sala para trabalhar, assim como demais dependências da EA, sem, de forma alguma, atrapalhar a manifestação de vocês???

Novamente, somos uma empresa sem fins lucrativos com UM CNPJ, completamente diferente da EA e, infelizmente, estamos sendo impedidos de trabalhar em nossas acomodações, o que tem atrasado o andamento de nossos projetos e prejudicado nossa sustentabilidade financeira.

Basicamente, temos metas a bater, membros a capacitar através da execução e da vivência da cultura de uma empresa. Práticas que estão sendo atrapalhadas. Fazendo nossa experiência ser menos rica e nossa luta por pessoas melhores menos disseminada. Conversamos com alguns profissionais do direito, que inclusive alegaram que não podemos ser impedidos de trabalhar no local, devido a questão de sermos uma empresa (CNPJ).

Acreditem, queremos o mesmo que vocês, um país melhor, mas de formas diferentes. Por isso, aguardo um retorno quanto a abertura da Escola ou espero, com toda sinceridade, um convite para uma reunião de discussão. Caso isso não aconteça, vamos procurar entender que outras providências podemos tomar, pois a situação está nos prejudicando muito.

A questão discutida aqui não é a PEC, ou aulas ou qualquer outra coisa. Mas, realmente, as atividades da nossa empresa e o quanto isso pode prejudicar os nossos clientes, trazer problemas para as nossas vendas e prejudicar as experiências de nossos membros (que não recebem salário). Apoiamos qualquer tipo de manifestação, mas queremos entrar na nossa sala e permanecer lá o tempo que quisermos.

Atenciosamente,

PS Júnior

## ANEXO H – OCUPAR A LEGITIMIDADE DAS REGRAS

Publicado em 19 dezembro de 2016, por Rafael Kruter Flores

Não é simples a sensação de, sendo docente e pesquisador de uma Universidade prestigiada, observar a práxis dos estudantes e com ela aprender. Essa é a situação em que me encontro hoje: sendo professor adjunto da Escola de Administração da UFRGS, ocupada desde o início de novembro, vi os estudantes virarem autoridade. Quem lhes outorgou essa posição? Eles mesmos.

Como reagir a essa sequência implacável de interrupções na rotina, na necessidade de cumprir prazos e metas e na busca pela segurança do cotidiano organizado? O que fazer no tempo do dia, onde trabalhar? Bem, foram muitas e diferentes as formas de reação, como era de se esperar. Enquanto uns colegas adotavam um tipo de *modus esperneandi*; outros, nos quais me incluo, entravam em greve – uma greve claramente chamada em solidariedade aos estudantes que já ocupavam dezenas de prédios na Universidade, centenas no País inteiro. Os professores estavam seguindo a liderança do movimento estudantil, e não me restava outra coisa a fazer que observar, acompanhar, apoiar e aprender com essa liderança. O motivo era muito simples, na aparência: a PEC 55.

Mas a reflexão que faço aqui é sobre o que iremos enfrentar pela frente, enquanto comunidade acadêmica. Sendo a Universidade um reflexo da sociedade, é natural que as polarizações lá também ocorram, tanto as falsas quanto as reais.

As críticas às ocupações usualmente afirmam que se trata de uma afronta ao direito individual de ir e vir, uma ameaça à liberdade do outro, um gesto de um pequeno grupo em relação a um espaço que é público, e que prejudica uma maioria. Enfim, os questionamentos se dirigem à legitimidade das ocupações. Seus críticos – não os da extrema direita que condenam as ocupações porque sim; mas aqueles que assumem que é legítimo algum grau de contestação à agenda em curso, sem no entanto mover um fio de cabelo para lutar – questionam justamente o fato de que são poucos, numericamente, os ocupantes. Bem, até aí podemos concordar. Sim, se trata de tudo isso. Mas descendo um pouco mais na profundidade do tema, e levando em consideração que a motivação primordial das ocupações foi a PEC 55, podemos então perceber que há ali um questionamento relacionado justamente à legitimidade. Mas outra legitimidade. O cartaz exposto na fachada da Faculdade de Arquitetura ocupada é explícito: ocupar é legítimo, a PEC 55 não!

Afinal, quem confere legitimidade a uma ação social?



Aqui podemos pensar com o sociólogo alemão Max Weber: a dominação racional-legal, característica da sociedade moderna ocidental, é fundamentada em uma crença na legitimidade da regra estatuída. Sua tese principal sobre a sociedade moderna é que tais sociedades são organizadas mediante a sujeição individual a uma determinada regra social de conduta, sujeição essa que encontra sentidos subjetivamente construídos para as ações, e que, por sua vez, tem seus efeitos planejados a partir dos sentidos esperados de sua ação nas ações dos outros. Isso, para Weber, é operado pela burocracia, uma forma de organização que é também o *modus operandi* da dominação racional-legal. Quem domina? Bem, essa não é uma pergunta que pode ser feita para a construção weberiana. Então, de que forma ela nos ajuda?

Queremos entender as condutas em situações inesperadas como o rompimento dos fluxos cotidianos de uma vida em sociedade no capitalismo burocrático. Ora, quando algo ou alguém trava o fluxo da burocracia, trava também os sentidos subjetivos construídos nas ações individuais e coletivas. Na lógica da dominação, os dominados não podem encontrar solução para os problemas do fluxo de suas vidas naquilo que vem de cima, já que lá está localizada a fonte da legitimidade que lhes permite construir sentidos para suas ações: a ordem estatuída. O problema precisa vir de baixo, o que casa muito bem com a situação das ocupações nas Universidades: o problema vem daqueles que são considerados abaixo na hierarquia, os estudantes.

A dominação é vertical, de cima para baixo. Ela é operada justamente pela impossibilidade dos sujeitos de olharem para cima. A não ser com olhar de sujeição.

O problema aqui colocado é o inverso. Os estudantes, nas ocupações, questionam justamente a legitimidade da ordem estatuída, das regras colocadas. E já não nos importa mais se é a PEC 55, a reforma da previdência ou o golpe. Importa é um conjunto de medidas e fatores que anunciam e apressam a barbárie. A dificuldade está em querer enxergar, poder enxergar e aceitar o fato. Mas isso não é um assunto que poderemos desenvolver aqui, pois envolve ideologias, distorções de fatos, o papel da imprensa corporativa etc. A pergunta é: de que maneira o novo regramento institucional, muito bem simbolizado no novo slogan do Governo Federal, ordem e progresso, com toda a carga regressiva que contraditoriamente carrega, se manifesta no cotidiano da vida de uma comunidade universitária, de uma organização específica, de um agrupamento? Bem, me parece que temos aqui um caso muito claro.

Quem é que vai sentir e viver de fato as consequências da PEC 55, da reforma da previdência, da lei da mordaza e de todas as medidas em curso? Nós, professores bem instalados em nossos gabinetes, com uma carreira estruturada e um padrão salarial que nos coloca pelo menos entre os 20% de cima na pirâmide (alguns em vias de se aposentar)? Ou os estudantes

em formação, alguns ainda sem graduação e experiência de trabalho, que vão herdar uma nação politicamente analfabeta, uma economia reprimarizada rastejante, a selvageria de um mercado de trabalho sem regras, uma cultura apodrecida pela assepsia colonizadora, uma sociedade violenta em todas as suas manifestações e, principalmente, o desprezo à crítica, à ciência e à tecnologia? Ora, quem vai ficar para ver a barbárie?

É por isso que pouco importam os processos da burocracia e o cotidiano de uma sociedade fundamentada na legitimidade de ordens ilegítimas: não importa mais o prazo do artigo, pouco importa a matrícula do semestre, a banca que precisa ser realizada, pouco importa o cotidiano do presente, se o cotidiano do futuro desenhado pelos programas de governo é apavorante. É dever da Universidade e seus professores enfrentar o monstro com e para os estudantes; ou, ao menos, reconhecer que essa é uma luta que lhes diz respeito e que eles precisam lutar com os meios que possuem. Se o único meio que lhes resta é ocupar a Universidade por um ou dois meses, que o façam! Essa é a legitimidade que puderam construir, já que a ordem estatuída é ilegítima. Mas que não sejam responsabilizados, afinal, aqueles que estão de braços cruzados assistindo a barbárie chegar de cima, assumirão sua responsabilidade por isso?

## **ANEXO I – COMUNICADO DA DIREÇÃO DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO**

Prezados(as) Colegas:

Acredito que todos já tenham tomado conhecimento de que a Escola de Administração foi ocupada por um grupo de seus estudantes e de que não há acesso às dependências da Escola por pessoas não ligadas a esse movimento.

A profa. Marisa e eu, representando a Direção e o Departamento, respectivamente, tivemos a oportunidade de conversar com representantes do movimento que está ocupando as dependências da Escola de Administração. Os principais pontos dessa conversa podem ser assim resumidos:

- Os estudantes apresentaram os motivos pelos quais estão ocupando a EA e impedindo o acesso de outras pessoas.
- A profa. Marisa manifestou a sua preocupação com a preservação do patrimônio público e questionou os estudantes sobre providências tomadas nesse sentido. Os estudantes disseram que tem compromisso com a preservação do patrimônio e que o controle de acesso ao prédio tem, entre outras, essa finalidade.
- Continuando, a prof. Marisa apresentou uma alternativa ao modelo de ocupação escolhido pelos estudantes. Nesse modelo alternativo a comunidade da Escola teria acesso livre ao prédio e seriam retomadas todas as atividades, garantindo-se um espaço para que o movimento possa manter suas manifestações. Foi sugerida também a liberação de uma ou mais salas de aula para uso dos estudantes, de forma a garantir a segurança do movimento e sua acomodação.
- Em seguida, manifestei minha preocupação com a legitimidade da ocupação (não do movimento ou suas causas, para ficar claro) sem direito de acesso aos demais membros da comunidade da Escola, uma vez que a mesma não está amparada em uma maioria.
- Por fim, os estudantes nos informaram que manterão a ocupação pelo menos até amanhã (sábado) e que na noite de hoje se reunirão em assembleia para decidir os próximos passos do movimento. Eles nos garantiram que as nossas colocações/proposições serão levadas para essa assembleia.

Cabe esclarecer também que os diretores se reuniram com o reitor e vice-reitora no dia 14/11 passado, a fim de identificar as unidades ocupadas e as não ocupadas e eleger uma comissão de diretores para dialogar com os ocupantes. Hoje essas comissões, representando as ocupações e os diretores, estiveram em reunião no campus do Vale, a fim de tratar da questão de ocupação e reintegração de posse. Até o presente momento não obtivemos retorno sobre os resultados dessa reunião.

Atenciosamente,

---

Guilherme Kirch, Dr.

## **ANEXO J – UNIVERSIDADE PARA QUE(M)?**

Texto produzido para a Aula pública Universidade para que(m)? – apresentado na Escola de Administração

As universidades, como instituições, antecedem o Estado ocidental moderno. Surgiram na Idade Média, sob ordens religiosas e também seculares. Por aí já se intui que seu conservadorismo é congênito. Entretanto, como também é possível intuir, este conservadorismo é posto em cheque, com alguma frequência. Isto porque, criada e mantida para atender aos interesses da elite, a universidade constitui o espaço perigoso da produção de conhecimento, da circulação de ideias e da convivência entre diferentes concepções de mundo. Então, congênita mesmo é a contradição e não poderia ser diferente na realidade social. A própria criação da Universidade no Brasil espelha o que estou dizendo. Diferentemente de vários países latino-americanos de colonização espanhola, que criaram universidades já no início do século XVI a implantação do ensino superior no Brasil somente ocorreu no século XIX!. Ao final do período colonial, a América espanhola contava com 32 universidades. Uma das explicações para a expansão de universidades naquele período foi a necessidade de promover grandes transformações na região, uma vez que lá o império espanhol foi confrontado, desde sua chegada, com civilizações complexas. As universidades ajudaram a fortalecer a longa batalha cultural para desmontar aquela vigorosa estrutura social, econômica e cultural. No Brasil, a situação foi diferente, apesar de estar sob o mesmo princípio de dominação cultural. Os colonizadores portugueses optaram por manter a centralidade da metrópole, proibindo a criação de universidades na colônia, enviando os nativos para estudar na Universidade de Coimbra. O primeiro curso superior (não Universidade ainda), foi criado no País em 1808 - a Faculdade de Medicina na Bahia. <sup>2</sup> A primeira universidade criada mesmo foi uma universidade fake: a Universidade do Brasil, criada em 1920 para dar um título de doutor Honoris causa ao rei da Bélgica... A USP, criada em 1934, nasceu pela pretensão de membros da elite política, agrícola e industrial do estado derrotado na revolução de 32, para formar uma “nova elite que assumisse a liderança do País, superando o atraso e levando São Paulo de volta ao lugar que merecia como o estado líder da Federação”. Com a criação da Universidade de Brasília, no início da década de 60, a história começa a tomar outro rumo... Diferentemente da criação da USP, vinculada ao projeto da elite paulista, a criação da UnB ocorreu no âmbito do projeto nacional-popular emergente nas décadas de 1950 e início da de 1960, vinculando-se ao que Darcy Ribeiro chamava de uma “contextualização ativa”, ou seja, referenciação social. Sabemos todos o que foi feito da UnB, com seguidas invasões (estas sim – invasões – porque de pessoas totalmente

alheias aos interesses universitários). A primeira, somente 9 dias após o golpe civil militar, quando o reitor da UnB era ainda Anísio Teixeira – 14 ônibus de militares, mais 3 ambulâncias... A segunda, em 1965, em decorrência de demissão e greve de professores. Em seguida, 223 dos 305 professores, pediram exoneração da UnB. A mais violenta invasão aconteceu em 1968, quando das manifestações pela morte do estudante Edson Luiz, no restaurante Calabouço no RJ. Em Brasília, 500 estudantes foram cercados numa quadra de basquete. Este episódio pode ser visto no documentário Barra 68, disponível no youtube. Estes episódios ilustram o que pode ocorrer no âmbito destas instituições e podem nos ajudar a refletir tanto a natureza como as possibilidades da Universidade e pensar sobre prá que e a quem elas servem. Por paradoxal que possa parecer, os conservadores desprezam a história, tomam a Universidade como espaço monolítico; o espaço onde se desenvolve um aparato institucional que forma os quadros profissionais necessários ao mercado de trabalho e produz conhecimento para o desenvolvimento, preferencialmente focado no crescimento econômico. 3 Por isso, o vocabulário que usam para qualificar o que faz a Universidade e o que fazem na universidade está sempre carregado de termos e expressões “neutras” ou que consideram unânimes: Excelência, prestação de serviços, parcerias, internacionalização. Qualquer perguntinha como: excelência em quê? Prestação de serviços a quem? Parcerias com quem? Internacionalização em que sentido? desestabiliza o coro dos contentes. E por quê? Porque ignoram que a universidade não é uma instância direta de legitimação do poder dominante. Ela é, de fato, um campo de lutas pela hegemonia de projetos de conservação ou de transformação das relações sociais. Ou seja, a luta de classes é travada também no interior das universidades. É claro também que as lutas travadas na universidade pública são atravessadas pelo poder do Estado e, mais especificamente, por compromissos de governo. Assim foi que vimos, na última década, a universidade pública espelhar a ideia de consenso de classes defendida nos governos Lula e Dilma. Por isso, ao lado de grandes e importantes conquistas, como a ampliação do acesso ao ensino superior público, mediante a criação de novas universidades e institutos federais, de políticas de ação afirmativa, vimos também a ampliação significativa das possibilidades mercantis neste setor. De um crescimento de quase 100% no número de jovens matriculados no ensino superior entre os anos 2002 a 2014, apenas 24% estão na universidade pública. Ao mesmo tempo, se ampliaram os recursos destinados às instituições privadas, mediante PROUNI, FIES, PRONATEC. 87% das instituições de ensino superior são privados. E grandes players da educação superior mercantil internacional atuam com voracidade no País. As universidades públicas vêm sendo atacadas por mecanismos de financiamento cada vez mais flexíveis, seja mediante contratos de gestão, quando o Estado repassa recursos a partir do

cumprimento de determinadas métricas, seja mediante a abertura explícita ao mercado, como agora pode ocorrer com o Novo Marco de CT&I. 4 Desse modo, um dos pilares centrais da Universidade moderna – a autonomia – fica restrita à sua capacidade de autofinanciamento, buscado predominantemente em empresas privadas, oferta de cursos pagos, hipervalorização de credenciamentos que valorizem a “marca” de determinadas universidades e cursos. E é por aí que os termos assépticos como Excelência, prestação de serviços, parcerias, internacionalização passam a fazer parte do cotidiano dessas instituições. E passam também a orientar os destinos da Universidade. Tratados pelos próceres como absolutamente inquestionáveis, estes termos justificam e, para alguns, até diminuem a importância ou o impacto de ações como as previstas na PEC 55. Para estes, a escassez de recursos públicos, abre a larga avenida para o seu deus: o mercado. A mim me parece, inclusive pelas manifestações que temos vistos aqui bem perto de nós, que alguns de nossos colegas, incluindo estudantes e técnicos administrativos, este arrocho pode até estimular a busca de recursos, parcerias, credenciamentos que “agreguem valor” à marca! O que não contribui para isto é tratado por alguns, como por um certo Antonio, como “o resto dos restos”. Como a dialética nos ajuda a compreender: são conservadores deslumbrados com a inovação! São conservadores que desprezam a história e inovadores que desconhecem a potência humana para a transformação. Também é dialeticamente que podemos pensar a que e a quem serve a universidade a partir, então, da ideia ampla de autonomia. Pois a autonomia como princípio constitucional que atravessa a universidade, em todas as suas instâncias, não é a autonomia individual de docentes, de grupos, ou de laboratórios, ou de áreas específicas que, por meio de uma mistificação de seu significado, estabelecem a competitividade como motor de suas ações; as disputas por recursos como o espaço de confrontação das instituições e os variados rankings como critérios de eficiência. 5 A autonomia universitária, ela mesma alvo de disputa, vincula-se, no campo progressista, à ideia de independência e liberdade para a produção de conhecimento, visando evitar influências e interferências endógenas e exógenas de qualquer natureza, sejam elas de origem particular, partidárias ou que visem interesses alheios ao seu papel social, científico e acadêmico. A autonomia universitária é, então, um instrumento que permite à universidade desempenhar de forma livre e plena suas atividades essenciais – o ensino, a pesquisa e a extensão. São condições para que ela se realize: a democracia interna da universidade e a previsão integral de recursos para seu funcionamento, recursos estes que devem advir do Estado, responsável por prover educação superior e pesquisa científica. Desse modo, a autonomia não exime a universidade de seu compromisso social. É, então, a meu ver, contrária ao isolacionismo, à competitividade. É sim solidária, para dentro e para fora: preserva e

estimula diversidades, para criar o novo nas diferenças, em nome da possibilidade de realizar o projeto corajoso de se por a serviço da construção de um mundo melhor para todos. Articulando ao preceito constitucional, podemos dizer que, no exercício pleno da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, a universidade deve estar incondicionalmente a serviço do interesse público. A luta pela autonomia universitária significa: se contrapor à dominação da universidade pelos poderes político e econômico; à dominação da universidade pelos interesses de grupos econômicos e políticos hegemônicos; à lógica produtivista que concebe a escola, o ensino e o saber como mercadorias. Não pode, então, ser confundida com vaidade acadêmica, com arrogância de ilhas de excelência – que, como sugere a imagem, isola a Universidade da sociedade. A autonomia pode e deve se misturar com a coragem – de se insurgir contra interesses de grupos econômicos e políticos; contra a lógica produtivista que quer transformar as funções sociais da Universidade em mercadorias na prateleira do supermercado da chamada “sociedade do conhecimento”. Por isso, defendo que sempre que pensarmos em autonomia precisamos nos lembrar que ela está dialeticamente ligada a outras questões. Autonomia para quê? Para quem? Para a nossa vaidade acadêmica de 5., 3., 1. melhor ou maior instituição na esfera que mais nos beneficia? Para melhorar a performance de nosso Lattes? Ou para, livre e criativamente, pensarmos os problemas de nosso País, de nossa cidade e até de nossos campi, incluindo os seus entornos, se isto for uma preocupação genuína, relevante para as pessoas que por ali circulam, passam parte de suas vidas? É desse modo que vejo a necessidade e a urgência de pensarmos a autonomia como prática política, que afirme e faça avançar a referência social que a Universidade Pública precisa ter. O momento emblemático que vivemos hoje, aqui e agora na Escola de Administração, ilumina não só o nosso futuro mas também o nosso passado, de 20 anos de história construída sob a hegemonia de interesses individuais, elitizantes. Este momento choca e desestabiliza pelo inesperado da força política do conjunto de estudantes que aqui chegando, não se desconectaram de sua realidade social, não se eximiram de pensar sobre ela e hoje nos propiciam as melhores experiências de aprendizagem que, penso eu, a maioria de nós, professores, pudemos ter aqui nesta Escola. Sei que nada será como antes, amanhã.



## **ANEXO L – CARTA ABERTA DA OCUPA EA À DIREÇÃO DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO - UFRGS**

Dado a boa vontade demonstrada pela Direção da Escola de Administração para com as demandas e necessidades estudantis demonstradas nos atos de inconformismo que culminaram com a ocupação da Escola de Administração, vimos por meio deste elencar questões que se demonstram urgentes e absolutamente necessárias para o bom andamento desta instituição. Todas as questões redigidas neste documento são frutos de intensos debates ocorridos no movimento de ocupação desta Escola e demonstram consenso formado dentre aqueles que participam do movimento e deliberaram em assembleia. A quantidade de demandas aqui representadas demonstra que há um acúmulo de questões mal resolvidas e não endereçadas e o momento atual é propício para demonstrar os problemas vivenciados por esta comunidade acadêmica.

O presente documento objetiva dar início a um diálogo organizado com a direção desta Escola, evidenciando as questões em que há uma necessidade de melhoria. Entendemos que este diálogo deva incluir, futuramente, toda comunidade que convive na EA. Desta forma, elencamos a seguir tais questões.

### **ESPAÇO PARA O CAAPS**

O centro acadêmico da Administração Pública e Social – CAAPS não possui sede. Tal questão inviabiliza o contato com os estudantes. Para além disso, questionamos a existência e manutenção de empresas com espaço e infraestrutura na EA, uma forma de privatização da universidade pública. Em contrapartida, um centro para representação discente não tem seu espaço físico delimitado. A questão da alocação de espaços para centros acadêmicos dialoga com uma pauta da comunidade acadêmica, uma conquista consolidada historicamente. O único momento em que os estudantes não tiveram seu espaço garantido foi no período da Ditadura Civil-Militar.

### **ALTERAÇÃO DO REGIMENTO DA UNIDADE**

O atual regimento da Escola de Administração estabelece apenas um (01) assento formal para representação discente (RD), dentro dos variados âmbitos deliberativos da EA. Ao passo que a EA possui representações dos cursos de Administração, Administração Pública e Social e pós-graduação, o modelo não consegue atender as necessidades de representação dos estudantes nos seus respectivos cursos. Desta forma, essa reivindicação tem por objetivo o reconhecimento da

participação de representações discentes, dos diferentes cursos, nos espaços decisórios da EA. A solicitação se expressa na delimitação de um assento para cada um dos dois cursos de graduação e, outra para o curso de pós-graduação.

#### MELHORIAS DA ESTRUTURA DISCENTE – PPGA

A estrutura para os alunos de pós-graduação é restrito às salas 329 e 327. Nestas salas funcionam, respectivamente, trabalhos coletivos que permitem conversas e trabalhos individuais que necessitam de silêncio. As salas, com alguma frequência, funcionam no limite físico. Não mais do que um décimo dos alunos do PPGA é comportado pelo espaço. Além do espaço ser pequeno, sua estrutura está em más condições. Computadores velhos, com teclados estragados, mouses com funcionamento restrito, cadeiras e mesas velhas e em más condições, cortinas praticamente inexistentes, pintura desgastada, piso mal colado, portas que não fecham ou que emperram, enfim, criam um cenário impróprio ao estudo e produção científica. Tal estrutura não é condizente com um Programa de Pós-graduação de excelência. Neste sentido, há a necessidade de compra de equipamentos, mobiliário e pequenas reformas conforme sugestão anexa.

#### SUSPENSÃO DO CALENDÁRIO ACADÊMICO DURANTE O PERÍODO DE OCUPAÇÕES

A situação fática que hoje caracteriza a Escola de Administração é de paralisação envolvendo a três categorias: técnicos administrativos e professores em greve por tempo determinado até o dia 13 de dezembro e estudantes ocupando o seu legítimo espaço nas dependências da escola. Diante deste cenário, e a exemplo do que ocorre em outras universidades (UNIVASF, UFPEL, UFAL) e de paralisação total das atividades em outras unidades da UFRGS, requeremos a imediata suspensão do calendário acadêmico durante o período de ocupação e greve. Esta medida deve incluir, expressamente, a interrupção da realização de avaliações por parte dos professores da EA em outras dependências da universidade, bem como a suspensão de prazos de entrega de avaliações e processos na graduação e pós-graduação.

#### DEMANDAS DOS TERCEIRIZADOS QUE ATUAM NA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO

Entendemos que os terceirizados são trabalhadores que atuam diretamente nas atividades da Escola, com menos direitos que os demais servidores.

- Falta de um vestiário e de um espaço específico para descanso e higiene.

- Realização de atividades que extrapolam o previsto no contrato de trabalho, ex: limpeza de algumas partes da área externa; eventos em finais de semana, como congressos e vestibular.
- Questionamento sobre os serviços de limpeza estenderem-se a espaços de organizações privadas dentro da Escola.
- Arbitrariedade das decisões no tocante a diversos aspectos: o que limpar, como limpar, quando limpar, quem limpar.
- Sobrecarga de trabalho pela alta rotatividade.
- Condições de vestimenta de trabalho e indisponibilidade de equipamentos de proteção individual.
- Falta de diálogo e integração com as instâncias deliberativas da unidade. Sugeriu-se uma maior proximidade da Direção da Escola para garantir o cumprimento dos direitos e ouvir demandas do(a)s terceirizado(a)s, como realização de reuniões periódicas entre ambas as partes.
- Negociação da isenção de pagamento no restaurante universitário.

#### PERMANÊNCIA DE UMA AGENDA DE DEBATES NA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO A RESPEITO DOS TEMAS PAUTADOS PELO MOVIMENTO OCUPA EA

O movimento Ocupa EA não considera a ocupação um fim em si. A ocupação faz parte de uma expressão maior sobre a pauta atual de debates sobre os rumos políticos da base governista. Por esse motivo, essa pauta concentra a necessidade de ampliação de debate permanente e perene no ambiente escolar. Precisamos de seminários ou outras atividades organizadas oficialmente pela direção da escola. Acreditamos que o impacto gerado pela ocupação no ambiente acadêmico não pode se tornar uma linha na história ou conversas informais nos corredores durante os períodos letivos - e sim que ele se torne parte integrante do fazer político e dos posicionamentos entre alunos, professores, técnicos, terceirizados, e toda a comunidade impactada pela Escola, de forma democrática, livre, e inclusiva.

#### COMPROMETIMENTO FORMAL E PÚBLICO DA DIREÇÃO DA ESCOLA COM A NÃO RETALIAÇÃO AOS ALUNOS OCUPANTES BEM COMO A NÃO CRIMINALIZAÇÃO DO MOVIMENTO

Devemos ressaltar, primeiramente, que estamos convictos da justeza de nossa luta, neste momento representada pelo Movimento de Ocupação da Escola de Administração. As

ocupações, enquanto mobilização nacional, não são, de fato, uma expressão de maiorias. Isto, contudo, nada diz a respeito da legitimidade de nosso movimento. Legítima é a luta contra os ataques do Legislativo e Executivo federal contra garantias básicas da população brasileira previstas constitucionalmente. Legítima é a luta contra o projeto da Escola sem Partido, o qual propõe amordaçar docentes e transformar a escola em um ambiente policialesco. Tais proposições, destaca-se, transcorrem sem debate com a sociedade. Ao contrário, nosso movimento está aberto ao diálogo, fato este comprovado nas atividades ofertadas a toda a comunidade e amplamente divulgadas em diferentes mídias eletrônicas; na abertura da Escola a diferentes atividades concernentes a graduação e pós-graduação; e, mesmo, no contato sempre respeitoso com os públicos que nos acessaram, seja nas redes sociais, seja no espaço da Escola. Desta forma, entendemos a necessidade que esta Direção se comprometa publicamente com a não retaliação aos alunos ocupantes, bem como com a não criminalização do movimento, pautando sanções para aqueles que descumprirem esta.

#### POSICIONAMENTO SOBRE O ARTIGO DO PROFESSOR PADULA NO JORNAL ZERO HORA EM QUE CHAMA OS ESTUDANTES DE “O RESTO DO RESTO”

Tendo em vista o posicionamento do Conselho Universitário considerando legítimas as iniciativas do movimento estudantil em defesa da educação pública e contra a PEC 55/2016, e em face de recente publicação de autoria do professor desta escola, Antonio Padula, no jornal Zero Hora do dia 23 de novembro do corrente ano, os integrantes do movimento de ocupação da Escola de Administração requerem um imediato pronunciamento desta diretoria posicionando-se em relação ao conteúdo do texto, em especial no que tange à descrição do movimento como “o resto do resto” e truculenta sua forma de ação. Salientamos que, em que pese não tenha o referido professor falado em nome da EA, identifica-se como professor desta Instituição, usando seu papel na escola como credencial para falar sobre a gestão pública, sobre a PEC e sobre o movimento estudantil.

#### DEMOCRATIZAÇÃO E PUBLICIZAÇÃO DO ORÇAMENTO DA ESCOLA

Aproveitamos o momento de discussão para apontar a necessidade de rediscutir a forma de composição de orçamento da Escola de Administração. Acreditamos que é urgente a reavaliação das ferramentas de transparência e a publicização das contas da escola. Ademais, entendemos como necessária a democratização nos espaços de tomada de decisão do orçamento. Deste modo, solicitamos proposição desta Direção a este respeito.

## PRONUNCIAMENTO OFICIAL DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO QUANTO A PEC E O PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO

Nas últimas três semanas, estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul ocuparam suas unidades, impedindo o acontecimento das aulas e atividades administrativas como forma de protesto central na luta contra o Projeto de Emenda Constitucional número 55/2016. Em consonância com os movimentos estudantis de todo Brasil, repudiamos a Proposta de Emenda Constitucional número 55, que visa congelar o orçamento público nos próximos 20 anos; e o Projeto de Lei número 193 – Escola Sem Partido (Lei da Mordaça). Tais medidas são prejudiciais à sociedade, sobretudo, para as instituições de educação, como a nossa.

Sendo estas integrantes das pautas fundamentais deste Movimento, solicitamos posicionamento formal da Escola de Administração a respeito dos referidos temas.

## DEMOCRATIZAÇÃO DA ELEIÇÃO PARA A DIREÇÃO COM A OPÇÃO PELO VOTO UNIVERSAL, COM TERCERIZADOS

Há uma necessidade premente de democratização das instâncias deliberativas da Escola de Administração, tais como escolha de comissões, de direção e coordenações. Atualmente, o esquema de voto 70-15-15 faz com que, proporcionalmente, um professor na EA tenha um peso de, aproximadamente, 125 votos de alunos enquanto que um técnico possua um multiplicador de 80. Além disso, os funcionários terceirizados, tão importantes para o bom andamento da Universidade, não possuem direito ao voto. Tal esquema é claramente antidemocrático e deve ser revisto.

A título de exemplo, escolas de ensino fundamental e médio, no Rio Grande do Sul, já contam com voto universal para maiores de 12 anos. Dentre as Universidades, a UFSCPA, desta mesma cidade, também adota o modelo de voto universal[2]. Ademais, das 54 universidades federais brasileiras, somente 16 utilizam o modelo 70-15-15. Neste sentido, entendemos que o voto universal é um modelo a ser seguido, incluindo toda comunidade na escolha de seus representantes, incluindo professores, técnicos, alunos e terceirizados. Tal modelo dá vazão às ânsias democráticas da Universidade.

Enquanto a UFRGS, por meio de seu CONSUN e reitoria não operacionalizam a revisão da proporcionalidade injusta do voto, entendemos que é necessário que façamos isso aqui Escola de Administração.

Ocupa EA UFRGS

## **ANEXO M – CARTA ABERTA AO REITOR**

Excelentíssimo senhor reitor, Rui Vicente Oppermann,

Considerando o futuro da comunidade universitária diante do cenário político de crise nacional, vimos por meio desta apresentar as reivindicações unificadas do Movimento de Ocupações da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Entendemos a necessidade, para além das questões nacionais, de avançar na solução de pautas históricas do movimento estudantil, com caráter de negociação entre a reitoria e as unidades ocupadas.

1) Calendário acadêmico 2016/2 e não criminalização/ não responsabilização civil, administrativa e acadêmica do movimento de ocupações.

A) Suspensão Oficial do Calendário Acadêmico, retornando as atividades em 12 de janeiro após o término do processo do vestibular 2017:

- O retorno das atividades presenciais conforme plano de ensino, fica subordinado ao número mínimo de aulas indicado pela Universidade (15 semanas/aula);

- Aprovação da suspensão via ad referendum do Reitor diretamente no CONSUN (16/12);

B) A partir da suspensão do calendário acadêmico, reabertura do processo de cancelamento de disciplinas sem caráter prejudicial do ordenamento e a TIM dos estudantes;

C) Moção de compromisso votada no Conselho Universitário (CONSUN) referente a não retaliação dos participantes;

D) Comissão especial para receber os casos que envolvam a criminalização administrativa, acadêmica, cível e jurídica dos/as ocupantes, com caráter de ser:

- Paritária com participação de estudantes, técnicos e docentes indicados pelo movimento;

- Deliberativa, podendo receber os casos e encaminhar os procedimentos necessários para resolução dos mesmos;

- Discussão ampla dos casos de estudantes, terceirizadas, docentes e técnicos grevistas;

- Nos casos relacionados com instituições externas à UFRGS, a Reitoria se responsabilize pela mediação e encaminhamentos dos processos debatidos na comissão.

2) Ampliação imediata da democracia universitária garantindo maior participação:

- Democratização do voto para as eleições dos Institutos e da Reitoria mediante o sistema paritário;

- Homologação imediata das direções eleitas por consultas paritárias;

- Transparência e democracia na gestão de recursos que entrem na UFRGS por meio de publicização e comunicação do Orçamento à comunidade acadêmica a partir de Portal da Transparência da UFRGS e espaços paritários de gestão do orçamento;

3) Maior efetividade na garantia da permanência e assistência estudantil:

- Suspensão da resolução 19 e redebate-la no CEPE;
- A garantia em carta pública formal do não contingenciamento e cortes na área de assistência estudantil;
- Bolsa permanência sem contrapartida de trabalho para estudantes de baixa renda (mecanismo já utilizado por alguns cursos);
- Reajuste imediato das bolsas administrativas e acadêmicas;
- Ampliação das moradias estudantis dentro de suas especificidades;

4) Acesso, Ensino e Extensão:

- Ações afirmativas nos Programas de Pós-Graduação da Universidade: para negros, indígenas, quilombolas, travestis, trans e pessoas com deficiência;
- Gratuidade dos cursos de extensão e especialização;
- Oferta obrigatória de disciplinas eletivas que contemplem o debate de raça, gênero e sexualidade em todos os cursos, à exemplo da disciplina “Explorando o Universo: dos Quarks aos Quasares” que é ofertada pelo Instituto de Física e estendida a todos os cursos;

5) Segurança e permanência das mulheres:

- Ouvidoria para as denúncias das violências de gênero e resposta à carta sobre violência de gênero na Casa do Estudante, indicamos que:
- Os debates aprofundados de gênero já acontecem na universidade através de vias não institucionais. Sendo assim, os avanços desse debate não têm refletido nas políticas institucionais em relação à violência e opressão de gênero dentro dos espaços universitários. O movimento das Ocupações reivindica a criação de um espaço para que estas demandas sejam atendidas em consonância com os debates atuais sobre o tema.
- Propomos, então, a criação de uma comissão composta por membros dos coletivos e organizações feministas, já existentes no ambiente acadêmico, para que, em diálogo com a instituição, este espaço seja criado.
- Ampliação e manutenção das creches da universidade, contemplando servidores, estudantes e terceirizados.

6) Devido aos crimes trabalhistas, cometidos com os trabalhadores terceirizados, e abstenção da Universidade e da empresa Multiágil em responder à situação, informamos que:



- Os trabalhadores terceirizados, em seus espaços organizativos, demandam reunião junto da PROGESP/GERTE, representante das empresas, Reitoria e SUINFRA para debater suas demandas;

## **ANEXO N – CARTA ABERTA À COMUNIDADE – COMUNICADO DE DESOCUPAÇÃO DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO**

Vinte anos depois da ocupação que deu origem a esta Escola, uma nova ocupação, iniciada no dia 17/11/2016, rompeu com a apatia, com os muros, amarras e mordanças que isolavam a Escola de Administração do debate político e social não apenas no âmbito de nossa Universidade, mas também no cenário regional e nacional. Hoje, dia 18 de dezembro de 2016, se encerra a Ocupação na Escola de Administração da UFRGS, um mês e um dia após seu início. O movimento partiu da contraposição à PEC 55/2016, contra a censura e a mordança na sala de aula e a MP 746 (reforma do Ensino Médio). Outras questões mostraram-se urgentes ser debatidas a medida que o tempo passava, tais como as pautas locais e a defesa dos direitos que estão sob ataque do atual governo. Nós nos situamos em um contexto histórico nacional de mobilização em quase 200 universidades em todo país! Somos parte de um movimento integrado que visou majoritariamente lutar contra a aprovação da PEC 55. Neste sentido, nós não atingimos nossos propósitos. Mas a vitória do governo pode ter sido uma vitória de Pirro: aprovar uma emenda constitucional às custas de seu próprio mandato. Uma vez aprovada no senado federal a PEC 55, nós demonstramos intenções de desocupar o prédio. No entanto, dada a ausência de respostas e da falta de diálogo por parte da direção da Escola de Administração, o movimento estendeu-se até a presente data. Apesar da aprovação da principal pauta que combatíamos, saímos fortalecidos como um todo, pois reconhecemos nos próximos nossos parceiros de luta. A Ocupação não foi só um espaço de resistência, mas de engrandecimento pessoal e também um espaço de produção de debate político e social. Justamente em um momento de profunda transformação do Estado brasileiro, a Ocupação traz a primeiro plano um debate central e essencial a qualquer curso de administração. Nunca sozinhos, fizemos parte de uma mobilização local maior. Integrada aos diversos movimentos de Ocupação na UFRGS, o movimento encontrou solidariedade entre seus pares, da mesma forma que também ofereceu apoio aos que necessitaram. Nos unimos também à comunidade ao nos empenharmos em atividades como aulas públicas, apoio a movimentos sociais e manifestações de rua. Muitos de nós descobriram que não estavam sozinhos nessa luta. Nos encontramos e nos unimos, alunos de dois cursos de graduação e alunos da pós-graduação. Também recebemos apoios diversos e nos aproximamos de secundaristas, professores, técnicos e terceirizados, estes que são tão essenciais para esta universidade. Fomos e seremos mais fortes juntos. A Ocupação trouxe efeitos jamais esperados. Trouxe à luz, por exemplo, a situação precária dos terceirizados daqui. Evidenciou a cisão de visões de mundo de uma escola que se pretende viver no futuro, porém

que muitas vezes arraigada a visões conservadoras. Em um deserto da imaginação, tantos se prendiam a uma pretensa neutralidade e se esquivavam de tomar posições. A Ocupação foi um marco que destruiu o muro no qual muitos se equilibravam ou atrás do qual tantos se escondiam. Aos que ficaram do lado de cá do muro póstumo, agradecemos o apoio, o carinho e a beleza espiritual. Esta ocupação se finda aqui. A luta, mal começou.

Movimento Ocupa EA 2016!

## **ANEXO O – OS LANCEIROS NEGROS: HISTÓRIA DE VIDA E LUTA PELA MORADIA**

Patrícia morava ao lado de uma boca de tráfico, numa área verde, no bairro Partenon, atrás do Presídio Central. Era uma ocupação não organizada, onde se criou uma boca de fumo. Hoje é conhecida como comunidade Maria Bastos, já tem CEP, inclusive, mas a boca de fumo permaneceu.

Na infância, Patrícia havia morado em Alvorada e em outra casa próxima à área verde que se tornou ocupada. “Como tinha muita rebelião no presídio, as balas pegavam direto nas nossas casas. Então a minha mãe conseguiu essa área. Colocou um barraquinho e fomos fazendo a nossa casinha”.

Nunca tiveram posse de uma casa no cartório. O pai era carpinteiro e pedreiro. A mãe, que não concluiu os estudos, teve filho cedo, nova ao total, e nunca trabalhou. Morreu, há 12 anos, após ter um AVC (acidente vascular cerebral) complicado por uma forte bronquite e não suportou. Tinha 45 anos. O pai, seu Altamiro, se tornou alcoólatra depois da morte da esposa. Patrícia acabou assumindo a responsabilidade de cuidar dos irmãos mais novos. Os quatro mais velhos, já casados, haviam deixado a casa. Tinha 15 anos.

“Como eu estava criando eles, tinha muito medo de que, por perder a mãe, o pai virar alcoólatra, acabarem no mundo das drogas. Lá era muito ruim de morar. Chovia dentro de casa. A gente perdia muita coisa”.

[...]

O processo de procurar um novo lugar para morar começou há seis anos. Quando conheceu a dona Ana, uma vizinha que também estava na luta por moradia, quem depois lhe falou do MLB e da ocupação que estava sendo planejada. “Ela me falou da oportunidade, que era tudo gente boa”.

Começou a participar das reuniões do movimento, que se realizavam no Morro da Cruz. Duraram nove meses, período em que nenhuma das famílias cadastradas pelo MLB sabia onde a ocupação ocorreria. “Ficamos sabendo na hora”.

Chegara a hora de ocupar o prédio na esquina da General Câmara com Andrade Neves. “No dia eu até fiquei com medo”. “Não vamo, não vamo”, pensou. “Mas aí eu olhei para meus filhos, meus irmãos, e disse: vamos que é uma oportunidade de eu ter uma coisa minha e tirar eles de lá”.

[...]

“Foi gratificante saber que tu vai ocupar um espaço que está abandonado, sabendo que tu não tem onde morar dignamente. Tu tá no meio do tráfico, das drogas. [...]”

Para Patrícia, a primeira alegria de morar na Lanceiros Negros foi de saber que estava segura, ao lado de pessoas e de um movimento social do bem, que lhe oferecera apoio sem exigir nada em troca.

[...]

Patrícia parou de estudar na oitava série. Primeiro quando a mãe faleceu, tinha que trabalhar. Tentou continuar um tempo, à noite, mas parou quando chegou na oitava série. “Sempre gostei de estudar”, lamenta.

[...]

Aos 28 anos, já trabalhou em vários lugares. Deste último saiu por causa de gravidez de risco. O marido, Thiago, 30 anos, terminou o colégio. Tirou um curso técnico especializado em serviços elétricos no Senac e hoje tem um pequeno comércio de serviços gerais na internet. Na prática, trabalha como autônomo fazendo serviços de eletricista, pintura, trocando o piso, o que vier. Foi um dos que conseguiu trabalho através da Central de Serviços da ocupação, atendendo moradores do Centro que precisavam de serviços domésticos.

De tudo que a Lanceiros mudou em sua vida, a mãe de um casal de filhos, Alexsandro, 8 anos, e Bianca Isabela, 5 anos, destaca o fato de a ocupação ter propiciado a eles o que não conseguira no Partenon. “A Lanceiros trouxe muitas coisas boas. Creche, por exemplo, para minha filha eu consegui lá”.

No Partenon até tinha uma creche pública, mas nunca conseguira vagas. Pela proximidade do Presídio Central, Patrícia diz que só filhos de policiais da Brigada Militar obtinham lugar. “Era para nós, pobres, mas tu só vê brigadiano, só vê criança de carro, gente que tem condições de pagar por uma creche. Eu fui ver uma creche particular, saía R\$ 700. Aí tu vai comer, pagar isso e aquilo e não tem condições”.

Alex nunca foi para creche lá no Partenon. Quando vieram para Lanceiros, em menos de um mês, conseguiu vaga na escolinha Pica Pau Amarelo para Bela, então com 3 anos. Turno Integral. Alex, com 6, entrou na primeira série do Colégio Paula Soares. [...]

Morando no centro, era mais fácil, inclusive, de levar e buscar os filhos na aula. Thiago saía cedo para trabalhar, antes largava Bela na creche e Alex no Paula Soares. Ao meio-dia, um dos irmãos que morava na ocupação e também tem filhos pegava o guri no colégio. Bela saía só 17h30min, quando ela ou Thiago já podiam pegá-la. Nos dias que ninguém da família podia pegar as crianças, pedia ajuda para o pessoal da ocupação. Sempre tinha a mãe de alguém que buscava. “Era outra vida, eu trabalhava bem. Não era que nem lá (Partenon) que eu trabalhava

com a cabeça toda hora pensando em como é que estavam. Aqui eu ia trabalhar e só ligava meio-dia para saber se almoçaram, se estavam bem. Do contrário, tava tranquila”.

Além de educação, tinham acesso à saúde. Estavam próximos do Centro de Saúde Santa Marta, localizado na rua capitão Montanha, junto à praça da Alfândega.

Também tinha algo novo, a sensação de segurança. “Se eu tivesse cozinhando, tava a mãe dos outros cuidando. Lá onde eu moro – voltou a morava eu dizia: pai, não deixa elas saírem para o pátio. Não deixa sair de dentro de casa. Lá na Lanceiros eu saía, trabalhava, e ficava tudo bem. Um cuidava do outro”.

Patrícia diz que não é porque era uma ocupação que não tinha ordem. Pelo contrário. Havia horário para tudo. O almoço saía meio-dia. “A Lanceiros trouxe muita coisa boa, não só de bem-estar, mas também de educação. Tinha o pessoal da pedagogia, que ficava com as crianças. Eles já sabiam que até às 19 horas podiam brincar. Depois, era cada um no seu quatinho. Vendo a TV. Aprenderam a ter aquela disciplina. Na casa era uma correria. Ali não, aprenderam a ter regras. Foi muito bacana”.

Se as crianças brigavam entre si, chamavam a atenção e explicavam que estavam errados, que não se briga dentro da família, porque era assim que se viam, independente dos laços de sangue. Sente saudades também de sentar no saguão de entrada para tomar chimarrão ao final da tarde. Lá no Partenon, não tinha nada disso. A bem da verdade, nem consideravam que estavam em uma vizinhança, conta Patrícia. Comunidade só no modo de se referir. “Eu tenho na minha volta quatro vizinhos normais, que não são drogados. Mas não dá pra tu sentar e tomar um chimarrão. Não dá pra fazer essas coisas, tu parar e conversar, porque tu tá sempre com medo que a polícia entre, que o tiro pegue, que roubem as coisas da tua casa. Tu não tem esse convívio. É cada um na sua casa, cada um por si”.

Se precisa de uma coisa, até tem quem estenda a mão, mas nunca sem pedir algo em troca. Na boca, pede um emprestado e paga dois. Tudo tem juros. Agiotagem pura, ou coisa pior. “Já vi situação que um rapaz pediu 50 reais para o cara da boca, 50 virou 100, 150. Quando eu fiquei sabendo, tava guardando arma porque não tinha condições de pagar. ‘Guarda aí para mim que tu não deve mais nada’. Mas aí tu guarda uma vez, guarda duas’.

Um de seus irmãos, depois de terminar o casamento, caiu nessa vida. Teve que guardar uma arma. “Quando eu olhei, estava meu sobrinho brincando. Meu pai, que na época já era alcoólatra, pegou um pau e deu uma tunda. Se tu não faz tua lei na tua casa, eles tomam conta. O assédio é grande e o dinheiro é fácil.”

Não é essa vida que quero para os filhos. “Lá no Partenon eu crio como uns bichos enjaulados”. As crianças só veem ele, o avó, que está doente, e o pai, que sai cedo para trabalhar. Não permite

que Alex vá nem ao bar da esquina. Tem medo de que os filhos sejam abordados pelo tráfico ou pela polícia. “A polícia entra lá pra botar os guris no paredão, não querem nem saber”.

O medo do tráfico e da polícia é uma constante na vida de Patrícia. Os primeiros já tentaram entrar dentro da sua casa. Entraram no pátio. Precisam de um lugar para guardar suas coisas, armas ou drogas.

A imagem que Patrícia tem da polícia não é muito melhor. Por estar em uma área verde não regularizada, a casa no Partenon está localizada em uma espécie de beco. “A polícia entra que nem louca. Se tá uma criança vindo, se vai ser atropelada, se não vai, estão nem aí. Eles querem pegar... na verdade, não é pegar os traficantes, é pegar o dinheiro. Eu vejo todos os dias. Eles vêm botam dez no paredão, saem com uma bolsa, mas não saem com um preso. É tão engraçado. O que tem naquela bolsa?”, questiona. “É um absurdo, tanto da polícia quanto dos traficantes. Tu vive no meio de duas gangues”.

Além da falta de segurança, os dois são as únicas crianças pequenas da rua, não tem com quem brincar. Na Lanceiros, era “um bando de criança” brincando e interagindo o tempo todo. “É muito triste saber que eles querem voltar para ali e não vão ter essa oportunidade”.

A Lanceiros se tornou o lar de Alex e Bianca. Mesmo depois da reintegração, continuavam perguntando quando iam voltar para casa, se iriam comemorar o aniversário lá. “Tinha criança que nunca tinha tido um aniversário. A gente dizia: não, vamos fazer, eu faço bolo, eu faço isso, cada um faz um pouquinho, a criança tinha festa”.

Mas não só os pequenos se sentiram em casa. Patricia diz que a Lanceiros também foi responsável por salvar a vida de seu pai, Altamiro. Alcoólatra, há anos tinha largado o serviço e parado de trabalhar. Por três vezes, a bebida consumira tanto o seu organismo que entrara em coma. Na última, o médico chegara a dizer que não havia o que se pudesse fazer. Estava com a traqueia aberta. Era questão de tempo. Reuniu os irmãos na Lanceiros. Choraram juntos. No outro dia, foram ao hospital, ele estava bem, fora ressuscitado. Patrícia aproveitou a oportunidade e levou o velho com ela para a ocupação.

“Eu trouxe pra cá para cuidar dele. Hoje, não sai da Lanceiros, ganhou um quarto no prédio da General Câmara, depois outro no hotel. Chama ele de ‘nosso velho’”.

Altamiro fazia serviços para todo mundo, atacando desde eletricista a encanador. Como gosta de cozinhar, ficou um mês cozinhando direto na ocupação, brinca Patrícia.

“Ele se sente útil agora. Antes, não fazia nada, só bebia, só fumava. Na Lanceiros, ele tinha uma serventia. Todo mundo: ó veio, faz um favor para mim. Trouxe muita coisa boa para ele”.

Patrícia diz que ele virou um paizão para todo mundo na ocupação, mas também recebe cuidados dos seus novos ‘filhos’. “Como eu digo, é uma família. Quando veem ele com um cigarro, dizem: não, não é para fumar, não é para beber.”

[...]

Hoje Patrícia só quer um cantinho que seja seu. [...] Ela e o marido já foram cadastrados no MCMV, mas cancelaram porque não acredita no programa. [...] Quando a casa sai para alguém, depois de anos na lista de espera, é longe de tudo, na periferia da periferia. Para Patrícia o centro deveria ser o lugar dos pobres. Afinal, foram eles que ajudaram a construir, diz. Eram eles que moravam lá no início, quando os ricos viviam em fazendas no princípio da Capital. Mas aos poucos foram sendo removidos. Primeiro para a Cidade Baixa, depois cada vez para mais longe. “É nisso que a gente quer colocar um basta. Por que qual o problema da gente ser pobre e morar aqui? No começo da Lanceiros, os vizinhos ficaram bem distantes da gente. Eu também ficaria. Imagina, uma ocupação. A primeira impressão é que são vagabundos, drogados, que é o que acontece nas outras vilas. Mas com o tempo e a central de serviços, o pessoal começou a fazer serviço para os vizinhos, o pessoal começou a vender café. Tinha vizinho que parava para tomar chimarrão com meu pai. No dia da reintegração tinha vizinho gritando da janela, vagabundo são vocês, deixa eles”.

Mesmo grávida, Patrícia não desiste da luta. Estava na ocupação quando da reintegração de posse, em 14 de junho. Obrigada a arrumar suas coisas e voltar para o Partenon, diz que se abateu. No dia, sentou na cama e começou a chorar.

“Disse pro meu esposo: não acredito que a gente vai andar para trás. Agora que eu achei que a gente ia dar um passo para frente. Porque ninguém quer numa mansão. Se pegasse um terreninho e nos dissessem toma aí, faz um barraco, a gente tem condições de ir construindo. A gente não quer isso aqui (o hotel), não quer coisa boa, quer um canto nosso, digno de morar. Voltar para aquela mesma vidinha. E ele disse: a gente não vai voltar, vai ter outra ocupação, a gente vai continuar lutando. Isso dá muita força”.